

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E DOUTORADO
EM HISTÓRIA

Regiane Aparecida Pontes Botelho Nogueira

**A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE MILITAR NO
EXÉRCITO BRASILEIRO: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO
DO CORPO ESTUDANTIL NO COLÉGIO MILITAR
DO RIO DE JANEIRO (1937-1945)**

Niterói
2024

REGIANE APARECIDA PONTES BOTELHO NOGUEIRA

LINHA DE PESQUISA
POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA.

**A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE MILITAR NO EXÉRCITO BRASILEIRO:
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CORPO ESTUDANTIL NO COLÉGIO MILITAR
DO RIO DE JANEIRO (1937-1945)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues

NITERÓI
2024

CIP - Catalogação na Publicação

N778 Nogueira, Regiane Aparecida Pontes Botelho.
A formação de uma nova elite militar no Exército Brasileiro: critérios de seleção do corpo estudantil no Colégio Militar do Rio de Janeiro (1937-1945). / Regiane Aparecida Pontes Botelho Nogueira. -- Niterói, RJ, 2024.
xvi, 17-302p. il.; grafs., tabs.
Numeração da publicação: [i] – xvi, 17-302p].
Referência(s): P. 285-302.

Orientador: PhD. Fernando da Silva Rodrigues.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2024.

1. Ensino Militar – Exército – Rio de Janeiro (1937-1945). 2. Colégio Militar do Rio de Janeiro – Exclusão social - História. 3. Estado Novo – Formação de Oficiais – Colégio Militar do Rio de Janeiro. I. TÍTULO.

CDD 373.243098153

Elaborado pela Biblioteca Universo Niterói, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a responsabilidade de Sirlêia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

REGIANE APARECIDA PONTES BOTELHO NOGUEIRA

**A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE MILITAR NO EXÉRCITO BRASILEIRO:
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CORPO ESTUDANTIL NO COLÉGIO MILITAR
DO RIO DE JANEIRO (1937-1945)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre/Doutor em História, aprovada no dia 28 de agosto de 2024 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO DA SILVA RODRIGUES**
Data: 28/08/2024 19:06:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente
 **CHRISTIANO BRITTO MONTEIRO DOS SANTOS**
Data: 28/08/2024 18:56:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cristiano Britto Monteiro

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ CLAUDIO DUARTE**
Data: 03/09/2024 09:06:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Cláudio Duarte

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Documento assinado digitalmente
 **FABIO FACCHINETTI FREIRE**
Data: 29/08/2024 12:22:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Facchinetti Freire

Professor Pesquisador do Centro de Estudos de Pessoal (CEP)

Documento assinado digitalmente
 **VIVIAN CRISTINA DA SILVA ZAMPA**
Data: 29/08/2024 12:53:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Vivian Zampa

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Prof.^a Dr.^a Adriana Gomes
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os critérios de seleção dos alunos para o acesso ao quadro discente do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), no período do Estado Novo (1937-1945). Naquele momento, eram considerados detentores do direito à vaga e candidatos ao ingresso na instituição de forma gratuita os órfãos, filhos e netos de oficiais, e, em alguns períodos, os filhos de funcionários públicos que atendessem a certos critérios, determinados nos regulamentos de funcionamento da instituição, como possuírem mais de oito filhos. Existia a forma de ingresso também mediante a contribuição pecuniária, pela qual civis e militares poderiam solicitar vaga ao Comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro, responsável por aceitar ou não a efetivação da matrícula e, portanto, o ingresso na instituição. O pedido por uma vaga, independentemente de ser um candidato gratuito ou contribuinte, era realizado através de um processo seletivo documental que continha uma carta do responsável do aluno expondo: a nacionalidade dos pais; residência; profissão; estado civil; cópia da certidão de nascimento; comprovante de saúde do aluno; histórico escolar; prova e, em alguns casos, comprovante de pagamento da taxa pecuniária. Os documentos citados serão analisados visando identificar se existia um perfil dos candidatos aprovados para a seleção de ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro e se havia algum critério de exclusão. Neste sentido, este estudo visa vincular o ensino secundário oferecido pelo CMRJ ao projeto de formação de uma nova elite militar no Exército Brasileiro.

Palavras-Chave: Ensino Militar do Exército, Exclusão Social, Estado Novo, Formação de Oficiais, Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Abstract

The present study aims to analyze the criteria for selecting students for admission to the student body of the Military College of Rio de Janeiro (CMRJ) during the Estado Novo period (1937-1945). At that time, orphans, children, and grandchildren of officers, and at certain periods, children of public employees who met specific criteria outlined in the institution's regulations, such as having more than eight children, were considered entitled to a free spot and candidates for admission. Admission was also possible through pecuniary contribution, where civilians and military personnel could request a spot from the Commander of the Military College of Rio de Janeiro, who was responsible for accepting or denying the enrollment and thus the admission to the institution. The request for a spot, regardless of whether the candidate was free or a contributor, was made through a documentary selection process that included a letter from the student's guardian detailing the parents' nationality, residence, profession, marital status, a copy of the birth certificate, proof of the student's health, school records, test, and in some cases, proof of payment of the pecuniary fee. The cited documents will be analyzed to identify whether there was a profile of candidates/admitted students for the selection process at the Military College of Rio de Janeiro and if there were any exclusion criteria for candidates. In this regard, this study aims to link the secondary education offered by CMRJ to the project of forming a new military elite in the Brazilian Army.

Keyword: Military Education of the Army, Social Exclusion, Estado Novo, Officer Training, Military College of Rio de Janeiro.

*Dedico a concretização deste sonho à menininha que chegou para ressignificar
minha vida, minha Giovana.*

Obrigada por ser o meu mais importante presente de Deus.

Seu sorriso é a minha inspiração diária. Amo-te daqui até a eternidade!

*Se pudesse escolher como filha entre todas as crianças do mundo, do universo,
no passado, presente ou futuro, sempre escolheria você.*

Agradecimento

Confesso que muito imaginei como seria o momento de finalmente escrever os agradecimentos. Inúmeras lembranças e expectativas permearam a realização deste doutorado, parece como um “filme” da minha vida. Para muitos pode ser apenas mais um curso com o objetivo de obter um título, mas, para mim, significa a realização de um sonho que parecia distante demais, principalmente, ao lembrar de tantas vezes que desejei conseguir fazer uma faculdade e tinha apenas a certeza que somente conseguiria se ela fosse pública. Fugirei um pouco do padrão de agradecimentos e me permitirei, neste espaço, expressar minha total gratidão à jornada que segui na concretização deste sonho.

Eu era aquela aluna que fazia todas as tarefas e estudava muito, mas tinha consciência de que estava atrás de muitos outros jovens da mesma idade por não ter a oportunidade de estudar nas melhores escolas ou fazer os melhores cursinhos. Cheguei a escutar, no ensino médio, de um professor, durante uma aula, para não ficarmos sonhando, pois nunca passaríamos em uma faculdade pública. Mas, também tive professores inspiradores que olhavam para mim, ainda no ensino fundamental, com carinho e incentivavam. Lembro que ganhei um livro “O mundo de Sofia” por ser uma aluna dedicada. Outro professor do ensino fundamental, quando eu estava no ensino médio, procurou-me para saber se eu queria estudar em um pré-vestibular particular em que ele estava trabalhando e conseguiu bolsa integral para mim. Foi graças aos meus queridos professores Álvaro (de História que me presenteou com o livro), Wanderley (de Geografia que conseguiu a bolsa no curso), Ana Maria (de Português que sorria todos os dias e dizia que merecíamos o melhor dela), Floripes Conde (minha eterna professora da quarta série que chorou quando soube que eu mudaria de estado e me deu um brinco que tenho até hoje) e tantos outros que viram em mim um futuro promissor que consegui acreditar e prosseguir.

Eu era a menininha, no pré-escolar e no ensino fundamental que todos tratavam com carinho, eu ganhava lanchinho na hora de ir embora das merendeiras, que, inclusive, sabiam do que eu gostava e separavam para eu levar. Se meus pais se atrasassem, eu era a queridinha que ficava na secretaria e podia brincar na máquina de escrever e no quadro de aviso. Todos sabiam o meu nome, desde a pessoa que ficava na portaria até o diretor. Todos me “enxergavam”, todos ganhavam meu sorriso. Queria muito conseguir agradecer a todos eles, pois foram fundamentais na minha trajetória. No fundo, decidi ser professora por querer carregar aquele ambiente acolhedor durante a minha vida!

Eu, filha da Valacir Pontes, que não teve a oportunidade de estudar por ter que trabalhar na roça e como babá desde nova, e que foi “humilhada” com a frase “Qualquer um sabe disto!” ao pedir auxílio a uma conhecida para me ajudar a fazer um dever de casa que era escrever os números até mil, aprendi, desde cedo, a não dar trabalho e prestar muita atenção na aula para dar orgulho aos meus pais. Obrigada, mãe, sei que o jeito seco e muitas vezes bruto esconde uma pessoa sofrida, cheia de traumas, mas que me ama e tentou sempre fazer o seu melhor. Obrigada por ser, sempre que possível, minha “rede de apoio” com a Giovana, juntamente com meu pai e irmã. Sem vocês não seria possível ter chegado até aqui.

Eu, filha do Luiz Carlos, que trabalhava de dia e à noite, junto com minha mãe, para dar conta de não faltar nenhum material escolar ou livro, nunca comecei o ano escolar sem todo o material por maior que fosse a dificuldade. Aprendi, desde cedo, a valorizar cada oportunidade e, sempre, buscar fazer o melhor possível, inclusive carrego do meu pai a frase “O tempo vai passar, você fazendo alguma coisa ou não!”. Obrigada! Eu sei que por trás de “Você não fez mais que a sua obrigação” existia, na verdade, muito orgulho a cada boletim ou elogio dos professores.

Eu, irmã da Ariane Botelho, a pessoa que dividiu comigo a infância e que carrega junto alguns traumas, mas que superou junto a mim muitos obstáculos. A pessoa que, na faculdade, ajudou a digitar a monografia; no mestrado, esteve junto transcrevendo os documentos e que me enche de orgulho pela trajetória e forma de ser. É aquela pessoa que, depois da minha filha, eu doo sem pensar meu coração se precisar. Obrigada, por carregar as mesas e cadeiras, literalmente, durante meu casamento para que o pátio da igreja ficasse mais bonito para a recepção dos convidados. Ia chover, mas, quando ela viu que não choveria, correu para deixar tudo mais bonito. Sei que mesmo sendo toda “na sua”, quando eu preciso, mesmo reclamando, vai estar lá! Claro que também agradeço ao Filipe Burns, que carregou as cadeiras junto e continua “carregando” toda vez que precisamos. Um agradecimento especial pela ajuda nos gráficos. Cunhado, você é sensacional!

Eu, esposa do Bruno Nogueira, a pessoa que Deus enviou para constituir minha família. Somos tão diferentes e ao mesmo tempo gêmeos. Conhece-me melhor do que eu! A pessoa que sabia que tinha que vir morar no Rio de Janeiro por ter alguma coisa especial para ele aqui. Veio e, assim que me encontrou, disse ter descoberto o motivo. A pessoa que estava ao meu lado quando recebi a notícia de estar com trombose com cinco meses de gestação e ficou dormindo sentado em uma cadeira de ferro por dias ao meu lado no CTI. A pessoa que desabou a chorar ao escutar que eu e minha filha talvez tivéssemos poucas chances, mas que

me escutou brava “Não se preocupe, eu e ela ainda te daremos muito trabalho!”. Inclusive, sempre o lembro disto todas as vezes que o deixamos doidinho de tantos estresses. Obrigada, Amor, por ser meu abraço!

Eu, mãe da Giovana Botelho Nogueira, a criança que, antes mesmo de nascer e eu começar a ter inúmeros problemas na gestação, apareceu em sonho e disse “Oi! Eu, sou a sua filha, sou a Giovana, seu presente de Deus”. Depois daquele sonho, fui pesquisar, e o nome que eu nunca cogitara como sendo o escolhido, significava, justamente, dádiva de Deus. Nem preciso dizer como você ter aparecido foi a minha fortaleza durante todos os obstáculos que enfrentamos. Quando o médico disse que não conseguia escutar seus batimentos cardíacos e me fez passar um dia chorando angustiada até conseguir fazer uma ultrassonografia em que descobri que seria uma menina, não poderia escolher outro nome. Quando já internada, os médicos diziam: “Se prepare para ter algum problema.” Eu só pensava “Se Deus me permitiu vê-la, não me tiraria você.” E, assim, você nasceu perfeita e no tempo certo, com 38 semanas e 3 dias. Digo sempre que você é tão especial que até escolheu o próprio nome. Obrigada, minha filha, por ser o presente na nossa família, que veio para trazer muitas bênçãos e mudar toda a minha vida.

Eu, amiga de infância da Bárbara Castro, Luana Moreira e Rozely Vigas, obrigada por dividirem comigo o processo de crescer e amadurecer. Muitas são as lembranças que carregamos: alguns tombos e muitos momentos para serem relembrados e, o mais importante, aprendemos juntas o que é a amizade para uma vida.

Eu, amiga de faculdade da Carla Paravidino e da Nívea Marques, obrigada por tornarem a faculdade um lugar mais especial ainda! Carla, com você, as risadas são garantidas, a pior situação sempre fica muito mais leve. Obrigada por ler o projeto e ser minha “super-revisora”. Nívea, muitas são nossas histórias e conversas. Vocês são sempre meus pés no chão quando preciso. Obrigada por me ajudarem, assim como a Rozy e o João a vender os docinhos nas salas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que era a forma que eu tinha de manter minha presença na faculdade e pelas vezes que compraram lanchinhos para mim. Vocês foram testemunhas das minhas lutas diárias e da alegria que eu carreguei todos os quatro anos dentro da UERJ, que foi a concretização de um sonho. Carrego até hoje a emoção da formatura!

Eu, amiga de trabalho da Marliza Karen, Cynthia Pereira, Júlia Roza, Adriana Bastos, Thiago Souza e Patrick Greco, nem sei dizer o quanto vocês alegraram minha vida ao longo da rotina diária, obrigada por incentivarem e valorizarem meu trabalho. Vocês sempre

acreditaram no meu potencial, mesmo quando eu não enxergava. Adriana, obrigada por fazer todo o possível para tornar a maternidade e seus perrengues mais leves ao longo dos anos que estive como minha chefe de ano, obrigada por ter incentivado e conseguido meios para que eu fosse ouvinte no Programa de Doutorado, por ter sido minha revisora final e, principalmente, obrigada pela sua amizade. Marliza, Cynthia e Júlia, obrigada por serem meus ouvidos, minhas incentivadoras e amigas leais. Vocês tornam a minha vida muito mais leve!

Não posso deixar de agradecer também ao meu orientador Fernando Rodrigues. Obrigada por me aceitar como aluna ouvinte, por ler meu projeto, por me orientar e, principalmente, obrigada por acreditar e me incentivar. Já te disse uma vez, mas deixo aqui registrado: obrigada por ser humano no tratamento com seus orientandos.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em *História* (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira. Que equipe de profissionais singulares, professores dedicados e aulas maravilhosas! Além de serem extremamente atenciosos e carinhosos. Obrigada pela oportunidade obtida através bolsa de estudos de isenção de mensalidades para cursar o doutorado e pelo presente de poder concorrer e obter, após um ano de ingresso, uma bolsa CAPES, o apoio e incentivos recebidos foram essenciais para a conclusão desta jornada.

Agradeço ao Colégio Militar do Rio de Janeiro que foi minha “casa” durante nove anos. Cresci muito como profissional e pessoa ao conviver com profissionais que marcaram minha trajetória e coração. Obrigada pela oportunidade de conhecer um pouco do *éthos militar* e, principalmente, por observar de perto o trabalho muitas vezes “silencioso” e intenso que o CMRJ exerce dentro do Exército.

Não posso deixar de agradecer aos responsáveis pelo arquivo do CMRJ, Fabrícia Carvalho e Sargento Leonardo de Aquino Medeiros, pela oportunidade e acolhimento no momento da pesquisa e digitalização das documentações.

E, por fim, meu muito obrigada à banca de qualificação formada pelos professores doutores: Christiano Britto Monteiro, Vivian Cristina da Silva Zampa e Fábio Facchinetti Freire, que contribuiu intensamente com suas críticas, sugestões e percepções. Tentei, ao máximo, absorver todas as considerações. Obrigada, ainda, aos professores doutores: Christiano Britto Monteiro, Luiz Cláudio Duarte, Vivian Cristina da Silva Zampa, Fábio Facchinetti Freire e Adriana Gomes por aceitarem o compromisso de formarem a banca de defesa de forma a contribuírem na concretização da pesquisa elaborada ao longo dos últimos quatro anos.

Abreviaturas

AIP – Asilo dos Inválidos da Pátria

CMRJ – Colégio Militar do Rio de Janeiro

EB – Exército Brasileiro

EM – Escola Militar

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

GN – Guarda Nacional

Lista de Tabelas

Tabela 1- Disciplinas oferecidas e número de aulas semanais.....	105
Tabela 2- Tempo de aulas semanais por série.....	105
Tabela 3- Conteúdos adotados para os seus anos de formação.....	120
Tabela 4- Número de vagas alunos contribuintes x alunos gratuitos.....	149
Tabela 5- Número de aprovações do Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1938.....	179
Tabela 6- Número de aprovações do Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1939.....	181
Tabela 7- Origem familiar dos alunos do CMRJ entre 1937 e 1945.....	261
Tabela 8- Nacionalidade dos alunos entre os anos de 1937 e 1945.....	263
Tabela 9- Nacionalidade dos responsáveis entre os anos de 1937 e 1945.....	264
Tabela 10- Profissão dos responsáveis entre os anos de 1937 e 1945.....	265
Tabela 11- Informação sobre a cor da pele do aluno entre os anos de 1937 e 1945.....	266
Tabela 12- Dados sobre a religião dos alunos entre 1937 e 1945.....	268
Tabela 13- Fichas dos alunos entre 1937 e 1945.....	269

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Procedência total entre os anos de 1937 e 1945.....	262
Gráfico 2- Procedência entre os anos de 1937 e 1945.....	262
Gráfico 3- Nacionalidade dos alunos entre os anos de 1937 e 1945.....	263
Gráfico 4- Nacionalidade dos responsáveis entre os anos de 1937 e 1945.....	264
Gráfico 5- Declaração da profissão dos responsáveis civis entre 1937 e 1945.....	266
Gráfico 6- Informação sobre a cor da pele do aluno entre os anos de 1937 e 1945.....	267
Gráfico 7- Percentual sobre a cor da pele do aluno entre os anos de 1937 e 1945.....	267
Gráfico 8- Dados sobre a religião dos alunos entre 1937 e 1945.....	269
Gráfico 9- Percentual sobre a religião dos pais entre 1937 e 1945.....	269
Gráfico 10 - Fichas dos alunos entre 1937 e 1945.....	270

Sumário

Introdução	17
Capítulo 1- A Guerra da Tríplice Aliança e a formação de um novo Exército Brasileiro.	43
1.1. A Criação do Exército Brasileiro: da Monarquia à República	43
1.2. O Exército Brasileiro e a Guerra da Tríplice Aliança	58
1.2.1. A Guerra da Tríplice aliança e os desafios do Exército Brasileiro	58
1.2.2. O conflito com o Paraguai como debate na historiografia	66
1.2.3. O pós-Guerra e os ex-combatentes	71
1.2.4. Entre os órfãos da guerra e a profissionalização: a criação do Colégio Militar do Rio de Janeiro	79
Capítulo 2-Colégio Militar do Rio de Janeiro: da sua criação até o fim da Primeira República	84
2.1. Criação do Imperial Collegio Militar: aspiração de um projeto militar	84
2.2 Decreto de criação: para além do amparo, uma formação elitista	92
2.3. Formação do oficial: Decretos que regulamentaram os colégios militares nas primeiras décadas do século XX	98
Capítulo 3 - Colégio Militar do Rio de Janeiro: transição da Primeira República para o Estado Novo	124
3.1. A formação de um Estado centralizador	124
3.2. Decretos regulamentadores do Colégio Militar do Rio de Janeiro	135
Capítulo 4 - O Estado Novo na esfera militar	155
4.1. A Formação de uma nova nação	155
4.2. O Ensino militar: o caminho para a formação de uma nova elite	174
Capítulo 5- O Estado Novo e o processo de seleção de alunos no Colégio Militar do Rio de Janeiro	192
5.1 Conhecendo o Arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro	193
5.2. Conhecendo o acervo pesquisado	200
5.3 Análises das Informações Coletadas	236
Conclusão	272
Leis e Legislações	285
Bibliografia	290

Introdução

A pesquisa desenvolvida é o resultado de uma caminhada acadêmica que teve seu início na graduação, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Faculdade de Formação de Professores (FFP), em que participei do projeto “História e Memória de São Gonçalo”, organizado pelos professores Luis Reznik e Márcia Gonçalves entre outros. No projeto, entre as inúmeras análises realizadas, aprofundei meu interesse no período do Estado Novo, especificamente para o município de São Gonçalo durante o governo de Getúlio Vargas, com foco na atuação do interventor municipal Nelson Corrêa Monteiro, temática que foi objeto de estudo no trabalho de conclusão de curso e, posteriormente, no Mestrado em História Social, também realizado na Faculdade de Formação de Professores, que contou com as orientações de Luiz Reznik e Marcelo de Souza Magalhães.

No ano de 2012, ao terminar o mestrado, fui aprovada em um processo seletivo para oficial temporário na área de magistério História, com duração de oito anos. Ingressei em uma nova realidade que tinha dupla função: ser militar, através de uma formação obtida após um curso-treinamento de três meses,¹ e lecionar em uma instituição de ensino militar, o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ). Confesso que demorei por volta de três anos para absorver com mais naturalidade a “natureza do ser militar”. Observei como existem normas e condutas que, por vezes, causam estranhamento por parte dos civis, mas que fazem parte da lógica simbólica de funcionamento do *status quo* militar. São exemplos disso: a continência; o obedecer sem questionamentos; os serviços – dormir na instalação militar fazendo parte do quadro de serviço, exercendo a função de proteção da unidade por vinte quatro horas, mediante uma escala de serviço– entre outros aspectos. Durante meus anos no CMRJ, foi impossível não refletir sobre a estrutura de ensino tanto nos estabelecimentos militares quanto nos civis.

¹ Existem diferenças entre o oficial temporário do Exército e o oficial do quadro complementar do Exército. O militar temporário (oficial ou sargento) é aquele que ingressa no Exército por meio de uma seleção conduzida pelas Regiões Militares, que estabelece o período e as vagas para cada área de interesse necessária. É uma atividade temporária que se dá no período máximo de oito anos. O Quadro Complementar de Oficiais (QCO) é composto por oficiais com curso superior, realizado em universidades civis, em diferentes áreas do conhecimento e especializações técnicas necessárias ao Exército. Esses oficiais são formados na Escola de Formação Complementar do Exército e são oficiais de carreira, podendo chegar, conforme plano e tempo de carreira até coronéis. Criado em 2 de outubro de 1989, pela Lei nº 7.831, o QCO resultou de decisão que trouxe para o Exército profissionais de ambos os sexos e diversas especialidades para emprego em atividades de natureza administrativa e complementar, incrementando, significativamente, a eficiência da atividade-meio. Após a aprovação no concurso, existe uma formação de aproximadamente oito meses.

Foram inúmeras formaturas semanais com os alunos, apresentações do “chefe de turma”² para iniciar as aulas, comemorações específicas como o aniversário do colégio em “seis de maio” – o maior evento anual do CMRJ, em que os valores e atitudes exigidos, assim como os símbolos de tradição e normas, eram exaltados e transmitidos, mostrando a natureza específica de ser um aluno de uma instituição centenária de ensino do Exército Brasileiro. Algumas posturas são exigidas diariamente logo ao entrar no colégio, onde os alunos passam por uma revista de uniforme e colocam-se em “forma” – filas organizadas conforme uma formatura– para escutar as instruções antes de dirigirem-se para as salas de aula.

Além disso, durante meu tempo como militar e docente no CMRJ, aproximei-me do arquivo, que, por décadas, foi responsabilidade de um funcionário civil, o senhor Sebastião de Oliveira, mais conhecido como “seu Tião”, que, sempre atencioso, permitia minhas pesquisas e respondia às minhas curiosidades. Logo percebi que existia um “tesouro” esquecido a ser pesquisado naquelas paredes! Minha inquietude fez com que eu buscasse alguém que acreditasse no potencial que a pesquisa no arquivo do CMRJ possuía. Por uma coincidência inesperada da vida, em um dia de aplicação de provas, quando existe a tradição de alocar todos os professores de uma disciplina organizados em uma “banca”, um professor, o Ronaldo Rodrigues Coelho, comentou que tinha iniciado sua pesquisa em História Militar na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO-Niterói) e que tinha um orientador que apoiava as pesquisas. O professor Ronaldo foi o responsável por me apresentar ao seu orientador, Fernando Rodrigues, que posteriormente atuou como orientador desta tese. Por meio deste contato, conversas e trocas profissionais, conheci sua pesquisa e percebi novos caminhos historiográficos a serem desenvolvidos na perspectiva do ensino secundário vinculado ao período do Estado Novo, mas, diferente do contexto do mestrado, no campo da História Militar.

É nesta trajetória que desenvolvi esta tese que tem como objetivo analisar os critérios de seleção para o ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), assim como, a formação dos alunos, visando estabelecer padrões elitistas no processo de ingresso, durante o período do Estado Novo (1937-1945). A escolha de estudar o perfil dos ingressantes dispõe-se a entender como era o processo seletivo dos alunos amparados, ou seja, os órfãos filhos e

² Chefe de turma é o aluno escolhido semanalmente, pelo responsável do ano, em sistema de rodízio. Esses estudantes ficam responsáveis por conferir as faltas e antes de iniciar as respectivas aulas se colocam em posição de destaque à frente da sala, ao lado do professor, e dão os comandos de apresentação da turma que se coloca em posição de sentido.

netos de oficiais, que eram os detentores do direito à vaga, e dos civis que dependiam da concessão da vaga.

Neste período, o ingresso para os alunos civis ou militares não amparados era possível por meio de uma contribuição pecuniária, juntamente com uma solicitação de vaga a ser realizada ao Comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro, que era o responsável por aceitar ou não a efetivação da matrícula. A solicitação de uma vaga era realizada por intermédio de um processo documental composto por: uma carta do responsável do aluno expondo a nacionalidade dos pais; residência; profissão; estado civil; cópia da certidão de nascimento; comprovante de saúde do aluno; histórico escolar; prova; e, em alguns casos, comprovante de pagamento da taxa pecuniária.³ Cabe salientar que o conjunto documental referente ao período de 1937 a 1945 é o *corpus* documental desta pesquisa. Também é nosso objetivo analisar qual era o currículo militar adotado nessa instituição de ensino secundário,⁴ se foi pensado para formação de uma elite e se contribuía para estabelecer possíveis privilégios desses alunos para ingressar na Escola Militar, local de formação dos oficiais do Exército Brasileiro.⁵

No período de 1937 a 1945, o ensino secundário que existia no CMRJ⁶ tornou-se ainda mais centralizado com o Ministro Gustavo Capanema, que agregou à sua reforma aspectos da Reforma de Francisco Campos, mas teve como preocupação que as instituições educacionais fossem “formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as

³ Uma taxa de inscrição cobrada para os alunos não amparados.

⁴ O período é marcado por duas reformas educacionais: a de 1931, de Francisco Campos, e a de 1942, de Gustavo Capanema. A reforma de Francisco Campos estava em consonância com o governo de Getúlio Vargas. Dentre suas medidas, constava a criação do Conselho Nacional de Educação e a organização do ensino secundário, que foi dividido em dois ciclos de cinco e dois anos, respectivamente, o primeiro fundamental e o segundo complementar. A lei previa ainda a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário. Já na reforma de Gustavo Capanema, ou Lei Orgânica do Ensino Secundário de 09 de abril de 1942, o ensino secundário, no primeiro ciclo, foi dividido em quatro anos de duração, recebendo o nome de ginásio e foi feito um segundo ciclo de três anos. O último ciclo, que possuía três opções, passa a ter duas opções: o curso clássico e o científico. O currículo caracterizava-se pelo enciclopedismo e pela valorização da cultura geral e humanística. Além disto, instituiu a educação militar para os alunos do sexo masculino. A educação religiosa permaneceu facultativa e manteve como obrigatória a educação moral e cívica. Preconizava ainda que a educação das mulheres não fosse nos mesmos estabelecimentos de ensino dos homens. Permaneceu em vigor até 1961. Cf.: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

⁵ Escola Militar para a formação do Oficial Combatente era responsável pela geração de lideranças dentro do Exército Brasileiro e o Ministro da Guerra. O Regulamento do Exército de 1905 dividia a formação de oficiais em quatro escolas, mas, em 1913, ficaram reunidas em uma: a Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro que era responsável pela formação de oficiais do Exército. RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis*: instituição, pensamento político, e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946). Jundiaí: Paco Editorial, 2010. p.7.

⁶ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*... p. 218.

gerações para garantir a continuidade da pátria”,⁷ tendo assim a formação de uma nova elite para o Brasil. Sendo essa elite caracterizada como “católica, masculina, de formação clássica e com disciplina militar. A ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional”.⁸

Ao se estudar sobre a formação de uma nova elite para o Brasil, devemos demarcar que o período do Estado Novo é herdeiro de demandas anteriores à Proclamação da República. Neste aspecto, a preocupação em se forjar uma nova elite brasileira, segundo o historiador Manoel Luís Salgado Guimarães, na obra *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*, era algo existente desde o século XIX, pois, ao pensar em definir Nação em um primeiro momento, não ocorreu a desvinculação e oposição à antiga metrópole portuguesa, “muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa”.⁹ A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) surge, segundo Manuel Salgado, no bojo do processo de formação do Estado Nacional e dentro de um projeto de pensar de forma sistematizada a história brasileira, sendo que:

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a " Nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das " Nações", de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. Entretanto, a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades específicas, para as quais já alertava José Bonifácio em 1813.¹⁰

A tarefa de refletir sobre o Brasil, segundo os postulados próprios de uma história e a sua gênese, segundo Manoel Salgado, começa através de um grupo de letrados do IHGB que esboça uma visão que tendia a reforçar e homogeneizar, segundo os padrões das elites brasileiras, sendo então excludente:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca

⁷SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...* p.180.

⁸ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...* p.180.

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, pp. 5-27, 1988. p. 6

¹⁰ GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos...* p. 6

excludente, carregada de imagens depreciativas do outro, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção. Na medida em que Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o outro desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie.¹¹

Em consonância com o historiador acima, Marcelo de Souza Magalhães, em *História e cidadania: por que ensinar história hoje*,¹² expressou que a história do Brasil como disciplina se diferencia da história da civilização que surgiu em 1895, caracterizando-se pelo uso da cronologia política, estudo de biografias de brasileiros entendidos como ilustres e a busca por acontecimentos considerados relevantes para a afirmação de nacionalidade. Sendo assim, Manoel Salgado expôs que foi imposta uma tarefa de pensar uma nação brasileira capaz de garantir uma identidade caracterizada como própria, dentro do conjunto mais amplo das nações.¹³

Nesta percepção, a historiadora Angela de Castro Gomes, em *Venturas e desventuras de uma República de Cidadãos*,¹⁴ aponta que, durante a República, ocorreu a luta por uma chamada pátria brasileira, em oposição à sua antiga metrópole, Portugal, e a formação de uma cidadania brasileira, sendo assim: “podem ser entendidas como o momento original do processo de construção de um Estado nacional e de um certo desenho de direitos”.¹⁵ Expressa que a abolição da escravidão e a República tornaram juridicamente existente o princípio da equidade jurídica, pelo qual todos os homens seriam iguais perante a lei, tendo assim o direito de exercerem a cidadania. Com isto, foi possível a elaboração do primeiro Código Civil do país, em 1916. Desta forma, segundo Angela de Castro: “A Primeira República é, portanto, um período chave para a constituição de atores políticos coletivos no Brasil, entre os quais se destacam o próprio Estado e sua burocracia”.¹⁶ Portanto, o período do Estado Novo não pode ser dissociado das transformações e demandas do início da República e faz parte de um debate e transformações para a expansão dos direitos de cidadania no Brasil como, por exemplo, pela concepção do Código eleitoral de 1932. Neste processo, o Estado autoritário atenderia a um

¹¹ GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos... p.7

¹² MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, v. 1, pp. 168-184, 2003.

¹³ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania... p. 168

¹⁴ GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma República de Cidadãos. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, v. 1, pp. 153-163, 2003.

¹⁵ GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma República de Cidadãos... p. 154

¹⁶ GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma República de Cidadãos... p.159

chamado “pacto social e político”, centralizando o poder, dentro do discurso de única forma de garantir a cidadania:

A ideia de cidadania centrada nos direitos sociais, articulados num modelo de pacto entre o Estado e a sociedade, em que um Estado forte tem amplo papel intervencionista, mas em que a sociedade não deve ser entendida como um sujeito passivo [...] Nessa dinâmica complexa, em que as ideias circulam e se transformam, há tanto de crença e adesão ao modelo de pacto proposto quanto de um cálculo que visa à defesa de interesses individuais e coletivos, quer eles assumam uma face mais material (a dos benefícios), quer uma face mais simbólica (a de ser reconhecido como interlocutor pelo Estado).¹⁷

Dentro desta representação, na Escola Militar do período, segundo Fernando Rodrigues,¹⁸ ocorreu a reformulação de seu ensino devido à necessidade do Exército de “preparar melhor seu Corpo de Oficiais, buscando mudanças dentro do movimento de evolução política e tecnológica”.¹⁹ Além disto, o autor expressa que a Escola Militar foi “[...] um laboratório para os interesses organizacionais e doutrinários institucionais, com o progressivo estabelecimento de um padrão de militar mais profissional e menos teórico”.²⁰ Buscarei compreender como essas reformas foram percebidas dentro do Colégio Militar do Rio de Janeiro, como instituição de ensino secundário, e se afetaram na seleção de seus alunos.

Conforme exposto, a delimitação temporal são os anos de 1937 até 1945. Sendo este um período de grande efervescência para o Brasil republicano no campo das transformações sociais, culturais, econômicas e políticas. No campo do ensino, existiu uma efetiva ampliação da escolarização no país. Foram criadas, por exemplo, as primeiras universidades e os Ministérios da Educação e Saúde²¹ objetivando uma formação elitista dos alunos no processo de seleção e escolarização no país. Sobre as universidades, o doutor em História José Geraldo

¹⁷ GOMES, Angela de Castro. *Venturas e desventuras de uma República de Cidadãos...* p.161

¹⁸ RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis...* p. 14.

¹⁹ RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis...* p. 14.

²⁰ RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis...* p. 14.

²¹ De acordo com DECRETO Nº 14.343, DE 7 DE SETEMBRO DE 1920 “que instituiu a criação da Universidade do Rio de Janeiro. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Considerando que é oportuno dar execução ao disposto no art. 6º do decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915”. Segundo o professor doutor Christiano Britto Monteiro, a primeira foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 pela aglutinação da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e de uma Faculdade de Direito Livre. Segundo alguns estudiosos, a razão principal da criação da Universidade do Rio de Janeiro teria disso a necessidade diplomática de conceder o título de doutor “honoris causa” ao rei da Bélgica em visita ao país. Para saber mais, Cf.: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>
<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/461>
<https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/ufrj-decadas/anos-1920>

de Souza, no trabalho *Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares*,²² explica que foi durante o período da chamada Primeira República, que se delimitou entre “1889 até a revolução de 1930, que surgiram as escolas superiores não dependentes do Estado. Também nesse período nasceram as primeiras universidades brasileiras”.²³ Compreender tais mudanças e seus desdobramentos dentro do país e do Exército Brasileiro como parte fundamental do Estado é um ponto crucial para a apreensão da política educacional que se voltava para a construção de um novo ideal do “homem brasileiro”.

A tese terá como objeto de pesquisa o quadro estudantil formado pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro, justamente, para compreender quem eram esses alunos que tentaram e quais conseguiram ingressar na Escola de Formação de Oficiais. Cabe apontar que, mesmo com a existência de vagas preferenciais para alunos/egressos do Colégio Militar que tinham bom aproveitamento do estudo, neste período, alguns alunos não conseguiram matricular-se na Escola de Formação de Oficiais, como o caso citado por Rodrigues do aluno que mesmo atendendo aos critérios, mas por ser de cor, não conseguiu ingressar na Escola Militar.²⁴

Já com relação aos candidatos inaptos por motivo da cor (negros), observa-se um processo em que o candidato teve sua documentação arquivada com base na análise da certidão de nascimento. Segundo o oficial selecionador, o documento foi feito de acordo com um processo de justificação, concluindo que parecia fraude. No entanto, ao analisar a fotografia da ficha do requerimento, verifica-se que a foto está marcada a vermelho, e que o candidato que era negro utilizou uma fotografia em que estava fardado, de quando era aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Além disso, o candidato era filho de um Capitão do Exército (falecido). Com relação à foto usando farda, deduz-se que o candidato conhecedor da sua condição racial junto à sociedade, se utiliza da indumentária militar e de sua condição de ex-aluno do CMRJ para atrair o bom senso dos selecionadores e conseguir ultrapassar possíveis barreiras impostas pela Instituição ao seu ingresso.²⁵

À luz do objeto e do objetivo geral, as principais hipóteses desta pesquisa são de que havia uma política de modernização no Estado Novo implementada no Exército em sintonia com o ideal de construção de um novo homem. Neste sentido, o Colégio Militar e a Escola

²² SOUZA, José Geraldo. *Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares*. *Revista de Educação PUC-Campinas*, n. 1, pp. 42-58, 1996.

²³ SOUZA, José Geraldo. *Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares...* p. 49.

²⁴ SOUZA, José Geraldo. *Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares...* p.185.

²⁵ SOUZA, José Geraldo. *Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares...* p. 185.

Militar foram locais para seleção dos “melhores” candidatos dentro da perspectiva de formação de uma nova elite militar, visto que a formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, iniciada no Colégio Militar do Rio de Janeiro, recebeu influência das teorias científicas que estabeleciam parâmetros de hierarquia social e étnica entre os diversos grupos.

Dentro destas hipóteses, foram traçados os seguintes objetivos: verificar se existiram padrões de discriminação para o ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro, no período do Estado Novo, com a implantação de um projeto político de formação de uma nova elite no Exército; analisar se as teorias científicas do final do século XIX e início do século XX, que estabeleciam parâmetros de hierarquia social e étnica entre os diversos grupos, influenciaram as relações raciais dentro do Exército Brasileiro, passando de um período de aceitação ou de democratização racial para um período de ascensão da discriminação; e analisar os decretos militares para observar se foram pensados para formação de uma elite, visando examinar se contribuíam para estabelecer possíveis privilégios desses alunos no ingresso à Escola Militar, local de formação dos oficiais do Exército Brasileiro.

O trabalho investiga a construção dos discursos existentes no período do Estado Novo, dentro da esfera do Exército Brasileiro, sobre a construção de uma nova perspectiva de formação de um “ideal” de homem e elite militar. De acordo com Keith Jenkins, é fundamental observar a construção dos discursos e suas validações em que a história é a maneira pela qual as pessoas criam, em parte, suas identidades. Ela é muito mais que um módulo no currículo escolar ou acadêmico, embora possamos ver que o que ocorre nesses espaços educacionais tem importância crucial para todas aquelas partes diversamente interessadas.²⁶

Desta forma, os historiadores devem “prestar atenção ao discurso, à maneira pela qual um objeto histórico é produzido discursivamente e à própria narrativa que constroem ou reproduzem”.²⁷ Tendo a categoria de discurso como referência, a tese em questão irá focar no período de 1937 a 1945, dentro do seguinte recorte espaço-temporal: o Rio de Janeiro durante o governo de Getúlio Vargas, sua organização administrativa política e seus desdobramentos para o Exército Brasileiro na construção de uma nova elite. Segundo Michel de Certeau, toda pesquisa é articulada a um lugar de produção social, econômica, política e cultural, estando estas instâncias ligadas aos discursos produzidos e seus desdobramentos. Para ele, a história deve ser encarada como algo limitado ao seu lugar de produção do discurso, em que a

²⁶ JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 42.

²⁷ JENKINS, Keith. *A história repensada...* p. 11.

operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como um texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.²⁸

Dentro do contexto histórico-político do estudo e sua produção de discurso, está a formação de um Estado autoritário intervencionista no Brasil. Tomando como base o campo de uma Nova História Política²⁹ com enfoque no poder do Estado e na formação de elites institucionais como mecanismo de controle da sociedade, abordaremos, principalmente, o conceito de elite pela relevância historiográfica e para melhor compreensão da nossa investigação científica que servirá para o bom desenvolvimento desta tese.

Um conceito chave nesta pesquisa será o de elite, entendida aqui como a teoria de uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder em contraposição a uma maioria que dele está privada. Conforme Bobbio, a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu a partir do estudo das Elites políticas e ela pode ser redefinida como a teoria, segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito grupo de pessoas que detém o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força em última instância.³⁰

A formulação clássica desta teoria foi de Gaetano Mosca, nos *Elementi di scienza politica* (1896), considerado o precursor da teoria das Elites, segundo a qual a organização é um instrumento para a formação da elite. A grandeza do termo Elite remonta a Pareto, que, alguns anos depois, por influência de Mosca, enunciou, na introdução aos *Les Systèmes socialistes* (1902), a tese de que em toda sociedade há uma classe superior que detém, geralmente, o poder político e o poder econômico, a qual se deu o nome de aristocracia ou Elite.³¹

Trabalharemos com o conceito elite militar utilizado por Rodrigues que diz respeito à articulação do pensamento político de formação de uma elite militar, no contexto histórico do Exército Brasileiro, durante o Estado Novo que “contribui para a compreensão da formação

²⁸ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 56

²⁹ REMOND, René Uma história presente. In: ____ (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 13-36.

³⁰ BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: ____ et al. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 384-391.

³¹ MOSCA, Gaetano. *Elementi di scienza politica*. Torino: Fratelli Bocca, 1923.; PARETO, Vilfredo. *Les Systèmes socialistes*. Paris: Giard et Briere, 1902.

social brasileira (...) e a cultura corporativa dentro do Exército”.³² Em relação ao conceito de elite, Rodrigues expressa que ele permite “distinguir os membros que usam suas qualificações para alcançar fins políticos e sociais, daqueles que se satisfazem em exercer sua profissão por recompensas pessoais e imediatas” Desta forma, define que “a elite militar compreende os oficiais de mais altas patentes”.³³

No estudo sobre a concepção de uma nova elite militar, Rodrigues demarcou como reflexo das medidas autoritaristas, intervencionistas e ideológicas do regime do Estado Novo a adoção de “ideais racistas, antissemitas, com padrões de discriminação na formação das elites brasileiras”.³⁴

Em *A invenção do trabalhismo*, na reflexão sobre o período, Ângela de Castro Gomes demarca que o Estado Novo se caracterizou por ser: centralizador; autoritário e intervencionista, com um discurso de que produzia a justiça social. Utilizava-se de questões e projetos que, aparentemente, eram demandas dos trabalhadores. Entretanto, o grande dilema do Estado era: como promover o desenvolvimento econômico no Brasil? Logo, os ideários da modernidade e do progresso estavam presentes nessas décadas, que eram herdeiras do paradigma modernista de valorização do homem brasileiro e de suas particularidades.³⁵

Abordar o tema da educação no Brasil, no primeiro governo de Getúlio Vargas, pressupõe estudar as ações do ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Para o historiador Simon Schwartzman, o Ministério buscava, por intermédio da educação, moldar uma nova nação. As Forças Armadas tinham, dentro da política educacional, uma participação crescente na formação de uma mentalidade que se adequasse ao novo projeto de Estado a ser forjado. Existia a vinculação da educação com a segurança nacional, a fim de se construir um projeto estratégico de mobilização controlada. Conforme documento da Fundação Getúlio Vargas, “O Brasil reclama um sistema completo de segurança nacional, o que pressupõe, fundamentalmente, uma entrosagem dos órgãos militares com os órgãos federais, estaduais e notadamente municipais, incumbidos da educação e cultura”.³⁶

Michel de Certeau considera que toda cultura existe devido a uma atividade, um modo de:

³² RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis...* p. 9.

³³ RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis...* p. 33

³⁴ RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis...* p. 9.

³⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

³⁶ VIERA, O. Juventude brasileira. *Cultura Política*, Ano I, n. 02, abr., pp. 154, 1941.

[...] apropriação, uma adoção e uma transformação pessoais, um intercâmbio instaurado em um grupo social. É exatamente esse tipo de “culturação”, se assim podemos dizer, que confere a cada época sua fisionomia própria: “Entre uma sociedade e seus modelos científicos, entre uma situação histórica e o instrumento intelectual que lhe é adequado, existe uma relação que constitui um sistema cultural”.³⁷

Dentro desta lógica, no período de estudo, existia a vinculação da educação ao Exército na montagem de uma nova mentalidade e estrutura para forjar um novo grupo com a capacidade de “[...] pensar militarmente. A intervenção do Exército na política educacional teria ainda como meta fundamental a construção de barreiras eficazes à propaganda de doutrinas consideradas perigosas à defesa da nacionalidade”.³⁸ A educação tornou-se um instrumento de valores que tinha como principal meta a homogeneização e a disciplina, sendo que:

[...] aos poucos o papel específico das Forças Armadas vai sendo acentuado, a partir da ideia de que a educação deveria servir à segurança, à ordem e a continuidade da nação. A educação, também para os militares, apareceu como a grande arma a ser usada nesta luta espiritual que se trava entre as vigas mestres e os inimigos declarados de todas as pátrias.³⁹

Sobre o Exército, procuramos encontrar, no capítulo *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador* de José Murilo de Carvalho, a caracterização das Forças Armadas na Primeira República. Destaca-se: o poder desestabilizador; a aplicação do conceito de elite no Exército, tomando por base o entendimento da organização da força através dos pilares básicos da hierarquia e da disciplina. O trabalho de José Murilo valoriza o papel da organização militar como instrumento de socialização política e de formação de quadros.⁴⁰ Veremos ainda o processo de profissionalização, no qual um grupo de indivíduos adquire um conjunto de habilidades e conhecimentos técnicos e se organiza em uma instituição com normas e regimentos próprios, que o separa dos outros grupos e das outras instituições presentes na sociedade. A instituição militar, como qualquer outra organização profissional, pode regulamentar o acesso dos indivíduos tanto pelo recrutamento daqueles que possuem determinadas habilidades e conhecimentos, explicitamente estabelecidos, como pela

³⁷ CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 10

³⁸ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...* p. 69.

³⁹ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...* p. 180.

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. III, v. 2. São Paulo: Difel, 1977. p. 180-234.

socialização dos indivíduos recrutados com as normas, os regulamentos e com os costumes vigentes dentro da instituição.⁴¹ Logo, a constituição da profissionalização dos militares faz parte de um processo mais amplo de diferenciação estrutural que as sociedades atravessaram e ainda experimentam no decorrer da modernização do Estado.

Dentro desta perspectiva, é importante demarcar o conceito de autoritarismo, conforme Rodrigues, entende-se por autoritarismo: “um poder empregado na estrutura dos sistemas políticos, regimes que privilegiam a autoridade governamental, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão”.⁴² Ocorrendo, desta forma, uma centralização de poder, uma estruturação política muito hierarquizada que emprega meios de coerção para a imposição da obediência, sendo então: “um conceito, assim como a ditadura e autoritarismo que surgiram e foram utilizados para contrapor a democracia”.⁴³

O Estado Novo foi um período de grande reflexão ideológica, significou repensar o Brasil e sua formação, assim como as medidas para a montagem de uma base ideológica que levasse à modernidade e ao progresso. Boris Fausto destaca três principais intelectuais do pensamento autoritário: Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos.⁴⁴ Os três identificavam como problema do Brasil, no período do Estado Novo, a questão da construção nacional. Percebiam que exista no país um povo, mas não havia uma nação e nem uma identidade nacional. O autoritarismo, dessa forma, servia como o “caminho para se criar uma nação, com uma perspectiva culturalista e tradicional de Oliveira Viana; mais modernizante em Azevedo Amaral, um defensor do capitalismo industrial; e Francisco Campos adotando um meio termo entre os dois”.⁴⁵ Os dois primeiros possuíam uma perspectiva negativa da formação brasileira, e o último teve grande destaque como teórico ou formulador de legislação repressiva.⁴⁶

⁴¹ PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: ____ et al. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p.748-753.

⁴² RODRIGUES, F. S. *A Formação de uma elite militar no Exército brasileiro: padrões de discriminação no ingresso da Escola Militar do Realengo de 1931 a 1944*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 44.

⁴³ RODRIGUES, F. S. *A Formação de uma elite militar no Exército brasileiro...* p. 45.

⁴⁴ FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 30.

⁴⁵ RODRIGUES, F. S. *A Formação de uma elite militar no Exército brasileiro...* p. 46. Sobre os autores Cf.: VIANA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: 1920.; AMARAL, Antônio José de Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.; CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.

⁴⁶ Francisco Campos, em 1914, na sua formatura em Direito proferiu que “O futuro da democracia depende do futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações.” Francisco Campos acreditava que o Estado deveria ser condutor e responsável por centralizar as ações para a transformação da sociedade brasileira, seu pensamento político esteve fortemente comprometido com a justificação de práticas autoritárias, atribuindo-lhes apoio e legitimidade. Cf.: MALIN,

Existia na passagem do século XIX para o XX, a preocupação política em se formar um ideal de nação que atendesse aos critérios de soberania e civilização. O Brasil tinha seu passado escravista, o que gerava dificuldades na construção de uma soberania e sentido de igualdade entre os cidadãos livres da Primeira República. A discussão central ficava na questão de qual seria a base para a construção de uma nação. A formação do povo brasileiro, no final do século XIX, valorizava a manutenção do Estado com os homens livres, detentores de posses e que possuíam características culturais e biológicas que eram tidas como essenciais aos homens civilizados, como ser alfabetizado e ter a pele clara, o que excluía a maior parte da população brasileira que tinha a miscigenação como característica.

À vista disto, Rodrigues argumenta que, para esses intelectuais, a miscigenação brasileira era um desafio a ser superado para o progresso do país e que seu processo civilizador era algo que diferenciava o Brasil frente às nações europeias. Este era um problema, de acordo com as teorias evolucionistas do século XIX, que equiparavam civilização à raça branca. O fim da escravidão também tinha como propósito ampliar as bases demográficas no país e tentar formar certa homogeneidade social e cultural. Desta maneira, “os ideólogos do autoritarismo entendiam o culto do Estado como única forma capaz de construir a nacionalidade”.⁴⁷ Além disto, procuraram-se formas de embranquecer a sociedade

Mauro. Francisco Campos. *Verbetes Biográficos*. Rio De Janeiro: CPDOC, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Francisco.pdf>. Acesso em: 18 mar. de 2024. Norberto Dallabrida expressa que “*A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. A Reforma Francisco Campos, desta forma, marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização.*” Sendo assim, sobre a relação da reforma Francisco Campos e a modernização “*A reforma Francisco Campos representou a concretização da modernização do ensino secundário desejada por alguns grupos sociais desde o final do século XIX e, particularmente, na década de 1920, quando emergiu um instigante debate político e educacional. Ela teve a marca de seu idealizador na medida em que realizou uma centralização e homogeneização do ensino secundário inédita em nível nacional, tonificando o Estado educador. Esse traço intervencionista e autoritário de Francisco Campos se revelaria ainda mais claro na Constituição de 1937 – sustentáculo jurídico do Estado Novo –, elaborada por ele como titular do Ministério da Justiça do Governo Getúlio Vargas. Por outro lado, Francisco Campos imprimiu uma perspectiva escolanovista na reforma do ensino secundário de 1931, que estimulava a utilização de métodos ativos e individualizantes no processo de aprendizagem*”. Cf.: DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, v. 32, n. 02, pp. 185-191, 2009.

⁴⁷ DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário... p. 47.

brasileira pelo estímulo à imigração de grupos europeus e a proibição da vinda de novos imigrantes negros ou asiáticos logo após a Proclamação da República.⁴⁸

Serão também fontes de reflexão o processo de articulação entre a formação de elites dentro do Exército Brasileiro e a questão das relações raciais dentro da instituição militar. Relações essas que vão mudando no Exército, que deixa de ser um espaço de aceitação e integração do homem mestiço, conforme observado nas décadas de 1910 e 1920; em que, por exemplo, o intelectual Olavo Bilac, através da Revista A Defesa Nacional, é instituído patrono do serviço militar obrigatório, para um movimento de ascensão da discriminação racial no período do Estado Novo.

Desta forma, o racismo contemporâneo, à luz das considerações do historiador Edgard Ferreira Neto, na obra *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*,⁴⁹ através de seu estudo aponta que: tal como se desenvolve em nível político, principalmente, após a Primeira Grande Guerra, tem uma origem bastante remota e é resultante do encontro e fusão de três correntes diferentes de pensamento:

Primeiro: o estudo das raças,⁵⁰ que, no final do século XVIII, com o progresso das ciências naturais, fomentado pelo Iluminismo, começou a classificação das raças humanas, com base no estudo do crânio ou do rosto, estabelecendo uma hierarquia entre elas, colocando a raça branca em primeiro lugar, a negra em último e a amarela no meio. Já no século XIX, este conceito materialista se desenvolve, tanto com a teoria da hereditariedade dos biólogos raciais, como com a livre interpretação do pensamento de Darwin na teoria da seleção natural, que permite a sobrevivência da espécie que se adapta melhor ao ambiente e se transforma na

⁴⁸ Art. 1º - É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, excetuando os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas. (BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Coleção de Leis do Brasil - 1890, p. 1424 v. 1 fasc.VI).

⁴⁹ NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 313-328.

⁵⁰ O conceito de raça deve ser compreendido como um termo da época do estudo. Não sendo atualmente, no século XXI, empregado ao para conceituar características humanas. Segundo Giralda Seyferth, em *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*, os conceitos de raça e racismo são, pois, coisas distintas, embora este último tenha sido inventado no século XIX no âmbito de uma "ciência das raças" produzida por antropólogos, psicólogos, sociólogos, ensaístas, filósofos etc., cujo dogma afirmava a desigualdade das raças humanas e a superioridade absoluta da raça branca sobre todas as outras. [...] Ideologias racistas como o darwinismo social, a antropossociologia (com sua ditadura do índice cefálico), a eugenia (enquanto proposta de "higiene das raças"), a antropologia criminal de Lombroso e Ferri, o rigor numérico da craniologia de Broca, dando respaldo antropológico às hierarquias raciais, até a década de 1920 tinham, para muitos, o estatuto de "ciências" e foram desse modo apropriadas por vários pensadores e cientistas brasileiros. A idéia de raça no Brasil foi, contudo, uma invenção peculiar, inspirada nos vários determinismos raciais europeus e norte-americanos e na presunção da superioridade da civilização ocidental moderna. A mestiçagem e seus efeitos constituíram o tema central da interpretação orgânica da história do Brasil e das especulações acerca do futuro da nação. (1995, p. 178-179)

sobrevivência da raça superior, modelo adaptado por políticas racistas, como a eugenia, que servirá para combater a degeneração racial e para melhorar a qualidade da raça, tornando-a mais pura, pois, nesse racismo, o perigo da mistura das raças torna-se obsessivo.

Segundo: o nacionalismo, para o qual uma nação é superior às outras, e a seguir o imperialismo⁵¹, obrigado a justificar o domínio colonial.

E, por último, uma atitude mística e irracional na política, como no caso do nazismo, que colocou em prática o que chamou de “solução final”, com o extermínio da raça judaica e a completa arianização forçada da Alemanha, uma vez que os cruzamentos raciais só produziriam degenerados. A fusão destes elementos, muitas vezes contraditórios entre si, dá-se sob o impulso político da mobilização e nacionalização das massas.

Compreender o momento político, social e econômico do Brasil nestes cenários supracitados é fundamental. No período que se inicia com a Revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas – que foi apoiado por militares como o general Góes Monteiro e, posteriormente, pelo general Eurico Gaspar Dutra⁵² – até 1937, pairava, no Exército, um forte sentimento anticomunista, contextualizado pelo surgimento dos regimes nazifascistas pela Europa. Entre 1937 e 1945, o Estado nacional tornou-se intervencionista de fato, após um longo período de desmobilização do sistema federalista e do regime liberal-democrático. As reformas educacionais também são instrumentos de consolidação do ideal de formação de uma elite condutora das massas.⁵³

Podemos perceber na reforma do ensino secundário de 1942, a intenção de se consolidar a escola secundária como principal momento do ensino para formar novas mentalidades, para formular uma cultura nacional, disciplinar os jovens criando “corpos

⁵¹ Segundo o historiador da Universidade de Turim Sergio Pistone na primeira metade do século XX *ao desencadear de um Imperialismo particularmente agressivo, o da Alemanha, que por duas vezes tentou estender a sua hegemonia sobre a Europa, o do Japão que buscou fazer outro tanto na Ásia, e o da Itália fascista, que ocupou o último território independente importante da África, a Etiópia, querendo tornar realidade, numa situação de aliança subalterna com a Alemanha nazista, um plano hegemônico menos ambicioso na área do Mediterrâneo. Depois de 1945, apagou-se o impulso imperialista dos Estados europeus e do Japão, tendo lugar o processo de descolonização. Mas o fenômeno do Imperialismo continuou a manifestar-se obviamente de formas diversas, quer nas relações hegemônicas estabelecidas entre as duas superpotências e os Estados dos respectivos blocos, quer na política neocolonialista praticada principalmente pelos Estados Unidos, mas também, em menores proporções, pelas demais potências capitalistas. Daí a origem e desenvolvimento de uma vasta linha cultural que é representada pelas teorias concernentes ao Imperialismo, teorias que têm como objeto essencial os fenômenos imperialistas daquela época, conquanto não excluam, em muitos casos, seu cotejo com os de outras épocas e, às vezes, a tentativa de elaborar teorias mais gerais, isto é, relativas ao fenômenos imperialistas de todos os tempos. Cf.: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p.772.*

⁵² A partir de 1937, vários generais de linha mais liberal são expurgados do Exército pelo General Dutra, Ministro da Guerra, conforme verificado pelo almanaque de oficiais de 1937. Cf.: RODRIGUES, F. S. *A Formação de uma elite militar no Exército brasileiro...* p.17.

⁵³ Reformas dos Ministros da Educação Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942).

dóceis”, traçando um paralelo com a obra de Michel Foucault.⁵⁴ No ensino militar, com a ordem unida e o “adestramento” aos quais os alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro eram submetidos, observamos um processo de legitimação do poder do Estado sobre as massas.⁵⁵ Em consonância com Foucault, que identifica a disciplina mantida nas prisões como algo a moldar os corpos dos indivíduos em um processo de docilização para sujeição da vontade e controle da produção de energia individual voltado à produção para o Estado.

O filósofo trabalha com os processos de adestramento desenvolvidos no cárcere, que se assemelham, dadas às devidas proporções, ao que ocorre na formação militar, nos quartéis, escolas militares, locais em que a supressão do tempo é um forte aliado nesse processo de sujeição. O autor expressa que a aprendizagem e dominação do corpo como forma de desenvolvimento de programas bem definidos para atendimento desse estado de coisas é, antes de tudo, pautado pela dominação do sistema e pela sujeição dos seres humanos. Argumenta, assim, que, acima de tudo, é preciso repensar o sujeito e a sua formação. Se ele nasce e cresce dentro de certas estruturas de poder, então ele é efeito, tem seu modo de vida delimitado, balizado e, ao menos, influenciado por certa maneira de se relacionar.

A ordem unida e o treinamento militar no Exército serviam como disciplinadores, pois criavam, treinavam e formavam hábitos, moldando-os segundo a concepção de formação de um novo ideal da força. Esse novo ideal militar inserir-se-ia na implantação de uma nova lógica ideológica para o Exército Brasileiro, reflexo da política adotada no período do Estado Novo, no qual o CMRJ se torna um importante instrumento na formação de uma nova base para a construção de um ideal militar que atenderia aos critérios desejados na formação do oficial do Exército Brasileiro.

Diante dessa transformação no campo do ensino, trabalho com a hipótese da existência da intencionalidade do Colégio Militar do Rio de Janeiro em formar uma nova elite estudantil, adequando-se aos novos padrões estipulados pelo Exército, no período de 1937 a 1945. Com esta proposta, a presente, tese visa contribuir historiograficamente por buscar compreender quem eram, como foram selecionados e qual era a formação disciplinar e curricular desses alunos. Essas propostas articuladas, assim como os possíveis privilégios ou critérios de exclusão nessa instituição, ajudarão a construir esse mosaico do ensino militar no Estado Novo. Outrossim, será verificado, pela análise das documentações, quais alunos do CMRJ tiveram ou não preferência no concurso de admissão à Escola Militar e, por

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir...* p. 27.

consequência, ao curso de formação de oficiais e, se seguiram ou não essa carreira militar. O mapeamento daqueles que seguiram carreiras militares será realizado pela investigação dos almanaques dos oficiais, documento administrativo que registra a carreira de todos os militares.

Em relação ao plano de ensino no período, dentre as transformações que existiram, o presidente Getúlio Vargas, desde que assumiu o governo, promoveu, através de dois ministros — Francisco Campos e Gustavo Capanema — uma série de Reformas na Educação, como a Lei Magna de 1934, em que a educação passou a ser um direito de todos, sendo responsabilidade da família e dos Poderes Públicos. Além disto, aumentou-se a responsabilidade da União, através do Conselho Nacional de Educação, resguardando, no entanto, a autonomia dos estados e municípios. Este Conselho recebeu a missão de preparar um Plano Nacional de Educação (PNE) e garantir recursos para o sistema educacional.

Tomada de consciência por parte da sociedade política, da importância estratégica do sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças estruturais ocorridas tanto na infra como na superestrutura. Por essa razão a jurisdição estatal passa a regulamentar a organização e o funcionamento do sistema educacional, submetendo-o assim, ao controle direto.⁵⁶

Estes dados explicitam como a área da educação foi centralizada pelo governo, transformando-a também em um aparelho de difusão da ideologia estado-novista. Dentre estas transformações, o Exército construiu como sua própria meta melhorar a seleção de seus futuros oficiais. Sendo assim, trabalhavam com a lógica da instauração do aparelhamento das forças militares, construindo uma elite que refletisse a culminância de um corpo de oficiais mais preparado profissional e ideologicamente de acordo com a formação desta nova nação, que era moldada pelas novas necessidades, na construção de um Brasil, dentro dos parâmetros de modernidade do período. Neste contexto, os colégios militares representam instituições formais de educação e reprodução da nova ideologia.

Sendo assim, em relação ao período da Primeira República no Brasil, este novo momento é marcado por uma transformação na perspectiva de atuação do Estado. Inserido nesse contexto e para compreender o papel das ações no campo do ensino, faço, em um primeiro momento, uma reflexão sobre a constituição do Estado: aquele que é viabilizador das políticas públicas até o período do Estado Novo. Recorte cronológico de maior interesse na tese desenvolvida.

⁵⁶ FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. 4. Ed. Coleção Educação Universitária. São Paulo: Editora Moraes, 1980. p. 53.

Sobre a grade curricular⁵⁷ do ensino secundário existente no CMRJ, demarcamos que, nesse período, era diferente se comparada às outras instituições secundárias existentes na então capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. Além das disciplinas padrões comuns às outras instituições, eram ministradas disciplinas com caráter de formação militar, e os alunos também passavam por instruções de ordem unida.⁵⁸ Em relação ao conteúdo adotado, o currículo era abrangente contendo as seguintes disciplinas: Aritmética, Português, Latim, Francês, Desenho, Geometria Prática, Álgebra, Inglês, Alemão, História Natural, Trigonometria, História Geral, História e Corografia do Brasil, Geografia Geral, Elementos de Música, Noções de Astronomia, Física, Mineralogia, Geologia, Botânica, Química, Zoologia, e ainda Noções de Mecânica, Higiene e Fisiologia Experimental. Além das aulas regulares, existiam aulas teóricas com a finalidade preparatória da instituição como: Educação Moral e Cívica; Direitos e Deveres do Cidadão e do Soldado; Noções Práticas de Disciplina; Economia e Administração Militar; Nomenclatura e Manejo das Armas em Uso; Natação; Ginástica; Equitação; Tiro ao Alvo; Esgrima e Instrução Militar das três Armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia).

Entender o Estado Novo pressupõe refletir as transformações na estrutura da formação do militar no Exército Brasileiro. Para Silvia Pantoja, em 10 de novembro de 1937, o então presidente Getúlio Vargas deu um golpe de Estado ao promulgar uma nova Constituição.⁵⁹ A nova Constituição baseava-se na centralização política, na ampliação do intervencionismo do Estado e era antiliberal. O parlamento foi fechado, as liberdades civis suspensas, as autonomias dos estados foram reduzidas.

Pantoja demarca que a sociedade se organizava por meio da formação e da aliança das elites: “[...] a elite é sempre uma minoria composta por indivíduos que se destacam nos seus respectivos setores de atividade.”⁶⁰ Essa característica mostra a importância da política de Vargas em integrar-se aos grupos locais e às elites, de forma a conseguir base para as suas ações. Sendo assim, caso não ocorresse uma agregação de forma eficiente, a classe dirigente perderia sua força e uma nova elite com mais dinamismo se organizaria.

⁵⁷ Organização de todas as disciplinas que serão estudadas.

⁵⁸ Formação habitual de marcha, de parada ou de reunião dos componentes de uma tropa, que observa as distâncias e os intervalos estabelecidos. Ao conjunto harmonioso, cadenciado e equilibrado dos movimentos de marcha, dá-se o nome de ordem unida.

⁵⁹ CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

⁶⁰ CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense...* p. 14

Nesta reflexão, segundo Angela de Castro Gomes, o período do Estado Novo caracterizou-se por utilizar-se de argumentos pautados na “moderna ciência social da época”.⁶¹ No entanto, esse viés cientificista era apenas um dos níveis de produção e divulgação do projeto político que se construía. É importante frisar que esse pacto somente foi obtido através de uma construção ideológica de um discurso que contava também com um grande aparato político, como, por exemplo, o propiciado por Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e responsável, juntamente com Departamento de Imprensa e Propaganda, pelo programa de rádio Falando aos Trabalhadores Brasileiros.

É importante ressaltar como essa ideologia de levar o progresso e avanços ao Brasil refletia em um discurso que fazia parte do *status quo* da ideologia estado-novista e que se desdobrou na busca por um novo padrão de oficiais dentro do Exército. O termo Estado Novo expressou para os contemporâneos um novo marco na vida política e social do Brasil, mas o que se observa é que, de certa forma, foi um período de concretização das demandas da República por intermédio do governo de Getúlio Vargas. As décadas de 1930 e 1940 foram, antes de tudo, um momento em que o país visava constituir-se moderno. A modernidade era pautada no cientificismo da época, e esse ideal contribuiu para o projeto político que se construiu com o Estado Novo e que tinha como subsídio um grande aparato político e ideológico.

Neste período, o Exército Brasileiro adequou-se à demanda cientificista de modernização. De acordo com a tese de Rodrigues,⁶² a instituição preocupava-se em atender aos novos critérios de formação de oficiais que tinham por objetivo selecionar os tidos como melhores elementos da sociedade. Rodrigues realizou um estudo utilizando como objeto de análise o processo seletivo da Escola Militar que era a responsável pela formação dos oficiais, visando revelar alguns aspectos do processo de modernização profissional do Exército Brasileiro. O autor buscou compreender quais modelos de organização a Escola Militar adotou no processo de seleção e de formação do quadro de Oficiais. Isto é, analisou a seleção excludente aos candidatos que não atendessem a certos pré-requisitos, que foram estabelecidos pelo General Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, para selecionar o novo quadro de futuros oficiais. Conforme observado em nota secreta, de 22 de janeiro de 1941, do ministro ao comandante da Escola Militar, ficaram estabelecidos como condições fundamentais aos candidatos das Escolas de Formação de Oficiais do Exército os seguintes

⁶¹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

⁶² RODRIGUES, F. S. *A Formação de uma elite militar no Exército brasileiro...*

critérios: “ser brasileiro nato e filho legítimo de brasileiros também natos; pertencer à família organizada e de bom conceito; ser física e mentalmente sadio; não ser de cor; não ser – nem seus pais – judeu, maometano ou ateu confesso”.⁶³

Sobre como deveria ser a seleção dos candidatos à Escola Militar, registrada na nota secreta acima descrita, o livro *Memórias de um soldado*, de Nelson Sodré,⁶⁴ corrobora que havia uma seleção minuciosa com certos critérios excludentes:

[...] o comando deveria tomar severas, rigorosas e sigilosas medidas para que os candidatos [...] tivessem suas vidas minuciosamente examinadas. Não somente as suas, também a de seus pais. Era proibida a inscrição de pessoas de cor, negros ou mulatos; de filhos de estrangeiros; de filhos de pais que exercessem atividades humildes, artesanais ou proletárias; de candidatos pertencentes a famílias cuja orientação política inspirasse suspeitas; de judeus; de filhos de casais desquitados, desajeitados ou cuja conduta, particularmente do membro feminino, discrepasse das normas morais; de não católicos.⁶⁵

A prioridade na formação de um novo quadro de oficiais, dentro do Exército Brasileiro, para um modelo profissional mais prático e objetivo trouxe como consequências mudanças na cultura política institucional na Escola Militar.

Em continuidade com a pesquisa realizada por Fernando Rodrigues, trataremos da seleção e ingresso, além da formação, mas através da perspectiva do ensino secundário, utilizando como fonte de estudo os documentos do Colégio Militar do Rio de Janeiro, visto que ele formava um grupo diferenciado de alunos, tanto pelo currículo, como pela própria organização escolar com viés militarizado.

Para a construção desta reflexão seguiremos a concepção de Nova História Militar abordada por Rodrigues e Zampa⁶⁶ como um estudo interdisciplinar que amplia as pesquisas relacionando-as com os campos da política, economia, sociologia dentre outros a partir da proposição de metodologias e abordagens originais, conforme demarca Luiz Soares.⁶⁷ Além disto, para Pedrosa,⁶⁸ a expansão deste campo marcou a passagem de uma história tradicional

⁶³ BRASIL. *Arquivo Histórico do Exército*. Acervo da Escola Militar. Nota Secreta, de 22 de janeiro de 1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar. Estabelecem as seguintes condições fundamentais aos candidatos as Escolas de Formação de Oficiais do Exército.

⁶⁴ Nelson Sodré foi aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro e seguiu a carreira militar.

⁶⁵ SODRÉ, Nelson Wernecke. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 183.

⁶⁶ RODRIGUES, Fernando; ZAMPA, Vivian. A Guerra Colombo-Peruana e o Exército Brasileiro (1932-1934): perspectivas e possibilidades de estudo para a nova história militar. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 26, pp. 33-361, 2020.

⁶⁷ SOARES, Luiz Carlos. História Militar: a “velha” e a “nova”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 113-132.

⁶⁸ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A História militar tradicional e a “nova história militar”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh Nacional, 2011. Disponível

que tinha como característica o estudo das guerras, campanhas, batalhas e feitos dos grandes generais para a problematização de diferentes aspectos das instituições militares e suas relações com a sociedade, conforme um dos objetos desta pesquisa que tenta compreender a influência do ensino militar secundário, através do Colégio Militar do Rio de Janeiro e a preocupação na formação de uma elite de oficiais militares que atendessem aos preceitos do período do Estado Novo. Desta forma:

Como podemos perceber, o interesse atual pelos estudos relacionados à História Militar ultrapassa a essência de existir das instituições militares, por meio de variadas reflexões desenvolvidas por acadêmicos e interessados na área. Esta ampliação de temáticas ancora-se em um duplo movimento, do qual faz parte tanto o acesso às fontes, quanto, sobretudo, as novas abordagens empreendidas. Como assevera Henri Moniot (1993, p. 26), “[...] nada é uma fonte por sua própria natureza e é o problema colocado pelo historiador que, identificando o traço que fornece uma resposta, transforma assim o documento em uma fonte histórica”. No trabalho de renovação da História Militar, portanto, tornou-se relevante o acesso, a seleção e a investigação de novos registros de pesquisa.⁶⁹

Com base na referência acima, serão utilizadas fontes inéditas para a tese, como as fichas de matrículas e documentos escolares dos alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro, no período do Estado Novo. Estas fontes serão articuladas a outros documentos como certidões, regulamentos militares, fichas cadastrais, entre outros. Sendo assim, estaremos atentos a um processo histórico que articula o estudo dos militares e seu papel como sujeitos dentro da sociedade brasileira. Tal proposta está em consonância com o que discute Rodrigues e Zampa ao demarcar que ao analisarmos as instituições militares e a chamada Nova História Militar teremos como ênfase a relevância das propostas metodológicas e de investigação que visam aos aspectos formais e jurídicos que são encontrados em:

[...] registros fundadores, reguladores e organizadores de sua estrutura interna, por um lado, e, também, pela prosopografia, por outro. Tais parâmetros seriam importantes para a análise dos aspectos que orientaram a criação e motivação das instituições, assim como a trajetória, atuação e relação dos sujeitos que dela fizeram parte.⁷⁰

em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-istMilTradeNovaHist-Envio.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

⁶⁹ RODRIGUES, Fernando; ZAMPA, Vivian. A Guerra Colombo-Peruana e o Exército Brasileiro (1932-1934) p. 183.

⁷⁰ RODRIGUES, Fernando; ZAMPA, Vivian. A Guerra Colombo-Peruana e o Exército Brasileiro (1932-1934) p. 10.

Como fonte importante de estudo, a partir da concepção citada acima, teremos os regulamentos do Colégio Militar⁷¹ que expressavam as mudanças nas perspectivas do Exército Brasileiro, com destaque no que se refere à preocupação com a qualificação na formação dos seus quadros de oficiais. Como expresso por Serzedelo Correia, militar do exército integrante do grupo que reorganizou o ensino militar, no final do século XIX, tanto na Escola Militar, como no Colégio Militar, o plano de ensino possuía uma função cívica, pois:

[...] obedece à preocupação de dar ao oficial a maior soma de conhecimentos gerais e especiais, de modo que o habilitem a compreender os seus deveres de soldado e de cidadão, [...] preparado sempre a compreender os problemas em que tenha de intervir, amparando a liberdade, não servindo aos tiranos. As escolas militares na sua grande reforma, na grande revolução por que passaram, foram transformadas de modo a se prestarem melhor a seu destino. Elas não são apenas focos de educação militar, escolas de exército, elas são também focos de educação cívica.⁷²

No que diz respeito à abordagem e ao tratamento das fontes, realizaremos tanto uma análise em nível quantitativo, com a História Serial, como em nível qualitativo, através de uma análise intratextual. As origens das fontes históricas são diversas, pois serão usados documentos privados e oficiais, sendo a última a principal origem da documentação utilizada neste trabalho.

Segundo José Barros, “A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema”,⁷³ podendo ser trabalhada de muitas maneiras e de forma a relacionar-se com outras fontes, “[...] todo texto produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor [...], mas principalmente pela sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade”.⁷⁴ O autor destaca ainda que a fonte possui um lugar de destino (recepção) e uma função ao ser produzida, seguindo a seguinte lógica do triângulo da comunicação: um lugar de produção, um conteúdo (intenção, mensagem) e um lugar de recepção. Desta maneira, o pesquisador terá que lidar com a intertextualidade em vários níveis, tanto com o triângulo da comunicação quanto com o que está inserido na produção e ambiente social,

⁷¹ Os Colégios Militares apresentaram após o Decreto de Fundação de 1889 e o Decreto nº 2.881, de 18 de Abril de 1898, que regulamentava os Institutos militares de ensino, alguns decretos e portarias de regulamentação: 1º Decreto nº.3809 de 13 de março de 1936 com 337 artigos; 2º Decreto nº 22.418 de 09 de janeiro de 1947; 3º Decreto nº.26.851 de 04 de julho de 1949; 4º Decreto nº 36.626 de 22 de dezembro de 1954; 5º Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006; e Portaria nº 042, de 6 de fevereiro de 2008, que aprova o Regulamento dos Colégios Militares (R-69) e dá outras providências.

⁷² BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Sessão de 25 de agosto de 1891.

⁷³ BARROS, José D’Assunção. *O Campo Histórico: as especialidades e abordagem da História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Celta, 2002. p. 134.

⁷⁴ BARROS, José D’Assunção. *O Campo Histórico...* p. 137.

político, econômico em que a fonte foi produzida, vendo as intertextualidades explícitas e implícitas da referida fonte.

Desta forma, a abordagem qualitativa, realizada na presente pesquisa, ocorrerá através da análise intratextual e visa investigar as fontes bibliográficas, as revistas militares, os acervos pessoais, as correspondências oficiais e os relatórios emitidos pelos diversos órgãos do Ministério da Guerra, cujos textos deverão ser observados enquanto discurso de época a ser compreendido e questionado quanto à formulação dos atores políticos, ao papel da elite militar e à construção do Estado.

Segundo Michel de Certeau,⁷⁵ no estabelecimento das fontes é necessária uma operação técnica, pois “em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira”.⁷⁶ Dentro desta perspectiva, para uma abordagem quantitativa, realizaremos uma análise serial das fichas individuais, principal instrumento de inscrição para o ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro, de forma que possamos construir uma tabela com os padrões dos candidatos. Estaremos interessados, portanto, na origem étnica, idade, origem social, entre outros aspectos.

Existem, no acervo do Arquivo Histórico do Colégio Militar do Rio de Janeiro, incontáveis fichas de inscrições, desde meados do século XIX, quando houve a fundação desse estabelecimento de ensino, em 1889. Sendo que, no período a ser analisado (1937 a 1945), há um grande percentual de fontes que perfazem aproximadamente 36.000 documentos, sendo cerca de 4.000 deles, apenas fichas de inscrições, além de outros documentos como os históricos, certidões, declarações escolares etc.

No CMRJ, existem certidões de nascimento, majoritariamente, após a década de 1930, e fichas individuais constando dados pessoais do candidato como o nome, nacionalidade, nome dos pais, profissão dos pais, nacionalidade dos pais, uma fotografia de frente colada no alto da ficha, além de outros documentos que deveriam ser entregues por ocasião da solicitação de inscrição no processo seletivo. A tese também analisará os pedidos de vagas feito pelos civis, visto que preferencialmente os órfãos filhos de militares tinham vaga garantida de acordo com o decreto de fundação do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Nas décadas do presente estudo, o responsável do aluno deveria destinar um documento ao Diretor do Colégio Militar informando a pretensão de matricular o filho como

⁷⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

⁷⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História...* p.73.

aluno contribuinte. Deveria informar sua profissão, endereço, local do nascimento do filho e anexar ao pedido a certidão de nascimento, o atestado de que o filho não sofria de nenhuma moléstia, o histórico escolar, a certidão de vacina e, após a análise do pedido, o Comandante do Colégio Militar responsabilizava-se em deferir ou indeferir a solicitação de matrícula. Outro documento que será importante no estudo é a declaração anexada nas pastas dos alunos que informa se o aluno foi aprovado na Escola Militar ou não.

Com o uso das fontes supracitadas, será formado, em um primeiro momento, um banco de dados constando informações sobre quais e quantos alunos eram órfãos amparados e quais obtiveram entrada mediante aceitação do Comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Buscaremos traçar o perfil com as características raciais (em consonância com a certidão de nascimento que apresenta o tom da pele), sociais (pela profissão dos pais), origem (pelo dado de que o candidato é brasileiro), entre outros dados destes alunos, como os casos dos amparados e dos aceitos através de deferimento do Comandante. Para além disto, serão investigados quantos alunos buscaram seguir a carreira militar e quantos obtiveram aprovação na Escola Militar, por meio de uma carta que os responsáveis enviavam à direção do CMRJ solicitando documentação para a inscrição na Escola Militar como a carta de recomendação ou solicitação de reembolso da contribuição pecuniária⁷⁷ devido à reprovação na seleção à Escola Militar. Poderemos, desta forma, identificar o perfil de aluno do CMRJ selecionado para ingressar na Escola Militar, que seria parte do corpo de oficiais dentro do Exército.

Também serão fontes de estudo, ainda, os currículos e disciplinas ministrados no CMRJ. Nosso objetivo será verificar a adequação destes com o novo currículo adotado pela Escola Militar, visando à formação de um corpo de oficiais mais alinhado à política estado-novista e suas demandas.

Trataremos agora da organização e objetivos dos capítulos desta tese. O Capítulo 1 intitulado “A Guerra da Tríplice Aliança e a formação de um novo Exército Brasileiro” foi subdividido em duas partes: a primeira “A Criação do Exército Brasileiro: da Monarquia à República” e a segunda parte “O Exército Brasileiro e a Guerra da Tríplice Aliança”. Neste capítulo, analisamos a criação do Exército e suas atribuições desde o período da Monarquia e seus desdobramentos, assim como as suas transformações e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e como a historiografia possui diferentes abordagens para esta temática, que foi de grande relevância na formação de um novo quadro de militares, além de gerar, na

⁷⁷ Os alunos quem não possuíam o amparo (filhos ou netos órfãos de oficiais) pagavam ao solicitar o ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro e ao longo de sua permanência no estabelecimento de ensino uma contribuição pecuniária.

sociedade, uma percepção de valorização dos militares e “heróis” de guerra. Objetivamos produzir uma reflexão sobre as transformações que ocorrerem no período que levam a reflexos relevantes nesta transição do período Imperial para a República, em que o Exército Brasileiro se torna um dos protagonistas na construção do ideal de nação brasileira.

Na sequência, está o capítulo 2 chamado “Colégio Militar do Rio de Janeiro: da sua criação até o fim da Primeira República”, que foi organizado em três subitens: “Criação do Imperial Collegio Militar: aspiração de um projeto militar”, em que abordamos o contexto histórico da criação do CMRJ articulado com o processo histórico, mostrando como fez parte de uma demanda militar. Já no subitem “Decreto de criação: para além do amparo, uma formação elitista”, trabalhamos com a reflexão das finalidades, características organizacionais e a estruturação da criação do CMRJ, o que é fundamental para compreender as mudanças e permanências durante o período do Estado Novo. No subitem “Formação do oficial: decretos que regulamentaram os colégios militares”, trataremos das primeiras décadas do século XX e serão analisados os principais decretos regulamentadores do CMRJ, a fim de refletir sobre os anseios e projetos do Exército Brasileiro na transição do final da Monarquia para a Primeira República.

O terceiro capítulo nomeado “Colégio Militar do Rio de Janeiro: transição da Primeira República para o Estado Novo” foi dividido em dois subitens e aborda as perspectivas das transformações da Primeira República para o Estado Novo. O subitem “A formação de um Estado centralizador” caracteriza este processo político com base nas tensões políticas existentes entre o modelo liberal democrata e o autoritarismo do Estado. Já no subitem “Decretos regulamentadores do Colégio Militar do Rio de Janeiro”, realizamos uma análise dos decretos regulamentadores do CMRJ nas décadas de 1930 e 1940, visando demarcar as transformações e demandas no ensino e processo curriculares e de inscrição.

O quarto capítulo, intitulado “Estado Novo na esfera militar”, aborda as teorias científicas e as demandas sociais, políticas e econômicas no Brasil, que refletiram no papel que as Forças Armadas exercem, mais especificamente no Exército Brasileiro. Além disso, trata da preocupação em atender às demandas de Getúlio Vargas na construção de uma identidade do país como uma nação.

E, por fim, no quinto capítulo chamado “O Estado Novo e o processo de seleção de alunos no Colégio Militar do Rio de Janeiro”, apresentamos os resultados das pesquisas realizadas no arquivo do CMRJ, utilizando-nos de tabelas e dados comparativos com as informações coletadas através das pastas individuais dos alunos, que contêm certidão de

nascimento, histórico escolar, dados pessoais dos responsáveis, carteira de vacinação entre outros, livro dos anuários e almanaque militar dos anos de 1937 até 1945. Realizamos ainda uma reflexão que busca responder se o CMRJ foi ou não instrumento para a formação de uma nova elite militar no período do Estado Novo.

Capítulo 1- A Guerra da Tríplice Aliança e a formação de um novo Exército Brasileiro.

Este capítulo tem o objetivo de abordar a organização do Exército no Brasil e as principais características de sua fundação até as primeiras décadas da Primeira República. Apesar de o trabalho desenvolvido nesta pesquisa ter como ponto focal o período denominado na historiografia de Estado Novo (1937-1945) e as atribuições do Exército Brasileiro (EB), é importante apresentar o que foi o EB desde a sua criação até o recorte temporal de interesse, de maneira à historicizar e tornar mais tangível suas mudanças e missões.

O estudo da História Militar no Brasil, apesar de não ser um campo de pesquisa recente, possui certa resistência no meio acadêmico. Torna-se necessário, portanto, apresentar uma base prévia a fim de proporcionar maior compreensão das inúmeras nuances que envolveram a construção do *éthos* militar após a Proclamação da República. É importante frisar que não existe neste capítulo a pretensão de esgotar um tema tão relevante e repleto de peculiaridades, mas fornecer uma base para reflexões posteriores. Neste sentido, a Guerra da Tríplice Aliança terá destaque por ter sido um “ponto de virada” na estruturação do EB.

Visando enriquecer também a reflexão sobre o estudo da História Militar, este trabalho seguirá as premissas da chamada Nova História Militar, que, segundo os historiadores Fernando Rodrigues e Vivian Zampa,⁷⁸ segue uma tradição de renovação de temas, métodos e teorias observados dentro de diferentes campos da historiografia, como, por exemplo, na Nova História ou na Nova História Política. Sendo a Nova História Militar desenvolvida embrionariamente nos Estados Unidos, no período subsequente a Segunda Guerra Mundial e posteriormente no Brasil, no final do século XX.

1.1. A Criação do Exército Brasileiro: da Monarquia à República

Compreender a criação e a organização do Exército Brasileiro do Império até meados da Primeira República auxilia na fundamentação da reflexão sobre a formação de uma nova elite militar que atendessem aos preceitos e valores vinculados à instauração de uma identidade de nação brasileira durante o período do Estado Novo.

⁷⁸ RODRIGUES, Fernando; ZAMPA, Vivian. A Guerra Colombo-Peruana e o Exército Brasileiro (1932-1934): perspectivas e possibilidades de estudo para a nova história militar. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n.26, pp.33-361, 2020.

Dentro desta perspectiva, o historiador Fernando Pedrosa⁷⁹ aborda a organização do Exército Brasileiro no Império e as nuances de sua fundação que transcorreu de forma não organizada, visto que surgiu, primariamente, da necessidade de atender aos interesses do Príncipe D. Pedro em permanecer, na então, colônia portuguesa. O advento da criação do Exército Brasileiro decorreu, segundo José Rodrigues,⁸⁰ de conflitos no Rio de Janeiro nos dias 11 e 12 de janeiro de 1822, após a decisão de D. Pedro de permanecer na colônia portuguesa, contrariando as determinações de retorno ao reino da Corte de Lisboa.

Em uma tentativa de obrigar a volta do Príncipe, o tenente-general português Jorge de Avilez de Souza Tavares, governador das armas do Rio de Janeiro, reuniu as tropas metropolitanas portuguesas da Divisão Auxiliadora e ocupou o Morro do Castelo, centro do Rio de Janeiro. Em resposta à ocupação, os partidários de D. Pedro reuniram corpos brasileiros de primeira linha e de milícias no Campo de Santana obrigando o embarque do general e da Divisão Auxiliadora para Portugal. Tendo-se assim a formação das forças que seriam o embrião do Exército Brasileiro,⁸¹ gerando uma separação entre o Exército Português e as forças que constituiriam no futuro o EB.

Fernando Pedrosa destaca que, com o fim da Guerra da Independência (1821-1824), o Exército Imperial Brasileiro, no dia 1 de dezembro de 1824, teve sua criação formal e foi organizado seguindo o modelo militar português. Manteve tal disposição durante todo período monárquico, além de muitas de suas características terem permanecido da sua fundação até o início da Primeira República.

No ano de 1822, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, com a subdivisão da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Pedrosa expressa que a estrutura inicial era muito reduzida, tendo apenas um Ministro e Secretário de Estado, um oficial maior e um pouco mais de uma dezena de oficiais.⁸² Não existia um órgão de direção geral que fosse ligado à Secretaria da Guerra e que realizasse a direção, controle e fiscalização da administração do Exército durante os períodos sem guerra ou que supervisionasse as operações em tempo de guerra.

⁷⁹ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Organização do Exército Brasileiro no Império. In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 22-42.

⁸⁰ RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução Contra-Revolução*. Vol. 3 – As Forças Armadas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 71.

⁸¹ BRASIL. Falla de 10 de Novembro de 1822. In. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1822*. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887a. p.145-146.

⁸² ALMEIDA, Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

Sobre a secretaria supracitada e a administração, ponderamos que, segundo Felipe Almeida, a chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, foi um marco na fundação das secretarias de Estado no Brasil. Naquele ano, foi criado, através de decreto de 11 de março,⁸³ a nomeação de ministros e secretários para as pastas dos Negócios do Brasil, da Marinha e Domínios Ultramarinos, Estrangeiros e da Guerra, além do Erário Régio. No entanto, as secretarias de Estado não receberam nenhuma disposição específica de funcionamento durante a permanência da Corte em sua colônia, seguindo vigente até 14 de outubro de 1888.

Almeida chama atenção que o ano de 1822 foi um marco no processo de emancipação política e no processo de constituição do Estado brasileiro, por meio da reorganização das grandes áreas da governação e a criação de uma “agenda política definida pela revolução liberal que assinalou mudanças na tradição administrativa herdada do Antigo Regime”.⁸⁴ A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra ficou responsável pela organização do Exército Brasileiro. Sendo assim:

A tarefa de estruturar esta nova secretaria sob o modelo do constitucionalismo liberal precisou levar em conta não apenas sua organização interna e a de seus órgãos subordinados, mas também de aparelhar os corpos do Exército. Neste aspecto, o papel da Secretaria da guerra no processo de consolidação do projeto monárquico no Brasil pode ser também dimensionado pela turbulência política dos primeiros anos pós-independência. Assim, ao lado de instituições como Academia Real Militar, Real Arquivo Militar, Arsenal Real do Exército, hospitais militares, dentre outras, foram instituídas também a Repartição do Quartel-mestre General, em 1853, e a Repartição do Ajudante-general, em 1857.⁸⁵

A partir de 1808, foram instalados alguns órgãos administrativos já existentes na Metrópole para o desenvolvimento social e político da nova sede do Império luso como: a Real Junta do Comércio; Agricultura; Fábricas e Navegação; faculdades de medicina; um Jardim Botânico, entre outros. Sendo assim, ficou como o responsável na pasta de Guerra e Estrangeiros D. Rodrigo Coutinho que construiu o aparelho administrativo da Guerra, sendo criadas por ele instituições como o Conselho Supremo Militar e de Justiça,⁸⁶ que funcionava seguindo regulamentos iguais aos conselhos portugueses. Criou o Real Arquivo Militar com a

⁸³ BRASIL. Decreto de 11 de março de 1808. Nomeia os ministros e secretários do Estado. In: *Coleção das leis do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 1891.

⁸⁴ ALMEIDA. Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)* p. 6.

⁸⁵ ALMEIDA. Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)* p. 6.

⁸⁶ Maiores informações sobre estes órgãos podem ser encontradas no Dicionário da Administração Pública Brasileira Online. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=1181>. Acesso em: 21 jul. 2024.

função de guardar as cartas gerais, particulares, geográficas, topográficas e marítimas.⁸⁷ Para Almeida, D. Rodrigo foi também o responsável por ampliar de forma significativa o quantitativo de tropas e de arsenais e instituir uma Companhia de Artífice⁸⁸ responsável por formar mão de obra para as fábricas, arsenais e fundições. Fundou uma fábrica de pólvora na corte para que a manufatura atendesse não apenas as necessidades do serviço real como os serviços particulares no Brasil e demais domínios portugueses ultramarinos.⁸⁹ Em 1810, fundou a Academia Real Militar⁹⁰ que deveria:

[...] formar hábeis oficiais de artilharia, engenheiros e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas. Para atingir tal formação, os alunos tinham em seu plano de aulas cursos de ciências matemáticas, física, química, mineralogia e ciências naturais, além, é claro, das matérias tipicamente militares, como tática, fortificações e artilharia. Assim, a estrutura administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra “herdada” pelo Estado brasileiro independente era formada basicamente por um conjunto de instituições e órgãos transplantados da organização imperial portuguesa, que, inicialmente, ofereceram uma estrutura que mais tarde auxiliaria o desenvolvimento autônomo de quadros para a burocracia do novo país, com uma academia militar própria para a formação de seus oficiais, um arquivo para compilar informações importantes sobre a geografia e topografia do país, além de fábricas para suprir as necessidades de ferro, armas e pólvora. Por outro lado, a organização adotada pelo Exército português, regulada por alvarás e decretos do século XVIII, dotavam esta instituição de um caráter extremamente aristocrático, ficando o exército dividido permanentemente em dois lados conflitantes: enquanto à nobreza eram guardados os cargos do oficialato, o corpo de soldados era sempre composto pela massa pobre da população — quando não, por mercenários estrangeiros — muitas vezes, recrutada à força e sujeita a duros procedimentos disciplinares, como o Código de Guerra do Conde de Lippe⁹¹ — datado de 1763 e que perdurou como principal legislação penal militar durante todo o Império.⁹²

Almeida destaca que mesmo já existindo a orientação de 21 de abril de 1821, feita por D. João para a criação de uma Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra que fosse

⁸⁷ BRASIL. Decreto de 7 de abril de 1808. Cria o Real Arquivo Militar e dá-lhe regimento. In: *Coleção de leis do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 12-15, 1891.

⁸⁸ BRASIL. Decreto de 3 de setembro de 1810. Manda organizar uma Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército. In: *Coleção das Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 143. 1891.

⁸⁹ BRASIL. Decreto de 13 de maio de 1808. Cria uma fábrica da pólvora nesta cidade. In: *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 30-31, 1891.

⁹⁰ BRASIL. Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. Cria uma Academia Real Militar na Corte e cidade do Rio de Janeiro. In: *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 232-246, 1891.

⁹¹ Wilhelm Lippe, Conde de Schaumbourg, foi um oficial alemão convidado por D. José I para reestruturar o exército português no século XVIII. No começo de 1763, ficou encarregado de reorganizar e disciplinar o exército português, formulando vários planos militares e criando os “Artigos de guerra”, que ficaram marcados por suas disposições penais criticáveis face ao entendimento das doutrinas da época.

⁹² ALMEIDA. Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)* p. 9.

separada dos Negócios Estrangeiros. Foi somente em 2 de maio de 1822 que o príncipe regente D. Pedro fez um decreto determinando a separação delas.⁹³ Mas, mesmo com a separação, não foram criados cargos; desta maneira os oficiais existentes foram divididos entre as secretarias e o oficial maior seria o mesmo nas duas. Uma década depois, através da decisão nº 269, este panorama gerou um alerta aos agentes do governo de que os Negócios da Guerra e os Negócios Estrangeiros eram repartições com funções diferentes e que a Secretaria da Guerra era o órgão que deveria ser informado sobre qualquer assunto relativo aos negócios militares.⁹⁴

A estrutura reduzida a somente um secretário, um oficial-maior (dividido com a Secretaria de Negócios Estrangeiros) e oficiais sem um número definido permaneceu inalterada durante todo o período do Primeiro Reinado e as regências que o sucederam, sendo modificado após os anos de 1840, momento conhecido como Regresso Conservador. Almeida demarca que:

Os primeiros anos de independência foram turbulentos, caracterizados pela consolidação e pelo enraizamento do projeto monárquico no Brasil. Após a abdicação e o fim do reinado de D. Pedro I, segue-se o período das regências, marcado por muitas e violentas revoltas sociais decorrentes da crise intra-elites a respeito da organização do novo Estado. De um lado estavam os chamados restauradores, que pediam a volta do imperador e colocavam-se como ferrenhos defensores da Monarquia e da centralização administrativa, e, de outro, a oposição, dividida em liberais monarquistas e liberais radicais, que exigiam maior autonomia provincial e buscavam sempre medidas descentralizadoras, que privilegiassem o poder local.⁹⁵

Sobre a periodização das revoltas anteriores à Proclamação da República, José Murilo de Carvalho propõe a divisão em duas fases diferenciadas.⁹⁶ Sendo a primeira onda de revoltas datada da abdicação de D. Pedro, em 1831, até a promulgação do Ato Adicional em 1935. Com exceção da Revolta do Malês, que tinha um caráter mais urbano, essas revoltas tinham um caráter popular e contavam com a participação das tropas de primeira linha do Exército. A população reivindicava melhorias contra as altas dos custos de vida e o caráter “antilusitano” que existia devido ao domínio português no comércio. Um fato alarmante era o

⁹³ BRASIL. Decreto de 2 de maio de 1822. Divide em duas a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ficando a Repartição dos Negócios Estrangeiros debaixo da direção do ministro e secretário dos Negócios do Reino. In: *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, parte 2, p. 14-15, 1887.

⁹⁴ BRASIL. Decisão nº 269, de 28 de setembro de 1832. Declara que deverão ser dirigidas diretamente à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra as comunicações que tiverem relação com objetos militares. In: *Coleção das decisões do governo do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 202. 1875.

⁹⁵ ALMEIDA. Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)* ... p. 10.

⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política Imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

apoio do elemento militar e, como solução para este problema, foi realizada a desmobilização do Exército e o fortalecimento de uma milícia civil que controlaria, segundo Carvalho, as “classes perigosas” já que o Exército era composto basicamente por estas classes.

Surge, desta forma, a Guarda Nacional, corpo armado que exigia renda mínima de 100 mil réis para o ingresso em suas fileiras nas cidades do interior. Para as grandes cidades, firmava-se a renda de até 200 mil réis, elemento que “filtrava” socialmente aqueles que compunham tal milícia. Além disto, Almeida⁹⁷ destaca que seu caráter descentralizado fora uma característica relevante, pois os seus membros eram eleitos localmente, por intermédio de eleições censitárias, em que os mandantes políticos locais conseguiam ocupar os postos de comando da guarda. Consequentemente ocorria um favorecimento da mobilização de tropas para acabar com as rebeliões nas províncias mais distantes, além de garantir maior controle sobre o aparato militar para as elites provinciais. A Guarda Nacional era vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e não era ligada aos Comandos de Armas das Províncias ou ao ministro da Guerra.⁹⁸

A segunda fase de revoltas, para Carvalho, ocorre quando, ao terem atendidos os anseios liberais de descentralização política, a partir do Ato Adicional de 1834 e da descentralização judiciária com a promulgação do Código de Processo Criminal, iniciou-se um conflito entre as elites locais que tomou grandes proporções. Possuía um caráter diferente da primeira fase, com exceção da Cabanagem no Pará,⁹⁹ pois eram conflitos de caráter liberal radical e liderados por proprietários locais que discordavam das políticas da corte.

O período de pacificação em relação a essas revoltas somente foi possível após 1840. Com a chegada do Partido Conservador ao poder, no final de 1830, ocorreu a instauração de medidas centralizadoras que objetivavam acabar com o clima de “anarquia”, como descrito à época, que foi instaurado no país após as inúmeras rebeliões. Dentro deste processo, as reformas de 1840 no Ato Adicional e de 1841 no Código de Processo Criminal centralizaram

⁹⁷ ALMEIDA, Felipe Pessanha de. A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 10.

⁹⁸ Para um estudo mais detalhado sobre a Guarda Nacional consultar Cf.: CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977; URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel. 1958. Sobre sua relação com a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça Cf.: SÁ NETTO, Rodrigo de. *O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

⁹⁹ José Murilo de Carvalho expressa que, nas rebeliões deste período em que ocorreram a participação das massas populares, como a Balaiada, a Sabinada ou a Cabanagem, estas foram duramente reprimidas ou massacradas.

o poder no ministro da Justiça e por resultado na Coroa. Além disto, o Golpe da Maioridade coroou o então Príncipe Regente Pedro II. De acordo com Almeida:

A importância de destacar esse jogo político entre liberais e conservadores é essencial, uma vez que as primeiras reformas administrativas ocorridas na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra estão diretamente ligadas à ascensão do Partido Conservador ao poder, (...). Na verdade, ao longo do Império, observaremos que a própria história da secretaria está sintomaticamente ligada à história do Partido Conservador.¹⁰⁰

Além disto, para Fernando Rodrigues, no período do Império, existia a prática de fundar colônias militares concebidas como forma de povoamento, através do controle da administração militar e que tinham o objetivo de defesa das fronteiras nacionais e manutenção do território, tendo como consequência uma permanente vigilância do território nacional articulada com a colonização militar.¹⁰¹ Em que:

É importante registrar a posição institucional do Exército, dentro da política de Estado do Império, no século XIX, com relação ao tema, apresentada no relatório do Ministério da Guerra, de 1857, que defende a escolha desses locais para colonização militar. Para o ministro, era necessário privilegiar as regiões de fronteiras, os lugares onde se estabeleceriam núcleos de povoações, localizadas nas áreas remotas centrais e despovoadas. Para o ministro da Guerra, somente os indivíduos habituados a resistir às privações, à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar suportariam essa realidade e contato com o território desconhecido. Portanto, tais colônias seriam criadas com objetivos preponderantemente militares, ainda que nelas se encontrassem elementos econômicos de produção agrícola e de criação de animais. Seriam colônias para atuar na segurança e na defesa, que garantissem o desenvolvimento das povoações locais e a soberania nacional [...] A implantação dessas colônias militares, embasadas a partir de 1850 por uma política imperial de segurança, levou, nos anos 1850, à criação de vinte e uma colônias militares no Brasil, distribuídas do Rio Grande do Sul à província do Pará. Ao que parece, essas recomendações para instalar as colônias militares nas áreas limites do Brasil com os países estrangeiros sinaliza que esse modelo de colonização era considerado uma estratégia de ocupação das fronteiras nacionais, evitando o avanço indesejável dos nossos vizinhos sobre o território brasileiro.¹⁰²

Pedrosa demarca também que, durante o Primeiro Reinado, o Exército Imperial estava dividido em duas grandes categorias.¹⁰³ A primeira se referia aos oficiais gerais, oficiais de

¹⁰⁰ ALMEIDA, Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)* ... p. 13.

¹⁰¹ RODRIGUES, Fernando da Silva. Estratégia da presença e evolução militar do Brasil: passado e presente. *Análise Estratégica*, Brasília, v. 15, n. 1, pp. 51-64, 2020.

¹⁰² RODRIGUES, Fernando da Silva. Estratégia da presença e evolução militar do Brasil: passado e presente... p. 3.

¹⁰³ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Organização do Exército Brasileiro no Império. In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 24.;

estado-maior, o Corpo de Engenheiros e aos corpos ou unidades de primeira linha das três armas então existentes – infantaria, cavalaria e artilharia. O autor faz a ressalva de que no período ainda não existia uma definição exata sobre o conceito de estado-maior. Sendo assim entendidos como aqueles que não formavam as unidades das armas ou o Corpo de Engenheiros, eram desta forma, os efetivos empregados na administração da Secretaria da Guerra, nas repartições e fortalezas, além daqueles considerados sem vagas no Exército ativo e que ficavam em disponibilidade recebendo um soldo reduzido.

A segunda categoria, de acordo com Velôzo, era composta pelas tropas pagas permanentes, que não eram tidas como de primeira linha, e os corpos de milícia – ou segunda linha não paga. As tropas pagas eram os corpos policiais da Corte e das províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, os corpos de veteranos composto por oficiais, sargentos e soldados incapacitados para o serviço nas unidades de primeira linha, mas possibilitados de prestarem serviço auxiliares – como guardas de prisões e repartições– e os corpos irregulares, em menor número, que protegiam algumas províncias do banditismo e de ataques indígenas hostis. Em relação aos corpos de milícia, em 1830, o Exército contava com 228 corpos de infantaria e cavalaria de segunda linha que contavam com mais de 15 mil oficiais e praças, mas que não correspondiam à capacidade militar em razão da falta de treinamento e do uso político do alistamento destinado à segunda linha, a fim de evitar o recrutamento para as tropas de primeira linha.¹⁰⁴

Velôzo descreve que, ao longo do período monárquico, o EB passou por diversas modificações em sua organização geral. No período regencial, o Exército teve uma grande redução de efetivos, estrutura e de funções legais. Primeiramente, no ano de 1831, foi criada a Guarda Nacional (GN) subordinada ao Ministério da Justiça que substituiu as forças de segunda linha do Exército. A GN era considerada uma instituição civil, desta forma, não era subordinada à Secretaria de Negócios da Guerra, como os efetivos tabelares do EB, que, em 1824, perfaziam aproximadamente trinta mil homens, na primeira linha, e mais de quarenta mil na segunda linha. Em 1837, os números chegaram a cerca de seis mil e trezentos.¹⁰⁵ Já no Segundo Reinado, o EB teve um acréscimo no seu efetivo, chegando a um efetivo que

BRASIL. *Relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Conde do Rio Pardo, à Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830. p. 3-4.

¹⁰⁴ BRASIL. *Relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Conde do Rio Pardo, à Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830. p.18; BRASIL. *Relatório do Anno de 1830 Apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão 21 de 1831. Ministro José Manoel de Moraes*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1831a. p. 6.

¹⁰⁵ SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: EdUSP, 1996. p. 216.

contava com perto de dezesseis mil até meados de 1850 e um pouco mais após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

No ano de 1851, por meio da atuação do Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello, ocorreu uma modificação em que se tornaram distintos os corpos de guarnição destinados a garantir a segurança interna nas províncias e os corpos móveis que eram os empregados em operações de guerra; tanto no Império como no exterior. Essa mudança ocorreu visando que unidades de empregos estratégicos não fossem utilizadas em outras atribuições, como para cumprir missões policiais, de segurança interna e de guarnições. De acordo com o decreto de 19 de abril de 1851,¹⁰⁶ com os corpos de guarnição foi criado um Batalhão de Depósito na Corte com a função de treinamento de recruta, além de pequenos corpos e companhias isoladas distribuídas em território nacional.

Neste mesmo ano, devido ao aumento das tensões na Bacia do Prata e a dificuldade de aumentar seus efetivos via recrutamento, o governo optou pela utilização de mercenários estrangeiros. Velôzo expressa que houve o uso de uma “Legião Alemã”, soldados de engenharia vindos da Alemanha. Devido ao recrutamento às pressas, à falta de disciplina, de liderança e de um treinamento militar mínimo, além do tempo de adaptação ao ambiente físico e à cultura militar, a legião não se adequou para o uso. Permaneceu então inativa e sofrendo constantemente de deserções, doenças e prisões por conta dos atos de indisciplina e, posteriormente, com os vencimentos dos contratos, as unidades alemãs foram sendo dissolvidas.¹⁰⁷

Pedrosa expressa que: “Uma característica da organização das unidades do Exército Brasileiro ao longo do século XIX era a baixa especialização do pessoal. Essa característica não era exclusivamente brasileira e era o padrão em muitos outros exércitos”.¹⁰⁸ Além disto, destaca que, durante período monárquico, as unidades e grande parte do seu efetivo eram utilizadas em funções policiais, como: guardas de edifícios públicos, registros aduaneiros e cadeias, escolta de presos e inibição do banditismo, ficando subordinadas ao presidente de cada província, sob a autoridade de um comandante das armas que poderia ser um oficial general ou superior.

¹⁰⁶ BRASIL. Decreto nº 782, de 19 de Abril de 1851. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1851*. Tomo XIV, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852a. p. 85- 106.

¹⁰⁷ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Organização do Exército Brasileiro no Império... p. 34. Cf.: LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Brummers: a Legião Alemã contratada pelo Império Brasileiro em 1851*. Porto Alegre: Edigal, 2015.

¹⁰⁸ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Organização do Exército Brasileiro no Império... p. 35.

Devido à necessidade crescente de efetivo em operações mais relevantes, os grandes comandos foram criados para conduzir as operações, chamadas de exércitos ou corpos do Exército, que seguiam o modelo português.¹⁰⁹ No entanto, a falta de um órgão central de administração e controle das forças do Exército ficou em evidência em 1851, com a iminência de uma organização para atuação na Guerra civil uruguaia.

No relatório de 1852, o ministro da guerra Manuel Felizardo registra justamente as dificuldades logísticas de controlar os materiais como armamentos, equipamentos, fardamentos entre outros itens enviados e a sua administração ao serem enviados para outras regiões.¹¹⁰ Como forma de tentar amenizar o problema, em 1853, foi criada a repartição do Quartel-Mestre-General do Exército, que visava administrar e controlar provisão de armamentos, equipamentos, fardamentos entre outros itens nas fortificações e demais instalações militares do país.¹¹¹ Posteriormente, em 1857, ainda com o objetivo de ter um controle centralizado, o ministro de guerra Marquês de Caxias fundou a repartição do Ajudante-General do Exército, que tinha como função ser a responsável por assuntos do pessoal, ou seja, da disciplina, promoções, serviço de saúde, recrutamento, almanaque dos oficiais, estatísticas de pessoal etc.¹¹² A instalação do Estado-Maior do Exército ocorreu somente em 1899 no EB, sendo um órgão de unificação geral. Percebemos assim, conforme o historiador Carlos Roberto Carvalho Daróz destaca, que:

Desde a criação do Exército Brasileiro, atravessando o período monárquico e durante toda a República, a instituição enfrentou inimigos externos e internos e, fruto da evolução natural da arte da guerra, procurou manter-se atualizada no que diz respeito à organização, doutrina, preparo e equipamento. Ao longo de sua história, o Exército passou por diversas reformas, reorganizações e transformações, com o propósito de manter-se apto para o cumprimento de suas missões.¹¹³

Conforme veremos posteriormente, a Guerra da Tríplice Aliança gerou transformações no EB em razão dos gastos elevados que tiveram, da falta de investimentos e de interesse pelo governo nas décadas finais do Império. Desta forma, com a Proclamação da República, em

¹⁰⁹ PORTUGAL. Regulamento para a organização do Exército de Portugal. In: *Collecção das Leis do Brazil de 1816*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (1816). p. 9- 12.

¹¹⁰ BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852b. p. 14-15.

¹¹¹ BRASIL. Decreto nº 1.127, de 26 de fevereiro de 1853. In: BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1853*. Tomo XVI, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

¹¹² BRASIL. Decreto nº 1.881, de 31 de janeiro de 1857. In: BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1857*. Tomo XX, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857a.

¹¹³ DARÓZ, Carlo Roberto Carvalho. Organização do Exército Brasileiro na República. In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 45.

15 de novembro de 1889, o EB estava enfraquecido e com suas unidades desfalcadas. Os efetivos que chegaram a aproximadamente cento e cinquenta mil durante a guerra passaram para cerca de quinze mil em 1880 e, segundo Daróz,¹¹⁴ oscilavam entre onze mil e treze mil nos anos que antecederam a proclamação. Atrelado a isto, a classe política passou a tratar as Forças Armadas, mais especificamente o EB, como “dispensáveis”.

Como resposta, para José Murilo de Carvalho, muitos oficiais envolveram-se em assuntos políticos ao apoiarem o fim do regime monárquico, motivando uma crise política e provocando o fortalecimento da campanha republicana através da chamada Questão Militar, que foram eventos ocorridos entre 1883 e 1887 entre os oficiais do EB e a Monarquia.¹¹⁵

Daróz destaca que, em 1889, o EB estava organizado conforme a reforma de 1888, com unidades distribuídas de forma não regular pelo país, sem uma organização adequada para as suas finalidades, sendo estabelecidos, conforme podemos verificar no Decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888, em: “27 batalhões de infantaria, 10 regimentos de cavalaria, 4 regimentos de artilharia de campanha, 4 batalhões de artilharia de posição e dois batalhões de engenheiros”.¹¹⁶ Para, além disto, observa-se que, nesse momento, o Positivismo de Auguste Comte¹¹⁷ ganhou espaço junto ao movimento republicano e à juventude militar brasileira, em especial, com os professores e alunos da Escola Militar.

Consequentemente, grande parte dos oficiais tidos de baixa patente voltou-se mais às questões científicas do que aos assuntos referentes aos aspectos militares e profissionais da carreira militar ligados à arte da guerra. Esta divisão, segundo Daróz, é referenciada na historiografia como sendo uma disputa de espaço entre os “científicos” (ou bacharéis) e “tarimbeiros”,¹¹⁸ o que gera um declínio na qualificação profissional do EB, conforme se observou nos conflitos como Revolta da Armada (1893-1894), Revolução Federalista (1893-

¹¹⁴ DARÓZ, Carlo Roberto Carvalho. Organização do Exército Brasileiro na República... p. 45.

¹¹⁵ CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1987.

¹¹⁶ BRASIL. Decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888. In: *Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1888*. Parte II, Tomo LI. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 152-165.

¹¹⁷ Segundo Carlos Daróz, o francês Auguste Comte (1789-1857) é considerado o maior expoente do Positivismo, corrente filosófica que buscava explicar as leis do mundo social com critérios das ciências exatas e biológicas. Comte é considerado como o primeiro filósofo da ciência, no sentido moderno do termo. Cf.: DARÓZ, Carlo Roberto Carvalho. Organização do Exército Brasileiro na República...

¹¹⁸ DARÓZ, Carlo Roberto Carvalho. Organização do Exército Brasileiro na República... p. 46. Na virada para o século XX, o Exército Brasileiro ainda possuía seu corpo de oficiais dividido entre os “científicos” e os “tarimbeiros”. O termo “tarimbeiro” deriva de “tarimba”, uma espécie de estrado de madeira que os soldados costumavam utilizar nos quartéis de tropa, utilizado para se referir aos oficiais mais velhos, cuja formação havia sido processada nas lides da caserna e nos campos de batalha do Paraguai. Em sentido oposto, os “científicos” eram oficiais mais jovens, cursados na Escola Militar, e com interesse em influir nos problemas políticos e sociais do país. Cf.: MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército: currículo e regimes da academia militar 1810-1944*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1988.

1895) e em Canudos (1896-1897). Nos três momentos, ficaram explícitos os desafios e dificuldades que o EB enfrentou na restauração da ordem. Segundo Donato,¹¹⁹ em Canudos, ficou claro o enorme problema que o Exército precisou enfrentar para conseguir mobilizar grandes efetivos e organizar a logística para vencer um grupo que estava pouco armado e abastecido, mas que tinha a vantagem de conhecer bem detalhadamente o terreno. Em que Daróz, em consonância, reforça:

Era evidente a necessidade de modernização e reestruturação do Exército, mas, embora essa demanda fosse antiga e remontasse ao período pós-Guerra da Tríplice Aliança, tais questões locais obrigaram o governo do país a cuidar, em primeira instância, da consolidação da República. Somente depois da estabilidade obtida no governo Prudente de Moraes (1894-1898), que logrou recuperar a economia, os chefes militares tiveram condições de iniciar o processo de modernização da Força Terrestre. O início dessa renovação deu-se sob a administração do Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet na pasta da Guerra (1898-1902), que, entre outras providências, reorganizou o ensino militar, consolidou a implementação do recém-criado Estado-Maior do Exército¹²⁰ e modernizou as defesas da barra do Rio de Janeiro, então Capital Federal. [...] Mais tarde, durante o governo Afonso Pena, Hermes da Fonseca assumiu o cargo de Ministro da Guerra (1906-1908), no qual, inspirado pelo modelo militar germânico, promoveu a mais profunda reforma no Exército no início da República (PEREGRINO, 1955). Em sua gestão foram criados os Tiros de Guerra, instituído o serviço militar obrigatório, modernizado o ensino militar, adquirida expressiva quantidade de material bélico e enviados oficiais selecionados para estagiarem no Exército Alemão, os chamados “jovens turcos”¹²¹ (McANN, 2009). Além disso, a divisão territorial, as grandes unidades e a estrutura do Exército foram profundamente modificadas, tornando a Força terrestre mais apta para cumprir suas missões. A “Reforma Hermes”, conforme ficou conhecido o conjunto de mudanças implementadas no Exército, foi regulamentada por meio da Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908 (BRASIL, 1908a).¹²²

De acordo com Rodrigues, a evolução militar do EB é cercada de mudanças constantes tanto na sua organização como em sua doutrina e formação profissional, sendo determinante o

¹¹⁹ DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: Ibrasa, 2001.

¹²⁰ Cf.: ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Histórico*. Disponível em <<http://www.eme.eb.mil.br/index.php/pt/historico>>. Acesso em 4 abr. 2021. O Estado-Maior do Exército foi criado em 24 de outubro de 1896, pela Lei nº 403, sancionada pelo Presidente da República, Prudente de Moraes, com o objetivo de tornar o Exército uma instituição moderna, que acompanhasse as evoluções da Arte da Guerra e que tivesse maior presteza administrativa. Sua missão "preparar o Exército para a defesa da Pátria no Exterior e a manutenção das leis no Interior".

¹²¹ Os primeiros oficiais foram enviados durante a administração do Marechal Francisco de Paula Argolo, com o propósito de preparar instrutores para um novo sistema de ensino mais profissional e menos bacharelesco. Hermes da Fonseca deu continuidade e aumentou bastante o número de estagiários. O apelido de “jovens turcos” foi inspirado nos oficiais turcos que haviam remodelado o Império Otomano após estagiarem na Alemanha anos antes dos brasileiros. Cf.: McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia das Letras/Bibliex, 2009.

¹²² DARÓZ, Carlo Roberto Carvalho. *Organização do Exército Brasileiro na República...*

contexto histórico e político nacional de cada período.¹²³ Diante disto, com o advento da República em 1889 e a atuação das tropas em conflitos como Canudos (1894-1897) e Contestado (1912-1916), ficou evidente, para parte da oficialidade brasileira, a necessidade de se adequar a instituição aos novos tempos. A participação do EB nestes conflitos internos explicitou a fragilidade na formação, na base doutrinária e no equipamento utilizado. Além disto, em questões operacionais, o Exército pouco conseguia fazer com seus equipamentos deficientes, armamentos obsoletos e a falta de infraestrutura dos quartéis. O autor coloca que:

As Forças Armadas passaram por importantes processos de modernizações, caracterizadas por mudanças complexas. Estas modernizações, que na prática foram traduzidas em mudanças orgânicas, de estrutura e de doutrina, permitiram a incorporação de novos conceitos que influenciaram e orientaram, em grande parte, as mudanças indicadas, para novas missões, com novas capacidades. [...] O início do século XX foi marcado pela importante gestão modernizadora do general Hermes da Fonseca, responsável pela aplicação das significativas mudanças renovadoras da Instituição (Reforma Hermes), tais como: a Lei de Reorganização do Exército, de 1908; a reorganização do Estado Maior do Exército (EME), mais compatível com a preparação para a guerra; a criação de Grandes Unidades permanentes (brigadas estratégicas e brigadas de cavalaria), posteriormente, substituídas pelas Divisões de Infantaria e Cavalaria; criação dos regimentos de infantaria, compostos por três batalhões; a Lei do Serviço Militar Obrigatório, de 1908,¹²⁴ a elaboração dos regulamentos de emprego das Armas destinados à instrução da tropa e dos quadros; a aquisição de armamento e o reaparelhamento das fábricas.¹²⁵

Na perspectiva de Daróz, a legislação de 1908¹²⁶ organizou o EB nas seguintes categorias: a 1ª linha (ativa), a 2ª linha (reserva) e a 3ª linha (Guarda Nacional). Em relação à logística territorial, o país foi dividido em 21 regiões voltadas ao alistamento militar e 13 regiões de inspeção.¹²⁷ Rodrigues expressa que, no contexto histórico da Guerra do Contestado, os oficiais do Exército tinham por objetivo fazer uma transformação da instituição, que pretendiam realizar através de sua reorganização e modernização.¹²⁸ Desta forma, tentavam fazer valer a Lei do Serviço Militar obrigatório (1908), que passava a funcionar em decorrência de uma seleção por sorteio universal.

¹²³ RODRIGUES, Fernando da Silva. Estratégia da presença e evolução militar do Brasil...

¹²⁴ AHEX. Coleção de Leis do Brasil. Lei Nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908, que regula o alistamento e o sorteio militar, e reorganiza o Exército.

¹²⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. Estratégia da presença e evolução militar do Brasil... p. 54.

¹²⁶ BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908a - *Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacao-original-103780-l.html#:~:text=Art.,com%20as%20prescrip%C3%A7%C3%B5es%20desta%20lei.>>>. Acesso em 4 abr. 2021.

¹²⁷ Segundo Daróz as 13 regiões de inspeção constituem-se no embrião das atuais Regiões Militares, Comandos Territoriais administrativos distribuídos em todo o território nacional. Cf. DARÓZ, Carlo Roberto Carvalho. Organização do Exército Brasileiro na República... p.47

¹²⁸ RODRIGUES, Fernando da Silva. Estratégia da presença e evolução militar do Brasil: passado e presente...

No plano operacional da chamada “Reforma Hermes”, em 1908, foram criadas as primeiras grandes unidades¹²⁹ constituídas e articuladas do Exército Brasileiro: as brigadas estratégicas e as brigadas de cavalaria.¹³⁰ Além disto, foram criadas as divisões de Exército, mas estabelecendo que “a brigada é a base de formação do exército e, como tal, a maior unidade que pode permanecer constituída”.¹³¹

Rodrigues também reforça que as dificuldades enfrentadas durante a campanha do Contestado assustaram as elites civis nacionais, sendo a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) um novo alerta para esses grupos que apesar de terem buscado apoiar as modificações no Exército anterior ao período da guerra, a utilizaram para reforçar as ideias de mudanças e ampliar a força efetiva do Exército. Nesse sentido: “o conflito interno e a Grande Guerra foram os principais agentes motivadores das modernizações do Exército”.¹³²

Outra medida significativa que ocorreu no período da Primeira Guerra Mundial, na busca por uma modernização e reorganização do EB, foi o contrato da Missão Militar Francesa (MMF) junto ao Governo da França. A MMF iniciou seus trabalhos no dia 28 de maio de 1919, conforme Decreto nº 3741 que autorizou o governo brasileiro a contratar, na França, uma missão militar com a finalidade de instrução no Exército, e os encerrou em 1938, com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A Missão Francesa, para Alfredo Malan, trouxe significativas mudanças na Força terrestre, em especial, em seu ensino, doutrina e organização.¹³³ Em março de 1920, desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros instrutores franceses, tendo como chefe o general Maurice Gamelin, que atuou como assistente técnico na Escola Militar do Exército. A Missão Francesa ficou encarregada, neste período, de comandar a Escola Superior de Guerra (Escola de Estado-Maior) e de atuar na direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da escola de Intendência e da Escola de Veterinária. Fazia parte de uma relevante

¹²⁹ Cf.: EXÉRCITO BRASILEIRO. *Glossário de termos e expressões para uso no Exército*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2009. Grande unidade é uma “Organização militar com capacidade de atuação operacional, independente básica, para combinação de armas, e integrada por unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico”.

¹³⁰ BRASIL. *Decreto nº 6.971, de 4 de junho de 1908b - Organiza as grandes unidades e os quadros dos oficiais do exercito e dá outras providencias*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6971-4-junho-1908-517579-ublicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Organiza%20as%20grandes%20unidades%20e,105%2C%20n.>>. Acesso em 4 abr. 2021

¹³¹ BRASIL. *Decreto nº 6.971, de 4 de junho de 1908b...*

¹³² RODRIGUES, Fernando da Silva. *Estratégia da presença e evolução militar do Brasil: passado e presente...* p. 55.

¹³³ MALAN, Alfredo Souto. *Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1998.

modernização que o EB passaria na primeira metade do século XX. No entanto, com a Segunda Guerra, a doutrina militar francesa mostrou-se frágil.

No ano de 1921, o EB passou por uma nova reorganização tendo à frente o Ministro da Guerra Pandiá Calógeras. Em consequência disto, as cinco divisões do EB foram renomeadas como divisões de infantaria, mas mantendo a organização anterior, e as três brigadas de cavalaria foram ampliadas e transformadas em divisões de cavalaria com sua sede no Rio Grande do Sul, visando deixar guarnecida a região de fronteira com os países que eram considerados uma ameaça ao Brasil.¹³⁴ Mas, segundo Pedrosa, eram grandes unidades de coordenação para o emprego dos regimentos que formavam, porém não tinham qualquer unidade ou estrutura de apoio que fosse capaz de operar de forma autônoma.¹³⁵ Essa organização permaneceu até o período da Segunda Guerra, quando o Exército se reorganizou conforme modelo doutrinário militar norte-americano. Segundo Rodrigues:

As reformas executadas, desde a Proclamação da República, na instituição, pelos ministros Hermes da Fonseca (1907- 1910), Caetano de Farias (1914-1918), e Pandiá Calógeras (1919-1922) foram as que projetaram força e levaram o Exército, em 1930, a assumir com protagonismo, ao lado de Getúlio Vargas, a Revolução de 1930, que mudou o cenário nacional, desmontando o sistema político tradicional de controle das grandes oligarquias brasileiras.¹³⁶

Desta forma, o objetivo das reformas na organização militar que ocorreram entre os anos de 1931 e 1937 era, principalmente, fortalecer o EB como o braço armado do governo federal, que, após 1930, visava centralizar o poder executivo e teve sua culminância com a implantação do Estado Novo. Percebe-se, portanto, que a conduta adotada buscava a restauração e o fortalecimento do poder militar, algo tido como fundamental aos interesses do país. No entanto, no ano de 1939, ainda existia uma percepção de que o Brasil não estava guarnecido de armamentos, além daqueles antiquados e escassos, não possuindo uma base industrial que atendesse a crescente demanda, tornando o país dependente dos EUA ou da Europa. O Brasil, entre 1938 e 1942, comprou material bélico da Alemanha, entretanto com a guerra e o bloqueio naval britânico, os últimos lotes comprados não chegaram.

¹³⁴ BRASIL. *Decreto nº 15.235, de 31 de Dezembro de 1921 - Organiza o Exercito activo em tempo de paz*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15235-31-dezembro-1921-524983-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 6 abr. 2021

¹³⁵ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Modernização e reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)*. 305 f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2018.

¹³⁶ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Estratégia da presença e evolução militar do Brasil: passado e presente...* p. 55.

No ano de 1943, foi publicada em boletim reservado a Portaria Ministerial nº 4.744,¹³⁷ de 09 de agosto, com a estruturação de uma tropa expedicionária constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e por órgãos não divisionários (1ª DIE) que tinha como modelo o exército norte-americano. A organização e o treinamento da Força Expedicionária Brasileira, juntamente com a aquisição de armamentos e blindados norte-americanos, o envio de oficiais para estagiar nos EUA e o envio da tropa expedicionária brasileira para a Europa deu condições para que a força terrestre se alinhasse com a doutrina militar americana. O modelo era baseado em movimentos rápidos, motorizados e mecanizados, gerando a redução das marchas a pé e a utilização de equinos. Sendo assim, com o fim da Segunda Guerra, o EB passou pela transição da doutrina militar francesa para a doutrina militar norte-americana, que era baseada na motomecanização.

1.2. O Exército Brasileiro e a Guerra da Tríplice Aliança

1.2.1. A Guerra da Tríplice aliança e os desafios do Exército Brasileiro

Na História do Brasil e no desenvolvimento do seu Exército, durante o período do Império, um evento que desencadeou importantes desdobramentos referentes à organização do recrutamento, carreira e mobilização foi a Guerra da Tríplice Aliança (formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, também denominada por alguns autores como a Guerra do Paraguai (1864-1870). Considerada, nos séculos XIX e XX, o maior conflito já ocorrido na América do Sul, teve como causas desacordos políticos, econômicos e territoriais entre as chamadas nações da bacia platina. Este capítulo irá abordar as diferentes interpretações existentes na historiografia deste conflito que foi de grande relevância para a formação de um novo quadro de militares e que gerou na sociedade uma percepção de valorização dos militares e “heróis” de guerra. Esta reflexão ajudará a compreender as transformações do Exército, que ocorreram no período, e levaram a mudanças observadas na transição do Império para a República brasileira.

A temática sobre o conflito internacional que ocorreu na América Latina entre o Paraguai e a Tríplice Aliança possui uma produção historiográfica vasta e alguns pontos de discordância. De maneira geral, o conflito envolvia disputas territoriais e a garantia da saída

¹³⁷ RODRIGUES, Fernando da Silva. Estratégia da presença e evolução militar do Brasil: passado e presente... p. 56

para o oceano Atlântico através da Bacia do Prata. Segundo Manoel José Porto Júnior,¹³⁸ historiador formado pela Universidade Federal de Pelotas, este tema possui várias visões na História brasileira, em que:

A Guerra do Paraguai é um tema extremamente polêmico e tem gerado estudos cujos resultados apresentam discrepâncias enormes. Tal situação deve-se à paixão presente em muitos trabalhos que abordam o processo histórico em questão, levando a extremismos próprios da utilização ideológica, muitas vezes simplificadora da análise, comprometendo a metodologia empregada para a pesquisa. Para entender-se o motivo dessa diversidade de opiniões deve-se levar em conta a precariedade dos dados disponíveis para os autores. Sem dúvida, as visões diferentes baseiam-se em diferentes posicionamentos sobre o tema, que levam à utilização de diferentes fontes primárias estas muitas vezes questionáveis quanto à veracidade e abrangência, visto a própria precariedade das instituições administrativas dos Estados Nacionais ainda em processo de formação que se encontram em conflito.¹³⁹

De acordo com Pedrosa,¹⁴⁰ este conflito foi o maior desafio enfrentado pelo Brasil tendo em vista as distâncias e logísticas. Por exemplo, o acesso aos pontos militares entre Paraguai e Mato Grosso dependiam exclusivamente do transporte marítimo e fluvial de grande distância, além do efetivo do EB ser pequeno e por exigir do governo imperial um esforço sem precedentes. Paranhos expressa que, ao estalar a guerra no fim de 1864, o efetivo existente era de aproximadamente dezoito mil homens.¹⁴¹

Pedrosa demarca que o EB seguia a seguinte estrutura durante o conflito:

1) Corpos móveis:

Infantaria: sete batalhões de fuzileiros e nove batalhões de caçadores, todos organizados com oito companhias. Além da diferença de efetivos entre as companhias dos batalhões de fuzileiros e de caçadores, outra diferença entre ambos era que, desde meados da década de 1850, os fuzileiros eram dotados de espingardas raiadas do sistema Minié com baioneta de alvado, enquanto os caçadores eram armados com carabinas do mesmo sistema – mais curtas que as espingardas – e dotadas de sabres-baionetas.

Cavalaria: cinco regimentos de oito companhias – cada um formava quatro esquadrões. A cavalaria era armada de espadas, pistolas, clavinas e lanças, sendo que, em cada regimento, um esquadrão era de clavineiros e os demais de lanceiros. No início da guerra, as clavinas da cavalaria brasileira eram do sistema Minié, mas, em 1868, o Brasil adquiriu mais de 2.000 mil clavinas de repetição Spencer, de fabricação americana, que foram imediatamente distribuídas à tropa, representando um enorme diferencial tecnológico em termos de volume de fogo. Artilharia: um batalhão de engenheiros com

¹³⁸ PORTO JR., Manoel José. Guerra do Paraguai: Visões da História. *História em Revista*, Universidade Federal de Pelotas, v. 8, pp. 1-12, 2002.

¹³⁹ PORTO JR., Manoel José. Guerra do Paraguai: Visões da História... p. 1.

¹⁴⁰ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Organização do Exército Brasileiro no Império... p. 37-38

¹⁴¹ PARANHOS, J. M. da Silva. Apêndice – Documentos Justificativos. In: SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902. p.21.

quatro companhias; um regimento de artilharia a cavalo com seis baterias; e quatro batalhões de artilharia a pé. Estes guarneciam as fortificações do litoral e do Mato Grosso, mas podiam ser empregados como unidades de artilharia de campanha a pé, operando canhões médios e pesados no teatro de operações, como de fato ocorreu durante a guerra. O Regimento de Artilharia a Cavalo estava dotado com canhões raiados La Hitte de carregar pela boca, de calibres 4, 6 e 12 quilos. Também contava com alguns canhões-obuses João Paulo de alma lisa e calibre 4,5.

2) Corpos de Guarnição:

Infantaria: dois batalhões de seis companhias, cinco corpos de quatro companhias, quatro 14 corpos de duas companhias e duas companhias isoladas. Cavalaria: um corpo de quatro companhias, um esquadrão de duas companhias e cinco 16 companhias isoladas. Artilharia: um corpo de quatro companhias, um corpo de duas companhias, um corpo de artífices de duas companhias, e quatro companhias de artífices. Os corpos e companhias de artífices destinavam-se ao serviço nos arsenais.¹⁴²

Em 1865, mesmo com o efetivo acima descrito, a situação de guerra gerou a necessidade de o Exército criar corpos militares chamados de “Voluntários da Pátria”. Como forma de incentivo, era oferecido a eles um soldo maior que o pago aos militares do Exército de linha, uma gratificação de aproximadamente vinte e três mil réis ao darem baixa, uma extensão de terra nas colônias militares e agrícolas, preferência de emprego público e outras vantagens, como a família dos mortos em operações ou em decorrência de ferimentos gerados pelo combate receber uma pensão e os voluntários que se tornassem inutilizados terem direito a um soldo dobrado de forma vitalícia.¹⁴³

Sobre a adesão ao programa de Voluntários da Pátria, Pedrosa destaca que:

Diante da onda de indignação patriótica que varreu o País por conta da invasão paraguaia das províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, os governos das províncias e do império lograram organizar 57 corpos de voluntários da pátria, além de algumas companhias isoladas¹⁴⁴. Embora o decreto de criação não deixe claro, os corpos de voluntários da pátria (CVP) eram unidades de infantaria e participaram do esforço de guerra como parte do Exército, lado a lado com as unidades regulares [...] Terminada a Guerra, o governo licenciou os Corpos de Voluntários da Pátria e unidades

¹⁴² PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Organização do Exército Brasileiro no Império...* p. 37-38. O sistema Minié foi inventado pelo capitão francês Claude Etienne Minié, como uma solução para o problema de dar rotação ao projétil, aumentando sua precisão e alcance. Consistia em um projétil ogival e expansível, tendo na sua base uma concavidade cônica. Com o disparo, a pressão dos gases dentro do oco da bala forçava sua expansão fazendo-a aderir às raia do cano. Como as raia tinham um desenho helicoidal, imprimiam à bala um movimento de rotação. Além disso, o contato da bala com a alma do cano impedia o escape de gases, aumentando a eficácia da pólvora, o que assegurava à bala maior estabilidade e precisão. O sabre-baioneta era uma arma branca com a lâmina bem mais longa do que a de uma baioneta de alvado e de gume afiado. Podia ser usada como uma baioneta presa à boca da carabina e como um pequeno sabre ou espada de mão.

¹⁴³ BRASIL. Decreto N. 3.371 de 7 de janeiro de 1865. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1865*. Tomo XXIII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865a. p. 3-6.

¹⁴⁴ Nem todas estas unidades participaram efetivamente de operações de guerra ou todas estiveram em operações simultaneamente. Alguns corpos foram dissolvidos por falta de efetivos antes mesmo de entrarem em operações, em função de mortes por doenças. Muitos outros sofreram tantas baixas por ferimentos e doenças que tiveram que ser extintos, seus remanescentes foram empregados para completar outras unidades desfalcadas.

provisórias, e promoveu uma reorganização do Exército, voltando a uma estrutura muito parecida com a que existia antes do conflito.¹⁴⁵

O historiador Leandro José Clemente Gonçalves expressa que a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai mostrou para o Exército problemas que eram graves e sinalizou a necessidade de aprimoramentos.¹⁴⁶ Ficou visível o precário treinamento dos soldados e a deficiente logística adotada para uma guerra que se tornou longa e em terras afastadas dos principais centros urbanos do litoral do Brasil. Evidenciou as questões de ordem médico-sanitárias, pois as condições eram débeis para os atendimentos médicos, com tendas improvisadas e falta de logística para entregas de medicamentos ou suprimentos médicos, além de uma higiene precária, levando a um crescente acometimento dos soldados com doenças como cólera e febre tifoide e a elevada perda de efetivos para tais doenças durante os combates. Além disto, o desempenho da tropa nos campos de batalhas era ruim devido à carência de mapas exatos e falta de conhecimento geográfico das regiões.

Outro aspecto que a guerra explicitou foi a falta de preparo dos combatentes perante as novas tecnologias como o telégrafo elétrico, balões de observação, armamento raiado, armamento de repetição e o de carregamento pela culatra, além das ferrovias, características da chamada Segunda Revolução Industrial. Essas tecnologias demoraram a ser compreendidas não somente em seu emprego como no impacto de seu uso. Além disto, o abastecimento das tropas foi um grande problema, devido à falta de organização de logística.

Gonçalves expressa que, desde o início do período regencial (1831-1840), as elites agrárias percebiam o exército imperial brasileiro como uma ameaça à ordem institucional e social do país. Desta forma, foi criada, em 1831, a Guarda Nacional como uma medida de contrabalancear as demandas das elites. Em cada província, os melhores elementos sociais para o serviço militar entravam na Guarda Nacional, visto que o país adotava como voluntário o serviço militar¹⁴⁷ para o Exército e para a Marinha. Aqueles que desejavam se alistar percebiam a Guarda Nacional como o melhor lugar para servir, sendo a Guarda tida como

¹⁴⁵ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Organização do Exército Brasileiro no Império... p.38-39.

¹⁴⁶ GONÇALVES, Leandro José Clemente. O Exército Brasileiro na Guerra contra o Paraguai. In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 66-84.

¹⁴⁷ Somente em 1918 o serviço militar tornou-se obrigatório.

uma “força auxiliar” ao passo que o Exército era a “força da linha”. Sobre isto, Nelson Sodré¹⁴⁸ destaca que:

[...] pessoal e obrigatório, abrangia todos os homens maiores de dezoito anos, com exceção dos militares de terra e mar da ativa, senadores, deputados, conselheiros de Estado, clérigos, carcereiros, oficiais da Justiça e da Polícia, maiores de cinquenta anos, reformados do Exército e da Marinha, empregados postais, e os provavelmente inaptos para o serviço das armas.¹⁴⁹

Francisco Doratioto demarca que, segundo Relatório do Ministério da Justiça de 1865, o efetivo da Guarda Nacional era até numeroso no papel, pois contava com 440.972 homens, sendo divididos em 48.607 de cavalaria, 6.474 na artilharia, 310.585 de infantaria e 75.306 na reserva.¹⁵⁰ No entanto, quem servia na GN não era um soldado preparado ou bem instruído com as técnicas de guerra modernas e nem estava disposto a servir longos períodos no exterior em caso de necessidade. Os cargos eram mais figurativos do que efetivamente uma força de combatentes.

Sendo assim, Gonçalves assinala que da mesma forma que ocorreu nas Guerras platinas – contra Oribe, no Uruguai, em 1851, e contra Rosas, na Argentina, em 1852 – as ações improvisadas e o socorro marcante das forças rio-grandenses, em especial da cavalaria, tanto de linha (Exército) como de auxiliares (Guarda Nacional e milícias locais,) foram características vitais na organização militar do Império. Mas, logo no início da Guerra contra o Paraguai, percebeu-se que esta organização não seria eficiente para superar as investidas de Solano Lopez ao invadir as províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul com uma poderosa e numerosa força de terra. Em que para o autor:

Os problemas decorrentes de tamanho imprevisto e desorganização tornaram-se notórios já no deslocamento por território argentino para invadir o Paraguai pelo sul. Mais do que o inimigo paraguaio, entrincheirado e bem munido (embora dotado de uma infantaria armada com antiquados mosquetes de alma lisa e pederneira, do tipo *Brown Bess*, e artilharia equipada com canhões de alma lisa), a fome e as doenças foram incômodos que muito dificultaram a vida do Exército Brasileiro durante toda a campanha. Raras são as memórias escritas por combatentes brasileiros e mesmo documentos oficiais produzidos durante a guerra que não se refiram a estes dois temas de forma até mais constante do que aos combates, trocas isoladas de tiros e bombardeios recíprocos. A fome se faria presente até o final da guerra.¹⁵¹

¹⁴⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil...* p. 119.

¹⁵⁰ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.112.

¹⁵¹ GONÇALVES, Leandro José Clemente, *O Exército Brasileiro na Guerra contra o Paraguai...* p. 68. Antes da Guerra, apenas três batalhões de infantaria paraguaios estavam armados com mosquetes raiados Witton, de fabricação britânica, de maior alcance e precisão. Outros 250 homens da escolta montada de Solano López

Um problema recorrente percebido durante o combate era a falta de treinamentos militares: os soldados não sabiam como manejar adequadamente com os armamentos. Existia ainda o incômodo com a logística no suprimento de gêneros alimentícios, medicamentos, vestuário, armamento e munições, animais e suas rações e demais equipamentos. Cada item tratado foi uma grande adversidade para o Exército Brasileiro durante todo o conflito contra o Paraguai. Grande parte desta dificuldade decorria da dependência que o Exército possuía com firmas particulares como fornecedores, conforme aponta Pedrosa:

Faltavam uniformes, sapatos e equipamentos militares. Na fase inicial da Guerra [...] os oficiais e soldados brasileiros não recebiam seus soldos havia cinco meses e estavam vestindo farrapos e pedaços de couros, por falta de uniformes. [...] No que se refere às atividades de apoio às tropas em operações, os serviços logísticos do Exército Imperial eram precários. Não havia qualquer sistema de suprimento que fizesse chegar à zona de operações os itens mais básicos, como gêneros alimentícios, medicamentos, animais de montaria e tração, forragem para os animais e uniformes. Para essas atividades, o governo brasileiro dependia de comerciantes civis, que obtinham enormes ganhos com os contratos de fornecimento e não tinham qualquer interesse em que a guerra chegasse ao fim.¹⁵²

Em uma tentativa de amenizar a situação, Gonçalves aponta que, entre 1869 e 1870, o Exército passou a utilizar a malha ferroviária paraguaia, mas as linhas estavam bastante deterioradas, tanto pela falta de manutenção como por conta do peso das cargas e sofriam com “sabotamentos” que levavam a acidentes graves. Muitas foram as perdas em razão das condições sanitárias nos acampamentos e instalações médico-sanitárias do Exército que eram organizadas, muitas vezes, no improvisado e em locais insalubres. Não eram incomuns os surtos de doenças que abatiam grande quantidade do efetivo: “as febres intermitentes, tifoides e outras, a sua devastação. As febres intermitentes já começam a aparecer; mas enquanto não alcança seu máximo de intensidade, outras epidemias vão se entretendo com o nosso Exército”.¹⁵³

tinham carabinas Turner, de fabricação inglesa e municiamento pela culatra. Todo o restante do exército paraguaio estava equipado com uma “miscelânea de mosquetes de pederneira. Cf.: WHIGHAM, Thomas. *La guerra de la Triple Alianza, Danza de muerte y destrucción*. Asunción: Santillana, 2012. p. 187.

¹⁵² PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Soldados do Infortúnio: a infantaria brasileira na Guerra da Tríplice Aliança. In: RODRIGUES, Fernando da Silva. PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Uma Tragédia Americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba: Prismas, 2015. p. 172-173.

¹⁵³ LEMOS, Renato. *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. P. 94.

Além dos desafios anteriormente relatados, era marcante a falta de conhecimento do território inimigo, fato observado pela ausência completa de mapas que pudessem ser utilizados pelos comandantes nas orientações para o embarque e desembarque de aliados em solo paraguaio, para a organização dos ataques e outros movimentos da guerra. Segundo Gonçalves: “A Guerra de 1864-70 chocou, traumatizou e esgotou (em recursos financeiros e vidas consumidas) o país por sua violência extrema, por sua longa duração e pela incapacidade das forças armadas de então em alcançarem uma vitória menos demorada e que fosse, igualmente, menos onerosa”.¹⁵⁴

A partir deste viés, Luiz Nascimento expressa que a Guerra contra o Paraguai afetou de forma profunda os militares como instituição.¹⁵⁵ A batalha que no final foi bem-sucedida para os comandantes, como políticos na condução da guerra, abriu precedentes para um aumento da participação militar na política do Império. Existia por parte dos oficiais uma desconfiança de que os civis tinham a tendência de colocar os seus interesses acima do interesse militar do Brasil. Houve assim um crescimento das tensões entre militares e civis na década de 1880.

Para Jeovah Motta, o Exército que retornou do Paraguai era uma verdadeira caixa de problemas.¹⁵⁶ Existia nele chefes elevados à altura de figuras nacionais com um grupo de oficiais que eram atentos aos pontos positivos e negativos existentes nos aspectos sociais e políticos do Brasil e que não deixariam de se envolver na política. Dos campos de batalha, carregavam o sentimento de sua força e de Pátria, que se via em choque com a situação do país. Existia, portanto, um sentimento de inconformismo dentro do Exército, que tinha a necessidade de aprimorar-se tanto no campo técnico-profissional como no filosófico-político. Surgiu, por parte da oficialidade, um anseio pela resolução das questões de organização e adestramento militar. Não havia justificativa para os pequenos efetivos e falta de medidas tendentes à modernização do Exército.

Desta forma, a perspectiva de que o Exército que retornou da Guerra era outro também é compartilhada por Luiz Nascimento. Ele reforça a ideia de que foi um esforço sem precedentes para os integrantes se manterem diante da guerra, das doenças, da distância prolongada da família e da terra natal. Sendo assim, a ação de Caxias empreendeu um grande

¹⁵⁴ GONÇALVES, Leandro José Clemente, *O Exército Brasileiro na Guerra contra o Paraguai...* p. 83.

¹⁵⁵ NASCIMENTO, Luiz Augusto Rocha do. *O Exército Brasileiro na Guerra de Canudos: Lições Aprendidas. In: RODRIGUES, Fernando (org.) Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 85-98.

¹⁵⁶ MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército...* p. 147.

diferencial no Exército que retornou, conduzindo, a partir de sua experiência, reformas em um EB que foi vencedor, mas estava marcado pela desorganização. Suas ações ganham destaque diante do quadro que se estabeleceu com a chamada Dezembrada de 1868, embora o chamado Conde d'Eu tenha ido ao Paraguai para encerrar a guerra. Indo além, a própria ideia de instaurar a República em detrimento da Monarquia também é uma das consequências deste conflito. Segundo Luiz Nascimento:

A conscientização do papel do Exército na sociedade brasileira se deu por causa da guerra. Antes, até por predileção de Dom Pedro II, a Guarda Nacional tinha mais prestígio. O Exército era mal-visto, mal equipado, mal treinado. As atenções, até mesmo do recrutamento, se voltavam para a força criada por Feijó em 1834. A Guarda lutou nas guerras do Sul e confirmou seu prestígio. O Paraguai mudou isso. O Exército, após mostrar seu prestígio na guerra, requereu sua posição social na paz. Os conflitos envolvendo políticos e militares, sendo estes mesmos também ligados à política, se multiplicaram. Os debates no Senado e na Câmara foram acalorados. Os civis não queriam que os militares granjeassem força e prestígio. Os militares, porém, pouco a pouco, ganharam seu espaço na sociedade. Os militares, doutrinados, particularmente, na filosofia do Positivismo, lograram proclamar a República. Além disso, seu mais prestigiado líder, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, se transformou no primeiro presidente da nascente República brasileira. O prestígio chegou ao seu auge, pois a República confiara a um militar a condução do processo de reformular a estrutura política do país.

Porém, as velhas práticas políticas, misturadas com a disputa por espaço político e a manutenção da força dos latifundiários, racharam o país. O Brasil mergulhou no Estado de Sítio, particularmente sob o comando de outro Marechal: Floriano Peixoto. Com essa situação, eles mergulharam nas primeiras lutas internas do período republicano: As Revoltas na Armada, a Revolução Federalista e a Guerra de Canudos.¹⁵⁷

Diante deste quadro, nota-se, dentro do EB, uma procura de ascensão social através da reforma do ensino de 1874 ainda no período imperial, visando mudanças no *status* de seus integrantes. Havia uma percepção da necessidade de se elevar o nível intelectual da oficialidade através da concessão de títulos de Doutor. Ansiava-se, pelos seus formuladores, uma nova grade de disciplinas da Escola Militar que criasse “pessoas dignas de serem disputadas pela elite brasileira”.¹⁵⁸

No entanto, com a reforma do ensino, o que se observou com o aumento do valor intelectual de seus egressos foi a diminuição da capacidade operacional do EB. As lições obtidas com a Guerra da Tríplice Aliança foram deixadas de lado: motivo de preocupação por parte dos veteranos que passaram a criticar a nova juventude militar formada sob a ótica positivista dos ensinamentos formulados, particularmente, pelo Tenente-Coronel Benjamin

¹⁵⁷ NASCIMENTO, Luiz Augusto Rocha do. O Exército Brasileiro na Guerra de Canudos... p. 96.

¹⁵⁸ NASCIMENTO, Luiz Augusto Rocha do. O Exército Brasileiro na Guerra de Canudos... p. 98.

Constant. O aumento do prestígio do Exército caminhou no mesmo ritmo em que ocorreu uma queda da operacionalidade. A divisão entre os chamados doutores e tarimbeiros teve como consequência a supressão da capacidade de lutar do EB, sua atividade-fim. Afinal foram os tarimbeiros, não os doutores, salvo exceções, que atuaram nas lutas no Sul, na Federalista e no Norte, na Bahia e em Canudos.

Tem-se, desta forma, um encerramento de um ciclo em que os veteranos ou os filhos de veteranos do Paraguai trouxeram mudanças no quadro de estagnação doutrinária e operacional pelo qual passava o EB. “Canudos trouxe a necessidade de rever a logística em Campanha, o que contribuiu para a vitória da quarta expedição. Porém, uma série de mudanças ocorreu a partir do legado deixado no sertão da Bahia”.¹⁵⁹

Sendo assim, mesmo tendo a Missão Militar Francesa provocado inúmeras mudanças no EB, na década de 1920, foram as reformas inseridas através do Marechal Hermes da Fonseca, veterano do Paraguai, e a chamada reforma do ensino de 1898, que reintroduziram no EB a busca pela sua operacionalidade. O resultado das lições aprendidas na prática com a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e reforçadas com Canudos é que colocaram em voga a preocupação com o processo de combate.

Em relação à profissionalização do EB, o pesquisador Felipe Vieira expressa que pode ser considerado um processo constante da busca de aperfeiçoamento com o objetivo de estarem melhor preparados para cumprir os deveres previstos na Constituição.¹⁶⁰ Sendo assim, consideradas as ações realizadas pelos governantes e chefes militares na direção de aperfeiçoamento do EB em relação ao cumprimento da missão, o processo de profissionalização, por exemplo, acontece através das várias reformas internas.

1.2.2. O conflito com o Paraguai como debate na historiografia

Nota-se que, após o conflito com o Paraguai, o processo de profissionalização tornou-se mais latente, através da formação profissional dos militares e reformas posteriores nas quais se percebia a necessidade de melhor estabelecer a finalidade das escolas do Exército, visando formar militares preparados para as “coisas da guerra”.¹⁶¹

¹⁵⁹ NASCIMENTO, Luiz Augusto Rocha do. O Exército Brasileiro na Guerra de Canudos... p. 98.

¹⁶⁰ LEITE, Felipe Vieira. A busca pela profissionalização do Exército após a Guerra do Paraguai (1870-1891). In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p.256-276.

¹⁶¹ TREVISAN, Leonardo N. *Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011. p. 27.

Sobre os aspectos referentes à historiografia, segundo Manuel Porto, podemos dividir a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai em três diferentes grupos: a versão nacionalista — a História oficial, a versão revisionista e a versão mediadora, que serão a seguir abordadas.¹⁶² A versão nacionalista foi a produção historiográfica sobre a guerra que trazia como principal visão a dos vencedores, e não teve, no campo historiográfico, maiores questionamentos até meados do século XX. Baseia-se no relato de ex-combatentes sobre as dificuldades e os heroísmos de quem esteve no conflito. Destacam-se entre estes autores: Antônio Madureira, Alfredo Taunay, Tasso Fragoso, Dionísio Cerqueira, André Rebouças entre outros. Suas obras possuem como referência semelhante relatos pormenorizados da batalha, atos de heroísmo e situações vivenciadas nos acampamentos ou nas marchas do Exército, sem focar nas razões do conflito.

Poder-se-ia citar vários exemplos como este, presentes nas obras dos diferentes autores militares que participaram do conflito. Tais obras resumem-se em definir os inimigos como débeis, porém corajosos, bárbaros indígenas, manipulados por um ditador tirano que era a verdadeira encarnação do mal: “López, o ditador onipotente, esperava-nos com trinta mil dos seus guerreiros, prontos a morrer ao seu leve aceno e crendo, conforme se assoalhava, que ressuscitariam em Assunção, aureolados de glória imortal, aqueles que caíssem aos nossos golpes.”¹⁶³

Outros autores da perspectiva nacionalista eram escritores ligados ao Estado brasileiro e procuravam detalhar os acontecimentos diplomáticos antecedentes e colocavam como responsável pelo conflito Solano López, evitando referências às questões econômicas envolvidas.

A segunda vertente historiográfica é a revisionista, que acrescenta ao estudo aspectos econômicos que não haviam sido abordados, e tem como um dos principais pesquisadores Júlio José Chiavenatto.¹⁶⁴ O autor defende a tese de que o Paraguai foi destruído de maneira premeditada, por ser visto como um exemplo a não ser seguido para as chamadas economias periféricas do capitalismo em desenvolvimento. A guerra seria comandada pelo imperialismo inglês que possuía o poder sobre os aliados, através de uma política de dominação econômica, não mais baseada no poder de sua marinha de guerra, mas na corrupção e venalidades das elites que se sustentavam no poder com os países periféricos.

Segundo Manuel Porto, Chiavenatto expressa que:

¹⁶² PORTO JR., Manoel José. *Guerra do Paraguai: Visões da História. História em Revista*, Universidade Federal de Pelotas, v. 8, pp. 1-12, 2002.

¹⁶³ CERQUEIRA, 1980, p. 126 *apud* PORTO JR., Manoel José. *Guerra do Paraguai: Visões da História...* p. 1.

¹⁶⁴ CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

[...] o desenvolvimento econômico e social autônomo, vivido pelo Paraguai desde Francia, retirava esta República das garras da exploração inglesa e desestabilizava o “status quo” tão necessário para a continuidade do expansionismo industrial e comercial da Inglaterra. O autor aborda as pretensões anexionistas do Brasil sobre o Paraguai e Uruguai que remontavam ao período colonial, seguindo intenções inglesas, caracterizando Mauá como “interventor oficial” do Império no Uruguai, apoiando os “colorados”.¹⁶⁵

Desta forma, Chiavenatto aponta que os episódios de guerra eram uma demonstração da crueldade criminosa da atuação da Tríplice Aliança, que estava sendo comandada pelos ingleses. Isso gerou a destruição de um povo, uma nação em armas, mas que lutou até o fim. Restaram, somente, cerca de 24 % da população, em sua maioria mulheres e com mais de 96% dos homens mortos, o que teria impossibilitado o Paraguai de estabelecer-se como uma nação realmente livre na América Latina.

A terceira visão historiográfica, a versão mediadora, e mais recente, aponta que o Paraguai não se constituiu como um modelo de modernidade econômica e social às vésperas da Guerra e tem como expoente Wilma Costa.¹⁶⁶ Desta forma, as motivações estariam, principalmente, no desenvolvimento dos Estados Nacionais da região e nas necessidades de autoafirmação, ou nas contradições expressas localmente pelo surgimento de “um exército de conscrição universal coeso em torno de seu líder”, como o constituído no Paraguai.¹⁶⁷

Outro historiador que segue esta vertente é Boris Fausto, tendo em seu trabalho demarcado que:

Nos últimos anos, a partir de historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, surgiu uma nova explicação. Não se trata da última palavra no campo da História, mas de uma versão menos ideológica, mais coerente e bem apoiada em documentos. Ela concentra sua atenção nas relações entre os países envolvidos no conflito. Tem a vantagem de procurar entender cada um desses países a partir de sua fisionomia própria, sem negar a grande influência do capital inglês na região. Chama a atenção, assim, para o processo de formação dos Estados nacionais da América Latina e da luta entre eles para assumir uma posição dominante no continente.¹⁶⁸

De acordo com Manuel Porto, os autores citados anteriormente focaram principalmente nas implicações da guerra na sociedade brasileira e procuravam minimizar as contundentes revisões historiográficas que foram propostas nas obras de autores como o

¹⁶⁵ PORTO JR., Manoel José. *Guerra do Paraguai: Visões da História...* p. 3.

¹⁶⁶ COSTA, Wilma P. *A Guerra do Paraguai e a problemática militar do Império*. São Paulo: UNESP, 1995. p. 33-48.

¹⁶⁷ COSTA, Wilma P. *A Guerra do Paraguai e a problemática militar do Império...* p. 41.

¹⁶⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Editora da USP: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1998. p. 209.

Chiavenatto. Dentro desta perspectiva mediadora, Ricardo Salles, por exemplo, nega a influência da Inglaterra como estopim da guerra e tem a percepção de que o Paraguai não possuía elevada importância econômica na região.¹⁶⁹

A total submissão do Paraguai e uma presença brasileira vitoriosa e militarmente forte no Prata, entretanto, não corresponderiam aos anseios britânicos. Tampouco interessava à Inglaterra que a Argentina, ainda que sob a liderança livre-cambista de Mitre, realizasse seu objetivo, perseguido desde a independência, de anexar total ou parcialmente o território paraguaio.¹⁷⁰

Na perspectiva mediadora, o olhar historiográfico busca analisar os aspectos culturais em jogo. Manuel Porto considera que existe um conjunto de temas que não estavam sendo focalizados e passaram a ser abordados por diferentes autores. Por exemplo, por Ricardo Salles, ao estudar os escravos na guerra e com Wilma Costa ao tratar das questões que envolviam a constituição da identidade política do Exército. Dentro destes aspectos, Manuel Porto expressa que é um desafio responder às questões polêmicas que envolveram a formação dos Estados Nacionais em conflito, que estavam em etapas distintas nas organizações referentes ao desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Para isso, busca superar algumas divergências historiográficas presentes na análise deste tema – e não só deste – que poderiam – e podem – ser superadas através de um diálogo, no qual, o preconceito seja colocado em segundo plano (até porque, no mais das vezes, só serve para a delimitação de espaços no meio acadêmico). Entre essas questões encontram-se: as reais motivações do conflito; o papel do imperialismo inglês; as consequências da guerra para as nações envolvidas e a estruturação social, política e econômica do Paraguai antes da Guerra.¹⁷¹

Por meio de uma análise mais aprofundada, é possível aproveitar-se dos estudos realizados pelos revisionistas, nos quais, até então, ocorriam simplificações pela “História Oficial” devido à escrita de uma história que absorvia a propaganda ideológica da guerra.¹⁷² Tinha como principal objetivo a eliminação física de um líder com a propaganda no sentido de “satanizar” os adversários, o que permitia afirmações como as de André Rebouças de que “Os Paraguaio não têm Engenheiros nem material de sapa; suas fortificações são sempre o que há demais imperfeito e primitivo neste gênero”¹⁷³ Isto foi desmentido pelo próprio Caxias, em despacho ao Imperador, datado de 18 de novembro de 1867.¹⁷⁴

¹⁶⁹ SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁷⁰ SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai...* p. 36.

¹⁷¹ PORTO JR., Manoel José. *Guerra do Paraguai: Visões da História...* p. 4.

¹⁷² PORTO JR., Manoel José. *Guerra do Paraguai: Visões da História...* p. 4.

¹⁷³ REBOUÇAS, André. *Diário: A Guerra do Paraguai (1866)*. Introdução e notas de Maria Odila Silva

Assim, os enfoques “apaixonados e nacionalistas” presentes nas obras dos autores revisionistas justificavam como sendo uma ação de cunho civilizador a intervenção imperial no Uruguai e a guerra contra o Paraguai. Deixava-se de considerar, no caso do Paraguai, a quase inexistência de analfabetos no período do conflito, o que destoava com a situação das demais nações envolvidas, como o Brasil que ainda convivia, por exemplo, com a escravidão. Mas, inseriram na discussão os aspectos econômicos que envolviam o conflito e retiraram da esfera particular das personalidades o foco do debate. Tinham uma crítica à “História Oficial” e procuravam ir contra aos pontos que estavam consolidados como o heroísmo dos oficiais e o nacionalismo dos Voluntários da Pátria.

Manuel Porto demarca, assim, que a produção historiográfica deve ser contextualizada com as influências de seu período, onde os revisionistas desejavam uma abertura da discussão sobre o papel do imperialismo exercido pela Inglaterra, ou seja, da questão econômica, em um momento de desenvolvimento do capitalismo, em que ocorriam grandes mudanças, surgindo novas formas de dominação colonial. O capitalismo caminhava para sua fase imperialista, conforme explica Eric Hobsbawm.¹⁷⁵ Manuel Porto define que era:

Importante salientar que a visão revisionista se expressa em um momento no qual a esquerda latino-americana, em seu processo histórico de luta, buscava denunciar o imperialismo –agora norte-americano– com vistas ao seu enfrentamento e superação. As novas abordagens, chamadas neste trabalho de “mediadoras” (Tal nomenclatura é usada por considerar que seus autores buscam fazer uma mediação. As importantes contribuições dessas obras serão incorporadas por este trabalho, porém com objetivos diferentes.), buscam desenvolver análises sobre questões até então deixadas de lado ou abordadas de forma muito superficial. Este é o seu principal mérito. O que se pode considerar um problema, é a busca de negação do revisionismo presente nessas obras. Existem, sim, divergências algumas defendidas por meio retórico, facilmente desconstituídas– em relação aos revisionistas. Estas são resultado do olhar do pesquisador. Sem dúvida, partem de visões de mundo diferenciadas, que justificam opções de fontes e abordagens. Contudo, no que se refere aos novos assuntos pesquisados, as divergências são pontuais, não chegando a provocar antagonismos que tornem impeditiva uma aproximação. O caráter mediador de determinadas obras é resultado, por um lado, de uma “contra-ofensiva” conservadora, que busca construir uma “Nova História Oficial” menos vergonhosa para a nação e, por outro, de divergências acadêmicas entre autores ligados à Nova História Cultural e autores marxistas (De qualquer forma, esta tendência visa, também, “restaurar” uma História mais aceitável –do ponto de vista moral– pelas nações ditas vencedoras.).¹⁷⁶

Dias. São Paulo: IEB – USP, s.d. p. 170.

¹⁷⁴ CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai...* p. 188-205.

¹⁷⁵ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios: 1875 – 1914*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁷⁶ PORTO JR., Manoel José. *Guerra do Paraguai: Visões da História...* p. 5.

Sendo assim, os debates da visão historiográfica das décadas de 1950 e 1960 receberam novos estudos através dos autores considerados mediadores, que expressavam que o Exército passou a ter um papel de canalizar parte das contradições da sociedade imperial e escravista e que, após a guerra, sofreu transformações. Porto, por exemplo, reviu a simplificação realizada, na obra de Chiavenatto, a respeito da participação dos escravos no conflito.

Chiavenatto confundia negros com escravos, em um período no qual já era grande o número de libertos. Sem dúvida a participação da etnia negra e dos mestiços em nosso exército era predominante, visto a segregação racial imposta e a forma forçada de recrutamento. Contudo, não eram os combatentes, em sua maioria, escravos.¹⁷⁷

Conforme Manuel Porto, o estudo sobre a Guerra do Paraguai na historiografia possui diferentes visões sobre o assunto, que variam conforme os interesses conflitantes dos autores e abordagens escolhidas. Após as considerações sobre as correntes historiográficas deste conflito, iremos refletir acerca das consequências para o Brasil e para as Forças Armadas e, em especial, para o Exército Brasileiro.

1.2.3. O pós-Guerra e os ex-combatentes

Segundo a historiadora Maria Regina Santos de Souza,¹⁷⁸ após a Guerra do Paraguai, o governo não se importou com os direitos concedidos aos ex-combatentes, citando como exemplos: pagamentos de pensões, empregos públicos, terras ou compensações financeiras. Isto se tornou um problema sério para os veteranos. Existia ainda uma falta de organização e de conhecimento jurídico da burocracia do Estado. Além disto, seu estudo apontou que inúmeros setores da sociedade brasileira, como as elites político-econômicas urbanas e parte das autoridades militares possuíam medo, repulsa e desconfiança em relação aos “veteranos do Paraguai”, especialmente os que não eram detentores de patentes, denominados praças (soldados, cabos e sargentos).

Sendo assim, Maria Souza expressou que:

Ao contrário do que grande parte da imprensa brasileira afirmava, os praças veteranos do Paraguai –sãos ou inválidos – não eram “criminosos ociosos e desordeiros”. Por meio da análise de fontes militares, como as dos Ministérios da Guerra e da Justiça – nas quais se encontram Requerimentos ou Súplicas despachados em nome de ex-combatentes do Paraguai, bem

¹⁷⁷ PORTO JR., Manoel José. *Guerra do Paraguai: Visões da História...* p. 10.

¹⁷⁸ SOUZA, Maria Regina. “A implacável surdez das autoridades do império”: as súplicas dos veteranos da “Guerra do Paraguai” (1870-1889). *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, v. 34, n. 2, pp. 5-20, 2016.

como em nome de familiares destes – percebe-se que muitos soldados, cabos e sargentos, oriundos principalmente das forças terrestres, procuraram ter uma vida considerada digna, longe da criminalidade. De modo geral, esses militares pediam pensão e/ou meio soldo pelos serviços prestados nos campos de batalha paraguaios, mas havia também muitas solicitações de nomeações, empregos públicos, terras e gratificações em dinheiro, benefícios garantidos por leis e decretos militares brasileiros, por exemplo; o Decreto 3.371 dos Voluntários da Pátria, então baixado em 7 de janeiro de 1865, para as contingências do conflito.¹⁷⁹

Neste contexto de necessidade de amparo aos veteranos do Paraguai, foi criado os Voluntários da Pátria, que tinha a missão de atender, conforme afirmava o ministro José Furtado, “às graves e extraordinárias circunstâncias em que se achava o país, e a urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do corpo Legislativo, todas as providências para a sustentação no exterior da Honra e Integridade do Império”.¹⁸⁰

Eram comuns, no período, reportagens da imprensa nacional que retratavam preocupações com os inválidos e órfãos dos “heróis da guerra” e seu futuro, caso não fosse cumprida a assistência social prometida pelo governo. Tal fato, observado por Maria Souza, estava presente nos periódicos desde o segundo ano do conflito e piorou com o fim da guerra. Na análise de documentos oficiais, como requerimentos, constatou-se que vários soldados, cabos e sargentos veteranos de guerra e de origem pobre não obtiveram nenhum amparo do governo.

Nos documentos examinados, era frequente o pedido de pensão pelos reformados. No século XIX, as instituições militares diferenciavam reforma e aposentadoria, sendo a reforma uma espécie de pensão concedida, em sua maioria, por invalidez irreversível, inaptidão por doenças crônicas e/ou amputações que impediam a permanência nos serviços militares. Já as aposentadorias eram para os militares que cumpriam todos os anos estabelecidos de serviço militar ou os que tinham idade avançada, não tendo mais condições físicas de continuar.¹⁸¹

O pedido de pensão era um processo demorado e alguns inválidos, ao perceberem que o tempo para concessão poderia ser muito longo, buscavam outros caminhos legais, como pedir para irem ao Asilo dos Inválidos da Pátria. Marcelo Gomes pontua que o Asilo dos Inválidos da Pátria localizava-se em Niterói, no Rio de Janeiro, tendo sido inaugurado em 1868 pela “ação filantrópica” do governo imperial. Suas funções principais eram receber

¹⁷⁹ SOUZA, Maria Regina. “A implacável surdez das autoridades do império”... p. 6.

¹⁸⁰ *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865:3. [Tomo XXVIII, Parte II- Leis de 1865]. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1865-01-07;337>. Acesso em: 10 dezembro de 2022.

¹⁸¹ *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1887. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ).

militares brasileiros regressos da Guerra contra o Paraguai que adquiriram incapacidade física no conflito e acolher os parentes desses homens. Mas, como o asilo ficou superlotado de inválidos, qualquer desencontro de dados ou informações poderia ser motivo de recusa ou deslocamento de contingente.¹⁸²

Segundo Maria Souza, diante da “implacável surdez das autoridades do Império”, muitos praças veteranos buscavam solicitar outros benefícios prescritos no decreto dos Voluntários da Pátria, como vantagens financeiras que não fossem pensões permanentes, como “300 réis diários” que eram prometidos no engajamento e a gratificação de 300\$00, além dos “prazos de terras de 22.500 braças nas colônias militares ou agrícolas, no momento de suas baixas” conforme o Art.2º do decreto. Os veteranos entendiam que a participação em um conflito longo e violento lhes dava o direito de ressarcimento. Este sentimento também existia nos veteranos de guerra alistados na categoria de “recruta”, que, segundo a legislação do Exército no período, por exemplo, teve sua adesão forçada e, por conta disto, nada teria a receber como os benefícios financeiros prometidos, diferentemente dos Voluntários da Pátria.¹⁸³

Maria Souza observou, em seu estudo, ainda que muitos dos militares, ao buscarem seus direitos, recebiam auxílios financeiros quase sempre baixos e havia uma inclinação das autoridades em anulá-los após a morte do veterano, fato que deixava as famílias em situação precária.¹⁸⁴ Além disto, os valores variavam de acordo com o modo como o militar havia sido engajado (voluntário ou não) e do batalhão ao que era vinculado (infantaria, artilharia do exército ou infantes voluntários da pátria). Não era incomum não receberem o valor total da pensão prometida.

Dentro desta logística, segundo Francisco Doratioto, foram muito altos os custos com a Guerra do Paraguai, o que gerou déficits que persistiram até 1889, já que os gastos do governo brasileiro com este conflito atingiram 614 mil contos de réis, montante onze vezes mais caro que a previsão orçamentária feita em 1864.¹⁸⁵ Além disto, Rui Granziera corrobora com Doratioto e aponta que o Brasil teve um expressivo aumento da dívida pública interna

¹⁸² GOMES, Marcelo Augusto. *“A Espuma das Províncias”*: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹⁸³ SOUZA, Maria Regina. “A implacável surdez das autoridades do império”: as súplicas dos veteranos da “Guerra do Paraguai” (1870-1889) ... p. 13.

¹⁸⁴ SOUZA, Maria Regina Santos de. *Chama Pagada, A Chaga Aberta: a “Guerra do Paraguai”, a Sociedade e os Militares Regressos*. Ceará (1865-1889). Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

¹⁸⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monte Oliva. *O Conflito com o Paraguai: a Grande Guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. p.11

devido às apólices emitidas para o financiamento da guerra.¹⁸⁶ Desta forma, não podemos negar o período de déficit que o país passou após a guerra, mas, ainda assim, não justifica os descasos do governo em relação aos militares, além da incapacidade política e administrativa do Império “por vezes flagrada na desorganização ou na confusão das informações contidas nos requerimentos de pensão, por exemplo, que independia de fatores financeiros.”¹⁸⁷

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Marcelo Augusto Moraes Gomes em sua tese, foi durante a guerra contra o Paraguai, devido aos brasileiros feridos – ex-combatentes desmobilizados devido às amputações provocadas pelos combates – que se teve a percepção dos deficientes na sociedade. Nesta perspectiva, o autor desenvolve um estudo como fio norteador sobre os que denominou como “inválidos da pátria”.¹⁸⁸

Pontua que, desde a década de 1990, surgiram novos trabalhos sobre a Guerra do Paraguai, ou seja, o conflito entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Essas pesquisas desenvolvidas que:

[...] têm o mérito de explicitarem um conflito de gigantescas proporções que, se não permanece em obscuridade (muitas vezes acalentada pela capenga e artificial política de boa vizinhança), oculto em documentos propositalmente encerrados em arquivos nos países envolvidos, detém inúmeras interpretações equivocadas que contribuem para a construção e consolidação de uma imagem simplesmente maniqueísta, e consequentemente reducionista sobre a guerra, bastando observar as simplificadoras abordagens que ainda recebe nas escolas de ensino fundamental e médio há anos, presentes, sobretudo, na estagnação, no despreparo e no empobrecimento intelectual-financeiro dos professores de educação básica, como a pouca atenção e rigor que lhe são dirigidas no meio acadêmico brasileiro, excetuando-se pontuais, meritórias e recentes exceções. A história conhecida como “revisionista”, por exemplo, ainda é fortemente presente na educação, em geral, como aceita indiscriminadamente nos meios acadêmicos autodenominados de “esquerda”, que buscam no imperialismo, acreditado, as explicações seguras, necessárias e talvez “psicológicas” para se entender as condições em que os países subdesenvolvidos vivem atualmente.¹⁸⁹

Para Marcelo Gomes, os trabalhos de Ricardo Salles¹⁹⁰ e Jorge Prata¹⁹¹ contribuíram para a elaboração de uma percepção que visava investigar questões sociais, fugindo da

¹⁸⁶ GRANZIERA, Rui Guilherme. *Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp/ HUCITEC, 1979. p. 102.

¹⁸⁷ SOUZA, Maria Regina. “A implacável surdez das autoridades do império”: as súplicas dos veteranos da “Guerra do Paraguai” (1870-1889) ... p. 17.

¹⁸⁸ GOMES, Marcelo Augusto. “*A Espuma das Províncias*” ...

¹⁸⁹ GOMES, Marcelo Augusto. “*A Espuma das Províncias*” ... p. 17-18.

¹⁹⁰ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai – escravidão e cidadania na formação do exército...*

¹⁹¹ SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte – os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996.

“história dos grandes generais” ou “grandes heróis”, ou que focasse em uma abordagem excessivamente personalista ou heroica, dirigindo seus olhares críticos para os mais humildes.

Desta maneira, Ricardo Salles teve como originalidade a percepção sobre as contradições que a guerra provocou na estrutura escravista, tendo mudanças de parâmetros frente à necessidade de formar um corpo de voluntários da pátria, de uma população que vivia até o momento marginalizada na sociedade. Salles demarcou a urgência e premissa em formar um exército profissional, com o recrutamento de aproximadamente 100.000 homens, que fossem treinados, fardados, alinhados, armados, motivados e com tratamentos nos hospitais. Abriu um novo espaço de reconhecimento, mesmo que de maneira limitada e contraditória, para que grupos e classes subalternas participassem não mais através do recrutamento tradicional. Até então o recrutamento era dotado de um estigma de degradação social, que era percebido socialmente como uma punição, mas, com a Guerra do Paraguai, houve uma mudança de valores sociais e morais, visto que a guerra era justificada e legitimada como um conflito do Império da civilização que se contrapunha à barbárie. Neste sentido, a ruptura ocorria no momento em que grupos que eram vistos socialmente no Brasil como incapazes de fazer parte da “civilização”, como os escravos, participavam da luta contra a barbárie e a favor da civilização sendo uma brecha na sociedade escravista, que, ao abrir este discurso, gerou condições que não podiam ser ignoradas no pós-guerra.¹⁹²

Jorge Prata de Souza, seguindo esta reflexão, expressa que através do termo voluntários da pátria se constitui um mito que “oculta, indivíduos de diferentes classes sociais e as formas com que aqueles homens se fizeram voluntários”.¹⁹³ Este termo acabou mascarando, através do ufanismo, as características violentas de recrutamento promovido, mas, ao mesmo tempo, o Exército, ainda no período do Império, transformou-se na instituição de maior representatividade popular ao passo que recrutou em suas fileiras indivíduos de várias origens sociais, inclusive escravos. Utilizando-se do exame de fontes não seriadas conseguiu constatar o que chamou de “mecanismos repressivos de alistamento”, assim como, as resistências da sociedade a eles, além de o quanto a guerra e as novas exigências de mobilização e recrutamento acabaram por tirar a estabilidade da escravidão no Brasil.

Outra pesquisadora da temática foi Maria Teresa Garritano Dourado, que, em sua tese, demarcou que a guerra de 1864 a 1870 teve a participação direta ou indireta de milhões de

¹⁹² SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai – escravidão e cidadania na formação do exército...*

¹⁹³ SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte – os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai...* p. 3.

peessoas, sendo o mais sangrento conflito registrado na América do Sul.¹⁹⁴ Os recrutamentos afetavam significativamente as populações dos países envolvidos, pois algum recurso da região poderia ser disponibilizado para o esforço ou o preço de alguns gêneros eram elevados, o que impactava no custo de vida. Alguns defendem que foi graças a isto que ocorreu o desenvolvimento de uma identidade brasileira ao se formar um entusiasmo cívico com a composição de batalhões patrióticos, execuções do hino nacional e tendo o imperador sendo apresentado como o líder da nação. Existia o brado: “Brasileiros! Às armas!”. De acordo com José Murilo de Carvalho, a palavra brasileiro indicava com clareza “o tipo de identidade que se procurava promover, isto é, acima de quaisquer ou efetivas diferenças.”¹⁹⁵

Marcelo Gomes reflete, através dos autores citados acima, que, mesmo com o entusiasmo cívico, ocorre a formação de novas demandas sociais e entre elas a de assistência aos homens que ficaram inválidos pois:

[...] após o entusiasmo inicial, a guerra, e o compulsório esforço para fazer frente a ela, foi onerando a população, fosse em vítimas, homens mutilados, ou mortos, ou até mesmo na economia. Se as primeiras e tão propaladas unidades voluntárias foram presentes no início, é certo que as que foram, no decorrer da guerra, tornaram-se “voluntárias”, apenas em sua denominação.¹⁹⁶

No Brasil, a guerra teve como consequências o desgaste do regime monárquico e o fortalecimento dos militares, o que contribuiu também com a Proclamação da República em 1889, assim como ampliou de forma decisiva as discussões internas sobre a escravidão que ainda existiam. Segundo Joaquim Nabuco, a guerra foi um divisor de períodos da história brasileira.¹⁹⁷ Wilma Peres Costa trabalha com esta reflexão e expressa que o conflito com o Paraguai foi ao mesmo tempo o apogeu do império e o gerador das principais causas de sua decadência. Promoveu a ascensão e consolidação do meio militar como “ator” político e foi um catalizador para a discussão e o fortalecimento do sentimento contra a escravidão, que ainda esteve em debate por quase vinte anos após o término da guerra.¹⁹⁸

¹⁹⁴ DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres Comuns, Senhoras Respeitáveis*: a presença feminina na guerra do Paraguai. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

¹⁹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 78-79.

¹⁹⁶ GOMES, Marcelo Augusto. “*A Espuma das Províncias*”: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930) ... p. 22.

¹⁹⁷ NABUCO, Joaquim. *La Guerra del Paraguay*. Versión castellan de Gonzalo Reparaz, de las sociedades de geografia de Paris y de Madrid. Paris: Garnier Hermanos, 1901.

¹⁹⁸ COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

Marcelo Gomes ainda propõe três questionamentos: O que sabemos mediante a historiografia sobre os militares brasileiros após a sua desmobilização pós-guerra? Quais informações possuímos das famílias tanto dos oficiais quanto dos praças, que tiveram seus homens feridos ou mortos? Em suma, o que se conhece no Brasil sobre os veteranos da Guerra do Paraguai? Como reflexão, apoia-se em José Murilo de Carvalho que demarca:

[...] sabemos muito pouco sobre a história social da guerra e de suas consequências. Quem eram os combatentes, como foram recrutados, como era a vida nas trincheiras, como era o tratamento dos soldados, sua alimentação, as doenças, o serviço de saúde, a relação entre eles e os oficiais, a disciplina, a convivência entre soldados de várias partes do país, de libertos com filhos de senhores, de negros, brancos e pardos, como era o relacionamento com o inimigo nos momentos de trégua, a reação à propaganda antiescravista e racista dos paraguaios, a vida após o regresso, no Exército e na vida civil, sobretudo a relação do liberto ex-combatente com seus parentes ainda escravos, com os ex-senhores?¹⁹⁹

Marcelo Gomes, em seu trabalho, aborda a criação do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e suas ações como um estabelecimento que recebeu militares inválidos, inicialmente oriundos da Guerra do Paraguai e posteriormente de outras operações em que o Exército ou a Marinha se envolveram nos séculos XIX e XX, como exemplo: Canudos, a Revolta da Armada e o Contestado.

Nas documentações, o Asilo dos Inválidos da Pátria pode ser encontrado com as seguintes denominações: Asilo Militar dos Inválidos da Pátria; Asilo de Inválidos da Corte; Asilo dos Inválidos do Exército; Asilo de Inválidos; Asilo Provisório dos Inválidos da Pátria e Asilo dos Inválidos da Marinha.²⁰⁰ O Asilo Provisório dos Inválidos funcionou provisoriamente na Ponta da Armação em Niterói dos anos de 1866 a 1868, já o Asilo dos Inválidos da Pátria surgiu no ano de 1868 até 1976,²⁰¹ na Ilha de Bom Jesus — Baía de Guanabara, resultado da necessidade de atender às demandas oriundas da Guerra contra o Paraguai e seus milhares de mutilados, feridos, com doenças crônicas e inválidos que passaram, então, a serem chamados de inválidos da pátria. O que chamou atenção do

¹⁹⁹ CARVALHO, José Murilo de. Um Voluntário na Guerra do Paraguai. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! 08 de julho de 2001.

²⁰⁰ SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *Coletânea sobre leis, portarias e avisos do asilo de inválidos*. Cópia datilografada. s/data. Existiu na Ilha do Governador e teve seu efetivo somado ao da Ilha de Bom Jesus em 1888.

²⁰¹ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO - ARQUIVO AIP: livro s/no, caixa 43, *boletim interno de 05 de agosto de 1976*. Extinção do Asilo dos Inválidos da Pátria. No mesmo boletim se encontram referências sobre o decreto presidencial 77801, de 09 de junho de 1976, DO de 10 de junho de 1976, NE 4603, de 24 de junho de 1976 e do Boletim Interno da 1ª Região Militar, no 137 de 23 de julho de 1976. Todos eles tratam da extinção do AIP.

historiador Marcelo Gomes foi que a criação desta instituição ia além da demanda de amparar:

[...] visavam de fato o efetivo controle social e cerceamento físico sobre esses homens que em realidade se tornaram um grave problema para ser equacionado pela administração pública, representada pelo ministério da guerra, pela polícia urbana, por médicos higienistas e até mesmo no âmbito da “iniciativa privada”, representada pelos comerciantes estabelecidos na Corte, detentores de grandes negócios e interesses e extremamente ciosos para que as trocas comerciais estabelecidas e sustentadas graças às atividades portuárias do então principal porto do império, não fossem prejudicadas, por exemplo, por uma forçosa quarentena, ou por uma funesta epidemia que, se agisse, do mesmo modo traria grandes contratemplos aos seus negócios.²⁰²

Uma percepção interessante sobre os inválidos da pátria que Marcelo Gomes pôde observar em sua pesquisa foi a forma como eram retratados nos periódicos e como os posicionamentos políticos eram percebidos pelas descrições. Nos periódicos de posição favorável ao governo, eram retratados como alguém que se recuperaria brevemente, como inválidos temporários. Já nos periódicos opositores ao governo, eram retratados como sendo inválidos permanentes.

Como uma forma de manter a instituição, existia a Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria, que foi criada por membros da Praça do Comércio do Rio de Janeiro em 1867. A instauração do asilo era divulgada como uma forma de patriotismo:

O Asilo dos Inválidos da Pátria é um estabelecimento pio que atualmente chama a atenção de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, em razão da grande dívida de que são credores aqueles, que aí são recolhidos a fim de receber os cuidados do governo e dos corações generosos. Quando pensaram nossos antepassados que o Brasil possuiria um estabelecimento tão importante, que transmitirá às gerações vindouras a idéia de verdadeiro reconhecimento aos que por ela sacrificaram-se? Pois bem; o Brasil já não deve estar tão atrás da civilização; o Brasil, rico em tudo, será também nobre de sentimentos. Os inválidos são pobres, é verdade; porém são nobres; eles deram em favor da pátria tudo quanto tinham, a vida, a saúde, o sangue, tudo eles expuseram; e por atos de tanta generosidade são credores de tudo quanto em seu favor se possa fazer.²⁰³

²⁰² GOMES, Marcelo Augusto. “*A Espuma das Províncias*”: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930) ... p. 33-34.

²⁰³ HONORATO, Manuel da Costa. *Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria pelo seu capellão Manoel da Costa Honorato*. Typographia Americana: Rio de Janeiro, 1869.

1.2.4. Entre os órfãos da guerra e a profissionalização: a criação do Colégio Militar do Rio de Janeiro

Dentro deste cenário de amparo e reconhecimento aos “heróis da pátria”, surgiu a demanda para os órfãos da guerra. O ministro da Guerra do Império, o Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, expressou ser uma demanda melhorar o preparo na formação cidadã, conforme os preceitos do período, dentro do Exército e foi o responsável pela criação do Imperial Collegio Militar da Corte, criado através do Decreto 10.202 de 09 de março de 1889.

Conforme a tese de Beatriz Rietmann da Costa Cunha, as iniciativas educacionais eram moldadas por um caráter assistencialista, pois eram destinadas aos filhos órfãos dos militares do Exército, somadas ao questionamento acerca da formação dos oficiais e da falta de habilitação dos soldados frente à necessidade imperiosa de quadros qualificados para acompanhar a profissionalização do Exército. Esta era uma demanda que vinha desde o Império com a extinção do Colégio Naval em 1886. O Colégio Militar tornou-se a única opção de ensino secundário militar no estado do Rio de Janeiro.²⁰⁴

Sendo assim, o CMRJ foi criado com o intuito de dar instrução e educação militar, admitindo gratuitamente os filhos e netos de oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada; de funcionários públicos que atendessem aos critérios estabelecidos no regulamento, além dos menores procedentes de outros grupos sociais que poderiam ser filhos de civis e de militares que não estivessem amparados.²⁰⁵

Segundo Helio de Souza, a ideia de fundação pelo Exército Brasileiro de um educandário nos moldes do atual Colégio Militar do Rio de Janeiro concretizou “uma aspiração de uma classe militar que via reforçado o seu prestígio em função da participação vitoriosa em várias campanhas militares”.²⁰⁶ Sendo os conflitos que ocorreram no país, no século XIX, motivadores de “uma série de transformações relacionadas à estrutura do Exército e seu papel dentro da sociedade brasileira que precederam e influenciaram a criação do Colégio Militar”.²⁰⁷

Para Felipe Leite:

²⁰⁴ CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. *O Ensino secundário militar na Primeira República: a construção dos colégios militares (1889-1919)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p.15.

²⁰⁵ BRASIL. *Arquivo Histórico do Exército*. Coleção de Leis do Brasil. Decreto nº 10.202 de 09 de março de 1889.

²⁰⁶ SOUZA, Hélio José Rêllo de. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p. 17.

²⁰⁷ SOUZA, Hélio José Rêllo de. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia...* p. 17.

No Relatório do Ministério da Guerra referente ao ano de 1889, há a informação da criação da Escola Militar do Ceará, da Escola Superior de Guerra e do Imperial Colégio Militar. A Escola Militar do Ceará seria destinada a formar oficiais de Infantaria e Cavalaria, teria também o curso preparatório. A Escola Superior de Guerra (ESG) estava situada junto à Escola Militar da Corte, destinava-se a separar militares que se destacavam no curso da Escola Militar e que fossem propostos a aprofundarem-se no ensino superior. O Imperial Colégio Militar, situado na capital, era destinado gratuitamente aos filhos dos oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada; e, mediante contribuição pecuniária, menores procedentes de outras classes sociais. Ao término dos 5 anos de estudos no Imperial Colégio Militar, os egressos teriam vaga garantida nas Escolas Militares dos Cursos de Infantaria e Cavalaria, sem haver necessidade de novos exames. A intenção era instruir jovens e despertar o interesse pela carreira das Armas.²⁰⁸

Neste contexto, a Guerra do Paraguai ajudou a desencadear transformações no Exército relacionadas à sua estrutura social, remuneração e a forma de recrutamento de seus quadros. Visavam assim criar condições de melhores campanhas militares com maiores períodos e de grande porte. Dentro do Exército, foram estabelecidas implantações como soldo regular, gratificações, promoções por bravura e pensão militar, sendo atrativo o serviço militar aos cidadãos que antes não se alistariam.

De acordo com esta perspectiva, a Guerra do Paraguai foi o ponto de partida para pensarem na substituição do recrutamento forçado, que era percebido pela sociedade como um castigo ou refúgio de desocupados, desqualificados e malfeitores.²⁰⁹ Passa a ocorrer alistamento não apenas dos escravos em busca de alforria, mas também de cidadão da camada intermediária, que, durante a guerra, viam a carreira militar como uma oportunidade devido à possibilidade de ascenderem na hierarquia militar. Sodré reforça que, além disto, a convivência com escravos e ex-escravos entre os combatentes da guerra paraguaia fez com que surgissem vínculos, tornam-se “iguais” como companheiros de combate. Os negros também eram remunerados, não podendo deixar de vincular, segundo o autor, a presença deles como fator importante no interesse dos militares no processo de abolição.²¹⁰

Jehovah Motta²¹¹ expressa que, após a Guerra do Paraguai, com o retorno para um contexto sem guerra, os militares que antes ganharam destaque, durante o conflito, voltaram ao papel secundário dado pelo regime monárquico. Os efetivos tiveram baixas de mais de cem

²⁰⁸ LEITE, Felipe Vieira. A busca pela profissionalização do Exército após a Guerra do Paraguai (1870-1891). In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p.267.

²⁰⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil...* p.111.

²¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil...* p.111.

²¹¹ MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército...* p.148.

mil combatentes para treze mil entre 1881 e 1889. Além disto, Sodré destaca a luta em torno do fim da escravidão e o início do regime republicano como sendo dois demonstrativos de que o Exército que retornou da guerra com o Paraguai não era o mesmo. Existia entre o grupo dos oficiais superiores latente o ideal de modernização das Forças Armadas e seus armamentos, deixando o modelo agrário característico da monarquia e visando a um modelo industrial, alinhado ao Estado republicano.²¹²

Felipe Leite destaca dentro desta percepção que o processo modernização está atrelado ao de profissionalização do EB que seguia o entendimento de que quanto mais capacitadas as Forças Armadas, como uma Instituição do Estado, melhor teriam condições de atuar com eficácia e desempenhar seus papéis.²¹³ Ao pensar sobre a formação do EB, é crucial a compreensão de “formação profissional”. De acordo com Frank D. McCann, uma característica que se assemelha em qualquer definição de profissionalismo militar é a atribuição do integrante da Força de Segurança como sendo um administrador ou manipulador da violência controlada. A outra característica recorrente é o profissionalismo relativo à forma pela qual os exércitos realizam as missões que são atribuídas em seus respectivos países.²¹⁴

Já para Morris Janovitz, o militar diferencia-se das outras profissões, pois possui características específicas: “uma profissão é mais que um grupo com qualificação especial, adquirida através de intenso treinamento”.²¹⁵

O pós-guerra do Paraguai marcou a sociedade brasileira tanto em aspectos sociais, políticos e econômicos, como mudou a configuração do EB. Sílvia Romero expressa que:

Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais forte que já uma vez houve na história de um país. De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou, e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A Guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se agita e logo após é seguida da questão religiosa; tudo se pôs em discussão... Um bando de ideias novas esvoaçou sobre todos os pontos do horizonte. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária,

²¹² SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil...* p.142

²¹³ LEITE, Felipe Vieira. A busca pela profissionalização do Exército após a Guerra do Paraguai (1870-1891)...

²¹⁴ MCCANN, Frank D. *A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro*. Tradução de Sílvia Rolim. Recife: Guararapes, 1982. p. 112.

²¹⁵ JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Edições GRD, 1967. p. 13-14.

transformação das instituições do direito e da política, tudo então se agitou.
216

As Forças Armadas “não existem num vazio social” e “não agem monoliticamente”.²¹⁷ Sendo assim, não possuem autonomia para formularem uma política externa independente, pois necessitam de uma relação política entre as classes dirigentes do país. Além disto, existe, no interior da Instituição, uma disposição pelo poder, o que gera uma “abertura” e “autonomia” que torna o Exército variável em suas relações com as outras instituições.

Felipe Leite então demarca que o processo de profissionalização do Exército iniciou-se em 1810, com a criação da Real Academia Militar, pensada como uma instituição de pessoas destinada à formação de militares para a guerra e engenharia, mas, devido aos interesses do Império, não foi possível ter uma instrução destinada apenas para o meio militar. É importante destacar que “A profissionalização do Exército não diz respeito apenas a uma área dentro da Instituição, esta é demonstrada através de ações no ensino, nas adequações táticas, administrativas, na aquisição de equipamentos, armamentos e viaturas.”.²¹⁸

Já na década de 1850, após inúmeras reformas no ensino, forma-se uma conscientização de incluir para além do ensino teórico um ensino prático nas escolas militares. No entanto, esta visão no meio militar não era consoante na maioria da classe dirigente do Brasil, gerando a desaprovação de recursos para este objetivo.

Após a Guerra com o Paraguai, ficou mais exposta a necessidade de um EB mais bem instruído e equipado. Entretanto inúmeros obstáculos atrapalharam este processo de profissionalização, como os grandes gastos com a guerra e o não entendimento dos governantes da necessidade de ter um Exército mais preparado, o que ocasionou uma redução do efetivo. Além disso, não eram oportunas as aquisições de armamentos, viaturas e demais equipamentos militares. Estes problemas externos geraram um atraso na evolução da profissionalização.

Em relação aos problemas internos, existia uma disputa entre os chamados tarimbeiros e bacharéis no período. Mas, segundo Leite: “foi superada pelo entendimento e imposição de

²¹⁶ ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. Prefácio a vários escritos de Tobias Barreto de Menezes. In: BARRETO, T. *Obras Completas 10*. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora de Paulo, 1926. p. 26.

²¹⁷ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Record, 2000. p. 39.

²¹⁸ LEITE, Felipe Vieira. A busca pela profissionalização do Exército após a Guerra do Paraguai (1870-1891)... p. 273.

formação profissional militar para os oficiais.”²¹⁹ Além deste problema interno, havia uma briga pelo poder de correntes ideológicas divergentes dentro da instituição. O resultado disso foi que entraves entre o “anticientificismo com o cientificismo fortalecido pelo positivismo gerou problemas internos, algumas vezes extrapolou os muros dos quartéis gerando problemas externos”.²²⁰ Como exemplo de problemas externos ocasionados por fatores internos, destacam-se a questão Militar e o republicanismo. Sendo assim, Leite frisa que:

Como os problemas internos foram provenientes de pensamentos contrários, quando cada uma tinha uma visão de como o Exército deveria ser empregado, cada corrente buscava o profissionalismo pertinente as missões que atribuiriam ao Exército. A certeza é que estes problemas atrasaram a profissionalização buscada pelos que perduraram à frente da Instituição após a morte do positivista Benjamin Constant e desencantamento do Marechal Deodoro da Fonseca. Este entrave ficou extinto quando, na Reforma de 1898, o currículo de ensinos matemáticos se perpetuou, mesmo sob a influência de militares que não eram assumidamente positivistas. A análise desapassionada, sem a projeção dos juízos de valor do próprio pesquisador, isto é, sem contaminação de preferências estéticas ou políticas, conforme ensina Max Weber em relação à racionalização (ARON, 1993, p. 732), permite que sejam assimilados ensinamentos para as Instituições do presente. O principal ensinamento após a constatação do que ocorreu com o Exército no período acima estudado é a necessidade de as Instituições manterem-se atualizadas e constantemente buscando a melhoria de seus processos.²²¹

Percebemos, assim, que a profissionalização do EB foi um processo gradual, em alguns momentos mais lento e em outros mais acelerados, mas que, mesmo com problemas internos ou externos, foi constante. Mesmo quando não era possível implementar ações práticas, os membros da sociedade militar e setores civis executavam ações de análise e planejamento para implementarem seus objetivos, como exemplo, a criação do Colégio Militar do Rio de Janeiro como um local de formação de ensino secundário para os jovens pautados dentro das aspirações militares, seja seguindo a carreira militar de forma obrigatória para os alunos entendidos como amparados (órfãos de pais e netos de oficiais ou filhos de funcionários públicos que atendessem aos critérios estabelecidos pelo regulamento), ou como cidadãos civis que tiveram acesso aos valores militares implementados dentro desta instituição de ensino.

²¹⁹ LEITE, Felipe Vieira. A busca pela profissionalização do Exército após a Guerra do Paraguai (1870-1891) ... p. 273.

²²⁰ LEITE, Felipe Vieira. A busca pela profissionalização do Exército após a Guerra do Paraguai (1870-1891) ... p. 273.

²²¹ LEITE, Felipe Vieira. A busca pela profissionalização do Exército após a Guerra do Paraguai (1870-1891) ... p. 274.

Capítulo 2-Colégio Militar do Rio de Janeiro da sua criação até o fim da Primeira República

Este capítulo tratará da reflexão sobre a negociação para a criação do CMRJ na perspectiva do viés social, político e das aspirações militares, além de analisar o Decreto de Criação desta instituição de ensino, assim como principais objetivos e justificativas para a sua fundação. Também serão examinados os decretos de ensino instituídos para os Colégios Militares durante o período anterior ao Estado Novo, observando suas demandas, programas de ensino e características eminentes à formação militar e civil.

2.1. Criação do Imperial Collegio Militar: aspiração de um projeto militar

Compreender o funcionamento do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), no período do Estado Novo, demanda apreender as circunstâncias históricas de sua criação, que foi o resultado de uma negociação que perdurou por décadas e fez parte de um projeto do Exército Brasileiro de modernização e profissionalização de seus quadros de oficiais desde o seu decreto de criação.

Recebendo como primeiro nome Imperial Collegio Militar da Corte,²²² sua fundação ocorreu no dia 09 de março de 1889, através do Decreto número 10.202,²²³ por intermédio do Ministro da Guerra do Império, conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, e assinado pelo Imperador D. Pedro II.

Apreender o decreto de criação do CMRJ possibilita abordar os valores e concepções vigentes, mas antes de aprofundarmos a análise é necessário conhecermos o processo que existiu para que ocorresse sua concretização. Para tal, precisamos refletir sobre o contexto do Brasil e do Exército no período que antecedeu sua criação e compreender que foi o resultado de uma intensa negociação entre os militares e o governo.

²²² Em relação à escolha do nome da instituição de ensino, foi cogitada a opção de *Pritaneu* Militar, mas o imperado D. Pedro II não o aceitou e o primeiro nome escolhido foi Imperial Collegio Militar da Corte. Após a proclamação de República, o Imperial Collegio Militar da Corte passou a ser denominado Colégio Militar. Este nome perdurou até a criação de outros colégios militares, quando passou a ser Colégio Militar do Rio de Janeiro. Outro detalhe é que através da Portaria do Ministro do Exército número 378, de 23 de fevereiro de 1978, recebeu a designação histórica de “Casa de Thomaz Coelho”.

²²³ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. *Coleção de Leis do Brasil*. Decreto nº 10.202 de 09 de março de 1889.

Inicialmente, em 1840, o Ministro do Império Pedro de Araújo Lima fez a proposta de criação do “Colégio Militar do Imperador”, alegando ser uma forma de atender às demandas dos militares por uma instituição de ensino para os filhos de servidores do Exército e da Armada, entretanto a proposta não foi aceita. A historiadora Fabrícia Carvalho expressa que neste interim, entre a primeira proposta de criação e a assinatura do Decreto de criação, devido à Guerra do Paraguai, Duque de Caxias tornou-se o Presidente do Conselho de Ministros — uma posição de grande importância na política brasileira — ficando subordinado apenas ao Imperador D. Pedro II.²²⁴ Além disto, ocupou o cargo três vezes, concomitantemente como Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

Como Senador do Império, Caxias almejou que, além da pensão já oferecida, fosse criado um estabelecimento para atender às famílias que ficaram desamparadas com o falecimento dos militares oficiais que foram à defesa da Pátria e idealizou um projeto de criação de Educandário para filhos de militares. Sendo assim, no ano de 1853, através de projeto de número 148, o Senador Duque de Caxias propôs a concepção de um modelo baseado no que Napoleão Bonaparte implementara na França — *Prytanée Militaire* —, argumentando ser um incentivo às tropas imperiais, pois “cumpre aos poderes do Estado especialmente lançar neste assunto suas vistas paternais em benefício dos filhos daqueles que morrerão ou se inutilizarão no campo de batalha defendendo a honra nacional”.²²⁵ Mas, o Legislativo não aceitou a proposta.

Para Helio Souza, a escolha do modelo inspirado no *Prytanée Militaire de la Flèche*, uma escola militar criada por Luís XV, foi resultado justamente da influência cultural francesa em diferentes aspectos da vida nacional em fins do século XIX,²²⁶ sendo a própria doutrina militar francesa norteadora do Exército Brasileiro no período e, posteriormente, substituída pelo modelo da doutrina militar americana após a Segunda Guerra Mundial.

Sobre o modelo proposto de *Prytanée Militaire* do futuro Imperial Collegio Militar da Corte, podemos observar semelhanças em seu funcionamento inicial. O estabelecimento de ensino francês, segundo Bernard Beaupère,²²⁷ teve grande destaque pela qualidade do ensino, ministrado em latim e gratuito, e contava com professores eminentes e disciplinas que

²²⁴ CARVALHO, Fabrícia A. T. *Colégio Militar do Rio de Janeiro 125 anos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015. p. 95-96.

²²⁵ CARVALHO, Argens José de. *Colégio Militar. Cem anos de tradição*. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 126, n.1, pp. 126, 1989

²²⁶ SOUZA, Hélio José Rêllo de. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p. 26.

²²⁷ BEAUPÈRE, Bernard. *Histoire du Prytanée national militaire*, Paris: Charles-Lavauzelle, 1985. p.8.

abrangiam as áreas da Gramática, Retórica, Matemática, Filosofia, Teologia e Hebraico. Em 1764, tornou-se a Escola de Cadetes ou também chamada Escola Militar Preparatória, conforme cartas patentes assinadas por Luís XV. Os candidatos passaram a ser nomeados pelo rei e deveriam provar fazer parte da nobreza. Foram incluídos novos cursos como a História Natural, Estatística ou Física Experimental e, devido à vocação militar, a Educação Física ganhou destaque.

Segundo Bernard Beaupère, ocorreu a intenção de restaurar a Escola Imperial Especial, através de decreto em março de 1808, que desejava restabelecer a Escola Imperial Especial nas instalações militares. Sendo assim, o *Prytanée* mudou de lugar sendo instalado em La Flèche, tendo um total de quatrocentas vagas, contando com duzentas delas gratuitas e pagas pelo governo. Conforme o decreto de criação, era um preparatório para as escolas de *Saint-Cyr* e *Saint-Germain* (cavalaria). Os alunos teriam entre oito e doze anos e permaneceriam até os dezoito anos, e os pais deveriam obrigatoriamente enviar os filhos ao serviço militar. Como disciplinas aprendiam Línguas Antigas, Retórica, Matemática, História, Geografia, Alemão, Inglês, Desenho, Esgrima, Manobras de Infantaria e Canhão de Campo. As crianças para serem admitidas deveriam saber ler e escrever, ter noções de matemática, declinações e conjugações. O pedido de admissão era feito ao Ministro de Guerra. Os pais deveriam anexar os seguintes documentos: certidão de nascimento da criança; atestado médico atestando que não tinha enfermidades ou defeitos de conformação, que estava bem de saúde, que teve varíola ou que foi vacinado; certificado emitido pelo diretor de escola secundária ou professor vinculado à escola secundária, atestando que o candidato possuía a instrução detalhada acima. As vagas gratuitas destinavam-se aos filhos de oficiais gerais e coronéis e aos filhos de oficiais da Guarda Imperial. Os alunos do internato, de forma obrigatória, eram encaminhados ao estado militar. Ao finalizar o estudo, os alunos do governo e internos que se destacavam nas aulas através da boa conduta e sucesso eram encaminhados para a Escola Militar Especial de *Saint-Cyr*, já os demais eram encaminhados aos regimentos com a patente de suboficial. Um modelo, conforme poderemos observar posteriormente, muito similar de funcionamento ao do CMRJ em seus anos iniciais.

À luz do primeiro modelo proposto por Caxias, seguido o *Prytanée Militaire*, retornamos à reflexão sobre as várias tentativas para a criação do atual Colégio Militar do Rio de Janeiro. Sendo assim, em 1862, com o irmão de Duque de Caxias, Visconde de Tocantins, realizou-se uma nova tentativa de criação de uma instituição, com o discurso de promover amparo aos “órfãos filhos de militares da Armada e do Exército que foram fundamentais para

a defesa da Independência da Honra Nacional e das Instituições”.²²⁸ Para reiterar o apoio, Duque de Caxias indicou o edifício da Fortaleza de São João como sendo um local propício para acolher em forma de internato até 100 alunos, mas a proposta novamente foi recusada, conforme expressa Carvalho.²²⁹

No ano de 1865, devido à situação de guerra com o Paraguai e com o auxílio de doações realizadas pela população, foi criada a Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria com a função de amparar, recolher e tratar os feridos e mutilados na guerra, além de proteger suas famílias e órfãos. As contribuições para o fundo eram fomentadas, muitas vezes, por membros da Associação Comercial — instituição com grande poder aquisitivo. No mesmo ano, novamente surge à proposta de criação de um colégio militar devido à aliança entre a Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Assim, através das doações arrecadas, foi possível comprar da Igreja Católica as antigas instalações do Convento Franciscano da Ilha de Bom Jesus da Coluna, na Baía de Guanabara, onde, em 1868, o governo imperial inaugurou a Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria. Durante o período de 1865 até 1885, o valor das doações foi significativo. Segundo Helio Souza, observa-se que “a receptividade alcançada junto à população pela ideia de proporcionar assistência aos que lutaram pelo país é sintomática da identificação do Exército com as camadas em desenvolvimento da sociedade brasileira”.²³⁰

Em 1870, após o término do conflito platino, a Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria não extinguiu suas atividades, permanecendo com o amparo aos militares feridos e aos órfãos. Mais uma vez, porém com maior apoio, ressurgiu o projeto de criação de um educandário. Segundo Teixeira Oliveira, apesar de o projeto ter sido rejeitado pelo Senado, a ideia ainda era uma pauta frequente entre os militares, conforme descrito nos relatórios do general Polidoro Quintanilha Jordão, comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1857, e nos relatórios do ministro da Guerra Manoel Felizardo, elaborados em 1859, assim como nos do próprio Caxias, feitos em 1862, enquanto ministro da Guerra.

Devido ao contexto de fim de guerra e seus desdobramentos para as famílias militares, a Associação Comercial do Rio de Janeiro expressou ser importante uma fusão entre ela e a Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, buscando melhorar a gestão deste, gerando assim um melhor amparo aos veteranos de guerra e às famílias de militares que ficaram

²²⁸DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL *Histórico*. Homepage, 2021. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 20 jan.2021.

²²⁹CARVALHO, Argens José de. Colégio Militar. Cem anos de tradição...

²³⁰SOUZA, Hélio José Rêllo de. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia...* p. 22.

desamparadas. Segundo Figueiredo, “a união das duas instituições estava baseada no argumento de que a manutenção do Asilo se encontrava em risco, já que não contava mais com a entrada de nenhum sócio”.²³¹ Sendo assim, com a união das duas instituições, ocorreu a entrega dos bens da Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, juntamente com as apólices da dívida pública, para a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

A fusão das entidades acima descritas ocorreu no dia 23 de junho de 1885 e teve como executor o Ministro da Guerra Antônio Eleutério de Camargo. Mas foi revogada pelo ministro seguinte, Oliveira Junqueira, que solicitou impedimento através do Despacho Ministerial de 14 de outubro de 1885. No ano de 1889, após muitos esforços do Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, ocorreu a junção.²³²

De acordo com Cunha, a homologação da proposta de fusão transcorreu somente depois de acordado que a Associação Comercial do Rio de Janeiro seria responsável por arcar com as despesas para a aquisição de uma propriedade que fosse propícia para a instalação de uma instituição de ensino escolar que seguisse o modelo de internato para os filhos de militares órfãos.²³³ Para Figueiredo, de acordo com a resolução imperial datada de 25 de abril de 1888, a Associação Comercial do Rio de Janeiro ficava “sub-rogada em todos os direitos e obrigações da Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria”.²³⁴

Um adendo ao contexto de criação da instituição de ensino naquele período é que, segundo Helio Souza, o país não possuía uma rede pública que conseguisse suprir a demanda, além de não existir um colégio que fosse compatível com as exigências do Exército.²³⁵ Neste momento, os militares estavam tendo maior participação política e eram vistos como merecedores de uma instituição de ensino que amparasse os jovens órfãos dos heróis de guerra.

Sobre o terreno em que o Colégio Militar do Rio de Janeiro foi construído, Teixeira expressa que a origem da Chácara da Babilônia deu-se no período dos jesuítas no Rio de Janeiro.²³⁶ Tais terras tinham sido doadas à Companhia de Jesus por Estácio de Sá em 1565 e,

²³¹ FIGUEIREDO, Antônio; FONTES, Arivaldo Silveira. *Breve introdução à história dos colégios militares no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n], 1958. p. 8.

²³² CARVALHO, Fabrícia A. T. *Colégio Militar do Rio de Janeiro 125 anos...* p.16-17.

²³³ CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. *O Ensino secundário militar na Primeira República: a construção dos colégios militares (1889-1919...* p. 224.

²³⁴ FIGUEIREDO, Antônio; FONTES, Arivaldo Silveira. *Breve introdução à história dos colégios militares no Brasil...* p. 14.

²³⁵ SOUZA, Hélio José Rêllo de. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia...* p. 23.

²³⁶ TEXEIRA, Marcia Helena Vaz. *Palacete Babilônia, de residência a sede do Colégio Militar: arquitetura neoclássica no Rio de Janeiro imperial*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p.68.

posteriormente, passaram a pertencer à coroa portuguesa (o Fisco Real), que as leiloou. Carvalho expõe que a Chácara da Pedra da Babilônia passou por inúmeros proprietários. Entretanto, em 1864, Antônio Alves da Silva Pinto a transformou em residência e iniciou a construção do Palacete da Babilônia. O imóvel seguia o estilo neoclássico e foi construído no alto da colina, tendo a sua direita a Pedra da Babilônia. No entanto, Antônio Alves decretou falência e cometeu suicídio, tendo assim seus bens leiloados.²³⁷

No ano de 1867, com a compra realizada em leilão, Jerônimo José de Mesquita, o Barão de Mesquita, adquiriu o imóvel e, por vinte anos, foi o responsável pela finalização da construção e decoração interna. Com a morte do Barão, em 1886, a Baronesa de Itacurussá, sua filha, tornou-se dona da propriedade até o ano de 1889, quando o governo imperial comprou a edificação utilizando os rendimentos da extinta Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, que agora era responsabilidade da Associação Comercial do Rio de Janeiro. A aquisição contribuiu para a instalação, em 29 de abril de 1889, do então Imperial Collegio Militar da Corte. Segundo Helio Souza, a articulação da aquisição da propriedade realizada pelo Ministro da Guerra, o político fluminense Thomaz José Coelho de Almeida, ocorreu pela percepção de que a Monarquia estava terminando por vislumbrar “a possibilidade de uma ação que angariasse a simpatia dos descontentes militares”.²³⁸

Devido à assinatura do Decreto de criação, no dia 09 de março de 1889, e do regimento interno, iniciou-se a organização para o funcionamento do estabelecimento de ensino. No dia 06 de abril, o Coronel Vicente Ribeiro Guimarães foi nomeado como o primeiro comandante. Neste ínterim, foram contratados “6 professores, 4 adjuntos, 1 capelão, 1 médico, 1 mestre de esgrima, 1 mestre de natação e ginástica, 1 professor de música e 4 comandantes de companhia”.²³⁹ No dia 02 de maio, o Ministro Thomaz Coelho autorizou a matrícula de 44 alunos. E, finalmente, no dia 06 de maio, data comemorativa do aniversário do colégio, iniciaram-se as aulas.

Segundo Elsbeth Léia Spode Becker, a opção em fundar o então Imperial Collegio Militar da Corte na cidade do Rio de Janeiro deriva de decisões políticas e estratégicas, pois “está diretamente relacionada à função que a cidade exercia nos governos imperiais, ou seja, sede do poder político do Império e, conseqüentemente, sede dos comandos militares.”²⁴⁰ Não

²³⁷ CARVALHO, Fabrícia A. T. *Colégio Militar do Rio de Janeiro 125 anos...* p.23.

²³⁸ SOUZA, Hélio José Rêllo de. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia...* p.22.

²³⁹ SOUZA, Hélio José Rêllo de. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia...* p.23.

²⁴⁰ BECKER, Elsbeth Léia Spode *Histórico do Sistema Colégio Militar do Brasil e seu Processo de Formação na Cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Disciplinary Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 19, pp. 165-187, 2018. p. 169.*

podemos deixar de entender que o Exército estava em um período de grande prestígio, em que, segundo Viana, a criação surgiu devido a uma “tentativa de acalmar os ânimos dos militares republicanos com uma demonstração de boa vontade do Império para com os filhos desamparados dos militares”.²⁴¹

Os ensejos de sua criação atendiam, ainda, uma demanda que vinha desde o Império com a extinção do Colégio Naval, em 1886. sendo a única opção de ensino secundário militar no atual estado do Rio de Janeiro. Possuía como princípio melhorar o preparo na formação cidadã dentro do Exército, conforme os preceitos do período, e, nas iniciativas educacionais, existia um caráter assistencialista, pois era destinado aos filhos órfãos dos militares do Exército.²⁴² Desta forma, o próprio regulamento é um norteador deste caráter assistencial e também da intenção pré-vocacional militar, principalmente ao impor aos alunos a quem eram reservadas vagas gratuitas a obrigatoriedade de seguirem a carreira militar, gerando a imposição de uma indenização pelas despesas com o ensino, caso não ocorresse o cumprimento desta obrigação.

Devido às novas demandas, durante os anos de 1905 até 1946, ocorreram nove reformas dos Regulamentos dos Institutos Militares de Ensino Superior “com o claro objetivo de acompanhar a evolução do ensino em relação à formação profissional dos futuros oficiais do Exército.”²⁴³ E atender a uma necessidade modernizadora existente no período.

Posto isto, a análise dos decretos de ensino demonstra que os objetivos do Exército Brasileiro em relação à formação visavam a um alinhamento com a política de modernização republicana, que fora implementada no Exército, durante o Estado Novo, em sintonia com o ideal de construção de um novo homem. Desta forma, o Colégio Militar e a Escola Militar tornaram-se os locais para seleção de “melhores” candidatos dentro da perspectiva de formação de uma nova elite militar. Destacamos que a formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, iniciada no Colégio Militar do Rio de Janeiro, recebeu influência das teorias científicas que estabeleciam parâmetros de hierarquia social e étnica.

Demarcamos que, durante as quatro primeiras décadas da República, ocorreram inúmeras reformas dentro do Exército Brasileiro, visando a uma adequação dentro dos novos parâmetros estabelecidos pelo Estado e a forjar um novo conceito de nação brasileira,

²⁴¹ VIANNA, Gilberto Souza. O Sabre e o Livro - a experiência do Colégio Militar de Curitiba (1959-1988). In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação no Brasil, história e historiografia*. 2000, Rio de Janeiro: Versão disponível em CD-ROM. p. 2.

²⁴² CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. *O Ensino secundário militar na Primeira República: a construção dos colégios militares (1889-1919)*... p.15.

²⁴³ RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis: instituição, pensamento político, e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010. p.7.

buscando sublimar seu passado imperial e de ligação com a família real portuguesa. Um aspecto importante da criação do Colégio Militar era a existência de questionamento acerca da formação dos oficiais e da falta de habilitação dos soldados frente à necessidade imperiosa de quadros qualificados para acompanhar a profissionalização do Exército. Sendo assim, o Imperial Collegio Militar da Corte fora uma resposta a estas demandas.²⁴⁴

Sobre a formação brasileira de uma nova elite militar, principalmente pelo Exército, durante a Primeira República até o período do Estado Novo (1937-1945), usaremos como fio condutor deste estudo os decretos de Ensino Militar. Neste sentido, o foco será o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), pois entendemos que ele fazia parte de um projeto militar de modernização e formação de um grupo de militares que atendessem às demandas alinhadas à construção de uma “nova” sociedade brasileira.

Desta forma, analisaremos as propostas de regulamentos de ensino militar nos Colégios Militares articuladas à política de modernização do Exército Brasileiro para entendermos as prioridades na formação de um novo quadro de oficiais dentro do Exército Brasileiro, para um modelo profissional mais prático e objetivo que trouxe mudanças na cultura política institucional da Escola Militar, tendo por escopo diminuir o ensino baseado em conteúdos e no aumento das disciplinas práticas nas sucessivas revisões curriculares. Este projeto, por sua vez, estava alinhado aos Decretos de Ensino Militar nos Colégios Militares.

Além disto, acreditamos que as iniciativas educacionais, revestidas de um caráter assistencialista do CMRJ, neste período, são questionáveis, conforme refletiremos. Reforçando que, desde a criação do Imperial Colégio Militar (1889), foi difundida a ideia de que este teria um viés assistencial. Entretanto, com o passar das gerações formadas e ao realizar uma análise sociológica dos seus discentes, conseguimos inferir que o CMRJ possuía um caráter mais preparatório do que assistencial, pois, em seus primeiros anos de formação, garantia acesso ao Colégio D. Pedro II. Os concludentes tinham vaga preferencial nas Escolas Militares, e os que não optavam pela carreira das armas deveriam indenizar o erário. Sendo desta maneira, os decretos resultam dos anseios de formação de oficiais adequados à necessidade de quadros qualificados para acompanhar a profissionalização do Exército.

²⁴⁴ No capítulo 4, será abordada a temática da profissionalização do Exército.

2.2 Decreto de criação: para além do amparo, uma formação elitista

Entender o Decreto número 10.202, de 09 de março de 1889, é fundamental para compreender as finalidades, as características organizacionais, o funcionamento e os “caminhos” de estruturação do Colégio Militar do Rio de Janeiro, que estiveram vigentes durante o Estado Novo. O decreto possui sete páginas, oitenta e três artigos e passou por uma emenda no ano de 1890, através do Decreto nº 290, de 29 de março de 1890.

O decreto conta com sete páginas sendo dividido em doze capítulos, assim denominados:

- “Capítulo I- Da organização e afins do collegio”;
- “Capítulo II- Da admissão dos alumnos”;
- “Capítulo III- Da organização regimental do collegio”;
- “Capítulo IV- Do corpo de alumnos”;
- “Capítulo V- Do curso do Imperial Collegio Militar”;
- “Capítulo VI- Do tempo lectivo e dos exames”;
- “Capítulo VII- Das recompensas e das penas”;
- “Capítulo VIII- Do corpo docente”;
- “Capítulo IX- Dos conselhos de instrucção, disciplinar e economico”;
- “Capítulo X- Da biblioteca e do museu militar”;
- “Capítulo XI- Disposições gerais” e
- “Capítulo XII- Disposições transitórias”.

As finalidades da criação do colégio podem ser ressaltadas em seu decreto de criação no capítulo 1, conforme se observam no quadro 1:

Quadro 1- Decreto de Fundação do Colégio Militar do Rio de Janeiro

DECRETO Nº 10.202, DE 9 DE MARÇO DE 1889 Approva o Regulamento para o Imperial Collegio Militar. Hei por bem Approvar, para o Imperial Collegio Militar, o Regulamento que com este baixa assignado por Thomaz José Coelho de Almeida, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos	Art. 2º Os alumnos constituirão um corpo, ao qual será applicado o regimen disciplinar, economico e administrativo dos corpos do Exercito, salvo o que não for praticavel, em razão da idade dos mesmos alumnos e da indole especial deste instituto. Art. 3º Será internato, mas poderá

Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Março de 1889, 68º da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. Thomaz José Coelho de Almeida. Regulamento a que se refere o Decreto n. 10.202, desta data CAPITULO I DA ORGANISAÇÃO E FINS DO COLLEGIO Art. 1º Fica creado nesta Côrte, sob a denominação de Imperial Collegio Militar, um instituto de instrucção e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos offciaes effectivos, reformados e honorarios do Exercito e da Armada; e, mediante contribuição pecuniaria, alumnos procedentes de outras classes sociaes.	admittir alumnos externos, comtanto que estes só se retirem do collegio depois de findos os trabalhos theoricos e praticos do dia, na fórmula do regimento interno. Tendo por fim iniciar os alumnos, desde a juventude, na nobre profissão das armas, dirigirá sua educação e instrucção de modo que, ao terminarem os alumnos o curso, estejam aptos a proseguir em estudos superiores das Escolas Militares do Imperio. Art. 4º Os alumnos assentarão praça no acto da matricula, mas o tempo que se demorarem, frequentando o curso, não lhes será computado para effeito algum, salvo o disposto no art. 73. Art. 5º Os alumnos gratuitos, que completarem o curso, ficarão obrigados á prestação de serviço militar, de accordo com as leis vigentes, salvo o caso de incapacidade ou de indemnizarem o collegio das despesas que houverem feito.

Sendo assim, conforme o decreto de criação, o CMRJ foi fundado com o intuito de amparar ao dar instrução e educação militar, admitindo gratuitamente os filhos e netos²⁴⁵ de oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada, através de contribuição pecuniária, e os menores procedentes de outros grupos sociais que poderiam ser filhos de civis e de militares que não estivessem amparados.

O quadro de oficiais do Exército Brasileiro, naquele período, era denominado como oficiais efetivos, formados por oficiais de carreira, oficiais temporários na ativa e pelos oficiais reformados.²⁴⁶ Os reformados eram os oficiais dispensados do serviço militar com continuação ou melhoria do soldo (rendimentos). A vaga no Colégio Militar era vista como uma recompensa ao oficial reformado que tivesse deixado a atividade do Exército por idade ou moléstia incapacitante, mas também poderia ser um castigo, se por condenação. Existiam,

²⁴⁵ O artigo 9 especifica que os netos também possuem direito a vaga.

²⁴⁶ ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. e. *Diccionario Technico Militar de Terra*. Lisboa: Typographiado Annuario Comercial. 1911. s/n

ainda, os oficiais honorários, militares que, por serviços prestados na guerra, tinham somente as honras e predicamentos e não os proventos de seu posto, um título honorífico.²⁴⁷

Os alunos, segundo o decreto de criação, eram classificados como alunos amparados ao ingressarem sem um processo de seleção, por ser órfão filho ou neto de oficial. Ou poderiam ser alunos não amparados, ingressando mediante seleção prévia do comandante da instituição. Ambos os candidatos realizavam um exame de leitura e escrita.

Em conformidade com o decreto de criação, exposto no quadro acima, nos artigos 3, 4 e 5, percebemos que os alunos viviam, em sua maioria, em sistema de internato e, ao terminarem o ensino na instituição, estariam aptos para prosseguirem seus estudos superiores nas Escolas Militares do Império. Os alunos gratuitos, ou seja, aqueles órfãos filhos ou netos de oficiais, deveriam de forma obrigatória prestar serviços militares. E seguiam o regime disciplinar das escolas militares. Além disto, o artigo 66 previa que os alunos que concluíssem teriam prioridade de vagas em relação aos outros candidatos na matrícula nos cursos de infantaria e cavalaria das Escolas Militares, não precisando realizar provas para seu ingresso, mediante envio do Comandante do Colégio de uma listagem com a ordem de merecimento destes alunos.

Com isto, corroborando o decreto de criação que valorizava a vocação militar e a regra de que os alunos que estudassem gratuitamente deveriam obrigatoriamente seguir a carreira militar, ganhava-se também prioridade de matrícula nas escolas militares do período. Carvalho afirma que, entre os anos de 1894 até 1911, formaram-se 410 alunos, dos quais 271 seguiram a carreira das Armas, sendo 166 no Exército e 105 na Marinha.²⁴⁸ A partir da década de 1920, os alunos ao concluírem o ensino, nesta instituição, recebiam, segundo Tavares, a quitação com o serviço militar, sendo classificados como reservistas de segunda categoria.²⁴⁹

Atualmente não existe mais a prerrogativa na oferta de vagas aos alunos oriundos do CMRJ, mas a prioridade se manteve por um período e foi reforçada através do artigo número 300 do Decreto nº. 3.809 de 13 de março de 1939, que determinava que o aluno do Colégio Militar com plenas notas em todas as matérias (Instrução Geral e Prática), tendo um ótimo comportamento e conceito favorável, uma vez aprovado nos exames de admissão à Escola Militar, deveria ter preferência à matrícula sobre os demais candidatos. Segundo Rodrigues:

²⁴⁷ LEIS DO BRASIL. *Decreto nº 23, de 16 de agosto de 1838*; ORDENS DIA DO EXÉRCITO. *Aviso nº 93, de 31 AGO 1904*, publicado na Ordem do Dia nº 398, de 20 Jan. 1905. p. 62-3.

²⁴⁸ CARVALHO, Fabrícia A. T. *Colégio Militar do Rio de Janeiro 125 anos. ...* p.78

²⁴⁹ TAVARES, Aurélio de Lyra. *O Colégio Militar. Um Templo da Educação. Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 126, n. 1, pp. 7, 1989. p. 07.

As fontes de seleção da Escola Militar eram: os Colégios Militares (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza), os Institutos secundários de ensino oficial ou oficializado, cujos exames eram válidos nas outras escolas de ensino superior do país; e os Corpos de tropa (praças do serviço ativo), sendo que metade das vagas eram reservadas para o concurso de admissão aberto aos civis. [...] e pretendia favorecer o ingresso dos melhores elementos da sociedade brasileira.²⁵⁰

Em relação ao capítulo 2 do Decreto 10.202 de 9 de março de 1889 e ao Decreto 290 de 29 de março de 1890, ficavam estabelecidas as seguintes condições para admissão dos alunos:

Quadro 2 - Critérios de admissão

Art. 8º Além dos requisitos do artigo antecedente, a admissão dos alumnos gratuitos ficará sujeita á seguinte ordem de preferencia: § 1º Os orphãos de pae e mãe: a) filhos de officiaes effectivos do Exercito e da Armada; b) filhos de officiaes reformados do Exercito e da Armada; c) filhos de officiaes honorarios do Exercito e da Armada. § 2º Os orphãos de pae, das mesmas classes e na mesma ordem. § 3º Os demais filhos de officiaes dessas classes, guardando sempre identica ordem de precedencia. Art. 9º Terão preferencia sobre todos os matriculandos de que trata o artigo anterior: a) os filhos e netos de officiaes de qualquer classe do Exercito e Armada, mortos em combate, ou em acto de serviço militar, ou por effeito deste; b) os filhos de officiaes dessas mesmas classes, inutilizados ou feridos em combate, ou em serviço militar; c) os filhos de officiaes dessas mesmas classes com serviços de campanha. Altera algumas disposições do regulamento que acompanhou o decreto n. 10.202 de 9 de março de 1889. O Chefe do Governo Provisorio da	Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituindo pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ás conveniencias do ensino Decreta: Art. 1º São condições imprescindiveis para a admissão no Collegio Militar, tanto dos gratuitos como dos contribuintes: 1º Idade maior de 8 annos e menor de 13 annos, referida ao dia 1 de janeiro do anno da matricula; 2º Attestado de vaccinação; 3º Exame de leitura e escripta, perante uma commissão de professores do collegio. Paragrapho unico. Os candidatos maiores de 12 annos e que estiverem nos termos da condição primeira desta artigo só serão admittidos si se acharem no caso de frequentar as aulas do primeiro anno do curso. Art. 2º O ensino do collegio constará de um curso preliminar em tres annos e de um curso secundario em cinco annos. O curso preliminar não é obrigatorio para os alumnos que estiverem habilitados a matricular-se no 1º anno do curso secundario.

²⁵⁰ RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis*: instituição, pensamento político, e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946). Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

Como é possível observar, é estabelecida, nestes artigos, a ordem de prioridade de vagas para os alunos amparados, sendo sempre demarcada a importância de o amparado ser filho ou neto de oficial. São instituídos também a idade mínima e os documentos a serem apresentados, ou seja, ter mais de oito anos e menos de treze, apresentar atestado de vacina, passar por um exame de escrita e leitura realizado pelos professores do colégio. O ensino do colégio contava com três anos de um curso preliminar não obrigatório para quem estivesse habilitado ao primeiro ano do ensino secundário e cinco anos de ensino secundário obrigatório.

Em relação às disciplinas oferecidas, no início de seu funcionamento, o decreto de criação, nos artigos 23 até 25, previam o seguinte programa, que deveria ser cursado ao longo de cinco anos pelos alunos:

1. Gramática nacional;
2. Estudo completo da língua vernácula e noções de literatura nacional;
3. Gramática, leitura e versão fácil de francês;
4. Versão, temas e conversação do francês;
5. Inglês: gramática, leitura e tradução;
6. Alemão: gramática, leitura e tradução;
7. Aritmética: estudo completo;
8. Álgebra: noções preliminares, operações algébricas, resoluções de equações, análise indeterminada do primeiro grau;
9. Geometria preliminar e trigonometria;
10. Resoluções de equações de terceiro e quarto graus, equações binômias, resolução de equações numéricas, noções sobre as series, complemento do estudo de progressões, geometria descritiva;
11. História antiga e média;
12. História moderna, contemporânea e pátria;
13. Geografia universal;
14. Geografia e corografia do Brasil;
15. Cosmografia, precedida de noções indispensáveis de cinemática elementar e geometria celeste;
16. Noções de ciências físicas e naturais (física, química, mineralogia, geologia, botânica e zoologia);
17. Desenho e geometria prática;
18. Topografia: planimetria, nivelamento, agrimensura e desenho topográfico, Legislação de terras;
19. Educação moral e religiosa;
20. Direitos e deveres do cidadão e do soldado;
21. Noções práticas de disciplina, economia e administração militar;
22. Nomenclatura e manejo das armas em uso;
23. Natação, música, equitação, tiro ao alvo, ginástica e esgrima;

24. Evoluções militares das três armas, desde a escola do soldado até o batalhão, do esquadrão e da bateria, trabalhos práticos das tropas de engenharia.

As disciplinas apresentadas refletiam a preocupação em oferecer um ensino dentro dos padrões do país, no tocante aos conteúdos adotados no ensino secundário e que também fossem peculiares ao ensino militar, visando fornecer uma preparação mais específica e direcionada ao preparo militar e aos anseios existentes, no início da Primeira República, de formar um novo grupo de futuros militares, mais profissionais e alinhados ao projeto de modernização do Exército.

Se compararmos o currículo geral oferecido pelo então Imperial Colégio Militar, excetuando-se as disciplinas militares, com o currículo do Instituto Nacional de Instrução Secundária,²⁵¹ podemos perceber que estava dentro do que era considerado padrão no período. Vera Lúcia Andrade demarcou que existia um projeto de construção do Estado Nação, no qual o colégio possuía um papel de grande relevância, tendo a missão de transmitir os valores culturais de uma elite nacional que carregava os ideais de civilização e progresso.²⁵² Segundo Salomão Alves, de acordo com o decreto de 02 de dezembro de 1837,²⁵³ eram ensinados a língua latina, grega, francesa e inglesa, além de retórica e dos princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, aritmética, álgebra, geometria e astronomia.²⁵⁴ Os alunos também poderiam estudar em sistema de internato ou externato e os valores eram definidos pelo governo. Além disto, Salomão demarca que os alunos deveriam ter entre oito e doze anos, saber ler, escrever, compreender as quatro operações matemáticas e ter atestado de outras escolas de bom procedimento. Nos anos seguintes, ocorreram algumas reformas em seus regulamentos, por exemplo, foram incluídas aulas de Desenho, Música, Ensino Religioso, Alemão e Ginástica devido aos regulamentos de 1838 e 1841.

²⁵¹ O colégio passou a ser subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios Interiores e teve o seu nome alterado para Instituto Nacional de Instrução Secundária pelo Decreto de 21 de novembro de 1889. Com essa reforma, o Instituto Nacional de Instrução Secundária recebeu o nome de Ginásio Nacional até 1911, quando passou a se chamar Colégio Pedro II.

²⁵² ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

²⁵³ BRASIL. Decreto s/n, de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, v.1, parte 2, p. 59-61, 1837.

²⁵⁴ ALVES, Salomão Pontes. *Dicionário da Administração Pública do Período Imperial*. Rio de Janeiro: Imperial Colégio Pedro II, Arquivo Nacional, 2020

2.3. Formação do oficial: Decretos que regulamentaram os colégios militares nas primeiras décadas do século XX

Dando continuidade à reflexão sobre os anseios e projetos do Exército na transição do final da Monarquia para a Primeira República, após a análise dos dois primeiros decretos de regulamentação do então Imperial Collegio Militar, serão examinadas as transformações e permanência através dos decretos referentes aos regulamentos dos colégios militares nas primeiras décadas dos anos 1900. Para além disto, compararemos a “ligação” dos regulamentos dos colégios militares em paralelo com os regulamentos referentes à Escola Militar, que era a responsável pela formação dos oficiais do Exército Brasileiro. O recorte temporal ficará condicionado entre a criação do CMRJ e o período do Estado Novo, para assim vislumbrar o projeto de criação de um “novo” grupo de oficiais, atendendo, desta forma, à concepção de formação militar existente como meta das Forças Armadas.

Em relação à matrícula nas décadas de 1910 a 1930, demarcamos, conforme documentação encontrada no arquivo do CMRJ, que os candidatos não amparados, civis ou filhos de militares, que almejassem uma vaga deviam escrever uma carta de solicitação ao Comandante do CMRJ, que era o responsável pelo aceite ou rejeição dos candidatos. Junto à carta deveriam ser anexados alguns documentos como: certidão de nascimento; histórico escolar; comprovante de vacinação; preenchimento de uma ficha com dados como endereço; profissão dos pais entre outras informações. Além disto, havia o compromisso em se pagar uma contribuição pecuniária. Frisamos que existiam três tipos de alunos em relação ao aspecto pecuniário: alunos gratuitos, que eram os alunos órfãos que não pagavam nenhum tipo de taxa e também faziam prova de classificação; alunos contribuintes, ou seja, os “pagantes”, que poderiam ser filhos de militares ou civis e entravam após terem sua documentação aprovada pelo comandante do colégio e realizarem uma prova; e, por fim, os alunos semi-contribuintes, que eram alunos “pagantes” de uma porcentagem relativa aos valores mensais e poderiam ser filhos de militares ou civis, que entravam após terem sua documentação aprovada pelo comandante do colégio e realizarem uma prova.

Dentro desta perspectiva, os decretos em relação aos regulamentos para os colégios militares e ensino militar que serão analisados são: BRASIL. *DECRETO Nº 6.465*, de 29 de Abril de 1907. Approva provisoriamente o regulamento para o Collegio Militar; BRASIL. *DECRETO Nº 12.956*, de 10 de Abril de 1918. Approva o regulamento para os collegios militares; BRASIL. *DECRETO Nº 15.416*, de 27 de Março de 1922. Approva o

regulamento para os collegios militares; BRASIL. *DECRETO* Nº 5.632, de 31 de Dezembro de 1928. Dispõe sobre o ensino militar e dá outras providências; BRASIL. *DECRETO* Nº 18.729, de 02 de Maio de 1929. Approva o Regulamento dos Collegios Militares.

O Decreto número 6465, de abril de 1907, possui 27 páginas, 185 artigos organizados nos seguintes capítulos:

1. Capítulo I “Do Collegio Militar e seus fins”
2. Capítulo II “Da administração”
3. Capítulo II “Da matrícula”
4. Capítulo IV “Do plano de ensino”
5. Capítulo V “Do curso secundário”
6. Capítulo VI “Da nomeação do pessoal”
7. Capítulo VII “Do material de ensino e dependencias do collegio”
8. Capítulo VIII “Do tempo lectivo e da frequência”
9. Capítulo IX “Dos exames”
10. Capítulo X “Do systema disciplinar, penas e recompensas”
11. Capítulo XI “Do pessoal docente, do pessoal administrativo e do pessoal de saúde”
12. Capítulo XII “Dos conselhos”
13. Capítulo XIII “Dos vencimentos”
14. Capítulo XIV “Das disposições”
15. Capítulo XV “Das disposições transitórias”
16. Anexos: “Relação das peças de enxoval que são fornecidas aos alumnos gratuitos, de accordo com a tabella de distribuição e Tabella dos vencimentos dos empregados do Collegio Militar”.

O decreto evidencia, em seu capítulo 1, que o Colégio Militar era um orfanato, destinado especialmente à educação gratuita dos filhos órfãos dos oficiais efetivos e reformados do Exército e acrescenta a gratuidade aos filhos de praças de pret²⁵⁵ mortos em combate, ou seja, os praças que podiam ser distribuídos nas seguintes classes: a) Aspirantes; b) Sargentos, compreendendo os Sargentos-Ajudantes; os 1º, 2º e 3º Sargentos; c) os Graduados: constando Cabos e Anspeçadas; e d) Soldados. Aceitavam alunos procedentes de outras classes, mas mediante a contribuição pecuniária.

²⁵⁵ Art. 124, da Lei nº 1860, de 4 jan,1908 (Alistamento, Sorteio militar e reorganização do Exército). Publicada na Ordem do Dia nº 72, de 4 jan.1908

Para a realização da matrícula, deveriam ser apresentados os seguintes documentos: certidão de idade ou equivalente, certificado de que o candidato não sofre de doença contagiosa e atestado de vacinação. Os alunos gratuitos precisavam entregar também: patente, título de nomeação, fé de ofício ou certidão de assentamento. Já para os órfãos, a certidão de óbito de seu genitor ou avô. Todos os documentos eram remetidos ao Ministro da Guerra. Além da documentação, os candidatos eram submetidos a exames de admissão, sendo assim divididos em dois grupos: alunos gratuitos e alunos contribuintes. E depois ainda classificados de acordo com o seguinte critério:

Quadro 3- Alunos gratuitos

Art. 17. Em um dos grupos serão collocados os candidatos á matricula como gratuitos, tendo-se em vista as seguintes ordens de preferencia: 1ª, orphãos de pae e mãe: a) filhos de officiaes effectivos do exercito e da armada; b) filhos de officiaes reformados do exercito e da armada; c) filhos de officiaes honorarios do exercito e da armada por serviços de campanha; d) filhos de praças de pret mortas em combate; 2ª, orphãos de pae, filhos de officiaes das mesmas classes e na mesma ordem; 3ª, os demais filhos de officiaes dessas classes, guardando sempre identica ordem de precedencia; 4ª, os primeiros netos de officiaes dessas classes, e na mesma ordem. § 1º Terão preferencia em cada um dos	grupos de que trata este artigo: a) os filhos e primeiros netos dos militares de qualquer classe mortos em combate, em acto de serviço ou por effeito deste; b) os filhos e primeiros netos dos officiaes inutilizados ou feridos em combate ou em serviço; c) os filhos e primeiros netos de officiaes com serviços de guerra; d) os candidatos que obtiverem melhores notas nos exames de admissão; e) os que, em virtude da idade, não puderem matricular-se no anno seguinte. § 2º Na classificação de cada um dos grupos acima referidos dever-se-ha attender, quanto possivel, aos recursos pecuniarios dos candidatos, preferindo-se os menos favorecidos da fortuna. Art. 18. As vagas de gratuitos que se derem durante o anno não serão preenchidas sinão no anno seguinte, por occasião das matriculas.

Quadro 4- Alunos contribuintes

Art. 19. No grupo formado pelos candidatos á matricula como contribuintes será adoptada a ordem seguinte: a) os candidatos de que trata o art. 2º que não conseguirem matricula por falta de vaga na classe dos gratuitos;	d) os que exhibirem documento comprobatorio de que frequentaram as aulas do Gymnasio Nacional ou de que gosam de curriculum vitae das escolas primarias; e) todos os demais candidatos

b) os candidatos filhos de funcionarios publicos;	segundo os grãos obtidos nos citados exames de admissão.
c) os candidatos habilitados a frequentar a 3ª serie do curso de adaptação;	

Em relação ao número de vagas, desde a fundação em 1889, o número aumentou, estando prevista a existência de 600 alunos, de acordo com as determinações do Ministério da Guerra, e dentro deste efetivo era reservado 2/3 das vagas aos discentes gratuitos. Após a seleção de acordo com os critérios de direito a vaga descritos acima, os candidatos eram submetidos a um exame de admissão que tinha como comissão julgadora três professores do curso de adaptação. São critérios para a matrícula e permanência no colégio:

Quadro 5- Critérios para Matrícula

Art. 23. Os candidatos á matricula serão, nos citados exames, submettidos ás mesmas provas exigidas neste regulamento para os alumnos matriculados nas duas primeiras series do curso de adaptação. Paragrapho unico. O seu effeito se fará sentir para: a) habilitar ou inhabilitar os candidatos de 12 ou mais annos de idade; c) classificar, determinando a serie em que deve ser matriculado, o que tiver de 9 a 12 annos. Art. 24. O matriculando, que contar 12 ou mais annos de idade, sómente poderá ser admittido na terceira serie do curso de adaptação, pelo que o seu exame versará sobre as materias da segunda serie do mesmo curso; aquelle, porém, que não tiver attingido a essa idade será arguido vagamente nas materias do citado curso, determinando-se por meio de grãos as habilitações que então revelar. Art. 25. Os ex-alumnos do collegio, que pretenderem novamente matricular-se, terão preferencia a todos os outros candidatos do grupo em que forem classificados, si a sua idade ainda o	Art. 28. Os candidatos do 3º grupo do art. 17, quando matriculados na classe dos contribuintes, por falta de vagas na dos gratuitos, a que teem direito, pagarão metade da pensão, além de todas as outras despesas marcadas para aquella classe. § 1º Estes candidatos terão na matricula seguinte, depois dos orphãos, preferencia a quaesquer outros, á matricula gratuita. § 2º Os candidatos, filhos dos professores civis do collegio, pagarão tambem metade da pensão, além das outras despesas dos contribuintes. § 3º Os candidatos, porém, deste artigo não devem preencher mais de 1/4 das vagas de contribuintes. Art. 29. Os alumnos gratuitos, cujos paes pertencerem ao quadro effectivo do exercito ou da armada, e bem assim os filhos de officiaes reformados e honorarios com recursos pecuniarios ou que exerçam funcção publica remunerada, serão obrigados a entrar com as quantias correspondentes ás despesas com os livros escolares e o enxoval marcado para os contribuintes, menos os artigos constantes da tabella n. 2. Art. 30. Na falta de cumprimento dous

permitter e a sua exclusão do estabelecimento tiver sido motivada por molestia. Art. 26. Os alumnos contribuintes internos pagarão adeantadamente e de uma só vez, no acto da matricula, a joia de cem mil réis e a pensão annual de um conto de réis em quatro prestações trimensaes. Os externos pagarão a joia de oitenta mil réis e a pensão annual de oitocentos mil réis, tambem em quatro prestações, cujo pagamento será da mesmo, fórma effectuado. § 1º Estas contribuições poderão ser pagas mensalmente, quando os paes ou responsaveis dos alumnos forem funcionarios publicos. § 2º Os alumnos a que se refere este artigo ficarão obrigados a entrar tambem com o enxoval e fardamento, que será annualmente renovado e que consta da tabella n. 1, e bem assim com os livros adoptados. Este fornecimento poderá ser feito pelo collegio, desde que a este o interessado entregue préviamente a quantia correspondente. Art. 27. Os alumnos contribuintes, que não satisfizerem as obrigações especificadas no artigo anterior, serão desligados e seus debitos cobrados de accôrdo com a lei.	artigos anteriores, o collegio remetterá a conta ás repartições pagadoras, por onde os mesmos responsaveis percebam vencimentos, para o respectivo pagamento, devendo a importancia ser creditado, ao collegio e entregue ao quartel-mestre do mesmo. Art. 31. Toda a receita dos contribuintes será recolhida ao cofre do collegio; e, exclusivamente, por este se fará toda a despesa com esta classe. Paragrapho unico. Haverá um livro especial para ser escripturada a receita e despesa dos contribuintes, devendo ser organizado pelo conselho economico e remettido á direcção geral de contabilidade da guerra, o balancete trimensal da receita e despesa. Art. 32. Ficarão a cargo do estabelecimento a lavagem e engommagem da roupa, o fornecimento de pennas, tinta e mais objectos necessarios aos trabalhos das aulas, tanto para os gratuitos como para os contribuintes. Art. 33. Os alumnos internos que attingirem aos 16 annos de idade passarão a externos, salvo os orphãos quando não tiverem absolutamente recursos pecuniarios e casa de familia ou do tutor, a que se possam acolher.

Ao compararmos o decreto de criação com o de 1907, percebemos um maior detalhamento em relação ao direito de matrícula e aos critérios de permanência. Ampliou-se a possibilidade de matrículas, não sendo apenas para os filhos e netos de oficiais. Além disto, os alunos matriculados como gratuitos, conforme o artigo 5, ao completarem o curso, ficavam obrigados à prestação de serviço militar no Exército ou na Armada, de acordo com as leis vigentes do período, tendo exceções para quem tivesse incapacidade física comprovada em inspeção de saúde, ou em caso de não existir vaga para matrícula na escola militar ou naval. Caso optassem em não seguir carreira militar, deveriam indenizar os cofres públicos das despesas durante seus anos no Colégio Militar. Já o artigo 106 determinava também que os

alunos órfãos de militares que se destinassem a Escola Naval receberiam por conta do Estado o enxoval e fardamento.

Em relação ao plano de ensino, de acordo com os artigos 34, 35 e 36, foi estabelecido que a educação integral fosse ministrada em dois cursos: um de adaptação e outro secundário. O curso de adaptação era voltado para os alunos com pouca idade para o ensino secundário, que precisavam se habilitar para conseguirem cursar o secundário. O curso era dividido em três séries, com duração de um ano cada, e contava com o seguinte plano de ensino:

Quadro 6- Plano de ensino

Art. 36. O curso de adaptação será dividido em tres series, de um anno de duração cada uma, tendo as duas primeiras duas classes e a terceira uma só, sendo suas diversas disciplinas distribuidas do seguinte modo: Educação physica e tecnologica - Gymnastica, natação, equitação, velocipedia, recreio, jogos, instrucção militar.	Educação mental - Leitura e escripta. Ensino pratico da lingua, portugueza. Elementos de arithmetica pratica, systemas de pesos e medidas. Noções de geometria pratica. Elementos de geographia geral e de historia patria. Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e naturaes. Calligraphia. Desenho linear. Elementos de musica vocal. Educação moral - Principios de moral e instrucção civica e militar.

Além disto, o plano de educação do curso de adaptação era dividido em: A- Educação física e tecnológica; B- Educação mental e C- educação moral. Eram subdivididos em 1ª, 2ª e 3ª séries e, somente após realização de um exame final, o aluno do curso de adaptação ganhava o direito de ser matriculado no Ginásio Nacional ou em qualquer curso de instituto secundário de educação integral da República, tendo as prerrogativas curriculares concedidas por lei aos alunos das escolas primárias.

Na educação militar e cívica, existia o seguinte programa:

Quadro 7- Programa de educação militar e cívica

Art.36 (...)Instrucção militar - Escola do recruta sem arma, escola de recruta com arma, manejo, limpeza e conservação do armamento, exercicios de companhia em ordem unida e dispersa, escola de secção, nomenclatura do equipamento, exercicios preliminares de pontaria, visar com a	[...] 2º classe [...]Historia patria - Revisão do primeiro periodo. Periodo de 1580 a 1654 (exposição dos factos principaes e sem auxilio de livro). [...] 3ºsérie [...] Historia patria - Revisão. Periodos de 1664 até 1889. Exposição geral dos factos principaes e dos grandes

arma apoiada e a braços livres, applicação do dedo na tecla do gatilho para disparar a arma. Equitação - Escola no picadeiro, posição, differentes modos de montar, apear, pegar nas redeas; flexões dos pés, coxas e pernas. Movimentos da cabeça e dos braços. Firmeza e governo. Freios e pressões. Voltas parado, voltas em marcha. Enfriar, encilhar e desencilhar. Andaduras. Escola fóra do picadeiro. [...] 1ªserie [...] Historia patria - Pequenas narrativas de historia patria e narrativas de viagens com auxilio de mappas. Explicação de alguns factos historicos capitaes por meio de biographias de Christovão Colombo, Pedro Alvares Cabral, José Anchieta, Salvador Corrêa de Sá, Henrique Dias, Felipe Camarão, Joaquim José da Silva Xavier, José Bonifacio de Andrada e Silva. D. Pedro I, D. Pedro II, Duque de Caxias, General Osorio, Barroso, Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. [...] 2ª série 1º classe [...] Historia patria - Periodo de 1500 a 1580. Exposição dos factos principaes feita pelo professor, a qual o alumno deverá reproduzir sem decorar servilmente e sem auxilio de qualquer livro.	acontecimentos politicos. [...] Educação moral 1º A educação moral deve ser principalmente ensinada pelo exemplo, não perdendo o professor ensejo de encarecer o culto do dever, mostrando aos alumnos os typos dos grandes homens que por elle se nobilitaram. 2º A instrucção civica não será objecto de ensino especial, mas o professor terá sempre em vista que o fim principal do collegio é formar bons cidadãos, que amem a Patria pelo conhecimento exacto do quanto lhe devem. O respeito á lei e ás autoridades que a representam; a biographia synthetica dos grandes patriotas e especialmente a missão sagrada que compete ao soldado, serão pontos para os quaes se deve voltar a attenção do professor, na occasião da leitura ou a proposito de qualquer acontecimento adequado que se passar na aula, na familia, na sociedade, etc. 3º Para desenvolver o sentimento patriotico e despertar o amor pelas instituições constitucionaes, o professor fará na vespera de cada dia de festa nacional uma prelecção adequada, explicando a razão justificativa da commemoração consagrada ao alludido dia.

Conforme observado no quadro acima, apesar da pouca idade dos alunos, o ensino militar era voltado ao manejo da arma e nomenclatura dos equipamentos. Já o ensino de história da pátria e educação moral revelavam os valores dados aos grandes “heróis”, fatos e acontecimentos políticos do Brasil, segundo uma visão positivista. Dentro da perspectiva do programa, existia a seguinte distribuição das aulas de acordo com o artigo 37:

Tabela 1- Disciplinas oferecidas e número de aulas semanais

MATERIAS	1ª SERIE	2ª SERIE	3ª SERIE
	Número de aulas de 50 minutos durante a semana por matéria e por serie		
Portuguez elementar e pratico	6	6	6
Arithmetica elementar e geometria pratica	4	4	4
Noções de cousas	3	3	3
Geographia elementar e historia patria	3	3	3
Desenho	2	2	2
Calligraphia	3	3	3
Instrução moral, civica e militar	1	1	1
Musica vocal	1	1	1
Gymnastica e natação	1	1	1

Tabela 2- Tempo de aulas semanais por série

	1ª SERIE	2ª SERIE	3ª SERIE
Número de aulas de 50 minutos durante a semana	24	24	24
Número de horas em cada serie por semana, com aulas de 50 minutos	20	20	20
Média diária do trabalho nas aulas para o alumno	3 h. 20 m.	3 h. 20 m.	3 h. 20 m.

O ensino integral referente ao ensino secundário era destinado aos alunos que tivessem frequentado com aproveitamento o curso de adaptação e tinha a duração de seis anos. Suas disciplinas eram distribuídas em: A- Educação Física e tecnologia: ginastica; natação; recreios;²⁵⁶ esgrima e instrução militar, B- Educação mental: português; francês; inglês; alemão; latim; aritmética; álgebra; geometria; trigonometria; história antiga e medieval; história moderna e contemporânea; geografia geral; física; política e economia; exercícios cartográficos e noções de astronomia; história e corografia do Brasil; história natural; topografia e legislação de terras; desenho e música e C- Educação moral: princípios da moral e instrução cívica e militar.

Em relação ao ensino militar e cívico, destacam-se:

²⁵⁶ Exercícios ao ar livre, jogos atléticos.

Quadro 8- Ensino Militar e Cívico

Art.39 [...] Instrucção militar - Infantaria: exercicio do batalhão, Nomenclatura da arma e munição regulamentares. Noções geraes do tiro, definição da trajectoria, angulos e linhas de tiro e de mira, velocidade inicial, restante, zona perigosa, etc. Alça de mira. Tiro com a arma apoiada sobre alvos fixos, e braços livres, de pé, do joelhos e deitado. Nomenclatura e serviço da metralhadora. Cavallaria - Escola de recruta sem arma e com arma, cavallo. Manejo e nomenclatura do arreiamto, da clavina, do revólver, da espada e da lança. Exercicio de esquadrão. Serviços de descobertas e flanqueadores. Modo de montar e desmontar as armas portateis. Construcção de trincheira abrigo. Artilharia - Exercicios de bateria. Nomenclatura das boccas de fogo, reparos, palamenta e accessorios, do arreiamto de tiro; da munição. Limpeza e conservação do material. Tiro ao alvo. Estudo e emprego da alça e do quadrante de pontaria nas boccas de fogo. Verificação da munição, accessorios e palamenta. Tiro com granada o schrapnells sobre alvos fixos, serviços de conductores. Construcção do espaldão para artilharia. Emprego do telemetro. Noções sobre administração militar e tactica das tres armas. [...]	[...] Educação moral 1º A educação moral neste curso será dada segundo o mesmo methodo adoptado para o curso de adaptação, cumprindo todavia ampliar-se progressivamente as noções já assimiladas, evitando tanto quanto possivel as divagações inuteis e tendo sempre em vista o culto do dever no desdobramento de todos os sentimentos correlatos que ennobrecem o homem, como a honestidade, a firmeza de caracter, a coragem, abnegação, etc. 2º A instrucção civica, ministrada ainda pelo mesmo methodo, abrangerá desde a esphera de acção em que exercita as suas faculdades o individuo como cidadão, até a concepção das idéas de estado, governo, soberania independencia das nações, direito de guerra, etc., como de administração e economia politica. 3º Como complemento a esta parte da educação, serão dadas as imprescindiveis noções sobre a hierarchia militar, honras e precedencias e bem assim os indispensaveis preceitos de subordinação e disciplina, como condição essencial para a existencia das instituições militares de um povo.

Conforme se observa, existe uma intensificação da instrução militar no ensino secundário e dos valores tidos como essenciais na formação civil-militar.

O Decreto número 12.956, de 10 de abril de 1918, foi criado em substituição ao decreto de 1907. O decreto de 1918 possui 23 páginas, 185 artigos e foi dividido nos seguintes capítulos:

1. Capítulo I “Dos Collegios Militares e seus fins”
2. Capítulo II “Do plano de ensino”

3. Capítulo III “Dos exames”
4. Capítulo IV “Das matriculas”
5. Capítulo V “Do tempo lectivo e da frequência”
6. Capítulo VI “Do sistema disciplinar, penas e recompensas”
7. Capítulo VII “Do material de ensino e dependencias dos collegios”
8. Capítulo VIII “Do pessoal docente”
9. Capítulo IX “Da administração”
10. Capítulo X “Do conselho de instrucção e do conselho administrativo”
11. Capítulo XI “Da nomeação do pessoal”
12. Capítulo XII “Dos vencimentos”
13. Capítulo XIII “Disposições gerais”
14. Capítulo XIV “Disposições transitórias”
15. “Modelo de certificado de agrimensor”²⁵⁷
16. “Modelo de certificado de conclusão de curso”

17. Anexos: “Tabella de distribuição de peças de fardamento e enxoval aos alumnos dos collegios militares; modelos de tabela com dados dos resultados finais e parciais dos alunos; programa para o exame de admissão (Portuguez, Arithmetica, Rudimentos de geographia do Brasil e Elementos de História do Brasil)”.

No ano de 1907, havia apenas um colégio militar, mas, no ano de 1918, já existiam, além do Colégio Militar do Rio de Janeiro, o Colégio Militar de Porto Alegre²⁵⁸ e o Colégio Militar de Barbacena²⁵⁹. Mesmo com a existência de outros colégios militares, foi adotado um currículo único que deveria ser organizado pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro, conforme determinado pelo artigo 11.

Em relação aos colégios militares e seus fins, percebe-se, como objetivo principal, a iniciação na profissão das armas, conforme se observa nos artigos 1 ao 7 do decreto:

²⁵⁷ Agrimensura, a primeira modalidade da Engenharia não militar reconhecida no Brasil, ainda por ato de D. Pedro II: é o Decreto nº 3.198, de 16 de dezembro de 1863, que aprova as instruções para nomeação de Agrimensores. Na época, o território brasileiro começava a ser ocupado, tornando-se necessário que os limites fundiários fossem fixados com alguma segurança, o que está na origem da Agrimensura como profissão. Posteriormente, em 1933, através do Decreto número 23.569, artigo 28, foi criada, por Getúlio Vargas, a Engenharia Civil.

²⁵⁸ Criado em 1912.

²⁵⁹ Criado em 1912 e extinto em 1925.

Quadro 9 - Destinações do Colégio Militar

Art. 1º Os collegios militares são internatos destinados á educação dos filhos e netos de militares, bem como de civis, nas condições estabelecidas neste regulamento. Art. 2º Os collegios militares são tres: o primeiro, no Rio de Janeiro; o segundo, em Porto Alegre, e o terceiro, em Barbacena. Art. 3º Haverá duas classes de alumnos: a dos contribuintes e a dos gratuitos. Art. 4º Tendo por fim especial o inicio dos alumnos desde a juventude, na profissão das armas, os collegios militares educal-os-hão, de modo que, ao terminarem o curso, estejam habilitados para a matricula na Escola Militar e na Naval; mas darão tambem, ao lado dessa educação profissional, uma instrucção	fundamental e solida, abrangendo os principaes conhecimentos de utilidade da vida pratica. Art. 5º Em cada collegio os alumnos constituirão um corpo: de quatro companhias no Rio de Janeiro, e de duas em cada um dos outros. Art. 6º A distribuição dos alumnos pelas companhias será feita de accôrdo com a idade e desenvolvimento physico de cada um. Art. 7º Os alumnos gratuitos e contribuintes, de bom comportamento, quando terminarem o curso do collegio terão direito á transferencia para a Escola Militar, e concorrerão para as vagas da Escola Naval com a preferencia que lhe der o regulamento em vigor naquella escola.

O ensino era voltado de forma a habilitarem para a matrícula na Escola Militar e Naval, sendo garantido aos alunos, tanto contribuintes como os gratuitos, que possuísem bom comportamento, direito à vaga na Escola Militar e preferência na concorrência de vagas na Escola Naval.

Um aspecto que se observa neste decreto é que foram mantidas as vagas destinadas aos alunos gratuitos e aos alunos contribuintes, mas a proporção foi modificada. No Colégio Militar do Rio de Janeiro, das 600 vagas apenas 100 eram destinadas aos alunos não pagantes conforme artigo 67. Quando comparada com a situação anterior em que a oferta era de 400 vagas destinadas aos alunos gratuitos e 200 aos contribuintes, fica evidente a reorganização do público-alvo. Outro aspecto que foi modificado em relação ao decreto anterior foi a idade, que passou de destinado para alunos maiores de 9 e menores de 13 anos para destinado aos alunos maiores de 10 e menores de 13, sendo assim extinto o curso de adaptação. Passava a ter apenas um curso, dividido em seis anos, conforme o artigo 8 expressava.

Abaixo teremos, através dos artigos 61, 62 e 63, a descrição dos documentos exigidos e critérios de direito à vaga como aluno não pagante e contribuinte.

Quadro 10- Critérios para obtenção de vaga

Art. 61. Os paes ou tutores dos candidatos á matricula deverão apresentar á secretaria do collegio, até o ultimo dia de fevereiro de cada anno, requerimentos dirigidos ao director do estabelecimento, e instruidos com os seguintes documentos: Para todos os candidatos: a) certidão de idade ou documento equivalente; b) attestado de que o candidato não soffre de molestia contagiosa ou infecto-contagiosa; c) attestado de vacinação. Para os gratuitos, orphãos, mais a certidão de obito do pae ou paes, e um dos seguintes: d) patente resumo, da fé de officio do pae ou avô quando filho ou neto de official ou certidão de assentamentos, quando filho de praça. Art. 62. Os candidatos que obtiveram licença do director do collegio para se matricular, serão submettidos, no proprio estabelecimento, a um exame de admissão, que constará de prova escripta e oral. § 1º A prova escripta e a oral para cada candidato durará o tempo julgado necessario pela comissão, que constará de prova escripta e oral. § 2º A prova escripta versará sobre um dictado em que serão aprecciados a calligraphia e a orthographia, ao passo, que a prova oral constará de leitura com	interpretação do texto, elementos de analyse lexiologica, e rudimentos de historia e geographia do Brasil, e de arithmetica pratica, comprehendendo as quatro operações sobre numeros inteiros e fraccionarios. § 3º Os programas para essas provas serão annexos ao presente regulamento. § 4º A's provas de admissão serão applicadas as disposições que lhes convierem dentre as que foram estabelecidas no capitulo anterior. § 5º O director nomeará as commissões examinadoras que julgar necessarias para dar cumprimento ao final do art. 62. § 6º O candidato que se julgar habilitado poderá requerer ao director para que o seu exame de admissão conste de todas as materias do 1º ou do 1º e 2º annos do curso, afim de matricular-se no 2º ou 3º anno, ficando esses exames regulados pelo disposto no final do paragrapho unico do art. 59. Art. 63. Terminados os exames de admissão, far-se-ha a classificação dos candidatos nos termos do § 1º, do art. 49, sendo considerados inhabilitados, e, por consequente, não podendo matricular-se os que tiverem média inferior a tres e meio.

Ficaram estabelecidos, assim, os critérios para inscrição e admissão. Sendo necessários os seguintes documentos: requerimento de inscrição; documento que comprovasse a idade do candidato; attestado de saúde e vacinação para todos e, para os órfãos, a certidão de óbito; patente resumo se for filho ou neto de official e certidão assentamento se fosse de praça. Após a entrega da documentação e a obtenção da autorização do diretor do colégio para a matrícula, os candidatos eram submetidos a uma prova escrita e oral – que também era feita

por uma comissão escolhida pelo diretor – para serem assim classificados e poderem concorrer às vagas oferecidas de acordo com os critérios abaixo estabelecidos. Os colégios deveriam atender aos seguintes critérios de preferência na ocupação das vagas oferecidas:

Quadro 11- Critérios de preferência de ocupação de vagas

Art. 65. Para a matricula dos gratuitos, o director do collegio obedecerá ás seguintes ordens de preferencia: 1º, orphãos de pae e mãe: a) filhos de officiaes effectivos do Exercito e da Armada; b) filhos de officiaes reformados do Exercito e da Armada; c) filhos de officiaes honorarios do Exercito e da Armada, por serviços de campanha; d) filhos de praças de pret mortas em combate; 2º, orphãos de pae, filhos de officiaes das mesmas classes e na mesma ordem; 3º, os demais filhos de officiaes dessas classes, guardando-se sempre identica ordem de precedencia; 4º. os primeiros netos de officiaes dessas classes, e na mesma ordem; § 1º Terão preferencia em cada um dos grupos de que trata este artigo:	a) os filhos e primeiros netos dos militares de qualquer classe mortos em combate, em acto de serviço ou por effeito deste; b) os filhos e primeiros netos dos officiaes inutilizados ou feridos em combate ou em serviço; c) os filhos e primeiros netos de officiaes com serviço de guerra; d) os candidatos que obtiverem melhores notas no exame de admissão; e) os que, em virtude da idade, não puderem matricular-se no anno seguinte. § 2º Na classificação de cada um dos grupos acima referidos dever-se-ha attender, quanto possivel, aos recursos pecuniarios dos candidatos, preferindo-se os menos favorecidos da fortuna. § 3º Uma vez satisfeitas as exigencias de cada grupo, os candidatos gratuitos nelle incluídos ficarão sujeitos, para a matricula, ao estabelecido no art. 64 para os contribuintes.

Os critérios de classificação e preferência pela vaga dada aos alunos gratuitos eram bem detalhados, seguiam um escalonamento que colocava os filhos de oficiais como primeira opção. A prioridade era dada aos filhos órfãos de pais e mães, seguida por órfãos de pais, em que ser filho de oficial também era a prioridade. Depois demais filhos de oficiais e os primeiros netos de oficiais. Caso o candidato à vaga gratuita não conseguisse a alocação, poderia se classificar como contribuinte. Ao finalizar os exames de admissão, de acordo com o artigo 70, o diretor teria que enviar uma relação dos candidatos e suas classificações ao ministro da Guerra, o qual determinava as matrículas.

Um artigo que também se diferencia em relação ao que existia nos decretos anteriores foi o nº 10, que expressa que o ensino e seus programas devem ser ministrados de forma a se evitarem os excessos de teoria, divagações inúteis e generalizações prematuras. Os alunos tinham, durante todos os anos de estudo, aulas de tiro e deveriam atender ao que era

determinado no Cap. 3 do Regulamento Interno dos Serviços Gerais (R.I.S.G.) O programa de ensino deveria abranger os seguintes itens:

Quadro 12-Programa de ensino

Art. 9º As materias do curso constituirão sete secções: 1ª secção - Linguas (portuguez, francez, hespanhol e inglez); 2ª secção - Mathematica e suas applicações (arithmetica, algebra, geometria e trigonometria, topographia); 3ª secção - Sciencias physicas e naturaes; 4ª secção - Geographia, chorographia e historia; 5ª secção - Desenho; 6ª secção - Infantaria, gymnastica, tiro ao alvo; 7ª secção - Esgrima, equitação, natção, musica. [...]Art. 12. Os programmas a que se refere o artigo anterior conterão a materia distribuida progressiva e methodicamente pelo numero de annos em que fôr leccionada, dividida, quanto isto fôr possivel, em 80 licções, de uma hora para cada um dos respectivos annos. Na sua organização observar-se-ha o seguinte: a) o ensino de portuguez far-se-ha com o desenvolvimento estritamente necessario, pondo de lado os assumptos historicos e outros de caracter especial, superiores, em regra, ás forças de um estudante e ao tempo de que elle dispõe. b) o das demais linguas terá feição pratica, visando habilitar o alumno a traduzir e fallar esses idiomas; c) o de Desenho abrangerá o desenho geometrico, de projecções, perspectiva linear e aguadas; d) o de Arithmetica será completo, quer na pratica, quer na theoria, e exclusivamente pratico no primeiro anno; e) o de Algebra limitar-se-ha ao seu estudo elementar; f) o de Geometria consistirá no estudo	h) o de Geographia (2º anno) será precedido de noções de Cosmographia; i) o de Historia Geral comprehenderá a historia antiga, média, moderna e contemporanea, sem minudencias destituídas de valor; j) o de Chorographia e Historia do Brasil será feito com desenvolvimento, sem que, entretanto, seja o alumno obrigado a descer a detalhes fatigantes e inuteis; k) o da Physica será precedido das noções indispensaveis de Mecanica elementar; l) o da Chimica abrangerá a chimica geral e noções de chimica descriptiva; m) o de Geologia e Mineralogia visará, quanto áquella, especialmente, o conhecimento da parte estructural e dynamica, e a esta, não sómente os conhecimentos geraes como particularmente das principaes especies mineraes, sendo citados, tanto quanto possivel, exemplos e illustrações do Brasil; n) o da Botanica e Zoologia visará especialmente o conhecimento das principaes familias botanicas e zoologicas. Art. 13. Por semana haverá no maximo 18 horas de aulas theoricas, funcionando cada uma por espaço de uma hora somente, por dia. Art. 14. O ensino das materias praticas - 6ª e 7ª secções do curso - será ministrado em exercicios de uma hora para os alumnos do primeiro e segundo annos, e

da geometria preliminar a duas e tres dimensões, com o seu complemento trigonometrico rectilineo;	de hora e meia para os demais annos, ficando ao criterio do director do collegio a determinação do numero desses exercicios por semana, de modo que satisfaça ao espirito deste regulamento quanto á alta importancia que nelle se dá á instrucção pratica. Ter-se-ha em vista o programma de instrucção geral, publicado no Cap. 3º, do R. I. S. G.
g) o da Topographia comprehenderá o estudo de legislação de terra, planimetria, nivelamento e agrimensura;	

O programa de ensino abrangia disciplinas comuns às escolas civis do período, como Português, Aritmética, Geometria, História entre outras. Mas possuía, também, matérias de ordem militar como Tiro, Equitação, Esgrima, Música, Topografia e Marcha. Os alunos, ao concluírem o curso no colégio, de acordo com o artigo 90, recebiam um certificado do curso e o título de agrimensor. Em relação à carreira militar, determina que:

Quadro 13- Certificados e títulos

[...] Art. 90. Aos alumnos que terminarem o curso do collegio será conferido certificado do curso e o titulo de agrimensor, de accordo com os modelos annexos a este regulamento. Paragrapho unico. Os alumnos que, depois de terminarem o curso, não se matricularem nas Escolas Militar e Naval, receberão a caderneta de reservista correspondente á sua classe. Art. 91. Caberá, no fim de cada anno do curso, uma medalha de prata ao alumno que mais se houver distinguido nos estudos, e uma de bronze ao de melhor comportamento, as quaes poderão ser usadas nas formaturas do collegio.	Art. 92. O alumno que fôr aprovado com distincção em infantaria, equitação, tiro ao alvo e esgrima, contará como tempo de serviço militar para todos os effeitos, menos para a baixa ou demissão, os ultimos 24 mezes de sua estadia no collegio; si a distincção fôr na maior parte das referidas materias, contará somente os 12 ultimos mezes. [...] Art. 94. Aos alumnos orphãos, filhos ou netos de militares, que se destinarem á Escola Naval, serão fornecidos por conta do Estado, o enxoval e fardamento exigidos pelo regulamento dessa escola.

Os alunos que não se matriculassem nas Escolas Militar e Naval receberiam a caderneta de reservista. Os alunos com aprovação distinta em infantaria, equitação, tiro ao alvo ou esgrima ganhavam tempo de serviço militar ao seguirem a carreira, e aqueles que fossem órfãos filhos ou netos de militares que fossem para a Escola Naval ganhavam, por conta do Estado, todo o fardamento e itens solicitados pelo regulamento da escola.

No ano de 1922, através do Decreto número 15.416 de 27 de março, foi criado um novo regulamento para os colégios militares. Este decreto possui 17 páginas, 195 artigos e os seguintes capítulos:

1. Capítulo I (Sem título)
2. Capítulo II “Do plano de ensino”
3. Capítulo III “Dos exames”
4. Capítulo IV “Das matriculas”
5. Capítulo V “Do tempo lectivo e da frequência”
6. Capítulo VI “Do systlma disciplinar - penas e recompensas”
7. Capítulo VII “Do material do ensino e dependencias do collegio”
8. Capítulo VIII “Do pessoal docente e do pessoal do ensino pratico”
9. Capítulo IX “Da administração”
10. Capítulo X “Do conselho de instrucção e do conselho administrativo”
11. Capítulo XI “Dos vencimentos”
12. Capítulo XII “Disposições geraes”
13. Capítulo XIII “Disposições transitórias”
14. “Título de agrimensor”
15. “Certificado de conclusão de curso”
16. “Resultado de exame final”
17. “Tabella de distribuição de peças de fardamentos e enxoval aos alumnos dos

Collegios Militares na ocasião da matricula e durante o anno, com os respectivos tempos de duração”.

Em 1922, existiam quatro colégios militares no Brasil: Colégio Militar do Rio de Janeiro; Colégio Militar de Porto Alegre; Colégio Militar em Barbacena; e, o mais recente, o Colégio Militar de Fortaleza.

Segundo o decreto, a destinação dos colégios militares era:

Quadro 14- Destinação dos colégios militares

Art. 1º Os collegios militares são internatos destinados á educação dos filhos de militares, bem como de civis, nas condições estabelecidas neste regulamento.	quatro no Collegio do Rio de Janeiro e de duas em cada um dos outros collegios, sendo-lhes applicavel e regimen militar no que fôr compativel com as suas condições e a vida escolar. Paragrapho único. Como recompensa de sua applicação aos estudos

Art. 2º Os collegios militares são quatro, com séde, respectivamente, no Rio do Janeiro, em Porto Alegre, em Barbacena e em Fortaleza. Paragrapho unico. Sendo immediata a sua dependencia do Ministerio da Guerra, com este se corresponderão, directamente, os directores desses estabelecimentos, em tudo o que lhes fôr concernente. Art. 3º Haverá duas classes de alumnos: a dos contribuintes e a juventude e a gratuitos. Art. 4º Tendo por fim especial o inicio dos alumnos, deste a juventude, na profissão das armas, os collegios militares educal-os-hão de modo que, ao terminarem o curso, estejam habilitados para a matricula na Escola Militar e na Naval: mas darão tambem parallelamente a essa educação profissional, uma instrucção fundamental e solida, abrangendo os principaes conhecimentos de utilidades da vida pratica. Art. 5º Em relação á administração os alumnos serão distribuidos, de accôrdo com as suas idades e desenvolvimento physico, em companhias: em numero de	e bom procedimento, aos alumnos será concedido, annualmente, o uso em seus uniformes das insignias dos postos e graduações correspondente aos effectivos das unidades do Exercito, a cuja semelhança serão organizados. Art. 6º Terminado o curso terão direito procedimento que apresentem autorização escripta de seus paes ou tutores para verificarem praça na ordem de merecimento e dentro do numero fixado para cada collegio. § 1º Os excedentes a esse numero poderão concorrer á matricula na mesma escola com os demais candidatos estranhos ao Exercito, na forma do respectivo regulamento. § 2º As vagas destinadas pelo Ministerio da Guerra aos alumnos dos collegios militares serão distribuidas proporcionalmente ao numero dos que, em cada um delles, houverem terminado o curso. § 3º Os directores dos collegios remetterão ao mesmo ministro, ao terminarem os exames finaes, relações dos alumnos nelles approvados que desejarem matricular-se na Escola Naval, afim de ser solicitada sua inclusão nessa escola.

O novo decreto reforça a finalidade especial dos colégios militares de iniciarem a juventude na profissão das armas, deixando os alunos ao fim do curso habilitados a se matricularem na Escola Militar e na Escola Naval. Expressam, também, oferecer ainda, além deste ensino profissional militar, uma instrução fundamental que abrangia os principais conhecimentos de utilidades da vida prática. Os alunos tinham também, ao término do Colégio Militar, preferência de vaga nas Escolas Militar ou Naval, mediante indicação do diretor do Colégio Militar.

A instituição mantinha seu caráter de internato destinado à educação de filhos de militares e civis e era subordinada ao Ministério da Guerra, devendo seguir regime militar dentro do que fosse compatível com as condições escolares.

Em relação ao plano de ensino, seguia a seguinte distribuição, conforme o capítulo II:

Quadro 15-Plano de ensino

Art. 7º Nos collegios militares o ensino será ministrado em um só curso, que compreenderá sete annos, com a seguinte distribuição das materias: Primeiro anno: a) ensino-pratico: Primeira aula - Portuguez; Segunda aula - Francez; Terceira aula - Arithmetica; Quarta aula - Geographia. b) Instrucção physica e militar: Gynnastica, natação e preceitos geraes de instrucção militar. Segundo anno: a) ensino theorico-pratico: Primeira aula - Portuguez; Segunda aula - Francez; Terceira aula - Arithmetica; Quarta aula - Geographia. b) instrucção physica e militar: Identica á do anno anterior. Terceiro anno: a) ensino theorico-pratico: Primeira aula - Portuguez; Segunda aula - Francez; Terceira aula - Algebra; Quarta aula - Geographia. b) instrucção physica e militar: Gymnastica e infantaria. Quarto anno: a) ensino theorico-pratico: Primeira aula - Portuguez; Segunda aula - Desenho a mão livre; Terceira aula - Algebra; Quarta aula - Historia geral. b) instrucção physica e militar: Gymnastica e infantaria. Quinto anno: a) ensino therico-pratico: Primeira aula - Inglez ou allemão; Segunda aula - Desenho geometrico e applicações; Terceira aula - Geometria preliminar a duas dimensões; Trigonometria rectilinea; Quarta aula - Historia geral. b) instrucção physica e militar: Esgrima e infantaria. Sexto anno: a) ensino theorico-pratico: Primeira aula - Inglez ou	allemão; Segunda aula - Desenho projectivo; Terceira aula - Geometria preliminar a tres dimensões; Quarta aula - Chorographia do Brasil; Quinta aula - Physica. b) instrucção physica e Setimo anno: a) ensino theorico-pratico: Primeira aula - Historia natural; Segunda aula - Desenho projectivo; Terceira aula - Agrimensura e legislação de terras; Quarta aula - militar: Esgrima, equitação, infantaria e tiro ao alvo. Historia do Brasil; Quinta aula - Chimica. b) instrucção physica e militar: Esgrima, equitação, infantaria e tiro ao alvo. Paragrapho único. O ensino de musica será facultativo em qualquer dos annos e obrigações para os alumnos que pertencerem á banda de musica. Art. 8º As materia cujo ensino é theorico-pratico constituição cinco secções, subdividida a primeira em duas subsecções: Primeira secção - Linguas - 1ª subsecção: portuguez e francez: 2ª subsecção: inglez e allemão. 2ª secção - Mathematica (arithmetica, algebra, geometria e trigonometria e agrimensura). 3ª secção - Scienses physicas e naturaes. 4ª secção - Geographia, historia geral, chorographia e historia do Brasil. 5ª secção - Desenho. Paragrapho único. As materias praticas formarão tres grupos: Primeiro grupo - Infantaria e tiro ao alvo; Segundo grupo - Gymnastica e natação; Terceiro grupo - Equitação e esgrima.

No ensino, conforme detalhado acima, permaneciam as disciplinas que existiam em colégios civis e existiam disciplinas específicas voltadas ao ensino militar como esgrima, equitação, infantaria e tiro ao alvo, que eram classificadas como disciplinas práticas e realizadas através de instruções práticas adaptadas ao espaço existente na instituição. Os programas de ensino tinham que ter seus regulamentos aprovados pelo chefe do Estado Maior do Exército.

Em relação à matrícula, foram estabelecidos os seguintes critérios:

Quadro 16-Critérios para matrícula

Art. 61. Os paes ou tutores dos candidatos á matricula deverão apresentar á secretaria do collegio, até o dia 15 de fevereiro de cada anno, requerimentos dirigidos ao director do estabelecimento, e instruidos com os seguintes documentos: Para todos os candidatos: a) certidão de idade ou documentos equivalentes, sendo que as justificações de idade só poderão acceitas como documento valioso na forma, absolutamente comprovada, de não ser possivel apresentar a certidão de idade extrahida do registro civil de nascimento de accordo com o art. 347 do Codigo Civil, combinado com o art. 349; b) attestado de que o candidato não soffre de molestia contagiosa ou infecto-contagiosa; c) Attestado de vacinação. Para os gratuitos, orphãos, mais a certidão de obito do pae ou paes e um dos seguintes: d) patente resume da fé de officio do pae, quando filho de official, ou certidão de assentamentos, quando filho de praça. Art. 62. Os candidatos que obtiverem licença do director do collegio para se matricularem serão submettidos, no proprio estabelecimento perante commissões nomeoadas pelo director a um exame de admissão que constará de prova escripta e oral.	§ 4º O candidato que se julgar habilitado poderá requerer ao director para que o exame de admissão conste de todas as materias do 1º ou do 1º e 2º annos do curso, afim de matricular-se no 2º ou 3º annos, ficando esses exames regulados pelo disposto no final do paragrapho unico do artigo 59. § 5º Os requerimentos de inscripção para matricula estão sujeitos ao sello estabelecido na lei em vigor. Art. 63. Terminados os exames de admissão far-se-há a classificação dos candidatos consoante a média dos grãos obtidos nas respectivas provas. Serão considerados inhabilitados os candidatos ao 1º anno obtiverem média inferior a 3 1 2; serão tambem considerados inhabilitados á matricula nos 2º e 3º annos os candidatos que forem reprovados em uma materia, os quaes poderão prestar exame de admissão de 1º anno, si ainda o permittit a idade. Art. 64. Os contribuintes habilitados serão dispostos em tres grupos: 1º, os que fizerem o exame dos 1º e 2º annos; 2º, os que fizerem exame do 1º anno; 3º, os que fizerem apenas exame para o 1º anno. § 1º Para a matricula os candidatos do 1º grupo terão preferencia sobre os do 2º, e os deste sobre os do 3º. § 2º Em cada grupo, a escolha para a matricula será do rigoroso accôrdo com o mereciemnto dos candidatos, revelado no exame de

§ 1º A prova escripta e oral para cada candidato durará o tempo julgado necessario pela commissão examinadora. § 2º A prova escripta versará sobre um dictado em que serão apreciadas a calligraphia e orthographia, ao peso que a prova oral constará de leitura com interpretação do texto, elementos de analyse lexicologica e rudimentos de historia e geographia do Brasil, arithmetica pratica completa e noções de geometria pratica, de accordo com os programmas organizados pelo collegio. § 3º A's provas de admissão serão applicadas as disposições que lhe convierem, dentre as que foram estabelecidas no capitulo anterior. § 1º Terão preferencia em cada grupo de que trata este artigo: a) os filhos dos officiaes inutilizados ou feridos em combate ou em serviço; b) os filhos de officiaes com serviço de guerra; c) os candidatos que obtiverem melhores notas no exame de admissão; d) os que em virtude da idade não puderam matricular-se no anno seguinte. § 2º Na classificação de cada um dos grupos acima referidos dever-se-há attender quanto possivel aos recursos pecuniarios dos candidatos preferindo-se os menos favorecidos pela fortuna.	admissão. Art. 65. Para a matricula dos gratuitos o director do collegio obedecerá á seguinte ordem de preferencia: 1º orphãos de pae e mãe: a) filhos de officiaes effectivos do Exercicio o da Armada: b) filhos de officiaes reformados do Exercito e da Armada; c) filhos de praças de pret mortas em combate. 2º, orphãos de pae na mesma ordem do numero anterior. 3º, não orphãos: a) filhos de officiaes effectivos do Exercito e da Armada; b) filhos de officiaes reformados do Exercito e da Armada. § 3º Uma vez satisfeitas as exigencias de cada grupo, os candidatos gratuitos uncluidos ficarão sujeitos, para matricula ao estabelecimento no art. 64 para os cantribuintes. Art. 66. As vagas que se derem no collegio durante a anno só serão preenchidas no anno seguinte por accasião da matricula. Parapho único. As de gratuitos, de accôrdo com as prescrições deste regulamento os alumnos que estejam matriculados como contribuintes. Art. 67. O numero de alumnos do Collegio Militar do Rio de Janeiro é de 750, sendo 125 gratuitos; o dos outros collegios de 300 alumnos, sendo 45 gratuitos.

As matrículas seguiram praticamente os padrões de documentação já estabelecidos no decreto de 1918. Mas, uma diferença significativa se deu em critérios de direitos à vaga como aluno amparado: a partir do decreto de 1922, o oficial honorário do Exército e da Armada não aparecem no grupo detentor de direito à vaga como amparado e também os netos perdem o direito à gratuidade. São aceitos, a partir de então, os filhos órfãos de oficiais efetivos do

Exército e da Armada, filhos de oficiais reformados do Exército e da Armada, filhos de praça de pret.

A quantidade de vagas oferecidas no Colégio Militar do Rio de Janeiro também é ampliada para 750, sendo destinadas aos alunos gratuitos 125 vagas. Ao terminarem o exame de admissão, como já ocorria anteriormente, o diretor da instituição remetia ao ministro da Guerra a relação de candidatos e suas classificações para que o ministro determinasse a matrícula.

Ao concluírem o ensino, os alunos, conforme o artigo 93 determinava, recebiam o certificado de conclusão de curso e o título de agrimensor. Os alunos que após terminarem o curso não fossem matriculados nas Escolas Militar ou Naval recebiam a caderneta de reservista. E o tempo dentro do colégio, de acordo com o artigo 94, contaria como tempo de serviço militar.

O último decreto relacionado ao Colégio Militar que será analisado é o Decreto número 18.729, de 02 de maio de 1929. Este decreto possui 16 páginas e 209 artigos organizados nos seguintes capítulos:

Título I

1. Capítulo I “Do ensino”
2. Capítulo II “Do plano da instrução prática e da sua organização”
3. Capítulo III “Regimen do curso”
4. Capítulo IV “Das provas e exames”
5. Capítulo V “Do conselho de instrução”

Título II-

6. Capítulo I “Do corpo docente e do preparador”
7. Capítulo II “Dos deveres dos docentes e dos preparadores”
8. Capítulo III “Do regimen disciplinar”
9. Capítulo IV “Da nomeação dos docentes e dos preparadores”

Título III – Da administração

10. Capítulo I “Organização”
11. Capítulo II “Attribuições”
12. Capítulo III “Das faltas e transgressões commettidas pelos funcionarios”
13. Capítulo IV “Da nomeação do pessoal”

Título IV- “Das matrículas”

14. “Capítulo Único”.

Título V- “Dos alunos”

15. Capítulo I

16. Capítulo II- “Das penas e recompensas”

Título VI

17. Capítulo I- “Dos meios materiais”

“Disposições Geraes”

Segundo o decreto, a destinação dos colégios militares era:

Quadro 17- Destinação dos Colégios Militares

Art. 1º Os collegios militares são internatos destinados á educação dos filhos de militares, bem como de civis, nas condições estabelecidas neste Regulamento, teem por fim especial educar os alunos desde a juventude, na profissão das armas, dando-lhes uma sólida instrucção fundamental, de modo que, ao terminarem o curso, estejam habilitados para a matrícula na Escola Militar ou Naval ou em qualquer escola superior da República. Art. 2º São três os Collegios Militares, com séde, respectivamente, no Rio do Janeiro, em Porto Alegre, e em Fortaleza.	Art. 3º Em cada Collegio os alunos constituirão um corpo: de cinco companhias no do Rio de Janeiro e de três em cada um dos outros. Art. 4º A distribuição dos alunos pelas companhias será feita de accôrdo com a idade e o desenvolvimento physico. Art. 5º haverá duas classes de alumnos: a dos contribuintes e a juventude e a gratuitos. Art. 6º Os Collegios Militares subordinam-se diretamente ao Ministro da Guerra no que concerne à administração e à disciplina e ao Estado Maior do Exército quanto às questões de ensino.

Observa-se que o número de Colégios Militares diminuiu, permanecendo então três: Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza, deixando de existir o de Barbacena. Além disto, em seu artigo primeiro fica delineada a preocupação em formar jovens habilitados para a Escola Militar ou Naval.

Sobre os conteúdos adotados, ficou estabelecido de acordo com o Art. 7 que o ensino seria ministrado em um curso de seis anos com a seguinte distribuição:

Tabela 3- Conteúdos adotados para os seus anos de formação

1º ano	Português, Francês, Aritmética, Geografia e Desenho.
2º ano	Português, Francês, Aritmética, Geografia, Inglês ou Alemão e Desenho.
3º ano	Português, Francês, Latim, Álgebra, Inglês ou Alemão, História Geral e Desenho.
4º ano	Português, Inglês ou Alemão, Latim, Álgebra, Geometria no Plano, Trigonometria Retilínea, História Geral e Desenho.
5º ano	Literatura da Língua Portuguesa, Latim, Geometria do Espaço, Noções Fundamentais de Física e Química, História Natural, Chorographia ²⁶⁰ e História do Brasil e Cosmographia ²⁶¹ .
6º ano	Agrimensura (compreendendo elementos essenciais de topografia) e legislação de terras. Estudo complementar de Physica e Chimica. Philosophia, revisão de Matemática elementar e noções preliminares de Geometria Analytica. Disciplinas precedidas de Trigonometria Espherica consoante com o programa de vestibular da Escola Polytechnica.

As disciplinas de Moral e Cívica eram distribuídas em seis secções: 1ª Secção, dividida em duas subsecções, 1ª Subsecção - Português, Francês, Literatura e Latim e 2ª Subsecção- Inglês e Alemão; 2ª Secção - Arithmetica, Álgebra, Geometria e Trigonometria; revisão de Mathematica, Agrimensura.; 3ª Secção - Physica, Chimica e História Natural; 4ª Secção- Geographia, História Geral, Chorographia e História do Brasil e Cosmografia; 5ª Secção - Desenho; 6ª Secção- Instrução Moral e Cívica e Filosofia.

Existe ainda a preocupação em deixar exposto, no parágrafo 2 do artigo 7, que eram facultativas as matérias que não constassem como exigência nos Regulamentos das Escolas Militar e Naval.

Além das disciplinas já citadas, os alunos seguiam um plano de instrução militar que, segundo descrito no Capítulo II “Do plano da instrução pratica e da sua organização”, seguia a seguinte distribuição: os alunos do primeiro e segundo anos teriam aulas de noções essenciais do Regulamento de Continências e movimentos da Escola de Soldado desarmado

²⁶⁰ Visa observar todos os pormenores relativos à Geografia Brasileira, em relação aos seus aspectos.

²⁶¹ Visa ao conhecimento da Astronomia e especialmente o sistema solar.

sem a exigência de correção na execução individual; já os alunos do terceiro ao quinto anos tinham aula de instrução de infantaria e, no final do curso, faziam uma prova para a concessão de caderneta de reservista de segunda categoria; no sexto ano, os alunos recebiam instruções complementares para curso de cabos e sargentos, inclusive eram previstas, no período de férias, instruções; também, nos quintos e sextos anos, eram previstas aulas de equitação e esgrima, organizadas com quarenta minutos diários para os alunos maiores e vinte e cinco minutos para os menores.

Segundo o artigo 12, a instrução prática ficava dividida em três grupos: 1º grupo: Infantaria; 2º grupo: Instrução física; 3º grupo: Equitação e esgrima. Em relação à forma de matrícula, é expresso que:

Quadro 18- Critérios matrícula

Art. 148º Haverá duas classes de alunos: a dos contribuintes e a dos gratuitos. Art. 149º As vagas que se derem no collegio durante o anno, só serão preenchidas no anno seguinte, por ocasião da matrícula. Paragrapho único. As de gratuitos também concorrerão, de acordo com as prescrições deste regulamento, os alunos que estejam matriculados como contribuintes e tenham direito a gratuidade. Art. 150º Os paes ou tutores dos candidatos à matrícula deverão apresentar à secretaria do collegio, até o dia 15 de fevereiro de cada anno, requerimentos ao director do estabelecimento, e instruídos com os seguintes documentos: Para todos os candidatos: a) certidão de idade, sendo que as justificativas só poderão ser aceitas com documentos valiosos, em caso absolutamente comprovado de não ser possível apresentar a certidão de idade extrahida do registro civil de nascimento, de acordo com o art. 347 do Código Civil, combinado com o artigo 349;	b) attestado de que o candidato não padece de doença contagiosa ou infecto-contagiosa; c) attestado de vaccinação; Para os gratuitos orphãos, mais a certidão de óbito do pae ou paes; d) patente, resumo da fé de officio do pae, quando filho de official, ou certidão de assentamentos, quando filho de praça, documentos que são obtidos gratuitamente no Ministério da Guerra. Art. 151º O candidato à matricula deverá ter mais de 11 annos e menos de 13, sendo estas idades referidas ao último dia do mês de março do anno da matricula. Art. 152º Os candidatos que obtiveram licença do director do collegio para se matricular serão submetidos, no próprio estabelecimento, perante comissões nomeadas pelo director, a um exame de admissão feito na conformidade do estabelecimento nas instrucções para a matrícula.

Os candidatos deveriam fazer um exame de admissão que, de acordo com o artigo 151, contava com as seguintes disciplinas: Português, Arithmetica, Noções gerais de Geografia e História do Brasil. Cada prova valia dez pontos, sendo eliminado o candidato que tirasse zero

em qualquer uma das avaliações. Segundo o artigo 153, terminados os exames, os candidatos, consoantes os resultados, eram classificados de acordo com os graus obtidos nas provas e eram considerados não habilitados aqueles que tivessem média inferior a 3,5. Para os alunos contribuintes, a matrícula seria feita respeitando a classificação.

O artigo 154 demarca a ordem de preferência referente aos alunos gratuitos e seguia o seguinte escalonamento:

1º Órfão de pai e mãe:

- a) filhos de praça pret morto em combate;
- b) filhos de oficiais mortos em combate
- c) filhos de oficiais efetivos ou reformados do Exército e da Armada;
- d) filhos de oficiais da Extinta Guarda Nacional que tiveram prestado notáveis

serviços de guerra.

2º Órfãos de pai na mesma ordem de preferência do número anterior.

3º Não órfãos, filhos de oficiais efetivos ou reformados do Exército e da Armada, cujos vencimentos não fossem maiores de 1:000\$000.

Foi uma mudança importante também o estabelecimento que todo funcionário público que tivesse mais de oito filhos homens legítimos e vencimentos menores que 800\$000 mensais passaram a concorrer por vagas para um filho juntamente com os alunos gratuitos. Dava-se preferência ao funcionário público que, na sua profissão, contasse serviços de campanha junto a forças do Exército.

Além disto, tinham preferência em cada grupo: a) Filhos dos oficiais e praças, mortos, inutilizados ou feridos em combate ou em serviço; b) Filhos de oficiais com serviço de guerra; c) Os candidatos que obtivessem melhores notas no exame de admissão e d) Os que, em virtude da idade, não pudessem matricular-se no ano seguinte.

Na classificação de cada um dos grupos, deveriam ser atendidos, quando possível, os recursos pecuniários dos candidatos a começar pelos menos favorecidos financeiramente. Uma vez satisfeitas as exigências de cada grupo de candidatos, os candidatos não órfãos incluídos ficavam sujeitos às disposições do artigo 154.

Conforme determinação do artigo 155, o diretor de cada colégio remeteria ao Ministro da Guerra a relação dos candidatos, seguindo os critérios do regulamento. E, de acordo com o artigo 156, os ex-alunos dos colégios, satisfeitas as exigências regulamentares, poderiam se matricular em qualquer dos anos em que porventura tivessem trancado a matrícula,

respeitando o artigo 27 e de acordo com a progressão de idades e dentro dos limites estabelecidos no artigo 151.

Em relação ao número de vagas, o artigo 157 expressava que eram 750 vagas para os alunos internos e semi-internos, das quais 165 eram para os gratuitos. Eram permitidos alunos externos mediante autorização do Ministro da Guerra e capacidade do edifício para a divisão das aulas em turnos.

Ao concluírem o curso, os alunos recebiam certificado de reservista da primeira linha, segunda categoria e o título de agrimensor, conforme artigos 189 e 190. Já o artigo 191 declarava que os alunos que concluíssem o quinto ano eram considerados com o curso completo do colégio para o fim especial de se matricularem na Escola Militar ou Naval. E a transferência para os referidos estabelecimentos exigia do aluno, além do bom procedimento, que apresentasse autorização escrita de seus pais ou tutores para verificar praça.

De acordo com o artigo 192, ficava estabelecido que os diretores dos colégios deveriam remeter ao Ministro da Guerra, ao terminarem os exames finais de curso, a relação dos alunos aprovados que desejassem se matricular nas Escolas Militar ou Naval, para solicitar a inclusão de acordo com as vagas reservadas aos colégios militares. No caso de ser limitado o número de vagas existentes, os alunos que tivessem concluído o sexto ano teriam preferência à matrícula em relação aos alunos do sexto ano. O artigo 193 determinava que os alunos poderiam ser transferidos entre os colégios militares ao final de cada ano letivo.

Capítulo 3 - Colégio Militar do Rio de Janeiro: transição da Primeira República para o Estado Novo

Este capítulo aborda as perspectivas e as transformações da Primeira República para o Estado Novo, caracterizando este processo político com base nas tensões políticas existentes entre o modelo liberal democrata e o autoritarismo do Estado. Além disso, realizamos uma análise dos decretos regulamentadores do CMRJ nas décadas de 1930 e 1940, visando demarcar as transformações e demandas no ensino, processos curriculares e de inscrição.

3.1. A formação de um Estado centralizador

Compreender a função do Estado como meio para a construção das políticas públicas requer analisar o conceito, seu surgimento e relação com a sociedade civil. Para tal, buscamos a reflexão através de Pierre Bourdieu, que trabalhou sob a ótica da reprodução e da violência simbólica, e Michel Foucault, que abordou a questão do poder nas micro e macro relações sociais, focando nas instituições e suas relações com os indivíduos na sociedade.

Neste sentido, Bourdieu, ao tentar explicar as complexas relações sociais, utiliza como ponto chave os conceitos de *Habitus* e de *Campo*, demarcando que:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.²⁶²

Por outro lado, de acordo com Afrânio Catani, o *campo* tende a substituir a noção de sociedade à medida que contém determinadas características irreduzíveis que impedem uma total integração a uma totalidade - que poderia ser representada pela noção de sociedade. Desta forma, aquilo que chamamos de sociedade é, na verdade, “constituída por um conjunto

²⁶² BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.60

de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e possibilidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos”.²⁶³

Sendo assim, para Bourdieu, o *habitus* é um conhecimento adquirido e um “haver”, é um capital que indica uma disposição incorporada, quase postural de um agente em ação. Ele confere sentido ao jogo de relações objetivas presentes no *campo*, sem que seja necessário aos agentes a racionalização constante das práticas, de forma que orienta e situa de maneira racional no campo. O *habitus* inspira “sem anular [a consciência] do agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto.”²⁶⁴ Desta forma, a:

dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não conscientes, que se fundam no /*habitus*/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /*habitus*/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /*habitus*/.²⁶⁵

Segundo Philippe Corcuff, o *habitus* refere-se a um sistema de disposições duradouras que são adquiridas pelos indivíduos no processo de socialização, frisando que as ações humanas são resultado de várias situações desencadeadas tanto pela interiorização do exterior, expresso como a forma que pessoas assimilam a realidade que está inserida, mas também pela exteriorização do interior. Ou seja, forma como as pessoas assimilam as diversas realidades sociais.²⁶⁶ Sendo assim, Corcuff expressa que:

O *habitus*, de certa forma, são estruturas sociais de nossa subjetividade que constituem inicialmente por meio de nossas experiências (*habitus* primário), e depois, de nossa vida adulta (*habitus* secundário). É a maneira como as estruturas sociais se imprimem em nossas cabeças e em nossos corpos, pela interiorização ou exteriorização.²⁶⁷

Já a noção de *campo*, refere-se a uma esfera da vida social que se automatizou de forma progressiva, por meio da construção histórica, em torno das relações sociais com conteúdos e recursos próprios, sendo marcado, para Bourdieu, por uma distribuição desigual de forças entre os dominantes e dominados. Nesta concepção, a influência do marxismo se faz

²⁶³ CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. *Educação & Sociedade*, v. 32, pp. 189-202, 2011. p. 192.

²⁶⁴ BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 60-62.

²⁶⁵ THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, v. 40, pp. 27-53, 2006.

²⁶⁶ CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construção da realidade social*. Bauru – SP: EDUSC, 2001

²⁶⁷ CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias...* p.51.

presente, porém percebe diferentes mecanismos de capitalização, que podem ser: o capital cultural, econômico, educacional entre outros. O capitalismo, para Bourdieu, abrange assim todos os aspectos da vida em sociedade.

O autor supracitado também trabalha com o conceito de violência simbólica para compreender a sociedade capitalista e suas formas de reprodução, conforme concepção marxista, demarca que a sociedade é dividida em classes, ou seja, em um ambiente de constantes lutas e conflitos. Mas, segundo Corcuff, o autor também possuiu uma reflexão Weberiana, “compreendendo que a realidade social é também um conjunto de relações de sentido, que ela tem, então, uma dimensão simbólica”.²⁶⁸ Existe uma distinção da violência simbólica, que, segundo Bourdieu, caracteriza-se por ser repassada ideologicamente quando são incutidos nas pessoas normas e valores, tendo relação com as maneiras de pensar e formas de dominação social.

Para Flavine Chaves, Foucault²⁶⁹ também visava entender as contradições da sociedade, em sua concepção, modelos ou paradigmas que se pautavam em determinismo (como o marxismo e o positivismo) acabando por ignorar diversas realidades que se apresentavam como obstáculos à compreensão dos diversos fenômenos sociais, visto que a noção de poder está presente em todas as relações sociais e tem como característica que o saber e o poder estão intimamente ligados, uma vez que quem detém certo tipo de saber também obtém o poder.²⁷⁰

Na análise de Foucault, o controle do saber e do poder apresenta-se, por exemplo, no Estado, no jurídico, nas organizações, na disciplina entre outros campos, sendo que:

Os diferentes saberes se confrontam, afirmam-se, controlam, reagem. A formação de saberes e o sistema de poder regulam as práticas sociais. O poder, não é um objeto natural, uma coisa: é uma prática social. Todo saber é político, tem sua gênese nas relações de poder. Foucault, ao realizar pesquisas sobre a medicina, o nascimento da clínica, em presídio, elaborou um apanhado histórico de como os saberes foram se constituindo ao longo do tempo. O poder, por sua vez, deve ser analisado não nas formas legítimas, mas deve ser capturado em suas extremidades, suas ramificações, em suas formas e instituições mais regionais e locais; não é tomado como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros. Também, deve ser analisado como algo em movimento, funcionando em cadeia, veiculado por cada indivíduo, não exclusivo das classes

²⁶⁸ CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias...* p. 53.

²⁶⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

²⁷⁰ CHAVES, Flavine Mara. *Avanço ou Retrocesso: Análise da Política de Assistência Social no município de Valença (1988-2005)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, 2013. p. 33.

dominantes nem com origem no capitalismo, pois se faz presente historicamente em outros sistemas sociais.²⁷¹

Pode-se observar que, ao longo do século XIX e início do século XX, como demarcado por Foucault, ocorreu um incremento da importância do poder de disciplinar, devido à preocupação com a regulamentação e a vigilância.²⁷² Seus locais são as instituições que se desenvolvem ao longo do século XIX e que “policiam” e disciplinam as populações modernas, tais como oficinas, quartéis, escolas, prisões entre outras. Neste sentido, o filósofo trabalha com o princípio básico de que tais instituições devem produzir seres humanos que possam ser tratados como um corpo dócil, a ser dominado em todos os aspectos de sua realidade social, em que é “dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.²⁷³ Suas formas de modelagem são dadas através do adestramento, sendo utilizado como uma poderosa ferramenta de controle, que age de forma disciplinadora, considerado como uma das “fórmulas gerais de dominação”.²⁷⁴ Desta forma, seria um importante instrumento de manipulação dos elementos produtores de comportamento do homem, necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade.

As abordagens de Bourdieu e Foucault são relevantes por focarem nas várias formas de dominação que ocorrem na sociedade pela vertente sociológica através das concepções de Poder e Poder disciplinar, *Habitus*, Campo e Violência Simbólica, para assim compreendermos como a dominação pode ocorrer, principalmente, no meio da educação, da mídia, das instituições e das organizações modernas, como as forças armadas.

Uma definição que também se faz relevante na presente reflexão é a de Estado. Existe, no entanto, uma diversidade bibliográfica para conceituar Estado. Partiremos da construção do Estado e do autoritarismo como norteadores do governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo.

Desta forma, nota-se, como sendo norteador da discussão sobre a formação do autoritarismo, a construção de um modelo de Estado centralizador, não sendo possível trabalhar de forma desarticulada ao Estado. Esta configuração começa a ficar evidente desde o século XIX. Sobre tal questão, a existência de condições do Estado para a formação de

²⁷¹ CHAVES, Flavine Mara. *Avanço ou Retrocesso: Análise da Política de Assistência Social no município de Valença (1988-2005)*... p. 34.

²⁷² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*.

²⁷³ FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 117-142.

²⁷⁴ FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis...p. 117-142.

estruturas autoritárias, Eric Hobsbawn, em sua obra *Nações e Nacionalismo* desde 1780, demarca que, a partir do século XIX, ocorreram mudanças nas sociedades em:

[...] qualquer que fosse a relação do nacionalismo com a modernização dos Estados no século XIX, o Estado confrontava o nacionalismo como uma força política separada, bastante distinta do “patriotismo estatal” e com o qual ele era obrigado a se entender. No entanto, o nacionalismo poderia se tornar um instrumento enormemente poderoso para o governo, caso conseguisse ser integrado ao patriotismo estatal [...].²⁷⁵

O conceito de Estado é parte importante na compreensão do conceito de Estado autoritário, para tal é importante entender o modelo teórico político e filosófico do contratualismo, que passou a existir entre os séculos XVI e XVIII, no período de formação dos Estados Nacionais na Europa. O modelo surgiu para explicar a sociedade como uma necessidade dos indivíduos em se organizarem, sendo regidos por leis, abandonando suas liberdades individuais naturais em detrimento de uma liberdade civil submetida às leis regidas pelo Estado.

A organização era pautada por um pacto, o chamado contrato social. Os três principais contratualistas foram: Thomas Hobbes (1588-179), John Locke (1712-1778) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Estes possuíam diferenças em suas construções conceituais, mas alguns aspectos eram convergentes e processuais, nos quais se destacaram os seguintes: os seres humanos no chamado estado de natureza entendidos como livres e iguais; os indivíduos abandonam a liberdade natural em prol de um contrato social; o contrato social dá origem à sociedade; no contrato social, a liberdade natural é submetida à liberdade civil; o surgimento do Estado submete os indivíduos a um poder que é regido através das leis; as leis são representantes da ordem social e dão os limites aos indivíduos.

Dentro da perspectiva de formação de um Estado centralizador, temos o absolutismo do século XIX, como um marco fundamental na fomentação do autoritarismo como forma de governo. O conceito de Estado absolutista da teoria do filósofo inglês Thomas Hobbes é fundamental para entender a fundação de um pensamento autoritário, centralizador e com o poder nas mãos de um soberano que tinha autonomia para as decisões, sendo isto possível devido à existência de um contrato social.

Segundo a teoria política de Hobbes, existia uma racionalização dos mecanismos de controle de poder e das instituições do Estado, que existiam para garantir a ordem política.²⁷⁶ O soberano era o responsável por garantir o equilíbrio, sem a existência deste soberano

²⁷⁵ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 110

²⁷⁶ HOBBS, Thomas de Malmesbury. *Leviatã*. Os Pensadores. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

absoluto somente existiria o caos. Portanto, era fundamental aos homens renunciarem às suas liberdades individuais para a manutenção da organização. Para Hobbes:

O desígnio dos homens causa final ou fim último (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos.²⁷⁷

Dentro da lógica de Hobbes, o Estado e a sociedade foram fundados e organizados a partir da livre vontade dos indivíduos. O Estado existe, desta forma, em função do indivíduo e como garantidor da segurança. Tendo o poder político acima dos interesses individuais, o Estado Nacional subordina as pessoas para garantir a convivência dos indivíduos desiguais, gerando condições de igualdade, garantindo elementos que propiciaram fundamentos da democracia.

Após esse pequeno debate entre o conceito de autoritarismo e a formação do Estado nacional, abordaremos os caminhos do autoritarismo no Estado Novo. Refletindo sobre a construção do sistema de governo autoritário no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, seguiremos a concepção de teoria dos Estados Dependentes de Martin Carnoy,²⁷⁸ observando que as condições de crescimento e desenvolvimento da economia nos países de Terceiro Mundo²⁷⁹ são diferentes quando comparadas ao desenvolvimento dos considerados países capitalistas avançados. Esta característica ocorre principalmente por conta do enfraquecimento da burguesia local. Desta forma, segundo Carnoy:

[...] na medida em que as economias se desenvolveram em todo o mundo, o setor público – aqui chamado de Estado – cresceu em importância em todas as sociedades, da industrial avançada à exportadora de bens primários do Terceiro Mundo, e em todos os aspectos da sociedade - não apenas político, como econômico (produção, finanças, distribuição), ideológico (educação escolar, os meios de comunicação) e quanto à força legal (polícia, forças armadas). Porque isso ocorre e como se configura o crescente papel do Estado têm se tomado uma preocupação crucial para os cientistas sociais - talvez a preocupação crucial - de nossos dias. O Estado parece deter a chave para o desenvolvimento econômico, para a segurança social, para a liberdade individual e, através da "sofisticação" crescente das armas, para a própria vida e a morte. Compreender o que seja política no sistema econômico mundial de hoje é, pois, compreender o Estado nacional e compreender o

²⁷⁷ HOBBS, Thomas de Malmesbury. *Leviatã*... p. 27.

²⁷⁸ CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 1986.

²⁷⁹ Conceito utilizado nas décadas de 1930 e 1940 para o que atualmente classificamos como países em desenvolvimento.

Estado nacional no contexto desse sistema é compreender a dinâmica fundamental de uma sociedade.²⁸⁰

De acordo com Fernando Rodrigues, as condições de desenvolvimento das economias nos países subdesenvolvidos nas décadas de 1930 e 1940 “dificultam o estabelecimento da hegemonia²⁸¹ local e criam condições para o surgimento de regimes autoritários, altamente coercivos e burocráticos”.²⁸² No período que antecedeu o Estado Novo no Brasil, o Estado ficou dividido entre o poder existente através da nascente burguesia nacional que buscava a industrialização e a velha oligarquia. A industrialização gerou mudanças significativas como o êxodo rural e o aumento na população assalariada. Como resposta a uma fragilização da burguesia financeira e monopolista regional enfraquecida, frente à incerteza e à instabilidade econômica capitalista que foi a Crise de 1929, temos o aparecimento do autoritarismo. Sendo assim:

O aparecimento do autoritarismo no mundo subdesenvolvido não é somente uma resposta dita necessária para uma crise, uma forma das burguesias frágeis do mundo subdesenvolvido e do poder do capital estrangeiro sobre aqueles Estados, mas pode ser a fase anterior à institucionalização do militarismo no Estado subdesenvolvido que, ocorrendo, pode se manter a longo prazo.²⁸³

O ponto inicial do debate sobre o conceito de autoritarismo será o verbete do Dicionário de política²⁸⁴ organizado pelos italianos Norberto Bobbio²⁸⁵ e GianFranco Paquino²⁸⁶ juntamente com uma equipe de especialistas em questões políticas, sociológicas, históricas, jurídicas e econômicas de diversas universidades como a de Turim, Florença, Bolonha entre outras. Este dicionário divide-se em dois volumes, tendo mais de 1300 páginas.

²⁸⁰ CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política...* p. 9.

²⁸¹ Rodrigues utiliza o conceito de Gramsci, em que significa o “predomínio das classes dominantes (valores e normas burguesas) sobre classe subalterna na sociedade civil, sendo o próprio Estado encarregado de incluir a hegemonia da burguesia na superestrutura”. Cf.: RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional do Exército Brasileiro (1905-1946)* Jundiaí: Paco Editorial, 2010. p. 13-14.

²⁸² RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis...* p. 12

²⁸³ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis...* p. 14-15.

²⁸⁴ Cf. BOBBIO, Norberto; et al. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

²⁸⁵ Filósofo e historiador político nascido em 1909 e falecido em 2004. Foi professor na Universidade de Turim.

²⁸⁶ Cientista político italiano, professor Emérito de Ciência Política da Universidade de Bolonha e Professor Adjunto Sênior da SAIS-Europa. Fez o doutorado na Universidade de Turim tendo como orientador Norberto Bobbio.

Ele tem por objetivo oferecer “uma explicação simples e uma interpretação simples e possivelmente exaustiva dos principais conceitos que fazem parte do discurso político”.²⁸⁷

O verbete autoritarismo foi escrito por Mario Stoppino²⁸⁸ e divide o tema em quatro partes: problemas de definição; as ideologias autoritárias; personalidades e atitudes autoritárias; e regimes e instituições autoritárias, oferecendo, desta forma, uma discussão mais ampla para gerar uma base para novas pesquisas e reflexões acerca das abordagens problematizadas. De acordo com Stoppino:

Num dos seus possíveis significados, o termo "autoritarismo" designa, na verdade, uma situação na qual as decisões são tomadas de cima, sem a participação ou o consenso dos subordinados. Neste sentido, é uma manifestação de autoritarismo alegar um direito em favor de um comando que não se apoia na crença dos subordinados; e é uma manifestação de autoritarismo pretender uma obediência incondicional quando os súditos entendem colocar em discussão os conteúdos das ordens recebidas. Portanto, uma situação de autoritarismo tende a instaurar-se todas as vezes que o poder é tido como legítimo por quem o detém, mas não é mais reconhecido como tal por quem a ele está sujeito. E esta situação se acentua se o detentor do poder recorre à força, ou a outros instrumentos de poder para obter aquela obediência incondicional que não consegue mais na base da crença na legitimidade. Observe-se que este fenômeno da transformação da Autoridade em autoritarismo, com a simples mudança dos princípios de legitimidade aceitos pelos subordinados, pode referir-se a todas as estruturas da Autoridade, incluída a do Estado.²⁸⁹

Sobre a divisão feita por Stoppino na explicação do verbete autoritarismo, no item I-Problemas de definição, o autor expressa que devemos ficar atentos sobre o uso do “[...] adjetivo "autoritário" e o substantivo Autoritarismo, que dele deriva, empregam-se especificamente em três contextos: a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas”.²⁹⁰ Estes conceitos podem coexistir de forma simultânea ou separada.

Na vertente política, demarca que são autoritários os regimes centralizadores que privilegiam “[...] a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas.”²⁹¹ No aspecto psicológico, trata sobre as personalidades autoritárias, em que existe uma centralização em duas atitudes

²⁸⁷ STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto; et al. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 93-104.

²⁸⁸ Nasceu em 1935 e faleceu em 2001 foi um cientista político italiano que atuou por mais de trinta anos na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Paiva.

²⁸⁹ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p.93-94

²⁹⁰ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 94.

²⁹¹ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 94.

que são intrínsecas: por uma parte, a disposição à obediência “preocupada com superiores [...], de outra parte, a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e em geral aqueles que não tem poder e autoridade”.²⁹²

Na questão ideológica, afirma que:

[...] são ideologias que negam de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico, além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem amiudadas vezes como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária.²⁹³

Apesar das diferenças existentes nas três definições, a centralidade do princípio da autoridade é uma característica semelhante, tendo como consequência a “[...] relação entre comando apodítico e obediência incondicional [...]”.²⁹⁴ Sendo a autoridade condicionada à estrutura política profundamente hierárquica e a uma opressão da liberdade contrapondo-se ao assim conceito de democracia, “é um dos conceitos que, tal como “ditadura” e totalitarismo”, surgiram e foram usados em contraposição a “democracia”, pretendendo-se acentuar num caso ou noutro parâmetros antidemocráticos”.²⁹⁵

No item II- As ideologias autoritárias, o autor destaca que:

A estrutura mais íntima do pensamento autoritário acha correspondência não em qualquer sistema autoritário e sim no tipo puro de regime autoritário conservador ou de ordem. Neste sentido, o pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo. Sem um ordenamento rigidamente hierárquico, a sociedade vai fatalmente ao encontro do caos e da desagregação.²⁹⁶

Observamos, assim, a existência de uma característica na ideologia autoritária que coloca os homens em uma percepção de desigualdade, em que apenas um Estado centralizador dentro de uma estrutura hierarquizante pode oferecer aos homens a organização política que levará à existência da ordem.

Além do mais, o Autoritarismo, como ideologia da ordem, se distingue de forma clara do próprio totalitarismo fascista, já que ele apenas impõe a obediência incondicional e circunscrita do súdito e não a dedicação total e entusiástica do membro da nação ou da raça eleita. A ordenação hierárquica do Autoritarismo apóia-se essencialmente no modelo que precedeu a época

²⁹² STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 94.

²⁹³ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 94.

²⁹⁴ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 94.

²⁹⁵ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 95.

²⁹⁶ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 95.

da Revolução Industrial. O pensamento autoritário moderno é uma formação de reação contra a ideologia liberal e democrática.²⁹⁷

Stoppino, no item III- Personalidades e atitudes autoritárias, demarca que, através de Theodor W. Adorno e seus colaboradores, foi feito um estudo de viés psicanalista nos anos de 1950, que mostrou que:

[...] personalidade autoritária é descrita como um conjunto de traços característicos inter-relacionados. Cruciais são as assim chamadas "submissão" e "agressão" autoritárias: de uma parte, a crença cega na autoridade e a obediência voltada para os superiores e, de outra, o desprezo pelos inferiores.²⁹⁸

A tese foi alvo de algumas críticas e posteriormente, segundo Stoppino, foi realizada uma interpretação psicológica e sociológica que expôs que:

Por Autoritarismo não se entende aqui a síndrome da personalidade autoritária em toda a sua complexidade, mas de preferência uma série de atitudes individuais condizentes com uma disposição psicológica autoritária: uma baixa sensibilidade em relação às liberdades civis, a intolerância, baixa inclinação para sustentar um sistema pluripartidário, intolerância frente aos desvios dos códigos morais convencionais, propensão para participar de campanhas contra os estrangeiros ou minorias étnicas ou religiosas, tendência para apoiar partidos extremistas, etc.²⁹⁹

Por fim, Stoppino no item IV- Regimes e instituições autoritárias, expressa que, em sentido generalizante, entende-se por regimes autoritários regimes antidemocráticos, mas que se distingue de totalitarismos. Cita que:

[...] o Autoritarismo é uma categoria muito geral que compreende grande parte dos regimes políticos conhecidos, desde o despotismo oriental até o império romano, desde as tiranias gregas até as senhorias italianas, desde a moderna monarquia absoluta até a constitucional de tipo prussiano, desde os sistemas totalitários até as oligarquias modernizantes ou tradicionais dos países em desenvolvimento.³⁰⁰

Outro aspecto importante no que se refere à ligação entre Autoritarismo e totalitarismo é que:

Todavia, na classificação dos regimes políticos contemporâneos, o conceito de Autoritarismo é empregado muitas vezes para designar, não todos os sistemas antidemocráticos, mas apenas uma sua subclasse. Neste sentido, distingue-se entre Autoritarismo e totalitarismo. A propósito desta distinção devemos dizer, em termos preliminares, que enquanto o uso estrito que se faz de Autoritarismo é útil e legítimo, o uso amplo de "totalitarismo" traz consigo inconvenientes sérios, sendo vivamente criticado. Na verdade o que

²⁹⁷ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 96.

²⁹⁸ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 98.

²⁹⁹ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 99.

³⁰⁰ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 100.

se contrapõe aos regimes autoritários são todos os regimes monopartidários com índices de alta mobilização política.³⁰¹

No regime autoritário, existe um controle do governo que tende a recorrer ao controle da educação e dos meios de comunicação. Nesse modelo, às vezes, existe tolerância à oposição caso não seja “aberta e pública”,³⁰² e não recorre a instrumentos tradicionais de poder político, tais como: o Exército, a magistratura, a polícia e a burocracia. Regimes autoritários são:

Caracterizados por uma coalizão chefiada por oficiais e burocratas e por um baixo grau de participação política. Falta uma ideologia e um partido de massa; existe freqüentemente um partido único, que tende a restringir a participação; às vezes existe pluralismo político, mas sem disputa eleitoral livre.³⁰³

Enfim, a reflexão da construção do Estado Novo tem como base a formação do autoritarismo. No entanto, foi importante analisar parte do século XIX, para a concepção do conceito de formação de Estado. Nesta tese, partimos da hipótese de que o autoritarismo, no Brasil, surgiu como resposta a um período de crise, sendo um pilar do governo de Getúlio Vargas e da instituição do militarismo no Estado Novo.

Após a Proclamação da República, cresceu, nas autoridades do governo provisório, uma preocupação em relação ao futuro da nossa nacionalidade e a como forjar uma identidade, com novos símbolos nacionais e um *ethos* republicano. Dentro deste ponto de vista, as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro (EB), viu-se imbuído da preocupação em resolver estas demandas, que se evidenciavam a partir do término do conflito com os paraguaios, como, por exemplo, na preocupação com o recrutamento e a profissionalização da carreira das armas.

No período compreendido entre os anos iniciais da República e o governo do Estado Novo, com Getúlio Vargas, o Exército estava alinhado aos interesses políticos e ao viés cientificista, que tinham por ideal a constituição de uma Nação. Ao observarmos os decretos de ensino, deste período, conseguiremos compreender o funcionamento do ensino militar nos Colégios Militares e quais eram os seus principais interesses.

³⁰¹ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 100.

³⁰² STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 100.

³⁰³ STOPPINO, Mario. *Autoritarismo...* p. 102.

3.2. Decretos regulamentadores do Colégio Militar do Rio de Janeiro

Neste momento, o fio condutor da sessão será a reflexão sobre os regulamentos do CMRJ, nas décadas de 1930 e 1940, visando compreender como a instituição do Estado Novo repercutiu no ensino do Exército Brasileiro por meio dos decretos que o regulamentavam. Sendo assim, o primeiro decreto a ser analisado sobre o regulamento dos Colégios Militares é o Decreto número 53, de 11 de Setembro de 1934. Este decreto possui 73 páginas, sendo dividido em 273 artigos e 10 capítulos:

- Título I- “Dos collegios militares e seus fins”
- Título II- “Do plano geral do ensino”
- Título III- “Dos methodos e processos de ensino”

Capítulo I- “Do methodo observado no ensino”

Capítulo II- “Das provas e exames”

- Título IV- “Da direcção e do pessoal de ensino”

Capítulo I- “Do conselho de instrução”

Capítulo II- “Do corpo docente e dos preparadores”

Capítulo III- “Da nomeação dos docentes preparadores”

Capítulo IV- “Do concurso para docentes e preparadores”

Capítulo V- “Da reconducção”

Capítulo VI- “Dos deveres dos docentes e preparadores”

Capítulo VII- “Dos direitos e regalias dos docentes e preparadores”

Capítulo VIII- “Do pessoal incumbido do ensino pratico”

Capítulo IX- “Dos deveres do pessoal do ensino pratico”

- Título V- “Das matriculas”
- Título VI- “Do funcionamento dos cursos”

Capítulo I- “Do regime colegial”

Capítulo II- “Do regime disciplinar”

Capítulo III- “Das faltas e transgressões commettidas pelos funcionários”

Capítulo IV- “Das penas e recompensas”

- Título VII- “Da direcção e administração do collegio”

Capítulo I- “Da organização”

Capítulo II- “Das atribuições”

Capítulo III- “Da nomeação de pessoal”

Capítulo IV- “Do conselho de administração”

- Título VIII- “Dos alunos”
- Título IX- “Dos meios materiaes”
- Título X- “Das disposições geraes”
- Título XI- “Das disposições transitórias”

Sobre a finalidade dos Colégios Militares estabelece que:

Quadro 19- Finalidades dos Colégios Militares

Dos collegios militares e seus fins Art. 1. Os Collegios Militares, destinados á educação dos filhos de militares, bem como de civis nas condições estabelecidas neste regulamento, tem por finalidade: a) ministrar a estes, segundo um plano de ensino de humanidades analogo ao dos institutos civis officiaes de ensino secundario da Republica, a instrucção fundamental e complementar, de modo a obter-se o mesmo resultado colimado por estes institutos e tendo-se em vista que os. alumnos, ao terminarem o curso, estejam habilitados á matricula nas escolas de formação de officiaes, do Exercito e da Marinha, e nos institutos civis de ensino superior; b) ministrar aos sargentos do Exercito activo a instrucção complementar na fórmula prescripta pelo n. 2 do art. 4º, da letra B, do capitulo II da Lei do Ensino Militar. Art. 2º São tres os Collegios Militares,	com séde, respectivamente, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em Fortaleza. Art. 3º Os Collegios Militares subordinam-se ao Estado-Maior do Exercito.Do plano geral do ensino Art. 4º Haverá nos Collegios Militares um ensino theorico-pratico e um ensino essencialmente pratico. § 1º O ensino theorico-pratico será ministrado em dois cursos: fundamental e complementar. § 2º O ensino pratico será ministrado parallelamente ao ensino theorico-pratico e comportará uma instrucção essencialmente pratica, constituída de dois grupos, assim discriminados: 1º instrucção militar; 2º educação physica.

As disciplinas do ensino fundamental que eram previstas no Art. 5º eram:

- “1º ANNO-Portuguez, Francez, Historia da Civilização, Geographia, Arithmetica, Sciencias Physicas e naturaes, Desenho e Musica”.
- “2º ANNO- Portuguez, Francez, Inglez, Allemão (facultativo), Historia da Civilização, Geographia, Arithmetica, Sciencias physicas e naturaes, Desenho e Musica.”
- “3º ANNO- Portuguez, Francez, Inglez, Allemão (facultativo), Historia da Civilização, Geographia, Algebra, Physica Desenho e Musica.”
- “4º ANNO- Portuguez, Latim, Inglez, Historia da Civilização, Geographia, Algebra, Geometria e Trigonometria, Physica, Chimica, Historia natural e Desenho.

- “5º ANNO- Portuguez, Latim, Historia da Civilização, Geometria, Chimica, Historia Natural, Historia e Chorographia do Brasil, Desenho”.

Uma diferenciação curricular é que passaram oferecer matérias complementares seriadas de acordo com a escolha da futura carreira, conforme podemos observar:

- Para os candidatos à matrícula no curso jurídico: “1º ANNO- Latim, Litteratura, Historia da Civilização, Noções de economia e estatística, Biologia geral, Psychologia e logica. 2º ANNO-Latim, Litteratura, Geographia, Hygiene, Sociologia, Historia da Philosophia, Instrução moral e cívica.”
- Para os candidatos à matrícula nos cursos de Medicina, Pharmacia e Odontologia: “1º ANNO- Allemão ou inglez, Mathematica, Physica, Chimica, Historia natural e Pscologia. 2º ANNO- Allemão ou inglez, Physica, Chimica, Historia natural, Sociologia, Instrução moral e cívica.”
- Para os candidatos à matrícula nos cursos de Engenharia, Architectura e Escolas Militar e Naval. “1º ANNO- Mathematica, Physica, Chimica, Historia natural, Geographia physica e cosmographia, Psychologia e logica, Topographia, desenho topographico e legislação de terras. 2º ANNO- Mathematica, Physica, Chimica, Historia natural, Sociologia, Desenho, Instrução moral e cívica”.

Além disto, especificam, de acordo com o artigo 7, que as “disciplinas do ensino theorico-pratico” eram divididas em seis partes:

- “1ª secção- 1ª sub-secção - Portuguez, francez, litteratura e latim. 2ª sub-secção - Inglez e allemão.
- 2ª secção- Arithmetica, algebra, geometria e trigonometria, topographia e desenho topographico, legislação de terra, geo-physica e cosmographia e mathematica (revisão da mathematica elementar para os candidatos à matrícula aos cursos jurídico e medico, accrescidas mais de noções de geometria algebrica, calculo graphico e vetorial para as candidatos à matrícula nas Escolas Militar, Naval, Polytechnica e Achitectura.
- 3º secção- Physica, chimica, historia natural.
- 4ª secção- Geographia, historia da civilização e historia e corographia do Brasil.
- 5ª secção- Desenho.
- 6ª secção- Instrução moral e cívica, psychologia e logica, noções de economia e estatística, biologia geral, hygiene, sociologia e historia da filosofia”.

Os alunos poderiam ainda realizar atividades como esgrima, tiro e infantaria. No artigo 9º, demarcam que o ensino era ministrado segundo um plano de ensino análogo ao dos institutos civis oficiais de ensino secundário da República e eram regulados por programas trienais, que obedeciam rigorosamente às determinações estabelecidas no presente decreto. Os programas de ensino eram organizados pelos docentes do Colégio Militar do Rio de Janeiro e depois recebiam sugestões dos demais colégios e eram analisados pelo Conselho de Instrução. Quando aprovados, eram enviados para apreciação do Estado-Maior do Exército e, uma vez

aceitos, eram publicados no Diário Oficial e Boletim do Exército para conhecimento dos demais colégios.

Sobre a instrução militar, o artigo 12 demarca que:

a) aos alumnos do 1º e 2º annos serão ensinadas noções essenciaes do Regulamento de Continencias e movimentos da Escola de Soldado desarmado, necessarios ás formaturas internas, para que se habituem á disciplina da fileira. Esse trabalho só será feito durante as formaturas e no decorrer da instrucção physica (deslocamentos e formaturas da Escola);

b) no 3º, no 4º e no 5º annos os alumnos receberão, progressivamente, a instrucção de infantaria, de sorte que, ao termino deste ultimo periodo lectivo, possam submeter-se ás provas indispensaveis á concessão da ficha individual de educação physica e caderneta de tiro;

c) nos dous annos complementares os alumnos receberão instrucção de esgrima, equitação (como complementares á instrucção physica) e as demais instrucções necessarias para que lhes seja concedida a caderneta de reservista de segunda cathegoria;

d) aos alumnos do 5º anno que revelarem pendores excepçionaes será facultada a esgrima e a equitação.

Sobre a matrícula, o decreto determinava que:

Quadro 20- Critérios Matrículas

Art. 113. Haverá duas classes de alumnos: a dos contribuintes e a dos gratuitos. Art. 114. As vagas que se derem no collegio, durante o anno, só serão preenchidas no anno seguinte, por occasião da matricula. Paragrapho unico. As de gratuitos tambem concorrerão, de accôrdo com as prescripções deste regulamento, os alumnos que estejam matriculados como contribuintes e tenham direito á gratuidade. Art. 115. Os paes ou tutores dos candidatos á matricula deverão apresentar á secretaria do collegio, até o dia 15 de fevereiro de cada anno, requerimentos endereçados ao director do estabelecimento e instruidos com os seguintes documentos : a) certidão de idade; b) attestado de que o candidato não padece de doença contagiosa ou infecto-contagiosa;	c) attestado do vaccinação; d) patente, resumo da fé de officio do pae, quando filho de official, ou certidão de assentamentos, quando filho de praça, documentos que são obtidos gratuitamente no Ministerio da Guerra; e) certidão de obito do pae ou paes, quando filho de official ou praça, se fôr candidato a gratuito. Art. 116. O candidato á matricula deverá ter mais de 11 annos e menos de 13, sendo estas idades referidas ao ultimo dia de junho do anno da matricula. Art. 117. Os candidatos que obtiverem licença do director do collegio para se matricular serão submetidos, no proprio estabelecimento, perante commissões nomeadas pelo director, a um exame de admissão, feito na conformidade do estabelecido nas instrucções para matricula.

Para a conclusão da matrícula, os candidatos eram submetidos a provas e classificados de acordo com os critérios abaixo:

Quadro 21 – Critérios Prova de Ingresso

§ 3º Cada uma das provas escriptas será julgada de 0 a 10, sendo eliminatória para o candidato que tiver gráo zero em uma dellas. A de portuguez constará de um ditado de 15 a 20 linhas; de autor contemporaneo, e de analyse lexica de uma pequena parte do ditado e de uma redacção consistente em descripção de um quadro apresentado no momento. A de arithmetica, de expressões ou problemas de faceis soluções. § 4º Para as provas escriptas, as bancas examinadoras organização, respectivamente, 20 pontos, dentre os	quaes um será sorteado no momento de seu inicio. Para as oraes, também 20 pontos, contendo cada um parte de todas as matérias, dos quaes o candidato extrahirá um ao começar a prova. Art. 118. Terminados os exames de admissão, a secretaria fará a classificação dos candidatos em dois grupos: 1º Gratuitos; 2º Contribuintes.

Os alunos gratuitos eram, por sua vez, classificados seguindo os seguintes critérios:

Quadro 22- Critérios matrículas candidatos gratuitos e contribuintes

Art. 119. Os candidatos gratuitos serão assim classificados: 1º Orphãos de pae e mãe: a) filhos de praça de pret mortos em campanha ou em accidente no serviço; b) filhos de officiaes de terra e mar mortos em campanha ou em accidente no serviço; c) filhos de officiaes da reserva do Exercito e da Armada mortos em campanha; d) filho de officiaes de policia militar mortos em campanha; e) filhos de officiaes da reserva que tiverem prestado notaveis serviços de guerra; Os candidatos comprehendidos nas alineas a e b, que não conseguirem matricula como gratuitos, por falta de	Art. 120. Os candidatos contribuintes serão assim classificados : a) filhos de militares de terra e mar e de docentes dos estabelecimentos militares; b) filhos de militares da Policia Militar, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e de civis. Art. 121. Para a matricula de candidatos gratuitos, a secretaria obedecerá á ordem dos numeros e suas alineas do art. 119. § 1º Na preferencia dos candidatos de cada grupo, dever-se-ha attender a seus recursos pecuniarios, a começar pelo menos favorecidos. § 2º Em cada alinea teem preferencia os candidatos que, em virtude da idade, não conseguirem matricula no anno seguinte. § 3º Em igualdade de situação, teem preferencia os candidatos que obtiverem

vagas, poderão fazel-o como contribuintes, tendo sobre os constantes das letras c, d e e preferencia absoluta; 2º Orphãos de pae, na mesma ordem de preferencia do numero anterior; 3º Não orphãos a) filhos de officiae da reserva ou reformados do Exercito e da Armada, sub-tenente, sub-officiaes da Armada e sargentos, inutilizadas em serviço; b) filhos de officiae da reserva ou reformados do Exercito e da Armada, cujos vencimentos forem inferiores a 1:000\$ mensaes ; c) filhos de sub-tenentes e de sargentos do Exercito e sub-officiaes da Armada.	maior gráu na classificação. § 4º Os demais candidatos serão classificados de accôrdo com o merecimento revelado no exame de admissão, o qual servirá de criterio absoluto para a matricula. Em igualdade de condições, terá preferencia o candidato de menor idade. Art. 122. Os filhos de officiaes do Exercito e da Armada com attestados de aprovação do 1º anno em collegio equiparado ou estabelecimento secundario official poderão ser matriculados no 2º anno, uma vez aprovados em exame de arthmetica do 1º anno, prestado no Collegio Militar, e satisfazendo a condição da idade, a partir do limite a que se refere o art. 116.

Já os candidatos contribuintes, de acordo com o Art. 123, deveriam pagar no ato da inscrição ao exame de admissão uma taxa de cinco mil réis (5\$000) para despesas de expediente. Destacamos que tanto a matrícula dos candidatos gratuitos como a dos contribuintes eram realizadas mediante classificação por merecimento intelectual obtido nas provas de admissão e por determinação e escolha do diretor do colégio, que era o responsável em comunicar ao ministro da Guerra. Ainda tinham a preocupação em dividir as vagas de acordo com a procedência, militar ou civil, tendo o artigo 124 determinado que as vagas existentes deveriam ser preenchidas com dois terços dos filhos dos militares e um terço dos civis.

Os alunos gratuitos que se destacassem no decorrer do curso e que fossem aprovados em escolas militares, de acordo com o Art. 163, receberiam os recursos necessários para realizarem a matrícula na Escola Militar ou Naval.

Em relação ao número de vagas no Colégio Militar do Rio de Janeiro são fixadas por determinação do Art. 222, vagas, sendo 200 destinadas aos alunos gratuitos e 800 ao restante. E o Art. 223 determinava que todos os alunos deveriam ter uma pessoa considerada idônea e com residência na cidade sede do colégio que se responsabilize nas seguintes condições: 1º, indenizar o Estado, dos prejuizos e danos porventura causados à Fazenda Nacional; 2º, completar annualmente as peças de fardamento e demais objetos de enxoval que se estragarem ou extraviarem; 3º, pagar adiantamente, até o dia 20 de cada mês, as

respectivas pensões; 4º, receber o alumno em casa quando retirado por doença grave ou contagiosa, quando desligado ou retirado por falta disciplinar, para recreio aos domingos e feriados, ou finalmente, quando externado; 5º, indemnizar o Hospital Central do Exercito das despesas de tratamento; 6º, pelo pagamento da multa de 10 % referida no artigo 227. Além disto, ficava determinado pelo Art. 224, o aluno contribuinte pagaria em prestações mensais adiantadas, até o dia 20 de cada pensão anual de 2:640\$000 os internos; 2:160\$000 os semi-internos; e 960\$000 os externos; devendo o primeiro pagamento ser realizado no ato da matricula acrescido de 100\$000, valor da joia.

No decreto, são expressos os certificados, títulos e vagas que os alunos possuiriam ao concluírem o ensino secundário:

Quadro 23- Certificados

Art. 235. Ao alumno que terminar o 5º anno será conferido certificado do curso fundamental e ao que terminar o curso complementar, certificado do curso gymnasial, de accôrdo com os modelos annexos. Tambem será outorgada a caderneta de tiro e ficha de educação physica aos alumnos do 5º anno e, aos que terminarem qualquer das partes do curso complementar, a de reservista de 2ª categoria.	constantes do § 1º, deste artigo, será facultado melhorar aquellas approvações, sem comtudo alterar a sua collocação na classificação primitiva. Art. 238. Os directores dos Collegios Militares remetterão ao Ministro da Guerra, ao terminar os exames finaes do curso, a relação dos alumnos que desejam matricular-se nas Escolas Militar e Naval. afim de ser solicitada a sua inclusão, de accôrdo com as vagas reservadas aos Collegios Militares. Paragrapho unico. A transferencia para os referidos estabelecimentos exige, que o alunmo, além de bom procedimento, apresente autorização escripta de seus paes, ou tutores, para verificar praça. Art. 239. Das vagas verificadas na Escola Militar 50 % serão preenchidas pelos alumnos dos Collegios Militares, comprehendidos no art. 237. Art. 240. As vagas de gratuitos que se derem no decorrer do anno, serão preenchidas pelos alumnos contribuintes que a ellas tenham direito. Art. 241. Os alumnos dos Collegios
Art. 236. Ao alumno que concluir o curso complementar para a matrícula nas Escolas Militar e Naval e Cursos de Engenharia e Architectura, será concedido o titulo de agrimensor.	
Art. 237. Os alumnos que concluírem o curso de que trata o artigo anterior, poderão, mediante certas condições abaixo especificadas, ser matriculados nas Escolas Militar e Naval, independente de exame de admissão.	
§ 1º Na Escola Militar só poderão ser	

matriculados os que tiverem sido aprovados nas materias de admissão áquella Escola com gráu 6 ou superior. § 2º Na Escola Naval serão matriculados, de accôrdo com as vagas existentes, os que quizerem, por ordem de merecimento intelleclual. § 3º Ao alumno que tiver obtido gráu inferior a 6 em uma ou duas das materias	Militares poderão ser transferidos de um para outro desses estabelecimentos no fim dos annos lectivos, e sómente nessa época, a pedido dos respectivos paes ou responsaveis, correndo por conta desses as despesas decorrentes, desde que haja vaga nº respectiva classe de gratuitos ou contribuintes a que pertencer o alumno.

Uma inovação no ano de 1937 foi a criação de um curso complementar para sargento dentro dos colégios militares com a duração de dois anos, que, de acordo com o artigo 252, deveria seguir os seguintes critérios:

Quadro 24- Curso complementar

Haverá nos Collegios Militares um curso annexo complementar para sargentos dos Exercito activo, com os respectivos cursos de formação, que tenham pelo menos dous annos de serviço como sargento, 22 annos de idade e bom comportamento e que desejem completar o seu preparo secundario, tendo em vista a matricula nas escolas de formação de officiaes. § 1º Essa instrucção será ministrada em turmas especiaes, de accôrdo com os respectivos programmas e em horas determinadas pelo director, afim de não collidir com o regular funccionamento do Collegio. § 2º Serão acceitos, nesse curso, os certificados de exames prestados em institutos de em no officiaes ou officializados.	§ 3º Si o candidato não tiver os certificados de que trata o paragrapho anterior, poderá prestar, nos Collegios Militares, exames finaes, parcelladamente ou em conjuncto, das matérias do curso fundamental, desde que o requeira ao ministro da Guerra. § 4º Os candidatos devem concluir o curso até o limite de 25 annos de idade. Art. 253. A matricula no curso de que trata o artigo anterior far-se-á mediante requerimento dirigido ao ministro da Guerra e acompanhado dos respectivos documentos. Art. 254. Estes sargentos ficarão incorporados ás unidades da Região estacionadas na séde de cada collegio, e só estarão ligados a este para effeito dos trabalhos escolares.

O último decreto referente aos regulamentos do Colégio Militar a ser analisado será o de número 3809, de 13 de março de 1939. Ele possui 73 páginas, 327 artigos organizados nos seguintes capítulos:

- Parte I-

Título I- Colégio Militar

Capítulo Único Compreensão, fins e sede.

Título II- Plano Geral do Ensino

Capítulo I- Organização Geral do Ensino

Capítulo II- Organização dos Cursos

Capítulo III- Distribuição das Disciplinas nas Séries do Curso

Título III- Regime Didático

Capítulo I- Orientação Geral do Ensino

Capítulo II- Instrução Geral e Instrução Prática

Capítulo III- Programas de Instrução Geral

Capítulo IV- Programas de Instrução Prática

Capítulo V- Compreensão de Liberdade de Cátedra

Capítulo VI- Educação Moral e Cívica

Capítulo VII- Métodos, Processos e Meios Auxiliares de Ensino

Capítulo VIII- Biblioteca

Capítulo IX- Instalações de Projeção Fixa e Cinematográfica; Rádio- Recepção

Título IV- Regime Colegial

Capítulo I- Normas Gerais

Capítulo II- (sem título)

Capítulo III- Tempo e Horário

Capítulo IV- Frequência as Aulas

Capítulo V- Habilitação dos Alunos

Capítulo VI- Matrículas

- Parte II

Título I-Direção e Administração

Capítulo I- Subordinação

Capítulo II- Comando

Capítulo III- Órgãos de Execução

Capítulo IV- Serviços Técnicos e Pedagógicos

Capítulo V- Direção do Ensino

Capítulo VI- Conselho dos Professores

Capítulo VII- Quadro de Ensino

Capítulo VIII- Serviços Administrativos

Capítulo IX- Companhias de Alunos

Capítulo X- Quadros Administrativos

- Parte III

Título I – Serviço de Saúde

Título II- Instalações Pedagógicas

- Parte IV

Título I- Corpo Discente

Capítulo I- Constituição

Capítulo II- Deveres e Direitos

Capítulo III- Regime Disciplinar

Capítulo IV- Das Promoções

- Parte V

Título I – Disposições Gerais

Anexos: Modelo de Certificado de Conclusão de Curso, Modelo de Certificado de Aprovação, Modelo de Termo de Responsabilidade e Tabela de Fardamentos - Enxoval de Alunos.

Sobre a finalidade de funcionamento do colégio, estabelecem que as vagas sejam preferencialmente voltadas aos filhos de militares, sejam órfãos ou não, e que filhos de civis poderiam ingressar desde que fossem brasileiros natos.

Quadro 25- Destinação do Colégio Militar

CAPÍTULO ÚNICO COMPREENSÃO, FINS E SEDE Art. 1º O Colégio Militar é um instituto destinado a ministrar o curso fundamental do ensino secundário, sob o regime de internato, segundo os planos e programas adotados nos Estabelecimentos oficiais, subordinados ao Ministério da Educação e Saúde Pública, com as	convenientes adaptações. § 1º O Colégio Militar é, preferentemente, destinado aos órfãos e filhos de militares. § 2º Poderão, entretanto, nele ter ingresso os filhos de civis, brasileiros natos, desde que o número de vagas não tenha sido preenchido com os candidatos do § 1º deste artigo.

O artigo 2 estabeleceu que o ensino no Colégio Militar era composto de dois cursos, ministrados simultaneamente: um curso teórico que abrangia todas as disciplinas do curso secundário fundamental e um curso prático que abrangia a Instrução Militar e a Educação Física. O curso teórico seguia os moldes ditados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública para o Colégio Pedro II.

As disciplinas oferecidas no curso teórico eram:

1ª Série- Português, Francês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Desenho e Música (canto orfeônico).

2ª Série- Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Desenho e Música (canto orfeônico).

3ª Série- Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural, Desenho e Música (canto orfeônico).

4ª Série- Português, Francês, Inglês, Latim, Alemão (facultativo), História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural e Desenho.

5ª Série- Português, Latim, Alemão (facultativo), História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural e Desenho.

As disciplinas oferecidas no curso prático abrangiam: a) Educação Física; b) noções essenciais do regulamento de continências, movimento da Escola do Soldado desarmado; c) instrução progressiva de Infantaria e Tiro, como base para o preparo do reservista de 2ª categoria e d) instrução de Esgrima, como complementar à Educação Física.

Sobre a matrícula, o decreto expressava que:

Quadro 26- Critérios matrículas

Art. 125. Entende-se por matrícula o ato pelo qual o menor ingressa no Colégio, passando a fazer parte do seu corpo discente. A passagem de uma à outra série dar-se-á, por promoção e o estágio em cada série será dada pelo período de frequência na mesma. Art. 126. Haverá duas classes de alunos: 1º Gratuitos; 2º Contribuintes.	mais de três filhos menores, não percebiam mensalmente dos cofres públicos quantia superior a um conto de réis e não tenham outros proventos; 2º, filhos de militares da ativa, da reserva de 1ª classe e reformados do Exército e da Armada, desde que estes militares tenham sete ou mais filhos menores. Art. 128. Os alunos que não estiverem compreendidos no número anterior serão contribuintes. Os filhos de militares da ativa, da reserva de 1ª classe e de reformados do Exército e da Armada, os dos docentes e funcionários do Colégio gozarão do abatimento de 30 % na

Art. 127. Os gratuitos serão: a) órfãos: 1º, de militares da ativa, da reserva de 1ª classe e reformados do Exército e da Armada; 2º, de militares da reserva da 2ª classe do Exército e da Armada, mortos em serviço, quando mobilizados; 3º, de militares das Polícias e Corpos de Bombeiros mortos em serviço, quando mobilizados. b) não órfãos: 1º, filhos de militares da reserva da 1ª classe e reformados do Exército e da Armada, desde que estes militares tenham	contribuição anual. Parágrafo único. Os filhos dos professores contratados ou em comissão não estarão amparados na disposição do presente artigo. Art. 129. As matrículas serão realizadas até o dia 1 de março e publicadas no Diário Oficial. Art. 130. As matrículas só poderão ser efetuadas na 1ª série do curso. Art. 131. Os candidatos à 1ª série deverão contar mais de 11 e menos de 13 anos de idade, referida ao último dia do mês de março do ano da matrícula.

A documentação que deveria ser entregue pelos responsáveis, juntamente com um requerimento ao Comandante, no momento da solicitação de matrícula era, de acordo com artigo 132: a) certidão de idade; b) atestado de vacina da Saúde Pública; c) certidão de óbito do pai, no caso do n. 1, da letra a, do artigo 127; d) certidão de falecimento em serviço do pai, no caso dos números 2 e 3, da letra a, do art. 127; e) documentos especiais para os casos de pátrio poder; f) recibo da taxa de vinte mil réis relativa à inscrição, com exceção dos órfãos e g) ficha individual de acordo com o modelo organizado pelo Comandante do Colégio.

Após a entrega da documentação, os alunos passavam por uma inspeção de saúde, que seguia, segundo o artigo 134, instruções especiais organizadas pelo Diretor de Saúde do Exército e, posteriormente, estando aptos, eram submetidos a um exame de admissão. O Exame de admissão seguia os seguintes critérios, conforme o artigo 135:

Quadro 26- Exame de admissão

a) O exame constará, de provas escritas de Português (redação e ditado) e Aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e rudimentos de Geografia, História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais; b) As provas escritas de Português e Aritmética são eliminatórias; c) Será desclassificado o candidato que	e duas para as provas orais, uma de Português, Geografia e História do Brasil, e outra de Aritmética e Ciências Físicas e Naturais; e) Na prova escrita de Aritmética, a matéria do programa será distribuída em 10 pontos, de modo que se possam formular do ponto sorteado, na ocasião, três problemas elementares e práticos, relativos a assuntos diferentes; na de Português a matéria será distribuída em

obtiver nota zero em qualquer delas;	20, constando cada um deles de um trecho e uma estampa diferentes, respectivamente, para o ditado e redação.
d) Serão designadas duas Comissões Examinadoras, uma para a prova escrita de Português e outra para a de Aritmética;	

Sobre os critérios de classificação e prioridades, estabeleceram que:

Quadro 27- Critérios Exame de Admissão

Art.136. Findo o exame de admissão, a Sub-Diretoria de Instrução Geral organizará em três grupos, a classificação dos candidatos aprovados por ordem rigorosa de merecimento intelectual. § 1º Incluir-se-ão no primeiro grupo os candidatos gratuitos órfãos; no segundo, os gratuitos não órfãos e, os semi-contribuintes e no terceiro, os contribuintes integrais. § 2º As matrículas serão feitas na seguinte ordem de preferência: 1º, gratuitos órfãos; 2º, gratuitos não órfãos e semi-contribuintes; 3º, contribuintes integrais. § 3º Todos os candidatos órfãos aprovados serão matriculados, dentro, porém do limite das vagas fixadas.	§ 4º Verificada a igualdade de classificação dentro de qualquer grupo, terá, preferência o candidato mais velho. Art. 137. Cada candidato deverá ter, como responsável, pessoa idonea, com residência nesta Capital, que o acompanhe no ato da matrícula e assine o termo de responsabilidade. Art. 138. Os contribuintes de qualquer natureza pagarão, no ato da matrícula, a jóia de 100\$0 (cem mil réis) e farão um depósito de 200\$0 (duzentos mil réis), para despesas eventuais. Art. 139. A pensão anual será de 3:000\$0 (três contos de réis, dividida em prestações correspondentes a um doze avos. Art. 140. Todas as despesas não concernentes à instrução, alimentação e abrigo serão pagas extraordinariamente.

Após a conclusão do curso, os artigos 299 e 300 estabeleciam que:

Art. 299. Contará um ano de serviço para todos os efeitos, salvo para a baixa ou demissão, o aluno que, destinando-se à carreira militar, tiver feito o curso do Colégio sem repetir série e o terminar com média plena superior a seis nos dois cursos, bom comportamento e ótimo conceito.

Art. 300. O aluno que terminar o curso do Colégio com nota plena em todas as matérias (Instrução Geral e Prática), tendo ótimo comportamento e conceito favorável, uma vez aprovado nos exames de admissão à Escola Militar, terá preferência à matrícula sobre os demais candidatos.

Os decretos de ensino, referentes ao ensino nos Colégios Militares (voltados ao ensino secundário) mostravam a preocupação em preparar os futuros candidatos para as Escolas Militares, voltadas à formação dos oficiais³⁰⁴, e são fruto das demandas profissionalizantes dentro das forças armadas. Haja vista que, segundo José Murilo de Carvalho, a “carreira militar não era a escolha preferida da elite civil, ou seja, essa ânsia de modernização tinha por objetivo tornar a vida militar atrativa aos filhos da elite brasileira”.³⁰⁵

Desta forma, segundo Ricardo Vélez, visava mudar a perspectiva de que a vida castrense seria um sistema de correção, ou mesmo uma vida de punição para os que eram “desvirtuados” ou um regime semiprisional. A profissionalização tinha por objetivo transformar o exército de oficiais “doutores” em profissionais dedicados ao aperfeiçoamento das ciências militares, vulgarmente chamado pelos doutores de “tarimbeiros”³⁰⁶. Este termo faz referência à tarimba, uma ripa de madeira em que os militares dormiam no serviço ou no campo de batalha, designava os oficiais que não frequentaram as escolas superiores militares, e que a carreira vinha desde soldado chegando ao oficialato pelos serviços prestados na guerra, em especial a do Paraguai. O Marechal Deodoro da Fonseca era jocosamente chamado assim. Referia-se também aos oficiais mais rudes e grosseiros, diferente dos “doutores” formados na Escola Militar da Praia Vermelha.

Dentro desta perspectiva, a criação do Colégio Militar emerge com um discurso de amparo, no entanto, este argumento vai ficando contraditório ao longo dos decretos relacionados aos Colégios Militares, quando também observamos o número de vagas e a proporcionalidade das que eram destinadas aos alunos gratuitos e aos contribuintes ou semicontribuintes, que pagavam ou pleiteavam pagar metade do valor da cota trimestral.

Quando observamos a tabela abaixo, percebemos a diminuição das vagas que seriam destinadas aos alunos gratuitos que eram, a princípio, a justificativa de criação da instituição de ensino secundário.

³⁰⁴ Postos na hierarquia militar, conferidos aos integrantes das Forças Armadas, por ato do Presidente da República ou do Ministro de Força Singular e confirmado em Carta Patente. BRASIL. Lei nº 6.880, de nove de dezembro de 1980. Dispõe sobre o *Estatuto dos militares*, §1º, Art. 16.

³⁰⁵ CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III, v. 2. São Paulo: Difel, 1977. p. 203.

³⁰⁶ RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilismo, uma Filosofia da República*. Brasília: Editora do Senado. 2001. p.246.

Tabela 4-Número de vagas alunos contribuintes x alunos gratuitos

Decreto	Número de vagas para os alunos gratuitos e contribuintes	Total de vagas oferecidas
10.202, de 09 de Março de 1889.	44 não especifica a origem.	Não especifica.
6.465, de 29 de Abril de 1907.	400 gratuitos e 200 contribuintes.	600
15.416, de 27 de Março de 1922.	125 para gratuitos e 625 contribuintes.	750
18.729, de 02 de Maio de 1929.	165 para os gratuitos e 585 para os contribuintes.	750
53, de 11 de Setembro de 1934.	200 para os alunos gratuitos e 800 para os alunos contribuintes.	1000
3809, de 13 de Março de 1939.	200 gratuitos e 800 para os contribuintes.	1000

Fonte: Tabela Autoral

Desta maneira, existe uma reflexão e um questionamento sobre o objetivo principal anunciado como justificativa para a fundação do CMRJ: o amparo aos filhos e netos órfãos de oficiais. Podemos observar, no Decreto de criação, a intencionalidade em criar um grupo endógeno para servir nas Forças Armadas, em especial, o Exército Brasileiro, em que:

[...]Art. 1º Fica creado nesta Côrte, sob a denominação de Imperial Collegio Militar, um instituto de instrucção e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos offciaes effectivos, reformados e honorarios do Exercito e da Armada; e, mediante contribuição pecuniaria, alumnos procedentes de outras classes sociaes. Tendo por fim iniciar os alumnos, desde a juventude, na nobre profissão das armas, dirigirá sua educação e instrucção de modo que, ao terminarem os alumnos o curso, estejam aptos a proseguir em estudos superiores das Escolas Militares do Imperio. [...] Art. 5º Os alumnos gratuitos, que completarem o curso, ficarão obrigados á prestação de serviço militar, de accordo com as leis vigentes, salvo o caso de incapacidade ou de indemnizarem o collegio das despesas que houverem feito.³⁰⁷

Nestes artigos, fica evidente que o objetivo mais latente era fornecer uma educação e instrução secundária que iniciasse a juventude na carreira das armas e que estes seguissem a carreira militar nas Escolas Militares do Império. Outro aspecto que demonstra a formação de um novo grupo de militares é ter sido condicionado aos alunos gratuitos a prestação de serviço militar.

³⁰⁷ DECRETO N. 10.202 de 09 de março de 1889. p. 1.

Para além destes aspectos, de acordo com o artigo número 300 do decreto número 3.809 de 13 de março de 1939, o aluno do Colégio Militar com plenas notas em todas as matérias (Instrução Geral e Prática), tendo um ótimo comportamento e conceito favorável, uma vez aprovado nos exames de admissão à Escola Militar, deveria ter preferência à matrícula sobre os demais candidatos. Sendo o Colégio Militar um importante basilar de formação dos futuros oficiais, em que:

[...]Art. 1. Os Collegios Militares, destinados á educação dos filhos de militares, bem como de civis nas condições estabelecidas neste regulamento, tem por finalidade: a) ministrar a estes, segundo um plano de ensino de humanidades analogo ao dos institutos civis officiaes de ensino secundario da Republica, a instrucção fundamental e complementar, de modo a obter-se o mesmo resultado colimado por estes institutos e tendo-se em vista que os. alumnos, ao terminarem o curso, estejam habilitados á matricula nas escolas de formação de officiaes, do Exercito e da Marinha, e nos institutos civis de ensino superior;[...] Art. 237. Os alumnos que concluírem o curso de que trata o artigo anterior, poderão, mediante certas condições abaixo especificadas, ser matriculados nas Escolas Mililar e Naval, independente de exame de admissão. § 1º Na Escola Militar só poderão ser matriculados os que tiverem sido approvados nas materias de admissão áquella Escola com gráu 6 ou superior. § 2º Na Escola Naval serão matriculados, de accôrdo com as vagas existentes, os que quizerem, por ordem de merecimento intellecual. § 3º Ao alumno que tiver obtido gráu inferior a 6 em uma ou duas das materias constantes do § 1º, deste artigo, será facultado melhorar aquellas approvações, sem comtudo alterar a sua collocação na classificação primitiva. Art. 238. Os directores dos Collegios Militares remetterão ao Ministro da Guerra, ao terminar os exames finaes do curso, a relação dos alumnos que desejam matricular-se nas Escolas Militar e Naval. afim de ser solicitada a sua inclusão, de accôrdo com as vagas reservadas aos Collegios Militares. Paragrapho unico. A transferencia para os referidos estabelecimentos exige, que o alunmo, além de bom procedimento, apresente autorização escripta de seus paes, ou tutores, para verificar praça. Art. 239. Das vagas verificadas na Escola Militar 50 % serão preenchidas pelos alumnos dos Collegios Militares, comprehendidos no art. 237.³⁰⁸

Observamos ainda, na década de 1930, um período que demarca a segregação na seleção ao oficialato das Forças Armadas, principalmente a partir do Estado Novo. Segundo Rodrigues, na Escola Militar do Realengo, foi implantado um sistema de recrutamento de oficiais de caráter excludente, pois visava impedir o acesso de indivíduos considerados “inadequados” ou não pertencentes às boas “castas” da sociedade brasileira, ou seja,

³⁰⁸ DECRETO Nº53, de 11 de setembro de 1934. s/n

indivíduos oriundos das classes mais humildes ou que tivessem participado de manifestações político-partidárias.³⁰⁹

Rodrigues aponta, ainda, que o grande promotor deste modelo foi o então Coronel José Pessoa, que esteve à frente da Escola do Realengo no período de 1931 a 1934. Durante os antecedentes da Revolução de 1930, ingressou no Estado Maior da Escola Militar de Realengo e se tornou participante ativo do Movimento Revolucionário, recebendo como um desses fatores o comando da Escola Militar. Foi o principal idealizador da transferência dela para Resende e presidiu a comissão que realizou os reconhecimentos e estudos técnicos para escolha da nova capital federal, em 1954, durante o governo de Café Filho.

Segundo Rodrigues, o Regulamento da Escola Militar foi modificado pelo Cel. José Pessoa. Os candidatos, além do processo seletivo, passaram a ser submetidos a uma entrevista com participação direta do diretor da Escola Militar, em que eram investigados os seus antecedentes e predicados pessoais. Era exigido, ainda, um atestado contendo indicações de atores sociais influentes de sua “boa” origem familiar e ilibada reputação, ter frequentado os estudos secundários em instituições reconhecidas ou em Colégios Militares. Para tanto, o juízo desfavorável do comandante seria expresso pelo despacho no requerimento – “Arquive-se” – sendo que o despacho era rigorosamente reservado e não caberia recurso do candidato contra o parecer desfavorável.

Outra característica demarcada por Rodrigues foi que, com a decretação do Estado Novo, a ala militar do movimento, encabeçada pelo General Dutra e Góis Monteiro, confeccionou uma série de portarias com postura disciplinadora e excludente, em especial aos não cristãos e afrodescendentes. Tais práticas estavam justificadas pela postura discriminatória do regime, amparadas no cientificismo ou no darwinismo social dos regimes totalitários, que tentavam enquadrar os perfis dentro de um “cidadão ideal” para esses governos autoritários, uma postura atrelada aos modelos durkheimianos de idealização dos sujeitos sociais.

Neste contexto de busca de modernização das Forças Armadas desde o período do Império, percebemos a criação do CMRJ como uma instituição de ensino secundário de modelo militar, que, segundo Beatriz Cunha, estava articulada com a “emergência dos militares como novos atores políticos ao final do Império, acompanhando a profissionalização do Exército”, principalmente após a Guerra do Paraguai. E que o Exército fazia parte de um

³⁰⁹ RODRIGUES, Fernando. S. *Indesejáveis: instituição, pensamento político, e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)* ...

projeto de reorganização e consolidação do Estado Imperial.³¹⁰ O CMRJ possuía desde sua criação um caráter assistencialista, presente na concepção do asilo, e preparatório, que se justificava pela necessidade de formação de “bons quadros militares para o Exército, que atendesse aos anseios do projeto profissionalizante”.³¹¹ Segundo Rodrigues, os Colégios Militares tornaram-se locais de formação de um grupo de alunos que recebiam um ensino que favorecia ao ingresso na Escola Militar, local de formação dos futuros oficiais.³¹²

Uma das obras-base para discutirmos a formação do oficial do Exército Brasileiro no período é o livro *Forças Armadas e Política no Brasil* de José Murilo de Carvalho,³¹³ que analisa a participação do Exército Brasileiro na política, no período em que Getúlio Vargas esteve presente no cenário do poder nacional como presidente do governo provisório, após o golpe de 1930 até se tornar chefe de um regime autoritário que só retornaria à rota de uma democracia liberal em 1945.

Com relação à organização das Forças Armadas, José Murilo discute a questão do material, dos efetivos e da mobilização de pessoal. Neste último caso, abre nova frente à discussão ao tratar das relações com a sociedade, seja pelo fluxo de entrada (recrutamento), seja pelo de saída de pessoal do Exército para a sociedade. Discute também a origem social dos oficiais e dos praças.³¹⁴ Deu-se especial atenção ao recrutamento dos oficiais a partir do seu ingresso nas escolas militares. Carvalho cita o caso em que o general Góes Monteiro reclama, junto ao Congresso Nacional, que a Escola Militar atraía mais alunos pobres motivados por questões econômicas do que pela vocação das armas, simbolizando, com esse discurso, uma preocupação com a formação de uma elite militar, que buscava “bons homens” da “boa sociedade”.

Carvalho demarca que:

Às instruções para o concurso à Escola Militar do ano de 1942 exigiam como condição para aprovação dos candidatos, além da sua capacidade física e intelectual que às condições de ambiente social e doméstico (nacionalidade, religião, orientação política e origem, inclusive dos pais, e condições morais de ambiente de família) não colidissem com as obrigações e deveres impostos aos que se destinam à carreira das armas [...]. As mesmas

³¹⁰ CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. *Assistência e profissionalização no Exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. V.

³¹¹ CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. *Assistência e profissionalização no Exército...* p. V.

³¹² RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis: instituição, pensamento político, e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

³¹³ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

³¹⁴ Graduação na hierarquia militar, conferidos às praças das Forças Armadas, exemplo os sargentos, pela autoridade militar competente. BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o *Estatuto dos militares*, §3º, Art. 16.

exigências foram feitas para matrículas no Colégio Militar e nas Escolas Preparatórias de Cadetes.³¹⁵

Neste sentido, observamos a preocupação em se formar o que entendiam ser uma elite militar, que seria, segundo a conceituação, a teoria de uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Segundo Bobbio, define-se como a teoria, segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito grupo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância, conforme já conceituamos anteriormente.³¹⁶

É necessário frisar que o recrutamento dos oficiais, a partir do seu ingresso nas escolas militares, tornou-se uma preocupação central do Exército. Nelson Sodré, em seu livro *Memória de um Soldado*, descreve que existia uma seleção minuciosa com certos critérios excludentes na seleção dos candidatos à Escola Militar:

[...]o comando deveria tomar severas, rigorosas e sigilosas medidas para que os candidatos [...] tivessem suas vidas minuciosamente examinadas. Não somente as suas, também a de seus pais. Era proibida a inscrição de pessoas de cor, negros ou mulatos; de filhos de estrangeiros; de filhos de pais que exercessem atividades humildes, artesanais ou proletárias; de candidatos pertencentes a famílias cuja orientação política inspirasse suspeitas; de judeus; de filhos de casais desquitados, desajeitados ou cuja conduta, particularmente do membro feminino, discrepasse das normas morais; de não católicos³¹⁷.

Devido à preocupação na seleção dos candidatos à Escola Militar, Rodrigues demarca ser fundamental compreender quais modelos de organização a Escola Militar adotou no processo de seleção e de formação do quadro de Oficiais, ou seja, analisou a seleção excludente dos candidatos que não atendessem a certos pré-requisitos, que foram estabelecidos pelo General Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, para selecionar o novo quadro de futuros oficiais. Conforme observado em nota secreta, de 22 de janeiro de 1941, do ministro ao comandante da Escola Militar, ficaram estabelecidas como condições fundamentais aos candidatos das Escolas de Formação de Oficiais do Exército: “ser brasileiro nato e filho legítimo de brasileiros também natos; pertencer à família organizada e de bom

³¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: _____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 80.

³¹⁶ BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: *Dicionário de Política* / N. Bobbio, N. Matteuci e G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação a tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

³¹⁷ WERNECK, Nelson Sodré. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 183.

conceito; ser física e mentalmente sadio; não ser de cor; não ser – nem seus pais – judeu maometano ou ateu confesso”.³¹⁸

Percebemos, desta forma, no transcurso dessas sucessivas alterações e renovações nos Regulamentos e Decretos sobre as Escolas Militares e os Colégios Militares, uma preocupação que visava a uma estruturação de toda uma ideologia de defesa nacional. Por tudo isso, as mudanças curriculares no ensino militar, principalmente nos anos de 1930 a 1945, possuíam como bojo a execução de ações políticas de modulação da mocidade militar, em particular no Exército Brasileiro, em total sintonia com os interesses das lideranças em forjar uma “nova” sociedade brasileira.

³¹⁸ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Escola Militar. *Nota Secreta*, de 22 de janeiro de 1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar.

Capítulo 4 - O Estado Novo na esfera militar

Neste capítulo, o objetivo será reflexionar acerca do Estado Novo e sua relação com os militares, entendendo-os como importantes articuladores dos interesses do governo de Getúlio Vargas na idealização de uma nova perspectiva de valores para a nação brasileira. Ao longo deste trabalho, abordamos o que foi o Estado Novo de maneira a expor as principais características do período, mas, neste momento, o enfoque será o Exército como instituição do poder e sua atuação, as transformações e anseios institucionais.

Dito isto, nesta tese, buscamos compreender de que forma o Colégio Militar do Rio de Janeiro atuou no período do Estado Novo e como se tornou um dos responsáveis pela difusão dos novos preceitos para a formação de uma nação brasileira. Neste intento, este capítulo pensará sobre o processo de formação deste novo Exército Brasileiro. Sendo assim, é importante a compreensão das Forças armadas, em especial do Exército Brasileiro, e seu papel em atender às demandas do governo de Getúlio Vargas na construção de uma identidade do país como uma nova nação.

4.1. A Formação de uma nova nação

O período do Estado Novo é emblemático por vários aspectos para a historiografia brasileira. Conseguimos observar inúmeras vertentes historiográficas que se debruçaram em sua análise. Tais vertentes vão desde a questão das demandas simbólicas utilizadas, como nos trabalhos de Angela Maria de Castro Gomes com o trabalhismo e o pacto social, com Boris Fausto em seus estudos das classes trabalhadoras, Maria Celina D'Araújo com as instituições, Fábio Koifman com a política internacional brasileira relacionada à migração judaica da Alemanha nazista, entre outras. O período é foco de análises com diferentes abordagens como aquelas centradas no papel da propaganda, nas demandas sociais e influências externas. Ou seja, são muito variadas as possibilidades de escolha para a pesquisa. Dentre este pluralismo de abordagens possíveis, este capítulo terá como reflexão analisar o Exército Brasileiro e os seus esforços na formação de um oficialato elitista, que se pretendia racialmente superior. Entendemos este movimento como parte de um processo maior que envolveu um país em transformação, integrado aos ideais estado-novistas. Pretendemos compreender como este

contexto de formação de um novo grupo de militares relacionou-se com as práticas e funcionamento do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

O papel dos militares, no período do Estado Novo, é um dos verbetes encontrados no *Dicionário de História Militar do Brasil*³¹⁹ e será usado como ponto inicial deste capítulo. A reflexão elaborada pelo historiador Fernando Rodrigues aponta que, para a sociologia política, o Estado republicano, no período anterior a 1930, expressava principalmente os interesses da chamada burguesia exportadora e dos proprietários de terras, quando seu principal objetivo econômico era a produção dos produtos primários. Entretanto, após 1930, observa-se no país uma mudança no foco: de uma economia que tentava deixar de ser predominantemente agroexportadora com o fomento para uma economia urbano-industrial, resultado de uma modernização que partiu do Estado:

uma industrialização induzida, sem revolução industrial, sem mudanças radicais na estrutura social. Após os anos 1930, a política se caracterizou por uma divisão de poder entre a nova burguesia nacional e a velha oligarquia. O aparelho burocrático estatal foi utilizado para formar um grupo industrial que, posteriormente, com interesse do Exército, assumiu a política econômica no Estado Novo (1937-1945).³²⁰

Desde a Primeira Guerra Mundial, evidenciou-se a problemática do desenvolvimento econômico e modernização como um dos principais questionamentos no grupo dos militares. Estes almejavam incrementos no desenvolvimento técnico militar, alinhando-se assim às demandas da industrialização. Neste ponto, os militares, para Fernando Rodrigues, possuíam um conhecimento técnico, ou melhor, um pensamento cientificista, que os tornava centrais como agentes no interesse da modernização econômica.

Entendemos que o Estado Novo e as transformações dentro do Exército Brasileiro, foram reflexos de um país que buscava respostas para demandas existentes desde o período da monarquia. Neste sentido, o cientista político José Murilo de Carvalho, no livro *Pontos e bordados: escritos de história política*,³²¹ abordou que, após a Guerra do Paraguai, existiu uma tradição que foi forte o suficiente para perpetuar os valores de sociedade com as bases rural, patriarcal e hierárquica que resultou, na década de 1930, em uma modernização conservadora.

³¹⁹ RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Dicionário de História Militar do Brasil 1822-2022*. Rio de Janeiro: Editora EDUFE, 2022. p. 359-375.

³²⁰ RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p.359.

³²¹ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2021.

José Murilo expressa que economicamente o período de 1800 a 1930 tem o café como principal produto na América Latina para o mercado externo, sendo o integrador na área da economia capitalista que estava em fase de expansão imperialista. No país, o ciclo do café concentrou-se em São Paulo, concomitantemente com o ciclo da borracha no Amazonas, que, mesmo ocorrendo de forma breve, teve repercussões relevantes para o Norte e Nordeste e nas migrações internas. Foi um momento, também, de investimentos externos, em especial inglês, em ferrovias, navegação, serviços urbanos e no comércio.

Socialmente, tem-se o fim da escravidão e a promoção da imigração estrangeira. Entre 1884 e 1920, calcula-se que aproximadamente três milhões de imigrantes, a maioria italianos, chegaram ao Brasil. Segundo José Murilo, praticamente 60% deles se instalaram em São Paulo, que rivalizava à época com o Rio de Janeiro em produção industrial, provocando mudanças demográficas significativas.

Na vertente política, 1870 é marcado pelo término da Guerra do Paraguai e por vários problemas que o país enfrentou no governo de Rio Branco, como: a escravidão; a imigração; a Guarda Nacional; o recrutamento militar; o sistema judiciário e as relações Igreja-Estado. Surgem, assim, correntes que almejavam serem as portadoras do progresso contra o “atraso monárquico”: em São Paulo, os republicanos desejavam o federalismo; e, no Rio de Janeiro, desejavam a democratização do governo e fim do poder do imperador, do senado vitalício e do Conselho de Estado.

José Murilo frisa ainda existir no mundo das ideias uma preocupação em se renovar o pensamento brasileiro em que:

O ideal do progresso, marca da elite política brasileira desde os tempos pombalinos, adquire dimensão histórica concreta a versão evolucionista de Spencer e sobretudo de Comte. O progresso, diz –se avançar por fases historicamente definidas. O Brasil estava na fase teológico-metafísica da monarquia e devia avançar para a fase positiva do regime industrial republicano. *A nova versão da ideia de progresso dá ainda maior ênfase à ciência e a técnica como fatores de transformação social.* A ênfase era reforçada pelo próprio avanço da ciência, pelas novas descobertas na física, na biologia, na engenharia mecânica. Mas no caso brasileiro talvez se devesse mais ainda ao surgimento de um grupo urbano e educado que se sentia sufocado na sociedade escravista e rural. Sua única credencial para ascender socialmente era a competência técnica. [...] Cresce o número de engenheiros civis, geólogos, médicos sanitaristas, higienistas, leigos e criminólogos que acreditavam na possibilidade de usar a moderna fisiologia na análise e tratamento de delinquentes.³²²

³²² CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados...* p. 100-101.

As medidas adotadas também foram resultado do movimento sanitarista que ocorreu nas primeiras décadas do século XX. A saúde da população era percebida como o caminho para que o Brasil se tornasse efetivamente uma nação. O Brasil da Primeira República tinha como ideias “o progresso, a civilização, a modernidade”.³²³ Os médicos sanitaristas como Arthur Neiva e Belisário Pena ganharam ênfase no Nordeste e Norte do país, pesquisando e introduzindo medidas sanitárias. Monteiro Lobato atuou como um grande divulgador da ideia do país como um grande hospital que, graças à ciência, conseguiria transformar um “matuto doente e abúlico em um empresário”.

No meio urbano, ocorreu, através do engenheiro Pereira Passos e do médico Oswaldo Cruz, uma reforma urbana e o saneamento da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com José Murilo, o prefeito Passos desejava mudar os hábitos da população e, para tal, inspirou-se no modelo parisiense, promovendo: o recolhimento de pessoas em situação de rua; retirada das vacas e cachorros das vias públicas e o emprego da pesquisa médica com relação às vacinas de febre amarela, varíola e peste bubônica. O Rio de Janeiro, para este autor, necessitava “[...] civilizava-se. O furor missionário, a crença ingênua no poder da ciência e da técnica e na inevitabilidade do progresso refletem-se na famosa frase de Euclides da Cunha em “Os sertões”: Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos”.³²⁴

Neste processo, segundo Murilo de Carvalho, os militares possuíam grande relevância e eram aliados aos interesses do Estado:

Acreditando ou não no povo, os modernizadores chegaram à mesma solução, o autoritarismo, violento ou paternalista. Os autores que os seguiram na segunda década do século, como Alberto Torres e Oliveira Viana, elaboraram com clareza o que estava em gestação: O Estado deve assumir a tarefa de organizar a nação, de modernizar o país. *Era um o programa da modernização conservadora assumindo plenamente pelo regime surgido após 1930, no qual os militares e os técnicos tiveram grande participação.* Uma modernidade que não se baseava na força da iniciativa individual da tradição anglo-saxônica, nem tinha lugar para o exercício da fraternidade da tradição popular brasileira. A relação do Estado com o indivíduo era uma combinação de repressão e paternalismo. [...] Deturpava-se, ao mesmo tempo, a boa modernidade e a boa tradição.³²⁵

A doutora em sociologia, Lúcia Lippi Oliveira, em *A questão nacional na Primeira República*,³²⁶ expõe que existia a percepção da educação como um alvo central no processo de constituição de cidadania. Interligando o ensino com a função do Colégio Militar do Rio de

³²³ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados...* p. 102.

³²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados...* p. 103.

³²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados...* p. 117. Grifo próprio.

³²⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1990.

Janeiro, percebemos que esta era uma instituição importante dentro do Exército Brasileiro: um local para difusão e implementação dos valores e simbologias existentes e tidos como preponderantes à formação dos cidadãos, entendidos como modelos idealizados por intelectuais e governo do Estado Novo.

Observamos que o movimento sanitarista influenciou também o Exército, perpassando as discussões sobre o recrutamento e o seu papel como força de construção e salvação nacional no contexto da Primeira Guerra Mundial. O tema da saúde, no Brasil, ganhou destaque no debate público tendo na liderança o médico Belisário Penna, que idealizou e liderou a Liga Pró Saneamento do Brasil que reuniu médicos, cientistas, políticos e intelectuais na denúncia quanto aos limites que as doenças, em especial as endêmicas no interior, geravam ao progresso da nação.

Segundo o doutor em História das ciências e saúde José Vitor Monteiro, em sua dissertação *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista nação armada (1939-1947)*,³²⁷ o Brasil, no início da República, utilizou-se dos argumentos sanitaristas para fugir do determinismo racial, que “condenava” o país ao fracasso, visando ao encaminhamento para o que compreendiam como civilização:

[...] o argumento sanitarista, além de se contrapor ao determinismo racial e climático que “condenava” o país à “degeneração”, confrontava também a visão ufanista do Brasil, que o exaltava como país “resolvido” e pronto para a civilização. Nascida no contexto do forte debate nacionalista intensificado durante o conflito mundial e nutrindo-se dos questionamentos aos governos oligárquicos da República, a campanha pelo saneamento disseminou uma visão crítica do Brasil que gerou mudanças no pensamento sobre saúde pública e ações (governamentais ou não) destinadas a “curar/e-criar” o país [...] combater as endemias do país se transformou na tônica dos debates sobre nação, com vistas a ultrapassar o abandono em que vivia a maioria da população, resultado, segundo os membros do movimento sanitarista, de sucessivas políticas estatais que não possibilitavam a integração nacional.³²⁸

O argumento debatido anteriormente por José Monteiro também pôde ser observado durante um discurso, em outubro de 1916, para a Liga de Defesa Nacional, em que o médico Miguel Pereira discursou que, caso o Brasil fosse participar da Primeira Guerra Mundial, o país teria apenas um “exército de sombras” em razão da precariedade das condições de saúde que a população possuía.

³²⁷ MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista nação armada (1939-1947)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010.

³²⁸ MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”*... p.32-33.

A referência a um “exército de sombras” não era apenas uma metáfora para as condições sanitárias do Brasil, mas também era parte de um debate que visava apontar a urgência em se formar uma homogeneidade através da “cura” nacional. Este processo deveria ainda refletir ou ser gestado na homogeneidade do Exército, uma instituição que teria como ideal, naquele momento, expressar a nacionalidade.

Vitor Monteiro frisa que existia uma fé inabalável de que o Exército poderia ser um dos pilares salvadores do país, no sentido de transformar a sua gente tanto na passagem do recrutamento pelas suas fileiras como no auxílio ao combate técnico às doenças que assolavam o Brasil. Em um discurso no *Jornal do Commercio*,³²⁹ o médico sanitarista Miguel Pereira declarou que o Brasil era “um imenso hospital”. Neste aspecto, o Exército teria um papel preponderante na elaboração de uma identidade nacional, em que “não seria possível um exército forte porque não existia a homogeneidade necessária a todo exército, “símbolo” de uma ideia de nação também alicerçada na perspectiva da homogeneidade”.³³⁰

No Estado Novo, de acordo com Vitor Monteiro, persistia como meta transformar estes “espectros” em figura modelares, que seriam capazes de constituir uma tropa não apenas de soldados, mas de “soldados-cidadãos” e serem, assim, modelos de uma nova nação guiados por Vargas.

Com a presente tese, destaca-se que esta preocupação em moldar e buscar uma homogeneização também pode ser observada na formação secundária oferecida através do Colégio Militar do Rio de Janeiro, visto que seus alunos deveriam seguir um currículo que não era apenas voltado para os ensinamentos tradicionais do período, como História, Literatura, mas, também, um que abordava práticas militares como o conhecimento dos armamentos. Além disso, o aluno amparado obrigatoriamente deveria seguir a carreira militar, sendo preparado desde o ensino secundário com os valores endógenos do Exército Brasileiro.

O termo “soldado-cidadão”, usado por José Murilo de Carvalho, na obra *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*,³³¹ remete aos oficiais formados pela Escola Militar na Praia Vermelha, que eram pouco afeitos à vida da caserna, ou seja, aos aspectos da vida militar e se interessavam mais pela política. Eles se contrapõem à expressão,

³²⁹ MIGUEL PEREIRA. Discurso no *Jornal do Commercio* em solenidade na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. In: A manifestação dos acadêmicos ao professor Aloysio de Castro. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 11 out. 1916. p. 4.

³³⁰ PEREIRA, Miguel. Apud: MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”*... p.34.

³³¹ CARVALHO, José Murilo. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

também usada pelo autor, “soldado profissional”, em que estes teriam uma formação que os levaria a uma separação entre os militares e sua participação na política.

Na tentativa de controlar esse interesse maior na vida política do que nos assuntos da caserna, a Academia Real Militar – que posteriormente deu origem à Escola Militar na Praia Vermelha – foi dividida em 1858, a fim de separar parte da engenharia civil do ensino militar. José Murilo delimita que essa separação da Academia Real Militar não teve efeito imediato, sendo que a Escola Militar, principalmente com a influência do positivismo, transformou-se em um centro de estudos voltados a Matemática, Filosofia e Letras em detrimento das disciplinas militares. Com Benjamin Constant atuando como docente, em 1872, o pensamento positivista influenciou com maior intensidade. Tal fato pode ser observado através dos depoimentos dos antigos alunos e suas publicações em revistas militares, em que expressavam uma formação que não atendia aos anseios técnicos para preparação em fazer guerra.

O autor acima citado baliza ainda que o ex-aluno (do período de 1901 a 1904) Leitão de Carvalho expressou que o ambiente escolar “quase nada tinha de militar” e que: “A ausência do espírito militar nos cursos das Escolas do Realengo e da Praia Vermelha tinha feito de mim um intelectual diletante, que não sabia bem para onde se virar: se para as ciências exatas, a literatura ou, simplesmente, os assuntos recreativos do espírito.”³³² Essa percepção apontava uma formação que não era adequada aos interesses do Exército, como a formação de militares preparados na atuação das guerras e valores militares, sendo visto como exceção os engenheiros militares. Em sua maioria, os oficiais militares formados tinham uma formação voltada, por exemplo, para atuação como burocratas, literatos e filósofos que eram inimigos da guerra e inadequados na construção dos exércitos permanentes.

José Murilo expressou que a escola formava oficiais bacharéis fardados que competiam com os bacharéis sem fardas das escolas de Direito, que se autodenominavam doutores dentro do próprio Exército, sendo chamados, por exemplo, de “dr. Tenente”. Criava-se assim um ambiente propício à aceitação da ideia do chamado “soldado-cidadão”, concepção que acabou incorporada, desde a Proclamação da República, e integrou a ideologia das intervenções militares no país. Em contraponto aos bacharéis de farda – que eram alunos ou ex-alunos de Benjamin Constant, ainda em início de carreira –, existiam os chamados, pejorativamente, de tarimbeiros, que eram os oficiais mais velhos e, em sua maioria, ex-combatentes da Guerra do Paraguai, que não haviam cursado a Escola Militar.

³³² CARVALHO, José Murilo. *As Forças Armadas na Primeira República...* p. 25.

Desta forma, apesar das diferentes concepções encontradas no período republicano, estes grupos tiveram que unir seus interesses: “os bacharéis entraram com o poder das ideias, os tarimbeiros com o poder da corporação. Por sobre as divergências, prevaleceu o *esprit de corps*”.³³³ A construção de uma nova elite militar dentro do Exército Brasileiro contou com um planejamento dos caminhos que a instituição deveria percorrer para moldar um grupo que atendesse às suas demandas.

Ao estudarmos identidades nacionais, marcamos que o cientista político Yves Déloye analisa em *A nação entre identidade e alteridade: fragmentos de identidade nacional*³³⁴, numa perspectiva da Sociologia Histórica do Político, os caminhos da construção das identidades nacionais e a maneira como são planejados ao longo do tempo. Mesmo que tais identidades nacionais sejam planejadas pelo Estado ou por outras instituições, é necessário perceber como elas transcorrem na sociedade como um todo. Isto pode ocorrer através das abordagens de questões sociais, culturais, psicológicas ou políticas dos atores envolvidos. Sendo assim, a identidade nacional é o resultado de edificações sociais e históricas, do passado e do presente, que devem ser examinadas de forma mais minuciosa e sendo aceitável realizar comparações no tempo e espaço para obter detalhes dos percursos e implicações nas sociedades.

Em consonância, o historiador Benedict Anderson expressa em *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*³³⁵ que para a construção de uma nação é necessária a elaboração de uma “comunidade imaginada” possuindo como limitações: suas fronteiras; a impossibilidade de uma única comunidade mundial e a busca de soberania através de uma pretensão ontológica de liberdade. A nação é considerada “imaginária” porque a maior parte dos membros nunca conhecerá seus compatriotas, sendo a responsável pela união a operação mental de imaginar-se em uma comunhão de forma muitas vezes inconsciente. A nação é composta pela concepção de um companheirismo profundo de modo eminentemente horizontal, mesmo existindo desigualdades.

Transportando as concepções citadas, ao refletirmos sobre a construção da nação brasileira, o papel do Exército se destaca na historiografia. O doutor em antropologia social

³³³ CARVALHO, José Murilo. *As Forças Armadas na Primeira República...* p.28.

³³⁴ DÉLOYE, Yves. *A nação entre identidade e alteridade: fragmentos de identidade nacional*. In: BREPOHL, Marion; BRESCIANI, Maria S.; SEIXAS, Jacy (orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UNB, 2002. p. 95-112.

³³⁵ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

Celso Castro em *A invenção do Exército Brasileiro*³³⁶ aponta que, durante o Estado Novo, o Exército foi uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a ser desempenhado na construção de uma nação brasileira, tendo conseguido um arranjo organizacional e simbólico que esteve em voga por mais de cinquenta anos.

Castro frisa que, ao observamos a dimensão inventiva que acompanha os vários aspectos rotineiros dos quartéis e das vidas dos militares, ao longo do tempo, indo além apenas das cerimônias, da ética e da organização, conseguimos perceber as construções culturais e o fato de o Exército não poder ser analisado fora das relações que unem e perpassam a instituição e a sociedade em que está inserido. Além disso, considera que os elementos simbólicos são permanentemente elaborados, reconstruídos e atualizados.

Outrossim, Vitor Monteiro³³⁷ corrobora que os discursos sobre nação, no contexto do Estado Novo, apontam para um processo dos militares “inventarem” ou “imaginarem” um ideal de nação que era associado à “tradição” da própria instituição, como força da nacionalidade. Projetavam sua própria identidade como sendo indissociável da nação que desejavam construir e consolidar no governo Vargas.

Existia uma vinculação entre a elaboração de uma identidade nacional brasileira e a resolução das questões sanitárias do Brasil. As forças armadas, em especial o Exército, dentro do governo de Vargas, foram impelidas a participarem da promoção do engrandecimento da nação, e as problemáticas a serem resolvidas foram: o recrutamento; o serviço militar e a saúde. Somente com a solução destes, ter-se-ia a nacionalidade que se desejava construir. Vitor Monteiro frisa que:

A força do nacionalismo autoritário que comandava o regime estadonovista forneceria, na visão destes militares os elementos técnicos, ideológicos e políticos para que a batalha contra aquelas “manchas” nacionais, expressas nas doenças e nos vícios/desvios físicos e morais delas advindos, fosse vencida [...] as questões associadas ao tema da saúde, tais como: a educação física, a eugenia, a higiene, e a “interiorização” dos quartéis como espaços para a melhoria das condições sanitárias em todo o país. Tais questões convergiam no sentido da elaboração de uma figura ideal de “soldado-cidadão” como base de uma “nova nação”.³³⁸

O debate sobre a nacionalidade é algo muito complexo na historiografia e envolve muitas nuances. Para ajudar na organização de uma linha de pensamento, usaremos o pensador político, contemporâneo ao início da Primeira República, Alberto Torres, que é

³³⁶ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

³³⁷ MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão...”*

³³⁸ MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão...”* p.14.

marcante para a historiografia brasileira e para os debates da temática da nacionalidade brasileira. Em sua obra *O Problema Nacional Brasileiro*,³³⁹ discorre sobre o conceito de nação e aponta o desenvolvimento histórico, desde a Europa Medieval até a formação do que entende como “nações antigas”, e a diferencia das “novas nações” que seriam resultado da expansão colonial europeia, incluído assim o Brasil, que seria também uma criação artificial, juntamente com os outros países, frutos do colonialismo. Desta maneira, as análises que são realizadas para as sociedades europeias não podem ser iguais às realizadas, ao que Alberto Torres denomina, acerca dos países novos, visto que a evolução se deu por interesses de outros povos, que eram muitas vezes contrários aos interesses do “povo novo”.

Alberto Torres pontua que pátria é um conceito destinado a designar os indivíduos unidos através de laços afetivos, ou seja, a nacionalidade e que vivem num determinado território. O Estado torna-se então fundamental na construção de uma nacionalidade “real”, visto que os vínculos da nacionalidade – entendidos como laços afetivos – existentes nos países novos, como o Brasil, são artificiais em razão da influência colonizadora. Para o autor, nas ex-colônias, a nacionalidade é “forjada” e não resultado de uma construção ao longo dos tempos. Devido a estas características, era fundamental dotar as esferas de poder da capacidade de unir os indivíduos dentro da ideia de nacionalidade.

Para Alberto Torres, a nacionalidade tinha como base a afetividade entre os indivíduos pela ideia de pertencerem ao mesmo contexto e a noção moderna de Pátria também era resultado deste senso de pertencimento, juntamente com a consciência e o que ele denominava de caráter nacional. Expressava, portanto, que existia um sentimento comum nos “novos países” de aversão ao estrangeiro, que incentivava o que entendia como militarismo.

Ao contrário de Olavo Bilac, Alberto Torres acreditava no desarmamento completo para a conquista da paz. Lúcia L. de Oliveira em *A Questão Nacional na Primeira República*³⁴⁰ destacava que:

Em 1915, Olavo Bilac iniciou uma jornada patriótica para despertar a nação falando aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Sua proposta de Salvação nacional passava pelo serviço militar obrigatório, visto como instrumento de formação de brasileiros conscientes e dignos que conduziria ao triunfo da democracia. [...] O pensamento de Bilac teve em Alberto Torres um de seus principais opositores. [...] Alberto Torres opunha-se aos movimentos de regeneração patriótica, pois, para ele, o problema do Brasil não era a ausência de afetividade patriótica.³⁴¹

³³⁹ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

³⁴⁰ OLIVEIRA, Lúcia L. de. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

³⁴¹ OLIVEIRA, Lúcia L. de. *A Questão Nacional na Primeira República...* p.121-122.

Alberto Torres acreditava que a guerra era resultado de uma “ilusão imperialista” e que arrastava os povos mais aptos, geralmente, para a ruína. Sendo assim, afastava-se da ideia de uma “seleção natural” em que sobrevivem os mais fortes. Entendia que a guerra destruía a juventude e os melhores membros formadores da nação. O imperialismo seria, na sua concepção, um grande mal da modernidade e o responsável pela destruição das colônias e do que chamava de velho mundo. Dentro desta lógica, as novas gerações brasileiras, da primeira metade do século XX, tinham então como legado serem as formadoras de uma nação.

Para a formação de uma nova nação, tais novas gerações, segundo Alberto Torres, não poderiam usar modelos tidos como desgastados e utilizados pelas nações colonizadoras. Era necessário criar um modelo nacional de fato, que deveria fugir dos dogmas europeus de superioridade racial e militar. Era importante, portanto, compreender que a nação brasileira era composta:

[...] associação de indivíduos e famílias que habitam o Brasil com ânimo de permanência, protegidos pelo conjunto dos órgãos da sua política: o ‘Estado’; formando, sobre seu habitat territorial: o ‘País’, graças à consciência de uma continuidade histórica de heranças morais e materiais e de uma simpatia e comunidade entre os vivos, uma agremiação fundada sobre a confiança em certas condições práticas de tranqüilidade e de segurança, superiores à vontade e ao poder de cada um de seus membros - uma ‘Pátria’.³⁴²

Conforme já expressei neste capítulo, outro conceito importante e que gera muitos debates e interpretações é o de nação, adotado por Benedict Anderson que, na obra *Nação e Consciência Nacional*, expressa que a nação é um fenômeno da modernidade “é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”.³⁴³ Ela é imaginada, mesmo que tenha um grupo que a integre e se reconheça como parte de um coletivo, sua grande maioria nunca se encontrará. Sendo que o coletivo existe na mente de cada um. A formação dessas comunidades imaginárias se tornou crível através da interação de dois grandes fenômenos, o capitalismo e a tipografia, esta última entendida principalmente como o desenvolvimento da imprensa como uma mercadoria:

o que tornou imagináveis as novas comunidades foi uma interação semi-fortuita, mas explosiva, entre um sistema de produção e de relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicações (a imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística do homem³⁴⁴.

³⁴² TORRES, Alberto. *O Problema Nacional...* p. 27.

³⁴³ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p.14.

³⁴⁴ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional...* p. 52.

Para a construção desta nação idealizada no Brasil, a historiadora Angela de Castro Gomes em *História e historiadores*³⁴⁵ aponta que existiu na Primeira República (1889-1930) uma crença na eficiência de um modelo de Estado que seria o responsável em promover as políticas sociais. A geração deste período tinha o objetivo de construir uma “nova tradição”, como ficou marcado na geração modernista que foi:

a mediadora da transição que se iniciara nos anos 20 e se completava nos anos 40. Os modernistas adequavam-se magnificamente bem à tarefa, tanto porque reinstauravam a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos cargos públicos do Estado Novo.³⁴⁶

Dentro deste contexto, a socióloga Helena Bomeny aponta, no texto *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*,³⁴⁷ que os intelectuais brasileiros do final do século XIX e de meados da Primeira República entenderam que, para a modernização do Brasil, era necessária a intervenção do Estado na articulação e ou moderação das forças sociais, o que explicava como até mesmo liberais, como Anísio Teixeira, tenham condicionado a renovação brasileira à forte atuação do Estado. Neste aspecto, a “ordem e o progresso” superaram a aspiração democrática e foram percebidas como etapas anteriores e necessárias a uma discussão em termos confiáveis da democracia. Helena Bomeny aponta que:

As noções de progresso e democracia não caminharam necessariamente juntas. A ciência poderia trazer a chave, e através dela, seriam mais previsíveis e bem sustentadas as noções de racionalidade de procedimentos, de criação de sistemas nacionais nas áreas de política social – saúde, educação, cultura, patrimônio, relações de trabalho, previdência. Assim, a crença na intervenção do Estado e a fé nos progressos da ciência sedimentaram o projeto intelectual de parte significativa da geração do pós-1930 no Brasil.³⁴⁸

Conforme a doutora em ciências políticas Maria Celina D'Araújo destaca em *O Estado Novo*,³⁴⁹ quando definimos o período, é equivocado e simplificador observar o momento histórico como simples imitações ou adaptações de manifestações fascistas na Europa. Não se devem apagar as influências da conjuntura internacional no regime estado-novista que, também, foi influenciado por outros movimentos políticos autoritários que ocorreram no século XX, de modelo de estado forte e centralizador como países como a

³⁴⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

³⁴⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores*... p.139.

³⁴⁷ BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*. In: ____ . (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.11-35.

³⁴⁸ BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*... p.10.

³⁴⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. p. 9-11.

Polônia e Turquia, de Mustafá Kemal Atatürk. Sendo assim, Vargas era seguidor da concepção de um Estado com princípios organizacionais técnico-científicos, visando à construção e integração nacional.

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho nas obras *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*³⁵⁰ e *Vargas e os militares*,³⁵¹ a Revolução de 1930 abriu a perspectiva de nacionalizar e modernizar o Estado, a política e as instituições como o Exército. No interim de 1930-1937, foi constituída, no cenário político, a importância dos militares e de Vargas para o cenário nacional. Foi um movimento tido como de ajuda mútua, dialético, que serviu de base para um modelo de modernização através do autoritarismo. A ligação entre o Estado e o Exército possibilitou o fortalecimento do poder de ambos e diminuiu a capacidade de reação de movimentos contrários.

Demarcamos a importância do Exército, neste período, em que o papel dos militares no Brasil torna-se central, nesta legitimação do Estado como centralizador e articulador das novas demandas para a formação da nação idealizada, como o que traria o progresso e modernização ao Brasil. O historiador Fernando Rodrigues aponta que os militares brasileiros tinham como representantes os seus oficiais de alto escalão, como os generais, que enfatizavam a vulnerabilidade das suas instituições, devido à fragilidade que a dependência dos Estados periféricos possuía frente aos maiores centros industrialmente avançados na aquisição de materiais bélicos.

Fernando Rodrigues destaca que, com a tensão política que se acentuou durante os anos de 1920 e teve seu ápice na década seguinte através da Revolução de 1930, as mudanças dentro do Exército se tornaram iminentes e irrevogáveis, trazendo uma importante transformação na escolha de quem ocuparia os cargos administrativos dentro da força e uma preocupação em se adequar as estruturas e planos de ensino dentro do Exército, de maneira a atender às novas demandas vigentes:

No dia 24 de outubro de 1930, formava-se no Rio de Janeiro uma Junta Governativa composta pelo almirante Isaías Alves de Noronha, pelo general de divisão Tasso Fragoso e pelo general de brigada João de Deus Mena Barreto. Assim, nesse dia, o presidente Washington Luís Pereira de Souza (15 de novembro de 1926 a 23 de outubro de 1930) submeteu-se à intimação, tentando antes resistir, sendo recolhido ao Forte de Copacabana. O ministro de Guerra da Junta era o general Fernando Leite de Castro, comandante da Artilharia de Costa. A Junta, entrando em entendimento com

³⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. p. 181-234.

³⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. *Vargas e os militares*. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 341-345.

os grupos em luta, após forte pressão, resolveu aguardar Getúlio Vargas como chefe da revolução, investido como chefe Governo Provisório em 3 de novembro. Ainda em 24 de outubro de 1930, em virtude de resolução publicada pelo Governo Revolucionário, o general de divisão Nestor Sezefredo dos Passos, ministro da Guerra, foi destituído e preso, assumindo a sua função o general de brigada José Fernandes Leite de Castro. A Revolução de 1930 *representava nesse momento o início de importantes expurgos de pessoal militar e mudanças na estrutura administrativa e de ensino do Exército Brasileiro*, que caminharia na direção da centralização política e do autoritarismo do Estado Novo.³⁵²

Durante o governo de Getúlio Vargas, nas décadas de 1930 e 1940, foi preponderante o apoio dos militares. Este aspecto resultou, em contrapartida, em grandes investimentos financeiros que foram utilizados na modernização das Forças Armadas e no desenvolvimento da infraestrutura do Exército Brasileiro. Através dos Relatórios do Ministério da Guerra dos anos de 1938-1940,³⁵³ elaborados pelo Ministro Estado de Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, conseguimos aferir aspectos referentes à modernização e ao desenvolvimento do Exército, como, por exemplo, podemos observar nos anos de 1938, 1939 e 1940, respectivamente, em que Dutra expressou que:

As forças armadas compreenderam, com grande alcance de vista, a necessidade da transformação radical em nosso sistema político-administrativo, com grande repercussão em todos os setores da vida nacional, tendente a conduzir o país à verdadeira meta de seus destinos grandiosos, em simultânea correspondência com os anseios da coletividade. O Exército compreendeu perfeitamente que a obra revolucionária destinada a integrar o país em sua consciência política, estava sendo seriamente prejudicada em seus fundamentos. Novamente se agitavam as facções, não tardando um retrocesso ao regime decaído, se, em tempo, uma providência mais enérgica, mais decisiva, não se fizesse sentir, pondo cobro aos ímpetus mal contidos das ambições pessoais, em detrimento dos interesses coletivos. [...]os que labutam na tropa, nos serviços, nos departamentos de ensino, enfim, em todos os recantos onde haja quartel, sinto os eflúvios da colaboração eficaz nesse trabalho de organização geral que vem o Exército atravessando. Há em tudo e por toda parte provas evidentes de disciplina e coesão — bases sólidas em que repousam as corporações armadas.³⁵⁴

No relatório de 1939, Dutra apontou que:

Em todas as Regiões foram iniciadas obras de engenharia, algumas de grande vulto, e que se destinam a melhorar as instalações de quartéis, hospitais, escolas, depósitos, etc., aconselhadas pela necessidade urgente e imprescindível de se atender às condições materiais de trabalho, nos diversos órgãos e centros de atividade do Exército. As obras da nova Escola Militar, em Rezende, tiveram o seu andamento normal, dentro das previsões

³⁵² RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p.360. Grifo próprio.

³⁵³ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938-1940*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital, s/d. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>. Acesso em: 29 jun. 2024.

³⁵⁴ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938-1940*... p.4; 10.

estabelecidas, o mesmo acontecendo com os novos edifícios da Escola de Estado-Maior e fiação Escola Técnica do Exército, [...] Cumpre ainda assinalar a construção de outras obras de grande utilidade e que foram concluídas durante o ano, como o novo edifício da Policlínica Militar, casas para oficiais e sargentos na Vila Militar, quartel do 5o regimento de cavalaria divisionário (Curitiba) e enfermaria, pavilhões e melhoramentos vários em unidades e estabelecimentos. Foram ativadas, continuando em andamento, as obras nos novos Depósitos Centrais de Material Sanitário, Material Veterinário e Material de Engenharia, a Vila Militar de Uruguaiana, os hospitais de Santo Ângelo e Alegrete e os quartéis dos 19º, 28º, 24º e 32º batalhões de caçadores, da Companhia de Fronteiras em Porto Murinho e o novo edifício do Laboratório Químico-Farmacêutico Militar. A tropa de engenharia — batalhões rodoviários e ferroviários esteve entregue aos trabalhos de construção de rodovias e estradas de ferro, cooperando, dessa forma, para a solução do magno problema das comunicações e dos transportes, que tanto interessam o país e o Exército.³⁵⁵

No relatório de 1940, Dutra apontou que:

Indubitavelmente são as genuínas aspirações da política que fixam a importância e o valor numérico das forças armadas. Norteadas sempre para o pacifismo à outrance, as aspirações de nossa política pouco têm variado na sua orientação geral. Convencidos de que, mansos e pacíficos, assim viveríamos sem tropeços nem percalços, mesmo que surgissem de todos os lados os mais ameaçadores rugidos, continuávamos orientando tranqüilamente o nosso esforço em sentido divergente ao do engrandecimento das forças armadas. Foi necessário o advento do atual regime para mudarmos de mentalidade e ensaiarmos nova política, de reorganização geral das forças vivas nacionais. Vêm em seguida os progressos da arte e ciência da guerra influyendo consideravelmente na organização e composição dos elementos que se destinam diretamente ao combate. É tal a influência desta evolução, durante os últimos 25 anos, que as organizações militares cios povos se viram radicalmente transformadas, e alterados profundamente os princípios fundamentais de seu emprego. A estrutura geral dos exércitos tomou então aspecto eminentemente técnico-mecânico e seu emprego exige atualmente conhecimentos essencialmente científicos.³⁵⁶

As preocupações de modernização dentro das forças armadas, no período do Estado Novo, podem ser observadas ainda, segundo Fernando Rodrigues, nas inúmeras obras que ocorreram dentro do Exército para revitalizações e construções de quartéis, fortalezas, moradias militares, depósitos, campos de treinamentos, entre outras. Já o ensino militar desenvolveu-se de acordo com os interesses do governo de Vargas, direcionando-se ao autoritarismo e criticando o liberalismo característico da Primeira República.

Durante o Estado Novo, de acordo com Fernando Rodrigues, ocorreu uma articulação que convergia em apoiar a construção de um novo governo que demandava a legitimação de

³⁵⁵ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938-1940...* p.4-5.

³⁵⁶ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938-1940...* p.7.

uma nova elite militar, que teve elementos chaves como: Eurico Gaspar Dutra, Góes Monteiro e Juarez Távora. O Exército Brasileiro se viu instalado no centro do poder político nacional, e as divergências intra-oligárquicas que tangiam a política deram espaço para uma burocracia militar, que tinha como meta “resolver os antagonismos ideológicos internos por expurgo que consolidaram uma nova liderança militar. A nova liderança hegemônica consolidará o poder militar pelo apoio ao Estado estabelecido”.³⁵⁷

Fernando Rodrigues aponta que todas essas propostas estão conectadas ao contexto do período de transição do liberalismo econômico que permitia rebeliões e revoltas, para um modelo político mais centralizador e controlador da gestão de pessoal do Exército. A transição para o Estado Novo é o sair da política no Exército para a política do Exército, como aponta Góes Monteiro.

O governo formado caracterizou-se pela promoção de oficiais que participaram da sua consolidação, como a promoção a general de Góes Monteiro – que no interstício de três anos conseguiu deixar de ser tenente-coronel –, sendo uma influência importante no governo, juntamente, com o general Dutra. Através da análise do *Almanaque de Oficiais do Exército 1931*,³⁵⁸ podemos observar que foi uma prática recorrente os expurgos e depurações para atender aos interesses e critérios do novo governo. Do total de doze generais de divisão existentes antes da Revolução de 1930, nove foram reformados administrativamente e dos vinte e cinco generais de brigada, sete também foram reformados.

A mudança da denominada alta cúpula dirigente visava a uma “homogeneização de pensamento político da organização”.³⁵⁹ Esta estratégia permaneceu recorrente nos anos sucessores a 1930:

Articulando apoio para conduzir seu projeto político de fortalecimento de Estado que se estava construindo, o presidente Getúlio Vargas alinhou-se efetivamente aos interesses do Exército. O interesse de Góes Monteiro de se fazer a política do Exército e não a política no Exército passou a confluir com os interesses do presidente eleito pela Constituição Federal de 1934. Essa política implicava reprimir os frequentes movimentos de rebeldia e indisciplina ocorridos no Exército, provocados pelos grupos de baixa hierarquia.³⁶⁰

Para Fernando Rodrigues, a implantação do Estado Novo decorreu ainda como resposta ao Levante Militar Comunista de 1935, que contou com a participação de algumas

³⁵⁷ RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p.361.

³⁵⁸ BRASIL. *Almanaque de Oficiais do Exército 1931*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1931.

³⁵⁹ RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p. 362.

³⁶⁰ RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p. 363.

guarnições do país, mas que foi duramente combatido pelo Exército e pela Força Pública. Entende-se como mais um momento para o processo político de “depuração da elite civil e militar vitoriosa de 1930”.³⁶¹ Depois deste episódio, intensificou-se a repressão não apenas contra os enquadrados como comunistas, mas também contra todos que fossem considerados opositores ao regime. Assim, centenas de oficiais, sargentos, cabos e soldados foram expulsos do Exército.

Fernando Rodrigues aponta que, no governo de Vargas, foram recorrentes os mecanismos de seleção e aparo institucional, com a justificativa de gerar um ambiente político renovado e exequível. Dentro do Exército, podemos observar ações centralizadoras que visavam à manutenção da ordem através de expurgos, promoções, aposentadorias e adesões.

Sendo assim, o Estado Novo se caracterizou como sendo um regime autoritário que surgiu no contexto político devido à crise econômica capitalista mundial de 1929, que fragilizou uma burguesia financeira e monopolista regional e que levou a um crescente abandono do modelo liberal pelos quadros dirigentes. Conforme reflexão promovida:

Por autoritarismo, podemos entender um poder empregado na estrutura dos sistemas políticos, regimes que privilegiam a autoridade governamental, concentrado o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as Instituições representativas. [...] O poder autoritário é entendido em sentido particular reduzido, na medida em que é condicionado por uma estrutura política bastante hierarquizada, escorada na desigualdade entre os homens, que exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder e emprega diversos meios de coerção para impor a obediência. O regime autoritário, produto também das condições políticas vigentes na primeira metade do século XX, caracterizou-se pelo pouco investimento no campo social, pela inexistência de uma associação entre o Partido e o Estado, e pela restrição à mobilização das massas. O autoritarismo tende a ser mais conservador, ligado às tradições do passado. O autoritarismo é um conceito, assim como ditadura e totalitarismo que surgiram e foram utilizados para contrapor a democracia.³⁶²

Desta forma, o autoritarismo, nas décadas de 1930 e 1940, também pode ser entendido como uma fase anterior à institucionalização do militarismo intervencionista no Estado. As reformas tiveram o objetivo de fortalecer o Exército como um dos pilares do governo de Getúlio Vargas. Segundo Fernando Rodrigues: “O Exército apoia a centralização do poder, o projeto político desenvolvimentista, a implantação do autoritarismo e, principalmente, faz intensas críticas ao liberalismo.”³⁶³

³⁶¹ RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p. 363.

³⁶² RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p.364.

³⁶³ RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p.364.

Dentro deste período, a doutora em história social Maria Luiza Tucci de Carneiro, na obra *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*,³⁶⁴ destaca que o Estado buscava se consolidar com uma base capitalista e industrializada, apoiando-se em uma burguesia urbana, sendo assim:

No entanto, não poderemos compreender o Estado Novo sem retrocedermos ao período que o antecedeu e que deve ser considerado um mero interregno democrático. Entre 1930 e 1935, presenciamos a convivência de vários projetos políticos que, cada qual a seu modo, tentavam oferecer ao Brasil uma nova ordem político-jurídica. Comparadas entre si, as alternativas eram múltiplas e díspares, mas expressivas de um país que vivenciava um capitalismo retardatário e dependente. E foi esse mesmo capitalismo que ofereceu condições para a implementação de um regime autoritário cujo discurso apoiava-se na idéia de que o Brasil necessitava de um novo modelo de Estado: forte, industrializado, capitalista. Esse contexto — de inserção do país num estágio capitalista mais avançado — acelerou o fortalecimento da burguesia urbana, que, solicitada pelo poder central, se viu obrigada a reestruturar esse Estado que tinha intenção de se apresentar moderno.³⁶⁵

Na mesma perspectiva, a historiadora Maria Helena Capelato, em *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*,³⁶⁶ aponta que a questão da participação social é de grande importância para a compreensão do Estado Novo, existindo uma dupla lógica para apreensão da sociedade ao movimento estado-novista: uma ligada à lógica material; e outra que se relacionava às demandas que tinham caráter simbólico e ideológico como a construção de uma identidade nacional, ou melhor dito, de um sentimento nacional.

Buscava-se moldar um trabalhador que fosse produtivo e criar uma força de trabalho disciplinada que levaria ao desenvolvimento do país. Neste sentido, Capelato expõe que tal processo pressupõe um autoritarismo que não se faz contra a sociedade e aos indivíduos. Pelo contrário, tal autoritarismo se estabiliza por ter o apoio da sociedade ao gerar, segundo os ideólogos do Estado Novo, uma “democracia autoritária”.³⁶⁷ Desta forma, configura-se a base “democrática” com a participação e apoio da população, o que tornava possível a dispensa do parlamento, das eleições, dos partidos e legitimava a ausência deles.

A historiadora Angela de Castro Gomes, nas obras *A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro*³⁶⁸, *A invenção do trabalho*³⁶⁹ e *Ideologia e trabalho no Estado*

³⁶⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci de. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 327-340.

³⁶⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci de. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional... p. 328.

³⁶⁶ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus. 1998.

³⁶⁷ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*... p. 156.

³⁶⁸ GOMES, Angela de Castro. *A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Monica P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. p. 151-166.

Novo,³⁷⁰ aborda justamente o projeto político-ideológico de construção de um “novo homem brasileiro”. A autora parte da noção de “trabalhador” como o resultado de uma fusão de elementos econômicos, sociais, pedagógicos e sanitários através da inserção ideológica e simbólica dos “setores populares” no regime estado-novista. Demandas que estavam em voga nos anos anteriores a 1930 foram incorporadas e atendidas, conforme narra Gomes:

O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão. A complexidade dessa autêntica transformação de mentalidade — como os ideólogos do pós-30 a encaravam — talvez só possa ser razoavelmente dimensionada com o registro de que o Brasil foi uma sociedade escravista por quatro séculos, sendo o último país do mundo a realizar a abolição. Ou seja, a formulação liberal clássica que associa o ato de trabalhar com riqueza e cidadania sempre estivera ausente do país e produzir uma identidade social e política para o trabalhador era um esforço muito grande.³⁷¹

Tais demandas direcionaram, neste sentido, as transformações que repercutiram, neste período, dentro do Exército. Vitor Monteiro³⁷² apresenta que foi preponderante a atuação do Exército na construção de uma identidade nacional no Estado Novo, como “força política e ideológica decisiva para o projeto de “regeneração” do “povo brasileiro” e de elaboração de uma “nova nação”.³⁷³ Evidencia que a questão da saúde, no país, era tida como fundamental e era associada ao recrutamento militar:

Preconizando os valores e práticas da higiene, da educação física e da eugenia como elementos fundamentais para a conformação de um “soldado-cidadão”, “apto” a atuar não apenas na guerra, mas fundamentalmente como exemplo/modelo para o “novo homem brasileiro a análise dos discursos [...] proporciona a compreensão histórica dos significados e práticas que norteiam a afirmação pública dos militares como grupo encarregado e aparelhado para promover a “cura”, o “fortalecimento” e o “engrandecimento” da nação de acordo com os preceitos ideológicos firmados pelo regime estadonovista”.³⁷⁴

³⁶⁹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994

³⁷⁰ GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.

³⁷¹ GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo... p.50.

³⁷² MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”...*

³⁷³ MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”...* p. 9.

³⁷⁴ MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”...* p. 9.

No Exército, a problemática da saúde se refletia no recrutamento, assim como nas tropas que seriam compostas: as condições de saúde dos sujeitos que compunham o Exército Brasileiro impactariam a capacidade de servir e promover a defesa da pátria. Numericamente o efetivo de “jovens incapazes fisicamente” ou afetados por “afecções sérias de degenerescência ou de origens infecciosas”,³⁷⁵ atingia aproximadamente 31% dos convocados ou apresentados, de acordo com o relatório do Ministério da Guerra de 1940.³⁷⁶ Construir uma nação saudável tornou-se também uma preocupação evidenciada dentro do Exército.

Enfim, muitos foram os aspectos que permearam a formação de um grupo que fosse alinhado aos interesses do Estado dentro do Exército. Tornou-se uma prioridade a preocupação em homogeneizar e selecionar quem melhor atendesse aos anseios do estado-novismo, de criar uma nova nação brasileira que fosse capaz de promover a modernização e o progresso no Brasil.

4.2. O Ensino militar: o caminho para a formação de uma nova elite

Ao longo das reflexões promovidas nesta tese percebemos que o Exército Brasileiro estava alinhado aos interesses do primeiro governo de Getúlio Vargas. Ficou evidenciada também, durante a Primeira República, uma latente preocupação em se reorganizar como instituição tanto estruturalmente, através de construções e aprimoramento de instalações, como internamente – por meio de mudanças e adequações nas leis e estatutos, buscando criar bases para uma formação que fosse compatível com a carreira militar, e pelo intento de não apenas formar intelectuais incompatíveis com o *status quo* militar.

O ensino militar se tornou central neste processo, pois era através dele que o Exército visava garantir que os futuros responsáveis pelos cargos de comando dentro da Instituição fossem adequados aos anseios da nação. Neste subitem, focaremos na percepção de como o ensino militar, durante o Estado Novo, era um pilar essencial na idealização de uma nova elite militar. Percebemos que faziam parte deste processo de aprimoramento dos futuros oficiais do Exército Brasileiro tanto a Escola Militar, que era o local de formação de oficiais, como o Colégio Militar do Rio de Janeiro, responsável, no período, pelo ensino secundário.

Visando principalmente compreender quais eram os anseios do Exército, no período do Estado Novo, destacamos como significativo analisarmos os relatórios do Ministério da

³⁷⁵ MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”...* p. 9.

³⁷⁶ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938-1940...*

Guerra enviados ao Presidente da República. Dentro do espaço temporal, existem três relatórios, todos produzidos pelo General Eurico Gaspar Dutra, Ministro do Estado de Guerra. Eles podem ser consultados através da Hemeroteca Digital Brasileira. Pontuamos que o general permaneceu durante toda a trajetória do primeiro governo de Getúlio Vargas e foi um dos articuladores dos interesses varguistas na moldagem deste Exército.

O relatório de 1938, o primeiro da série, refere-se ao ano de 1937, ou seja, o primeiro ano do Estado Novo. Tal relatório está organizado em 384 laudas. Logo na primeira parte expressa quais eram os objetivos do Exército naquele momento:

As forças armadas compreenderam, com grande alcance de vista, a necessidade da transformação radical em nosso sistema político-administrativo, com grande repercussão em todos os setores da vida nacional, tendente a conduzir o país à verdadeira meta de seus destinos grandiosos, em simultânea correspondência com os anseios da coletividade. O Exército compreendeu perfeitamente que a obra revolucionária destinada a integrar o país em sua consciência política, estava sendo seriamente prejudicada em seus fundamentos. Novamente se agitavam as facções, não tardando um retrocesso ao regime decaído, se, em tempo, uma providência mais enérgica, mais decisiva, não se fizesse sentir, pondo côbro aos ímpetus mal contidos das ambições pessoais, em detrimento dos interesses coletivos. A 10 de Novembro, o Brasil entrou em nova fase de vida, dando a todos os seus filhos a esperança de um porvir refulgente. O Governo está senhor dos sérios problemas que farão a grandeza nacional, que porão a nossa Pátria em evidência no concerto das demais nações. Só deseja ele paz e tranquilidade para edificar o País econômica e financeiramente. Para executar seu programa de ressurgimento nacional, o Governo confiou no Exército. Se bem que pesadas fossem as nossas responsabilidades, teem sido grandemente atenuadas com o apoio moral de elementos destacados na esfera administrativa, os quais, avaliando bem os deveres que cabem a cada um, neste momento em que a vida do país está a exigir maior sacrifício, não regateiam os seus inteligentes esforços e a sua constante colaboração nessa tarefa ingente, mas de que hão de surgir, fatalmente, seus benéficos resultados.³⁷⁷

No trecho destacado, percebemos a preocupação em mostrar o Exército como um dos aliados do governo no programa de edificar o país em seu ressurgimento nacional, com foco numa transformação radical no sistema político administrativo, que visava levar o Brasil ao que denominava como consciência nacional.

Logo em seguida, demarca que a escolha dos oficiais seguia critérios de atender aos interesses supracitados, em que se promoveu o expurgo dos que não seguiam os padrões desejáveis e que as ações de ensino estavam voltadas à formação destes oficiais:

³⁷⁷ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital, s/d. p. 4-5. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>. Acesso em: 29 jun. 2024.

[...] as atividades escolares, o desenvolvimento integral dos programas de ensino, os encargos decorrentes da ação de comando, os afazeres da instrução, o trabalho intensivo nas oficinas, tudo, enfim, vai concorrendo para absorver toda a atenção e atividade de nossos oficiais nos misteres de sua carreira. Mantendo-se em posição de mero espectador do cenário político, acompanhando, de fora, o desenrolar dos acontecimentos, o Exército, cada vez mais, se constitui o apoio com que pode o Governo contar, sempre que elementos nocivos procurem subverter a ordem atentando contra a integridade da Pátria. A atual organização do Exército exige o concurso de toda a sua oficialidade; por isso mesmo tenho procurado não só evitar o seu afastamento da tropa, no desempenho de funções que não sejam de caráter militar, mas também fazendo retornar às fileiras os que delas se acham de há muito afastado.³⁷⁸

Sobre o ensino militar, o Ministro Dutra aponta a preocupação em reformularem os regulamentos e leis para melhor eficiência do Exército em sua formação e desempenho das funções:

Compreendendo essa necessidade, houve por bem V. Exa. expedir o Decreto n. 1.976, de 23 de Setembro de 1937, aprovando o "Regulamento para a Inspeção Geral do Ensino do Exército", destinado, conforme preceitua seu art. 1º a "centralizar, orientar, regular, coordenar e superintender todos os assuntos relativos ao ensino nos Colégios, Institutos, Centros, Escolas e mais estabelecimentos de ensino do Exército, bem como nas Unidades e Contingentes aos mesmos subordinados". E' certo que o aludido Regulamento vigorará em caráter provisório, devendo ser alterado de modo a ajustar-se à nova Lei do Ensino Militar; mas, até então, os serviços já estarão normalizados e a Inspeção do Ensino já terá feito sentir a sua ação, aplainando as dificuldades e preparando melhor terreno para o advento da aludida Lei Com a Lei do Magistério Militar, de 23-12-937, ficou regularizado o exercício do magistério, tornando-o mais eficaz e dando azo a que os professores se entreguem, só e exclusivamente, ao ensino dos assuntos a seu cargo. Da dedicação dos professores depende, estou certo, grande parte da eficiência do Exército. *Eficiência essa que será notavelmente aumentada por uma rigorosa seleção física, moral e intelectual entre os que se candidatam ao oficialato. Medidas nesse sentido estão sendo tomadas, para que no ano de 1938 já sejam essas condições observadas.*³⁷⁹

Segundo o trecho destacado, era uma preocupação escolher os melhores candidatos para a formação de oficialato através de rigorosa seleção física, moral e intelectual. O que se repete no trecho sobre as instituições de ensino, ao expressar que:

A leitura do Relatório do Inspetor Geral do Ensino oferece, em seus detalhados esclarecimentos, uma confortadora convicção do interesse com que cada vez mais se cuida, no Exército, do magno problema da educação, que constitui uma das grandes bases em que também repousa a organização militar. Sente-se que, nos diversos estabelecimentos, aumenta a preocupação

³⁷⁸ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938... p. 7.

³⁷⁹ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938... p. 9-10. Grifo próprio.

*pela eficiência do ensino, apurando-se, com crescente rigor, os meios de seleção dos melhores elementos, para a sua classificação final. Esse interesse e essa preocupação constituem sólidas garantias de franco progresso.*³⁸⁰

Sobre o Colégio Militar do Rio de Janeiro, apresenta que todos os alunos atendidos no ano de 1937 receberam a formação de maneira gratuita. Entretanto, ocorreu somente o aproveitamento de estudo de 34% dos 1032 alunos matriculados. Tal seleção, segundo o relator, foi o resultado de um despreparo dos alunos e adaptação destes ao novo programa de ensino que estava em transição.

Funcionou com um efetivo de 1.032 alunos, sendo que, em 1937, só houve matrículas gratuitas. O aproveitamento em conjunto foi de 34 %, para um efetivo de mais de 1.000 alunos. Não foi um rendimento promissor; entretanto, bem melhor ao do ano de 1936, cujo rendimento em conjunto atingiu a percentagem de 25 %, para um efetivo de 1.473 alunos. O rendimento mínimo de aproveitamento foi obtido no 2o ano, 19 % o que facilmente se justifica pelos seguintes motivos: 1º, a adaptação da matemática a este ano pelo Dec. n. 1.540, que forçou os alunos a estudarem não só o programa deste ano como também as partes de geometria e álgebra do programa do 1º ano, o que os sobrecarregou demasiadamente; 2º, terem sido matriculados neste ano a maioria dos alunos que ingressaram no Colégio em 1936, os quais pelo pouco preparo que trouxeram do 1º ano dos institutos civis, não se mostraram à altura de vencer o curso deste ano. O rendimento do 1º ano também foi muito reduzido, 27 %, o que também facilmente se explica, pois dos 29 alunos que o cursaram, 27 foram matriculados em 1936 e o foram sem preparo suficiente para cursá-lo, todos eram órfãos. A instrução prática foi ministrada metódica e proveitosamente, para todos os alunos, especialmente os do 5º ano, candidatos a reservistas. O estado sanitário do Colégio foi ótimo. A disciplina foi boa, contribuindo bastante para isso: a) a diminuição do número de alunos externos ; b) a educação moral dos jovens alunos, preocupação constante da Diretoria.³⁸¹

É expressivo que o relatório aponte que o resultado foi ruim no primeiro ano por terem aceitado 27 alunos órfãos do ano de 1936 e que estes eram sem preparo. Este é um argumento curioso se observarmos que uma das justificativas da criação do colégio era justamente atender aos órfãos, mas, posteriormente, estes, que são considerados a causa da fundação da instituição, são responsabilizados pelo baixo rendimento dentro dos programas de ensino estabelecidos como ideais pelo Exército. Verificamos a preocupação existente dentro do Exército de atender aos programas de ensino estabelecidos e promover a homogeneização de seus alunos no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

O relatório de 1939, que trata dos acontecimentos referentes ao ano de 1938, apresenta 121 laudas e continua a apontar a necessidade do Exército em se modernizar e se ajustar às

³⁸⁰ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938...* Grifo próprio.

³⁸¹ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1938...* p. 94.

demandas do período. O relatório descreve as atividades do Exército Brasileiro para tentar sanar os problemas observados anteriormente, entendidos como preocupantes ao desenvolvimento e comprometedores ao funcionamento efetivo da instituição militar. Destaca-se o ajuste ou formulação de novas leis e, mais uma vez, conforme grifo próprio abaixo, a percepção de ser fundamental a existência de critérios de seleção para as promoções e a ocupação de cargos.

[...] em desvios de suas atenções, todos preocupados no problema da moderna estruturação do Exército principalmente, do seu aparelhamento material, o que tem contado, de fôrma decisiva, com o continuado apoio e o patriótico. [...] recente organização militar estava a exigir a adoção de novas leis e regulamentos, e, entre elas, cumpre destacar, pela sua importância, as leis que deram nova organização ao Exército e ao Ministério da Guerra; a lei do magistério, que veio regularizar a situação dos professores militares; a lei de inatividade, corrigida das falhas do texto anterior, e cujas disposições asseguram, com mais justiça e magnanimidade, os direitos dos que serviram à Pátria; a lei do ensino, ajustada às modernas necessidades do Exército em todas as suas especializações; a lei de promoções, destinada a regular, *com justiça e rigoroso critério de seleção, o acesso em todos os postos da escala hierárquica*; a lei do montepio militar, aguardada pelo Exército com justa ansiedade, e o Código da justiça Militar — resultado de longos estudos e observações e agora atualizado de acordo com as exigências da disciplina, do direito e da ordem social.³⁸²

Em outro trecho deste documento, fica, novamente, evidenciada a importância de critérios de seleção para os militares que atuarão dentro da instituição:

No momento em que se inicia uma era de trabalho profícuo, que exige intensidade e continuidade em prol da preparação do Exército; quando se intervém, por força das necessidades orgânicas da corporação, na situação pessoal de seus membros, é necessário criar "a priori" uma mentalidade sã e propícia. Se o trabalho é condição indispensável ao progresso das instituições armadas, e, si a capacidade de realizá-lo em qualidade e quantidade varia de indivíduo a indivíduo, *a seleção criteriosa dos elementos aos quais devam ser confiadas ulteriormente as funções mais elevadas, se torna um dever imperioso e incontestável*.³⁸³

O latente esforço numa atuação criteriosa na seleção também ocorreu no aceite da candidatura como aluno no Colégio Militar do Rio de Janeiro, o que reforça a hipótese apresentada nesta tese de que a instituição fazia parte de um projeto dentro do Exército que visava moldar, através do ensino secundário, uma nova elite que poderia atuar futuramente como oficiais. Mesmo no caso de o aluno não seguir a carreira militar, ele ainda assim seria

³⁸² BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1939*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital, s/d. p. 4. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>. Acesso em: 29 jun. 2024. Grifo próprio.

³⁸³ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1939...* p. 9. Grifo próprio.

importante neste processo, pois atuaria como um divulgador dos valores endógenos do Exército Brasileiro. Portanto, o CMRJ era mais do que apenas um local para atender aos órfãos de militares, era uma instituição de ensino voltada a formar, dentro do período delimitado, os novos oficiais que atendessem às demandas ideológicas ansiadas pelo Exército. No trecho abaixo, são apontados os interesses do Exército com o CMRJ, mais uma vez é evidenciada a preocupação em serem rigorosos nos critérios de seleção dos discentes:

Os esforços que dispendeu o seu Diretor, bem coadjuvado pela maioria do magistério e da administração, acabaram por transformar esse Instituto em um modelar estabelecimento de ensino, sob qualquer aspecto: ensino, instrução militar, disciplina e administração. A *Diretoria, ciosa de um mais rigoroso critério de seleção dos alunos* e quanto à disciplina a bem dos foros tradicionais do Estabelecimento, muito de perto colaborou com a Inspeção Geral do Ensino, apresentando sugestões, na maior parte das vezes com solução favorável ao seu ponto de vista.³⁸⁴

O relatório apresenta também uma tabela com o número de aprovações. No ano de 1938, no CMRJ, de um efetivo total de 1019 alunos, ocorreram 507 aprovações totais, ou seja, um percentual de aprovações maior que o do ano anterior. Nota-se a existência de uma preocupação em melhorar os índices de aprovação e aproveitamento dentro da grade curricular imposta pela Inspeção Geral de Ensino, que era a responsável em estabelecer o plano de curso, normas e bases de funcionamento nas instituições de ensino do Exército, como o CMRJ e a Escola Militar.

Tabela 5 - Número de aprovações do Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1938

ANOS	EFETIVO	Aprovados por média	Não aprovados	Porcentagem
1º	182	70	112	38,4 %
2º	103	21	82	20,3 %
3º	112	33	79	29,4 %
4º	197	95	102	48,2 %
5º	189	93	96	49,2 %
6º	236	195	41	82,6 %

Fonte: BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1939*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital, s/d. p. 63.³⁸⁵

O terceiro relatório foi o de 1940, referente ao ano de 1939. Ele apresenta 199 laudas e permanece a demonstrar a preocupação em montar uma base formadora dos futuros oficiais que seria a elite destinada a comandar dentro da instituição.

³⁸⁴ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1939...* p. 63. Grifo próprio.

³⁸⁵ Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>. Acesso em: 29 jun. 2024.

As relações do Exército com o país são definidas pelas leis: a) de Organização Geral, que fixa a constituição do Exército em tempo de paz, ao mesmo tempo que define quais os seus líames com o território e, como e por que meio, se mobiliza ; b) de Quadros e Efetivos, que fixa a importância numérica dos diferentes elementos, a composição das unidades e a proporção dos quadros que devem ser mantidos desde o tempo de paz; c) de Recrutamento, que indica como o Exército conseguirá os homens, que lhe são necessários em tempo de paz e em tempo de guerra; d) de *Promoções de Oficiais que seleciona a "elite" destinada ao comando, a classe dirigente, que na guerra constituem — quando séria e sinceramente escolhida — uma das mais prestimosas forças morais*. Estas quatro grandes leis fundamentais constituem o alicerce da estrutura militar do país em tempo de paz, e de sua fiel adaptação à organização política da sociedade e à configuração geográfica do país, depende o bom êxito das instituições armadas nacionais. De há vinte anos a esta parte outra coisa não temos feito senão experiências, no tocante aos assuntos acima enumerados, de algumas das quais temos colhido ótimos resultados e de outras temos desperdiçado boa soma de esforços, e empenhado nelas, capitais de certa importância e energias de inestimável valor.³⁸⁶

Sobre o Colégio Militar do Rio de Janeiro, o referido documento expressa que teve um bom aproveitamento e que 35 % dos alunos foram aprovados no concurso da Escola Militar:

O Colégio Militar funcionou o ano findo com 858 alunos. O rendimento do ensino foi de 43 %, o que demonstra a severidade do julgamento. O curso do Colégio é de 5 anos. Colocou-se muito bem o Colégio na percentagem de aprovação no concurso para a Escola Militar com 35 % de seu pessoal ali aprovado. Entretanto, necessita o Colégio Militar de certo número de providências, que o reabilite no seu antigo prestígio e o erga acima de toda e qualquer suspeita, colocando-o em lugar de real e merecido destaque.³⁸⁷

Através da tabela abaixo, também aponta que a Escola Militar obteve 403 aprovados e teve como procedência do CMRJ um efetivo de 43,8%, totalizando 46 alunos. Quando observamos que a Escola Militar era a responsável pela formação dos oficiais dentro do Exército, fica explicada a preocupação em aumentar o número de alunos do CMRJ que conseguem ingressar na Escola Militar, pois seriam candidatos que teriam adquiridos os valores militares desde a formação secundária.

³⁸⁶ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1940*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital, s/d. p. 8. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>. Acesso em: 29 jun. 2024. Grifo próprio.

³⁸⁷ BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1940...* p. 64

Tabela 6- Número de aprovações do Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1939

De 1.211 que entraram em exame intelectual 403 lograram aprovação.

A aprovação por procedência foi a seguinte:

Escola Preparatória de Cadetes.....	60,2 %
Colégio Militar.....	43,8 %
Praças.....	27,8 %
Civís.....	27 %

Foram os seguintes os candidatos aprovados:

Escola Preparatória de Cadetes.....	106
Colégio Militar.....	46
Civís.....	245
Praças.....	6
	403

Fonte: BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra anos de 1939*. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital, s/d. p. 65.³⁸⁸

No campo do ensino, a socióloga Helena M. B. Bomeny, no capítulo *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*,³⁸⁹ nos ajuda a refletir como o ministério de Gustavo Capanema conseguiu implementar em todo o Brasil um sistema educacional. A reforma da educação passou pela elaboração de um Plano Nacional de Educação no ano de 1937 – que somente poderia ser modificado após um prazo de dez anos. Neste intento, foi aprovado um documento com mais de quinhentos artigos que buscava consagrar princípios e opções educacionais. Em relação ao ensino secundário que era o oferecido também pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro aponta que:

A reforma do ensino secundário foi outro ponto de honra do ministério, e suas linhas mestras ilustram a matriz que vencia na definição do que e como ensinar à juventude em um momento crucial de sua formação como futuros profissionais e cidadãos de uma sociedade diferenciada. Confrontavam-se nesse momento posições distintas a respeito do teor que se deveria imprimir à formação dos jovens cidadãos. Educação humanista versus educação técnica; ensino generalizante e clássico versus ensino profissionalizante são pares de oposição (falsa oposição?) que até hoje permanecem como desafios à reforma do ensino secundário. O Estado Novo resolveria o problema com uma solução engenhosa. Ao lado da reforma do ensino secundário, onde acabou prevalecendo a matriz clássica humanista, montou-se todo um sistema de ensino profissional, de ensino industrial que deu origem ao que conhecemos hoje como “Sistema S”, ou seja, os Senai, Senac, Sesi etc.

³⁸⁸ Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950> p. 63. Acesso em: 29 jun. 2024.

³⁸⁹ BOMENY, Helena M. B. *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: Pandolfi, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.

Coroando todo esse empreendimento, o ministério reestruturaria o ensino superior, criando e dando corpo ao grande projeto universitário.³⁹⁰

Nestes aspectos, o ensino secundário torna-se uma ferramenta importante pelo entendimento de que através dele se faria uma seleção daqueles que conseguiriam concluir o ensino superior. O ensino serviria, portanto, para a formação intelectual e cultural. Nesse sentido, o Estado Novo utilizou a educação como um pretexto para pôr em prática o que seria prioridade em suas demandas:

Estão postas, portanto, as prioridades do Ministério da Educação da era Vargas. Incluem-se no projeto universitário a Universidade do Brasil, uma continuação da antiga Universidade do Rio de Janeiro (constituída em 1920 como uma reunião das escolas superiores da cidade), concebida para ser o núcleo do grande projeto, e a Universidade de São Paulo (USP), uma iniciativa do governo estadual, em 1934, na interventoria de Armando de Sales Oliveira. Mas, foi em 1937 que finalmente ganhou corpo a formação da nova Universidade do Brasil, que teve como um de seus principais objetivos implantar em todo o país um padrão nacional e único de ensino superior, ao qual a própria USP se deveria amoldar. A concepção unitária do projeto universitário e a normatização de procedimentos para a nacionalização do ensino superior talvez sejam as heranças mais fortes daquele ministério nos tempos do Estado Novo.³⁹¹

Bomeny expressa que, neste período, existiu uma militarização do pensamento, visto que ocorreu uma associação entre a educação e a segurança nacional, dentro de um quadro de política autoritária, em que a educação é enaltecida como um instrumento de controle, sendo o Exército um grande interventor por possuir o monopólio da segurança nacional. Assim:

Não seria incorreto dizer que o discurso de que a educação, bem planejada e disseminada, garante a ordem e a disciplina está na verdade invertido. Ao contrário, a necessidade imperativa da ordem e da disciplina define o que será e a que servirá a educação. Não é por outra razão, me parece, que o Exército, a quem pertence o monopólio da segurança nacional, interveio incisivamente nas questões relativas à educação sempre e quando esteve em questão a manutenção dos regimes autoritários no Brasil.³⁹²

Segundo a mestre em direito constitucional Júlia Kertesz Renault Pinto no artigo *O Tribunal de Segurança Nacional e a sua atuação no Brasil dos anos 1930 e 1940*,³⁹³ no país, a segurança nacional, em geral, é associada à criação da Escola Superior de Guerra no ano de 1949. Este pressuposto se vale de a instituição ter desenvolvido e adaptado a concepção ao

³⁹⁰ BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo... p. 138.

³⁹¹ BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo... p. 140.

³⁹² BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo... p. 141.

³⁹³ PINTO, Júlia Kertesz Renault. O Tribunal de Segurança Nacional e a sua atuação no Brasil dos anos 1930 e 1940. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 41, pp. 120-144, 2019.

contexto do Brasil e ter se valido da ideia de um “inimigo interno”. Cabe ressaltar, porém, que a autora aponta que a percepção dos militares como responsáveis pela segurança nacional era algo anterior à criação da ESG.

A mudança no papel desempenhado pelos militares ocorreu com o advento da República, após a Guerra do Paraguai. Há quem considere, inclusive, a implantação da República como um golpe militar, pensado por Benjamin Constant e executado por Deodoro da Fonseca. Seria o Exército que, após a vitória da Guerra do Paraguai, “toma consciência da sua força e unidade e elege seus heróis e líderes”. Não por acaso, o primeiro Presidente foi um Marechal do Exército, Deodoro da Fonseca. A Constituição de 1891, a primeira Constituição republicana do País, demonstra claramente as modificações no âmbito militar em relação à segurança³⁹⁴

Júlia Kertesz aponta que, na Constituição de 1891, existia um forte indício sobre o papel dos militares em relação à segurança. Os militares tiveram um aumento em seu poder, além da atribuição de manterem a segurança, a lei e a ordem:

Com a Constituição de 1891, as Forças Armadas tornaram-se responsáveis pela manutenção das leis no interior do País, precedente este que seria enfatizado ao longo das demais Constituições. Começava, portanto, um movimento de aumento de poder dos militares, que passariam a chamar para si o dever de resguardar a segurança, a lei e a ordem. Paralelamente, a ideia de segurança nacional acentuava-se, ganhando novos contornos com o surgimento, no século XIX, de novos atores na sociedade brasileira. A concepção de um inimigo a ser combatido, inimigo estranho, portanto, e ameaçador de uma suposta ordem estabelecida surgia antes mesmo de a corrente comunista ingressar ideologicamente no Brasil. O trabalho industrial, a presença do imigrante e a organização sindical, que daí começava a ser montada, seriam os primeiros grandes inspiradores da doutrina brasileira de segurança nacional. Com o advento da República, havia ainda mais um inimigo interno, os inimigos da República.³⁹⁵

Com o advento do Estado Novo, segundo o historiador e sociólogo Edmundo Campos Coelho na obra *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*,³⁹⁶ o Exército conta pela primeira vez com uma doutrina militar que definia seu papel militar. O general Góes Monteiro foi primordial para definir que a Instituição servia como um “instrumento essencialmente político” e como um modelo para a organização da sociedade civil. O governo teria seu desenvolvimento, desta forma, apoiado no binômio segurança nacional e desenvolvimento. Edmundo Coelho aponta, então, que o pensamento de Góes

³⁹⁴ PINTO, Júlia Kertesz Renault. O Tribunal de Segurança Nacional e a sua atuação no Brasil dos anos 1930 e 1940... p. 4.

³⁹⁵ PINTO, Júlia Kertesz Renault. O Tribunal de Segurança Nacional e a sua atuação no Brasil dos anos 1930 e 1940... p. 5.

³⁹⁶ COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

Monteiro foi uma antecipação de mais de vinte anos da Doutrina de Segurança Nacional e que, a partir do Estado Novo, a política do Exército era envolta pelo nacionalismo. O Exército seria entendido como:

um órgão essencialmente político; e a ele interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional [...]. Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército.³⁹⁷

Percebemos então que a estruturação no campo do ensino, no Exército Brasileiro, passa a ser uma preocupação centralizada na percepção de que devem ser modelares para o meio civil. Esta estruturação é observada nas unidades de ensino do Exército, seja na esfera de ensino superior dos oficiais, através da Escola Militar, seja no ensino secundário pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro. Uma das preocupações da presente tese é apontar como foi visível, no âmbito do CMRJ, a perspectiva de formar uma elite e a difusão dos valores pela sociedade que se alinhavam aos interesses tanto do Exército Brasileiro como do governo do Estado Novo, pois, mesmo aquele aluno que não continuasse na carreira militar seria um transmissor dos valores inerentes à instituição. Esta estruturação foi observada de forma documental por Rodrigues na Escola Militar:

A transição do regime liberal da Primeira República e da primeira e segunda fase do governo Vargas (1930-1937) para o regime autoritário intervencionista do Estado Novo, a reestruturação da instituição foi resposta para formar uma nova elite militar no Exército, mais homogênea, que junto às mudanças do sistema de seleção dos candidatos ao curso de formação de oficiais estabeleceu uma escolha pouco democrática dos perfis sociais e étnicos dos candidatos. A influência das teorias raciais importadas da Europa que defendiam a necessidade de o branqueamento do povo para torná-lo capaz de construir a nação foi importante para consolidar a formação de um pensamento autoritário no Brasil.³⁹⁸

Neste sentido, a revista *Exército no Estado Novo*, edição do Ministério da Guerra, de 1941, organizada pelo tenente coronel Affonso de Carvalho, apresenta inúmeros aspectos que favorecem à compreensão dos pensamentos e *status quo* do período. Nela evidencia-se a preocupação latente de moldar os novos oficiais aos valores tidos como preponderantes no período e seus objetivos de formar uma nova nação. É acentuada a preocupação em selecionar os candidatos que fossem percebidos como os “melhores” dentre os critérios eugenistas e intelectuais, conforme conseguimos apreciar no trecho abaixo sobre a Escola Preparatória de Cadetes:

³⁹⁷COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade...* p. 103-104.

³⁹⁸RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p.365.

Condições severas regulam o recrutamento do candidato ao oficialato. Além das qualidades morais e intelectuais, são exigidas também outras de ordem física, que selecionem tipos eugenicamente fortes e sadios. Para admissão nas escolas e cursos de formação de oficiais, além das imposições de idade, aptidão física e comprovada vocação para a carreira das armas, é mister que o candidato prove que as condições de ambiente social e doméstico, constituído pela nacionalidade de seus progenitores, não colidem com as obrigações e deveres impostos aos militares nas garantias de ordem interna e defesa externa no Brasil. As modalidades atuais de vida dos povos impõem a necessidade dum selecionamento do aspirante ao oficialato, cada vez mais rigoroso. Nesse sentido, decidiu o governo reviver e atualizar a fecunda iniciativa das Escolas Preparatórias, que no passado tão potentes resultados trouxeram para o recrutamento de vocações para a carreira das armas, criando três Escolas Preparatórias de Cadetes [...]³⁹⁹

No trecho selecionado acima, fica evidente a preocupação em selecionar os melhores indivíduos, de acordo com os critérios entendidos no período como essenciais ao melhoramento da nação brasileira. O Exército Brasileiro tinha como determinação garantir que os futuros oficiais passassem por uma avaliação muito criteriosa, não apenas fisicamente e intelectualmente, mas também que fossem analisadas suas origens familiares/nacionalidade e as suas “condições de ambiente social e doméstico”. Ou seja, eram excluídos aqueles que fossem enquadrados como fora do padrão determinado pelo Exército para garantirem a ordem interna, o progresso, a defesa e o desenvolvimento da nação.

A apreensão em ter em seus quadros de oficiais os indivíduos tidos como os “melhores elementos” da sociedade será um dos critérios avaliados no próximo capítulo, ao analisarmos os documentos coletados sobre os candidatos ao ensino secundário que foram aceitos para formarem o quadro discente do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Abordaremos também quais características foram preponderantes para terem acesso ao ensino secundário, além da possibilidade de futuramente servirem nas instituições militares brasileiras.

Helena Bomeny aponta que ocorreu, portanto, uma vinculação de um projeto de segurança nacional à participação do Exército no sistema educacional, sendo assim a educação era um plano estratégico de mobilização controlada e levado para a coletividade. Pontua que durante o Estado Novo:

O Brasil reclama um sistema completo de segurança nacional, o que pressupõe, fundamentalmente, uma entrosagem dos órgãos militares com os órgãos federais, estaduais e, notadamente municipais, incumbidos da educação e da cultura. Nunca se tornou tão imperativa, como naquele momento, essa necessidade. E, não obstante, assinalam-se, no setor pedagógico do Brasil, muitos obstáculos a serem vencidos, para que o objetivo da política de segurança nacional possa ser completamente

³⁹⁹ CARVALHO, Affonso de. *O Exército no Estado Novo, 1941*. Rio de Janeiro: Edição do Ministério da Guerra. 1941. p. 63.

alcançado. A resistência a que se refere o ministro diz respeito à reação de professores, educadores e publicistas contra o “espírito militar, que precisa, mais e mais, ser enraizado na coletividade brasileira”, afirma Dutra. Defendendo um projeto de militarização da sociedade para que os órgãos militares realizem totalmente seus objetivos previstos na Constituição, como explicita Dutra, ou desenvolvendo esse mesmo projeto para que a sociedade “evite a possível supremacia da casta militar”, como afirmava Olavo Bilac no início do século, o fato é que há nas duas propostas o objetivo comum de militarização da sociedade civil.⁴⁰⁰

Outro ponto observado por Fernando Rodrigues, para além da preocupação na centralização política pelos militares, foi a demanda em avançar industrialmente o país e gerar uma capacitação profissional. Defendiam uma modernização do Estado que deveria ocorrer mediante um processo de industrialização, conforme apontado nos discursos do Ministro da Guerra (1937-1945), Eurico Gaspar Dutra, e nos relatórios anuais. Dentro do Exército, houve um crescente debate interno sobre os materiais bélicos, sua origem, qualidade, a necessidade de não haver mais dependência estrangeira para obtenção de armamentos e equipamentos, e a priorização na criação de indústrias nacionais para fornecimento de material bélico de qualidade.

Para além do processo de centralização política, os militares foram à principal categoria profissional da sociedade brasileira que defendeu a modernização do estado via processo de industrialização. Com os relatórios de Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra (1937-1945), observados nos relatórios anuais (secretos e ostensivos), percebe-se o interesse institucional para o avanço da industrialização no Brasil. [...] Para o general Dutra, o Brasil não deveria contar com a confiança da possível cordialidade estrangeira, criando-se indústrias militares nacionais para suprirem a necessidade interna por material bélico de qualidade.⁴⁰¹

Para entender todas as transformações supracitadas na revista *Exército no Estado Novo*, é exposto que o máximo problema do Exército é o do material, sobre o qual o General Eurico Gaspar Dutra aponta que:

Devemos estudar os problemas bélicos, tão dramaticamente analisados, com tanto mais serenidade quanto temos a certeza de em nada desservirmos a causa da paz internacional, de vez que as tradições de nossa política externa e as aspirações profundas de nosso povo asseguram de modo mais insofismável as garantias de uma política de guerra anti-imperialista e toda voltada à pura preocupação da defesa de nosso território.⁴⁰²

O alinhamento do Estado e do Exército também consegue ser notado através da definição do objetivo do Ministério da Guerra sob a direção do General Eurico Gaspar Dutra.

⁴⁰⁰ BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito... p. 142.

⁴⁰¹ RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p. 365.

⁴⁰² CARVALHO, Affonso de. *O Exército no Estado Novo*... p. 38.

Tal direção expressa que a instituição estava renascendo para fortalecer a nação no seu sentimento de Pátria e de brasilidade, sendo o Estado Novo um momento em que o Brasil sente estar inaugurando uma nova era, com o renascimento das forças armadas no país. As transformações e adequações podem ser notadas através das obras e recursos destinados às melhorias e construções militares, como a Nova Escola Militar, novos quartéis, novas guarnições de fronteiras entre outras obras.

Discurso proferido pelo general Eurico Gaspar Dutra, em sua visita às guarnições do Norte, aponta que o Exército era uma instituição realista pela sua formação e pelo seu destino e que também era a força material com a sua técnica e sua cultura. Técnica que o engenho humano aperfeiçoava todos os dias, sendo os militares instrumentos de guerra que deveriam voltar-se para a vitória. Cultura que transcendia a ciência militar, por vislumbrar as aspirações do povo, nos motivos históricos, nos fatores nacionais e políticos da nacionalidade. O Exército, por isso, não é somente um quadro à parte da vida nacional. É um quadro dentro de um cenário que muda, se movimenta e se transforma com a evolução dos sistemas.

[...] O Exército, no Brasil, não tem a ambição do poder, que dissolveria no choque das aspirações civis. Tem, sim, a vocação da ordem e da autoridade, o desejo da paz, o entusiasmo da confiança, a disciplina da ação, o orgulho do Brasil, grande e respeitado, pelo trabalho e patriotismo dos brasileiros. O Estado Novo foi uma atitude do Exército diante do conflito das culturas que, vindas de outros climas, faziam ronda pelo continente americano, atacando as instituições fundamentais da nossa civilização.⁴⁰³

Em consonância com estes objetivos, o país, ao longo dos anos de 1930 e 1940, foi militarmente reorganizado. Foram firmados acordos de obtenção de uma grande quantidade de materiais bélicos oriundos da Alemanha, mas, com o estopim da Segunda Guerra Mundial e o bloqueio naval realizado pelos britânicos, a maior parte do material não foi entregue. Diante deste quadro, os Estados Unidos, que, inicialmente tinham uma percepção de que a relação comercial, diplomática e militar entre o Brasil e a Alemanha, até 1939, era algo que não gerava grandes preocupações, após 1940, alterou seu entendimento e passou a negociar com o Brasil a venda de armamentos e a pressionar uma maior aproximação. Assim:

A aproximação militar entre Brasil e EUA vinha crescendo desde 1939, e estavam sendo acompanhada pela diplomacia alemã, tanto que, em junho de 1941, Prüfer, diplomata alemão, apontava a possibilidade de os EUA assinarem novos acordos militares para o fornecimento de armas para o Brasil. Aos poucos, a diplomacia alemã percebeu que a principal ligação diplomática, entre Brasil e Alemanha, em 1941, que eram as encomendas militares, estava sendo desfeita. [...] Durante a Segunda Guerra Mundial as relações do Brasil com os Estados Unidos da América passam a se estreitar

⁴⁰³ CARVALHO, Affonso de. *O Exército no Estado Novo...* p. 16.

no campo militar, principalmente a partir do debate em torno das inovações da guerra e da doutrina militar francesa, posta em xeque pela espetacular vitória alemã em 1940.⁴⁰⁴

Todas as transformações dentro do Exército tiveram também consequências nos programas de ensino. No que se refere ao ensino secundário que era o oferecido no Colégio Militar do Rio de Janeiro, ocorreram adaptações no currículo que abarcavam aspectos militares como o ensino da ordem unida e armamentos. Durante os anos 1940, foi sancionada a chamada Lei orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4.245 de 9 de abril de 1942), que, segundo Bomeny, traduz o espírito que permeava a consolidação do Estado Novo, sendo assim, entendido como decisivo na formação da mentalidade do “homem novo”. Para a autora, o “Estado Novo teria seu embrião vertebrado na adolescência, veria o mundo e avaliaria sua posição na sociedade de acordo com o convívio de juventude que tem no ensino secundário sua inequívoca expressão”.⁴⁰⁵

Entendemos, neste trabalho, que, para o Exército Brasileiro, o Colégio Militar do Rio de Janeiro, no período do Estado Novo, pode ser compreendido como um local de propagação dos valores e ideários tanto para a formação de uma nova elite militar como também para o meio civil, visto que, mesmo não seguindo a carreira militar, ao frequentar a instituição de ensino, os alunos eram impregnados pelos aspectos difundidos durante seus anos de formação secundária, valores que emanavam o *ethos* militar.

Retornando à questão da reforma no ensino secundário, Bomeny apresenta que existia uma preocupação dos formuladores das políticas do Estado Novo na socialização de valores e em fomentar o holismo desejado. Implementaram o ensino de Educação Física, Música, pré-militar e familiar. O Estado visava à integração de formação da juventude, conforme observado no artigo 55 da Lei Orgânica:

As escolas secundárias vincular-se-ão à Juventude Brasileira, da qual farão parte os seus alunos menores de 18 anos. Os parágrafos desse art. 55 precisam mais o vínculo: as atividades cívicas da Juventude Brasileira, que terão caráter obrigatório, executar-se-ão dentro do período semanal dos trabalhos escolares e as faltas às comemorações especiais da Juventude Brasileira serão equiparadas às faltas às aulas das práticas educativas. Os pontos essenciais do projeto da nova lei de ensino secundário reforçam o ensino das línguas (português nos sete anos de curso; latim em quatro anos e mais três para os que fizerem o curso clássico; grego no curso clássico; francês e inglês obrigatoriamente; e aos alunos do curso científico, o espanhol. Reforçam ainda o estudo das ciências, da educação moral e cívica, a educação feminina. Tais pontos estão em conformidade com o espírito

⁴⁰⁴ RODRIGUES, Fernando. Estado Novo, papel dos militares... p.368-369.

⁴⁰⁵ BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito... p. 163.

geral que orientou a reforma: o ensino secundário tem duas finalidades essenciais: dar uma ampla e segura cultura geral aos adolescentes e orientá-los e torná-los aptos à realização de cursos profissionais de diferentes categorias e modalidades. Esse sistema, diz o ministro Capanema, “atende à necessidade de dar aos jovens estudantes aptidões necessárias e suficientes ao ingresso em cursos profissionais de níveis diversos, que assim se tornam acessíveis à vocação, à capacidade intelectual e às possibilidades econômicas de cada um. As três categorias diferentes de cursos profissionais poderão dar acesso os ciclos do ensino secundário: do primeiro ciclo se poderá ir aos cursos técnicos; do segundo ciclo, aos cursos superiores; e do terceiro ciclo, aos cursos universitários.”⁴⁰⁶

Neste período, observa-se que a democracia, segundo Bomeny, se referia à totalidade, ou seja, à integração do cidadão em que o Estado era entendido como um benfeitor e o condutor de mentalidades. Neste sentido, ser cidadão era estar restrito a um espaço político. Verifica-se uma limitação do que era aceitável como modelo de cidadão, em que tudo se centralizava nos ideários do Estado Novo, excluindo quem não se adequava ao projeto político pensado para a formação de um “novo cidadão” adequado à construção de uma nação moderna, conforme a ideologia estado-novista. Sendo o:

[...] espaço político dos iguais, dos cidadãos daquele conjunto, identificados e identificáveis, representados e representáveis. A intolerância com o estranho, o estrangeiro, os diferentes se baseia nessa concepção totalitária de inclusão no mundo dos iguais. As etnias estrangeiras são como notas dissonantes de um conjunto harmônico, sintonizado, consensualmente forjado. Se tal concepção não é natural, e não é, cabe às lideranças políticas, pedagógicas e religiosas a função de forjá-la, de construí-la em toda sua extensão. Daí a estratégica função dos ideólogos do Estado, dos pedagogos do Estado e das alianças profícuas com o Estado como aquela que a Igreja católica efetivamente celebrou. O centro de toda essa arquitetura é a política; o sucesso de sua implementação depende da capacidade que os atores e as instituições tiverem de criar nos indivíduos o sentido de habitus, na forma como o entendeu Norbert Elias: “saber social incorporado”.⁴⁰⁷

Em consonância com a busca de uma homogeneização da elite brasileira e unidade nacional, Monteiro apresenta que, neste período, a perspectiva eugênica foi importante nos aspectos referentes à preocupação com a saúde como meio de “regeneração” e formação de um novo homem brasileiro, sendo o Exército um elemento central do projeto ideológico. Entre os valores que levariam à homogeneidade estavam, segundo os preceitos do período: “a saúde, a higiene e o vigor físico e trouxe, por sua vez, a identificação dos atributos daqueles

⁴⁰⁶ BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito... 164.

⁴⁰⁷ BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito... p. 165.

que seriam os obstáculos a tal objetivo, ou seja, os “desviantes”, os “indesejáveis”, os que deveriam ser excluídos deste processo unificador”.⁴⁰⁸

Segundo Rodrigues, em sua tese *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*,⁴⁰⁹ durante a primeira metade do século XX, os Institutos Militares de Ensino Superior formularam diversas reformas objetivando acompanhar a evolução do ensino de formação dos oficiais do Exército, sendo:

A melhor interpretação para essas constantes reformas seria, em um primeiro momento, a necessidade de o Exército Brasileiro preparar melhor seu Corpo de Oficiais, buscando essas mudanças dentro do movimento da História Política Brasileira. Em um segundo momento, podemos dizer que a Escola Militar serviu como um laboratório para os interesses organizacionais e doutrinários do Exército, com o progressivo estabelecimento de um padrão de militar mais profissional e menos teórico. Esse momento foi estabelecido com base na influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena (Formada por alguns oficiais que estagiaram no Exército alemão no início do século XX, e que apesar de pouco numerosos, se fizeram muito atuantes, seja nas comissões assumidas, seja através da Revista A Defesa Nacional, espaço reservado por esse grupo desde a fundação em 1913, para lançar em suas páginas os problemas da Instituição, de forma persuasiva e vibrante), e da Missão Militar Francesa, marcado por revoltas sociais internas, como a Guerra do Contestado e o Tenentismo, e pelas duas Grandes Guerras Mundiais.⁴¹⁰

Fernando Rodrigues constata que, na Escola de Formação de Oficiais, no período do Estado Novo, durante o processo seletivo, existiam padrões de discriminação adotando ideias racistas e antisemitas. Estes padrões faziam parte de um projeto de construção de uma elite militar que atendesse aos interesses tanto do Exército como do Estado, que ansiava formar uma nova elite institucional brasileira homogênea.

Desta forma, existia uma articulação entre o pensamento político que visava à concepção de uma elite militar através do ensino superior e os tipos de discriminação que foram percebidos ao se analisar o acesso dos candidatos, o que gera uma compreensão da sociedade brasileira e da cultura corporativa dentro do Exército, pois:

a formação dos oficiais do Exército Brasileiro na primeira metade do século XX e a própria Instituição passaram a ser um ponto importante na política de configuração e consolidação do Estado republicano, na qual a Instituição desempenhou papel de primeira grandeza. O Exército conformava-se à

⁴⁰⁸ MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”...* p.118.

⁴⁰⁹ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

⁴¹⁰ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946...* p.14.

configuração do Estado, assegurando as aspirações republicanas. O investimento no ensino militar, buscando a melhor qualificação profissional do Corpo de Oficiais, conseguida principalmente com a ajuda das missões militares estrangeiras, transformou os oficiais em atores políticos, situação incompatível com o ideal de neutralidade atribuída à função dos servidores públicos dos altos escalões administrativos dos países capitalistas avançados.⁴¹¹

Não existia, portanto, uma desvinculação do Exército e de suas ações em relação ao contexto político do Estado Novo, ao contrário, suas ações eram pautadas também pelas demandas ideológicas. Foi possível detectar padrões de discriminação no processo de seleção dos candidatos a oficiais, excluindo os que eram negros, judeus, pobres e islâmicos por serem considerados pertencentes a grupos inferiores que prejudicariam a formação de uma elite militar.

Os modelos de discriminação eram determinados pelo Ministro da Guerra ao Estado Maior do Exército, órgão responsável pela direção, organização e fiscalização do ensino militar tanto no ensino superior como no secundário, nesse último caso, representado pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro. Rodrigues pondera que o ensino militar, durante as primeiras décadas do século XX, foi modificado para seguir na direção da modernização e profissionalização, objetivando forjar uma elite militar que agiria atendendo aos interesses do Estado Novo, afastando os oficiais desestabilizadores da ordem.

Enfim, no próximo capítulo, serão analisados uma série de documentos produzidos pelo e para o Colégio Militar do Rio de Janeiro durante o período do Estado Novo. Esta análise demonstrará como o CMRJ também fez parte deste projeto político de formação de uma elite militar, implementado pelo Alto Comando do Exército e atendendo aos interesses do Estado na seleção dos compreendidos, através de critérios excludentes, como melhores elementos da sociedade brasileira, para assumirem os cargos considerados preponderantes para a condução do Brasil ao que entendiam, segundo os preceitos do período, como moderno.

⁴¹¹ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946...* p.160.

Capítulo 5- O Estado Novo e o processo de seleção de alunos no Colégio Militar do Rio de Janeiro

Neste capítulo, o objetivo será trabalhar com as fontes do arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), entender sua estruturação e a organização como parte integrante do Exército como instituição. Nesse sentido, enquadraremos a investigação nas normas jurídicas estabelecidas como parâmetros utilizadas pelo Exército Brasileiro (EB) e pelas leis de funcionamento de arquivos vigentes, ou seja, a Política Arquivística do Exército Brasileiro e as Instruções Gerais do Sistema Arquivístico do Exército Brasileiro. Tal política é resultado da Portaria do Comandante do Exército nº 1.676, de 14 de dezembro de 2016, que estabelece como finalidade normatizar o gerenciamento da documentação não classificada do EB de maneira a se adequar às imposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (referente ao acesso à informação), à legislação militar específica que trata do assunto e às demais disposições legais que regulam a gestão de arquivos públicos.

Ademais será detalhada a documentação selecionada como fonte da pesquisa, ou seja, as pastas dos alunos referentes aos anos de 1937 a 1945. As documentações minudenciam a inscrição e a vida escolar discente no CMRJ, possuindo uma variedade de fontes como certidão de nascimento; ficha de inscrição; cartas patentes; boletins escolares; fichas biométricas; comprovante de pagamento de taxas de inscrição; fichas cadastrais; certificados de vacinação; solicitação de declarações; certificados de conclusão de curso, entre outras. Posteriormente, serão pontuadas as escolhas metodológicas e critérios adotados como parâmetros na constituição da pesquisa.

Outrossim, por meio da apreciação detalhada, seguindo alguns critérios pré-estabelecidos, destas fontes seriais ocorrerá a verificação sobre a existência ou não de critérios de seleção na escolha dos educandos pelo Comandante do CMRJ, que, por sua vez, era subordinado à Inspetoria Geral do Ensino do Exército,⁴¹² subordinada ao Estado Maior do Exército (EME), órgão criado em 1937 para sistematizar todo o ensino na instituição. Nesse contexto, buscamos compreender a instituição escolar secundária como parte de um projeto de formação de uma elite militar que atendesse aos critérios idealizados pela política de governo do Estado Novo de formação de uma nação brasileira dentro dos parâmetros de modernidade

⁴¹² BRASIL. *Decreto nº. 1.976, de 23 de setembro de 1936*. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1976-23-setembro-1937-472052-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 jul. 2024.

e progresso do período, interligando assim o Colégio Militar do Rio de Janeiro à difusão dos novos preceitos para a formação de uma nação brasileira e de construção de uma identidade do país.

5.1 Conhecendo o Arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro

Neste subitem, o foco será conhecer um pouco sobre o Arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro: sua estruturação e organização de acordo com os critérios estabelecidos pelo Exército Brasileiro na atualidade.

O arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro existe desde a fundação da instituição de ensino, ou seja, desde o ano de 1889, tendo como documento mais antigo a Ata de criação do Colégio Militar. Neste local, são armazenados documentos referentes às alterações⁴¹³ dos militares e dos alunos desde a inauguração até o ano de 2016. Atualmente, o arquivo encontra-se no prédio denominado “Casa Rosa”, que é tombado historicamente e foi a primeira área construída no terreno onde atualmente é o CMRJ, sendo anteriormente a fundação da residência do antigo proprietário.

⁴¹³ As alterações dos militares são as folhas com registros das atividades do pessoal do Exército. No passado, era escrita à mão. Já no século XX, os registros foram datilográficos, passando pela impressão magnética, para atualmente estarem depositados nas nuvens. São documentos de responsabilidade da Organização Militar, destinado ao registro semestral das alterações relativas aos militares na qual são escriturados os fatos relacionados às atividades e à vida pessoal do militar que forem publicados em boletim interno, ostensivo ou de acesso restrito da OM a que estiver vinculado.

Imagem 1- Ata de Criação do Colégio Militar do Rio de

*Acta da sessão de inauguração das aulas do
Imperial Collegio Militar*

Aos seis dias do mez de Maio de mil oitocentos oitenta e nove, na Corte do Imperio, achando-se reunidos, no salão de honra do edificio da rua de São Francisco Xavier n. 24, os Ex.^{mos} Sr. Conselheiros Barão Homem de Mello, Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito, e Sr. Coronel Doutor Antonio Vicente Ribeiro Guimarães e mais pessoas abaixo assignadas; o mesmo Sr. Coronel Doutor Guimarães declarou ás pessoas presentes que achava-se autorizado pelo Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, a inaugurar os trabalhos do Imperial Collegio Militar. Depois de lidos pelo secretario o Decreto numero 10202 de 9 de Março ultimo, que criou este collegio, e a relação do respectivo pessoal docente e administrativo, foi dada a palavra ao Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Barão Homem de Mello, orador official, que leu o discurso de inauguração. Concluido este discurso, o Sr. Coronel Doutor Guimarães declarou inaugurados os trabalhos e abertas as aulas do Imperial Collegio Militar. E para constar, lavrou-se a presente acta.

*Antonio Vicente Ribeiro Guimarães
Coronel Commandante*

Barão Homem de Mello

Mons.^{sr} Luiz Raymundo da Silva Brito

Manoel Rodrigues de Campos

Capitão Adjuncto

Aguedo de Lima Barros

1.^o Tenente Alexandre

Antonio Vieira de Azevedo Junior

Janeiro

O arquivo já passou por diversas mudanças ao longo dos anos, inclusive com a perda de alguns documentos pelo armazenamento inadequado. Desde o ano de 2019, os arquivos militares seguem as orientações básicas sobre gestão de arquivos de organizações militares,⁴¹⁴ nelas são especificadas como devem ser mantidos e organizados os locais destinados aos arquivamentos documentais militares, em que expressa:

Este trabalho foi elaborado para atender às necessidades básicas dos arquivos das organizações militares do Exército e que, por várias razões, não podem contar com a assistência técnica de profissionais das áreas de história, arquivologia e museologia. Trata-se de uma coletânea de várias normas e por orientações técnicas consolidadas pelo Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

É importante ressaltar que as informações apresentadas estão focadas na realidade dos arquivos das Organizações Militares do Exército Brasileiro e que os conhecimentos aqui contidos não excluem a necessidade da assistência dos profissionais já mencionados.

Por fim, é dever de cada Organização Militar conservar e manter a memória institucional, operacional e dos integrantes do Exército Brasileiro por meio do recebimento e o correto processamento arquivístico dos acervos escritos, cartográficos e iconográficos, de acordo com a Política Arquivística do Exército Brasileiro e as Instruções Gerais do Sistema Arquivístico do Exército Brasileiro (SAEB).⁴¹⁵

O documento supracitado também destaca que a Portaria nº 1676, de 14 de dezembro de 2016, aprovou as instruções gerais para avaliação de documentos do Exército 01.012 que determina que a finalidade seja normalizar o gerenciamento da documentação não classificada do Exército Brasileiro (EB), para adequar-se às imposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, referente ao acesso à informação e também à legislação militar específica que trata do assunto e das demais disposições legais que regulam a gestão de arquivos públicos. Ficam estabelecidas as seguintes normas:

Art. 26. Em cada OM deverão existir:

I - arquivo corrente; e

II - arquivo geral da OM, subdividido em dois arquivos:

a) intermediário; e

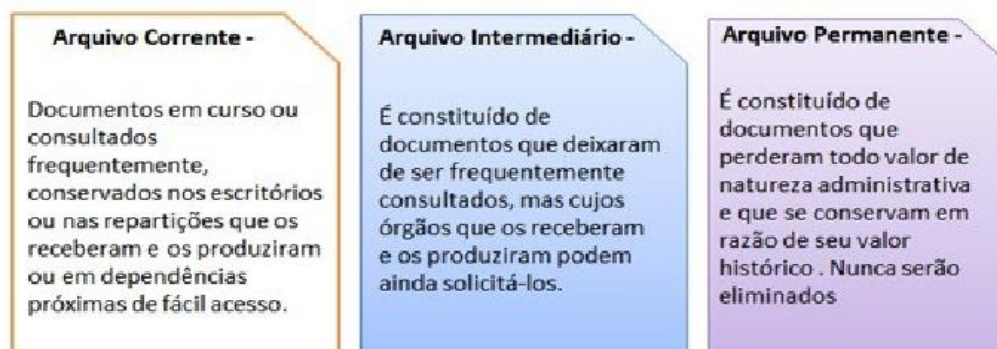
b) de guarda permanente.⁴¹⁶

⁴¹⁴ AHEx. *Orientações Básicas Sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares*. Brasília: Exército Brasileiro, 2019. Disponível em: https://www.ahex.eb.mil.br/images/banners/Orientacoes_basicas.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

⁴¹⁵ MINISTÉRIO DA DEFESA. *Portaria nº 155 do Comandante do Exército, de 29 de fevereiro de 2016*. Brasília: Exército Brasileiro, 2019. p.2.

⁴¹⁶ MINISTÉRIO DA DEFESA. *Portaria nº 155 do Comandante do Exército, de 29 de fevereiro de 2016*. Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

Imagem 2- Organização dos documentos dos arquivos de acordo com sua classificação



Fonte: AHEx. *Orientações Básicas Sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares*. Brasília: Exército Brasileiro, 2019. p. 5.

Além das especificações acima, determinou-se as três finalidades dos arquivos: servir à administração, à História e permitir acessibilidade, sendo assim detalhadas:

- a. Servir à administração:
 - fornecendo informações e documentos necessários ao desenvolvimento das atividades;
 - facilitando o acesso aos documentos;
 - preservando a documentação da OM; e
 - possibilitando o controle da produção de documentos.
- b. Servir à História:
 - fornecendo informações e/ou documentos para reconstituir ou escrever a história da OM e do Exército;
 - servindo de memória da OM; e
 - constituindo fontes de pesquisa.
- c. Permitir a acessibilidade
 - colocando à disposição dos usuários (sociedade) documentos que forneçam informações de caráter probatório ou simplesmente informativo.⁴¹⁷

Sobre a questão do prazo para a guarda dos documentos, na atualidade, seguem As Instruções Gerais para Avaliação de Documentos do Exército (EB10-IG-01.012), 2ª Edição, aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.676, de 14 de dezembro de 2016, ficando estabelecidos os seguintes critérios:

- Arquivo corrente é um local, normalmente na própria seção/divisão da organização militar (OM), destinado ao depósito de todos os documentos que estão na fase corrente de arquivamento;
- Arquivo de guarda permanente é um local destinado à custódia de documentos de rara consulta e que devem ser permanentemente preservados, por serem de grande valor probatório e histórico para a OM;
- Arquivo intermediário é um local destinado à guarda de documentos originais já analisados pela Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos (SCPAD), oriundos do arquivo corrente, e que estão cumprindo

⁴¹⁷ MINISTÉRIO DA DEFESA. *Portaria nº 155 do Comandante do Exército, de 29 de fevereiro de 2016...* p. 7.

o prazo de guarda previsto nas tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo.⁴¹⁸

A representação a seguir demonstra a temporalidade que deve ser seguida na guarda documental:

Imagem 3- Representação da temporalidade dos documentos.



Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. *Portaria nº 155 do Comandante do Exército, de 29 de fevereiro de 2016.*

Op. Cit., p.8.

O arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro segue também os critérios de mobiliário determinados na cartilha, sendo utilizados para serem guardados arquivos deslizantes, estantes, armários ou prateleiras apropriadas para cada tipo (suporte) e formato do acervo. A seguir, podemos comparar entre o que é solicitado e o que é adotado na instituição:

⁴¹⁸ BRASIL. *As Instruções Gerais para Avaliação de Documentos do Exército (EB10-IG-01.012)*, 2ª Edição, aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.676, de 14 de dezembro de 2016. Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

Imagens 4 e 5- Fotografias com a representação de como devem ser o padrão de mobiliário para arquivos no Exército

(...Cartilha Básica sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares – 2ª Edição / 2019...pág. 12 / 31)



Fonte: AHEX. *Orientações Básicas Sobre Gestão de Arquivos de Organizações Militares*. Brasília: Exército Brasileiro, 2019. p. 12.

Abaixo, fotografias do arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro:

Imagens 6 a 11- Fotografias dos mobiliários do arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro



Fonte: Fotografias autorais do Arquivo do CMRJ.

Em relação ao acervo pesquisado, aponto que é armazenado em caixas de metal e são guardados na estante deslizante, conforme as fotografias abaixo:

Imagens 12 e 13- Fotografias do armazenamento do acervo pesquisado do Colégio Militar do Rio de Janeiro



Fonte: Fotografias autorais do Arquivo do CMRJ.

5.2. Conhecendo o acervo pesquisado

Neste subitem, focaremos na descrição do acervo pesquisado, na descrição do trabalho de digitalização e organização dos documentos que foram pesquisados. Além disto, será apontada a metodologia escolhida para a pesquisa.

A tese utiliza como metodologia a história serial, ou seja, analisa os padrões recorrentes e variações ao longo de uma série de fontes ou materiais homogêneos. No caso, o foco da pesquisa foram os documentos referentes aos alunos que participaram do processo de seleção para estudarem no Colégio Militar do Rio de Janeiro entre os anos de 1937 a 1945.

Em um primeiro momento, existia a expectativa de serem usados os arquivos dos candidatos aptos e inaptos no processo seletivo. Ao montar o projeto, o responsável pelo arquivo, à época, expressou existirem estes documentos e permitiu que se observasse alguns itens do acervo. Mas, após ter acesso ao arquivo de fato, foi constatada a inexistência da documentação relativa aos candidatos não aprovados na candidatura. Confesso que este evento causou preocupação, em especial, na maneira de como reorganizar a pesquisa. Mas,

por fim, após conversar com meu orientador, constatei que ainda era possível prosseguir com a pesquisa, pois, ao analisar a documentação dos candidatos aceitos, conseguiria aferir os padrões existentes durante o recorte temporal.

Foram mais de dois anos de idas e acesso ao acervo do Colégio Militar do Rio de Janeiro, entretanto tal pesquisa que tem como base o acervo do CMRJ sofreu impacto do período de isolamento social vinculado à Pandemia de Covid-19. Desta forma, a digitalização que estava planejada no projeto com início em 2020, ano de ingresso no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira, somente foi possível ser realizada em meados de 2022. Isto gerou uma mudança na organização e encaminhamento da tese.

Além disto, o desenvolvimento e análise desses documentos dependia da autorização para acessar o arquivo. E, devido à pandemia, o responsável pelo arquivo desde 1979, o senhor Sebastião de Oliveira foi afastado, e ninguém foi designado para o cargo por anos. Foram muitas solicitações e tentativas de acesso até que, por intermédio e mediação da tenente-coronel Adriana da Silva Bastos, diretamente com o comandante, obtive o acesso ao arquivo. Entretanto, ainda havia a necessidade da intermediação do responsável pelo arquivo. Como não havia mais um funcionário destinado somente para o arquivo, meu trabalho ficava limitado à disponibilidade de algum funcionário do CMRJ, o que também gerou atraso, visto que, ao terminar a digitalização de uma caixa de documentos, era necessário aguardar, às vezes por semanas, para obter acesso à outra caixa. Foram anos de muita angústia e preocupação, pois existe, no desenvolvimento de uma tese, um período e projeto a ser concluído.

Com muita contumácia, consegui cumprir o que estabeleci como meta inicial: digitalizar todos os documentos referentes às fichas de inscrição e vida escolar dos alunos no período de 1937 a 1945. A digitalização da documentação será um legado desta pesquisa, pois os documentos que até então estavam apenas armazenados em caixas e, em alguns casos, apresentavam estado avançado de deterioração, poderão ser acessados através dos meios digitais, gerando a preservação dos documentos e facilitando o acesso às futuras pesquisas. Essa documentação, além de disponibilizada no arquivo do CMRJ também será depositada na sessão *Fontes* do site do Laboratório de História Militar, Política e Fronteiras, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. O total de documentações digitalizadas, entre as pastas dos alunos e outros documentos, foi de, aproximadamente, 36.123 arquivos, perfazendo 1.969 pastas.

Neste processo de digitalização, foi utilizada a máquina digitalizadora CZUR ET 18 Pro User, existente na instituição. Seu programa permite que, após a digitalização, no momento de salvar a imagem, seja possível transformá-la em um documento em formato PDF ou em um formato que possibilite o reconhecimento das palavras existentes na imagem, transformando-o em um documento que seja pesquisável também por assuntos, temas ou palavras-chave de busca. Agora, por exemplo, o pesquisador pode utilizar as ferramentas de busca nestes documentos e selecionar a palavra-chave “Rio de Janeiro” e serão apontados quais documentos possuem esta palavra.

Imagem 14- Aparelho digitalizador existente no Arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro⁴¹⁹



Em relação à documentação, foram digitalizadas 29 caixas de ferro de documentos, com quantidades variadas. Os alunos no Colégio Militar do Rio de Janeiro, no período da pesquisa, são identificados nas documentações através de numerações sequenciais que existem em todos os documentos referentes ao aluno. Entretanto, anualmente, a numeração sequencial recomeça do zero. Por exemplo, em 1937, existem os alunos 01 até 754, no ano seguinte a numeração recomeça, portanto o aluno é identificado pelo número e ano

⁴¹⁹ Imagem de internet, Scanner Planetário Czur, o produto é descrito pelo fabricante como: desenvolvido para atender pessoas e pequenas empresas que necessitam digitalizar os mais variados tipos de documentos, desde cartões de visita, faturas, brochuras, livros, revistas, certificados, e todo tipo de encadernações e documentos em geral. O ET 18 pro, é cerca de 10 vezes mais veloz do que um scanner tradicional de mesa e câmeras HD. Graças ao seu software inteligente e algoritmo avançado, permite uma digitalização simples e de alta qualidade tanto com folhas soltas como de livros. Entre as principais características deste software, destacamos a correção da curvatura dos livros, remoção da imagem dos dedos, correção de posição e limpeza do fundo da imagem. O OCR integrado ao software suporta mais de 187 idiomas. O ET 18 PRO, pode funcionar tanto como scanner, como projetor de apresentações em salas de aula, palestras, etc. Principais aplicações: Arquivos de Empresas, Escritórios de Advogados, Instituições de Ensino, Empresas Públicas, Bibliotecas e Livrarias, Centros de Fotocópias, Arquivos, Instituições Financeiras, Clínicas, Hospitais, Construtoras, entre outros.

correspondente. Conforme pudemos observar, na frente das caixas, existe a identificação de acordo com a numeração dos alunos.

As caixas de documentos pesquisados são identificadas no arquivo da seguinte maneira:

- 1937 - 01 a 754 (totalizando uma caixa)
- 1938 - 03 a 388 /404 a 931/ 933 a 1100 (totalizando três caixas)
- 1939 - 02 a 198/ 201 a 473/ 475 a 971 (totalizando três caixas)
- 1940 - 50 a 293/ 295 a 465/ 466 a 1173(totalizando três caixas)
- 1941- 04 a 308/318 a 578 / 574 a 1388 (totalizando três caixas)
- 1942 -11 a 495/599 a 736 / 737 a 1381(totalizando três caixas)
- 1943- 13 a 433/443 a 664/ 665 a 893/ 894 a 950/ 951 a 1389 (totalizando cinco caixas)
- 1944- 06 a 705/ 720 a 1040/ 1041 a 1113/ 1114 a 1391(totalizando quatro caixas)
- 1945- 12 a 254/ 255 a 597/ 620 a 1181/1182 a 1367 (totalizando quatro caixas)

Após identificar as caixas referentes ao período de estudo, foram realizadas as digitalizações de todas as documentações nelas existentes. A quantidade de documentos referentes às fichas dos alunos digitalizadas por anos são:

- 1937- 903 Arquivos, 58 Pastas (fichas de alunos).
- 1938- 5.489 Arquivos, 348 Pastas (fichas de alunos).
- 1939- 3.441 Arquivos, 263 Pastas (fichas de alunos).
- 1940- 2.390 Arquivos, 122 Pastas (fichas de alunos).
- 1941- 2.416 Arquivos, 133 Pastas (fichas de alunos).
- 1942- 3.117 Arquivos, 165 Pastas (fichas de alunos).
- 1943- 3.634 Arquivos, 188 Pastas (fichas de alunos).
- 1944- 3.948 Arquivos, 178 Pastas (fichas de alunos).
- 1945- 6.178 Arquivos, 268 Pastas (fichas de alunos).

Total: 21.686 Arquivos, 1054 (fichas de alunos).

Outros acervos que se encontram digitalizados, referentes aos alunos no período:

- Fichas dos alunos: fichas com o nome e o número do aluno desde a fundação do colégio, contendo 3.427 Arquivos.

Se fizermos um comparativo entre a identificação dos documentos que são demarcados como existentes nas caixas e os que efetivamente foram encontrados nas caixas, observamos que a quantidade de fichas de alunos encontradas nas caixas para digitalização não corresponde ao total indicado nas caixas:

- 1937 na caixa são indicados 754 alunos - fichas encontradas 58;
- 1938 nas caixas são indicados 1100 alunos - fichas encontradas 348;
- 1939 nas caixas são indicados 971 alunos - fichas encontradas 263;
- 1940 nas caixas são indicados 1173 alunos - fichas encontradas 122;
- 1941 nas caixas são indicados 1388 alunos - fichas encontradas 133;
- 1942 nas caixas são indicados 1381 alunos - fichas encontradas 165;
- 1943 nas caixas são indicados 1389 alunos - fichas encontradas 188;
- 1944 nas caixas são indicados 1391 alunos - fichas encontradas 178;
- 1945 nas caixas são indicados 1367 alunos - fichas encontradas 268.

Depois de verificar todas as caixas e realizar uma análise preliminar de todos os documentos, a conclusão a que cheguei em relação a esta discrepância foram duas: primeiramente, somente foram mantidas as fichas e documentações dos alunos que realizaram a matrícula no ano correspondente da caixa e que concluíram todo o ensino secundário na instituição; e, segundo, o aluno foi transferido para outro colégio militar, visto que identifiquei, nas caixas, algumas fichas de alunos transferidos.

Estas questões geraram outro impacto no rumo da pesquisa, pois a pergunta que iniciou meu questionamento na análise foi justamente entender os critérios de seleção para o ingresso e agora, além de não existirem as fichas dos alunos que não foram selecionados, também não existiam as fichas de todos os alunos que foram selecionados.

Minha opção então foi manter a pergunta inicial ao longo do trabalho e, neste capítulo, readaptar meu objetivo e compartilhar também com os leitores os caminhos, dificuldades e escolhas no uso das fontes históricas. Lembrei-me de que o historiador Marc Bloch escreveu,

em *Apologia da História*,⁴²⁰ que faz parte do ofício do pesquisador saber o que perguntar à fonte histórica e que o historiador precisa saber consultar nas fontes históricas. Além disto, segundo Bloch:

Todo livro de História digno desse nome deveria comportar um capítulo ou [caso se prefira], inserida nos pontos de inflexão da exposição uma série de parágrafos que se intitulariam algo como: “como posso saber o que vou lhes dizer”?” Estou convencido de que, ao tomar conhecimento dessas confissões, inclusive os leitores que não são do ofício experimentariam um verdadeiro prazer intelectual. O espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses, raramente entendia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio.⁴²¹

Sendo assim, após refletir sobre qual caminho seguir, ao ter me deparado com duas grandes mudanças nos planos iniciais, optei por analisar quem foram os alunos selecionados para ingressarem no Colégio Militar do Rio de Janeiro e que conseguiram concluir o ensino secundário, observando se existia algum padrão entre eles. Para tal, foram analisadas 50 pastas de alunos correspondentes a cada ano de maneira mais detalhada, visando compreender e encontrar ou não a existência de algum padrão, durante o período de 1937 a 1945, que explique o motivo de terem sido selecionados pelo Comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro. A escolha desta quantidade foi por observar que as informações são, em geral, homogêneas por serem obtidas através da ficha de inscrição e documentos apresentados como a certidão de nascimento e boletins escolares, solicitações de declarações entre outros, conforme apresentarei posteriormente.

Segundo o historiador Michel de Certeau,⁴²² em *A escrita da História*, o estabelecimento das fontes deve ir além de simplesmente observar os seus usos ou a forma que foram criadas. Para o autor:

O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas. Primeiro indício deste deslocamento: não há trabalho que não tenha que utilizar de outra maneira os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora, por um uso religioso ou "familiar". Da mesma forma, a título de novas pertinências, constitui como documentos utensílios, composições culinárias, cantos, imagens populares, uma disposição dos terrenos, uma topografia [Pg.082] urbana etc. Não se trata apenas de fazer falar estes "imensos setores adormecidos da documentação" e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente. Da mesma forma não se pode chamar "pesquisa" ao estudo que adota pura e simplesmente as

⁴²⁰ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79.

⁴²¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador...* p.66.

⁴²² CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

classificações do ontem que, por exemplo, "se atêm" aos limites propostos pela série H dos Arquivos e que, portanto, não define um campo objetivo próprio. Um trabalho é "científico" quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo "estabelecimento das fontes" - quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras.⁴²³

Neste sentido, a tese desenvolvida pretende superar “o apenas observar” os dados apresentados como meros dados descritivos dos alunos ou responsáveis, sem nenhuma intencionalidade, mas analisá-los visando observar a intencionalidade das solicitações de tais informações pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, quais os valores e objetivos desejados pelo Exército Brasileiro, que era o responsável em orientar as ações da instituição de ensino através do Ministério da Guerra.

Sendo assim, ao observar os dados como a cor do aluno; a religião; a origem de seus responsáveis (civis ou militares); a profissão dos responsáveis e local de nascimento, não estarei apenas fazendo uma coleta de informações sem maiores propósitos, mas com o objeto de perceber a existência ou não de determinados padrões, que atendessem aos critérios predominantes das reformas que ocorreram dentro do Exército Brasileiro, nas décadas de 1930 e 1940, que pleiteavam atender aos valores implementados pelo governo do Estado Novo.

Não podemos ainda deixar de acentuar que, durante a primeira metade da Primeira República, de 1905 até 1946, ocorreram nove reformas dos Regulamentos dos Institutos Militares de Ensino Superior “com o claro objetivo de acompanhar a evolução do ensino em relação à formação profissional dos futuros oficiais do Exército,”⁴²⁴ e assim atender às demandas modernizadoras do período. As instituições de ensino dentro do Exército Brasileiro, como é o caso do Colégio Militar do Rio de Janeiro, eram, desta forma, alinhadas a uma formação que objetivava um acompanhamento da política de modernização republicana que fora implementada durante o primeiro governo de Getúlio Vargas em sintonia com o ideal de construção de um novo homem. À vista disso, o Colégio Militar e a Escola Militar se tornaram os locais para seleção dos “melhores” candidatos dentro da perspectiva de formação de uma nova elite militar. Sobressaímos que a formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, iniciada no Colégio Militar do Rio de Janeiro, recebeu influência das teorias científicas que estabeleciam parâmetros de hierarquia social e étnica.

⁴²³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História...* p.75.

⁴²⁴ RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis: instituição, pensamento político, e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010. p.7.

Isso posto, entendemos que, dentro desta percepção, os regulamentos de ensino militar nos Colégios Militares, articulados à política de modernização do Exército Brasileiro, foram organizados como prioridades na formação de um novo quadro de oficiais dentro do Exército Brasileiro, para um modelo profissional mais prático e objetivo que trouxe mudanças na cultura política institucional da Escola Militar, tendo por escopo diminuir o ensino baseado em conteúdos e aumentar as disciplinas práticas nas sucessivas revisões curriculares. Este projeto, por sua vez, estava alinhado aos Decretos de Ensino Militar nos Colégios Militares.

Ademais, pontuamos que as iniciativas educacionais, revestidas de um caráter assistencialista do CMRJ, neste período, são questionáveis, conforme debatemos no capítulo dois. Pontuamos que, apesar da existência de um discurso na criação do Imperial Colégio Militar (1889) de que a instituição teria um viés assistencial, percebemos, ao analisar as documentações como os decretos de funcionamento, as pastas dos alunos e ao realizar uma análise sociológica dos seus discentes, que, com o passar das gerações formadas, o CMRJ tornou-se detentor de um caráter mais preparatório do que assistencial, em que os concludentes tinham vaga preferencial nas Escolas Militares. Os alunos que fossem amparados pela gratuidade e que não optassem pela carreira das armas deveriam indenizar o erário. Marca-se assim que os decretos e funcionamento da instituição eram, portanto, resultado dos anseios de formação de oficiais adequados à necessidade de quadros qualificados para acompanhar a profissionalização do Exército.

Reforçamos que, neste período, havia um atrelamento da educação ao Exército na preparação de uma mentalidade que objetivava formar um novo grupo, que fosse capaz de “[...] pensar militarmente. A intervenção do Exército na política educacional teria ainda como meta fundamental a construção de barreiras eficazes à propaganda de doutrinas consideradas perigosas à defesa da nacionalidade”.⁴²⁵ A educação apresentava-se como um instrumento de valores que tinha como principal meta a homogeneização e a disciplina, sendo que:

[...] aos poucos o papel específico das Forças Armadas vai sendo acentuado, a partir da ideia de que a educação deveria servir à segurança, à ordem e a continuidade da nação. A educação, também para os militares apareceu como a grande arma a ser usada nesta luta espiritual que se trava entre as vigas mestres e os inimigos declarados de todas as pátrias.⁴²⁶

⁴²⁵ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 69.

⁴²⁶ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema...* p. 180.

Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, em sua obra *O poder simbólico*,⁴²⁷ o chamado poder simbólico é o poder oculto, em que distinto de uma noção de poder que ligado diretamente ao Estado ou a algum aparelho de repressão visivelmente identificado e percebido como tal, é aquele que não se exhibe como um poder, não aparenta ser um meio de coerção. Ou seja, é o poder em que o indivíduo não sabe ou não nota que é dominado. Assim, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”,⁴²⁸ Bourdieu expressa que uma estrutura somente consegue ser estruturante se for estruturada, conforme:

Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder Simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.’⁴²⁹

Entendemos, assim, as ações no processo de seleção para discentes, no período pesquisado, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, como as “estruturas” para as medidas estruturantes do Estado Novo e de modernização do Exército Brasileiro, compreendida também pela preocupação na formação de um grupo de oficiais que atendessem às demandas, pois o Exército estava estruturado de forma a considerar a ideologia dominante, aquela vinculada à classe dominante e representada pelo Estado. Ou seja, os sistemas simbólicos exercem poder através de estruturas estruturantes estruturadas, acreditava que os gostos e estilos de vida eram condicionados pela experiência social de cada grupo, sendo que:

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. [...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as

⁴²⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

⁴²⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico...* p.7.

⁴²⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico...* p. 9.

fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados.’⁴³⁰

O Colégio Militar do Rio de Janeiro é entendido então como um instrumento para projeção de valores, normas e condutas que permeavam os interesses do Estado durante o Estado Novo e que atendiam aos critérios de conformação de uma sociedade brasileira entendida através dos valores de modernidade, progresso e bases ideológicas estado-novistas. Bourdieu também expressa que a cultura dominante foi naturalizada pelos dominados, portanto, a sociedade através do que denomina como *habitus*, nesta pesquisa utilizada para o entendimento das práticas construídas no Exército e no Colégio Militar, como princípio de vida, a força das práticas moldadas dentro da sociedade brasileira através do Exército.

Segundo Bourdieu, o conceito de *habitus* é entendido como a anexação das estruturas sociais em um indivíduo, ou de um determinado grupo, aqui na pesquisa apontado como sendo o Exército Brasileiro. Esse *habitus* é resultado da posição social do indivíduo e está de acordo com o campo em que se insere e que proporciona ao indivíduo. Tal campo também permite ao indivíduo formar seus posicionamentos sobre os diferentes aspectos da sociedade, na qual as características são “moldadas” pelo seu *habitus*, sendo adquirido pelo indivíduo conforme o grupo ou campo em que é inserido de forma inconsciente. Bourdieu pontua que “o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em conjunto unívoco de escolhas, de bens, de práticas.”⁴³¹ Este conceito é importante por ajudar na construção do conhecimento quando refletirmos sobre o papel do homem na sociedade em que o homem é independente e livre para atuar no meio em que se insere, mas é limitado por forças externas.

Assim, o Colégio Militar do Rio de Janeiro estava inserido no *habitus* de constituição de uma elite militar que atendesse aos interesses do Exército Brasileiro, que também era limitado e moldado pelas reivindicações que se refletiam no período do Estado Novo. Sendo todos os alunos da instituição de ensino, independentemente de se formarem como futuros oficiais ou militares, ou seguirem carreiras civis, difusores dos valores e *status quo* entendidos pelo governo como os melhores para a constituição de um novo Brasil e sua nacionalidade.

Como metodologia, foi escolhido o processo de amostragem aleatória simples que se caracteriza por selecionar de forma imparcial uma parte da documentação a ser analisada, em que cada ficha cadastral possui a mesma chance de ser selecionada para a amostragem,

⁴³⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*... p. 10-11.

⁴³¹ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 21.

elemento fundamental para garantir a representatividade da amostra. Para assegurar que fosse uma seleção aleatória, no caso da existência de mais de uma caixa de documentos em determinado ano, foi selecionada de cada caixa uma fração correspondente, aproximadamente, igual de pastas de alunos. Com exceção de 1937, em que existia apenas uma caixa que foi praticamente toda analisada.

A escolha por esta metodologia possibilitou a verificação de todos os arquivos da pasta do aluno com maior atenção. A pasta do discente é formada por documentações diversas, como certidões de nascimento; óbitos; ficha disciplinar; boletins; históricos escolares; cartas partentes, entre outros. Neste processo, foram averiguados, aproximadamente, os seguintes arquivos por anos: em 1937 - 900 arquivos; em 1938 - 1110 arquivos; em 1939 - 968 arquivos; em 1940 - 1134 arquivos; em 1941 - 1180 arquivos; em 1942 - 973 arquivos; em 1943 - 1130 arquivos; em 1944 - 1391 arquivos; e, em 1945 - 1390 arquivos; perfazendo 10176 documentos analisados.

Sobre o processo seletivo de ingresso na instituição, demarcamos que o candidato e/ou seu responsável deveriam escrever uma declaração de desejo de ingresso e entregar uma lista de documentações que incluía a certidão de nascimento do aluno, além de realizar uma prova e pagar uma taxa. Entretanto eram selecionados aqueles que fossem dados como aptos pelo comandante.

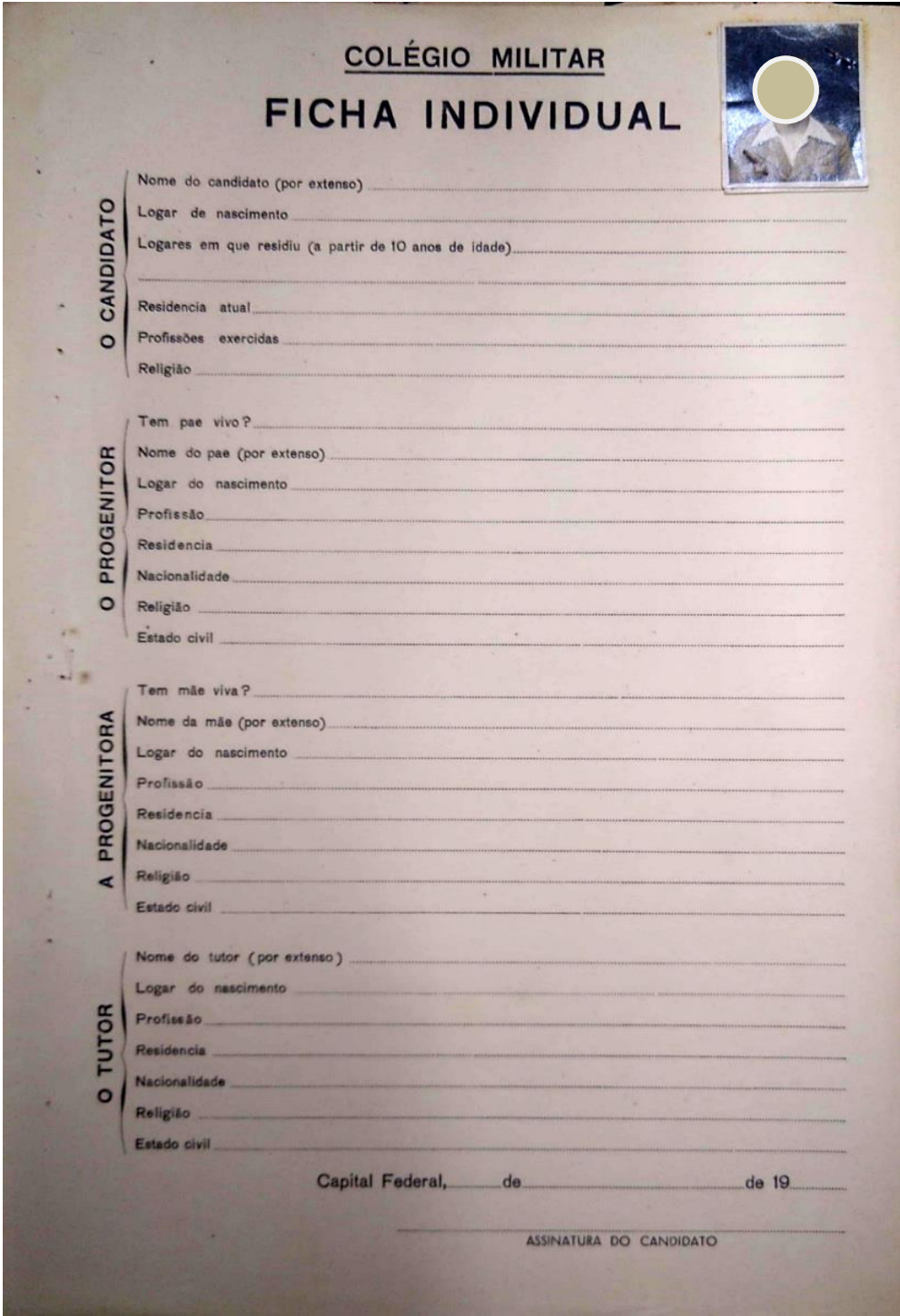
Faço a ressalva de quê, a partir de 1940, foi incluída, na inscrição, uma ficha de inscrição, na qual os seguintes dados deveriam ser preenchidos pelos candidatos:

- Parte do Candidato: Nome do candidato; lugar de nascimento; lugares que residiu a partir dos 10 anos; residência atual; profissões exercidas e religião.
- Parte do Progenitor: Tem pai vivo? Nome do pai; lugar do nascimento; profissão; residência; nacionalidade religião e estado civil.
- Parte da Progenitora: Tem mãe viva? Nome da mãe; lugar do nascimento; profissão; residência; nacionalidade; religião e estado civil.
- Parte do tutor: Nome do tutor; lugar do nascimento; profissão; residência; nacionalidade; religião e estado civil.

Ao terminar de preencher, deveria datar e assinar e, nas fichas, era incluída uma fotografia 3x4. A inclusão desta ficha demonstra na pesquisa a preocupação em ter acesso a informações mais precisas sobre o aluno e sua família, sendo marcada neste momento a

obtenção de informações como a cor da pele, obtida pela certidão de nascimento e a exigência da fotografia para ratificar, e a religião. A seguir, o modelo de ficha individual do aluno que era anexada na pasta do aluno.

Imagem 15 - Modelo de ficha individual do aluno que deveria ser preenchido pelo candidato a uma vaga a partir de 1940



COLÉGIO MILITAR

FICHA INDIVIDUAL



O CANDIDATO

Nome do candidato (por extenso) _____

Logar de nascimento _____

Logares em que residiu (a partir de 10 anos de idade) _____

Residência atual _____

Profissões exercidas _____

Religião _____

O PROGENITOR

Tem pae vivo? _____

Nome do pae (por extenso) _____

Logar do nascimento _____

Profissão _____

Residência _____

Nacionalidade _____

Religião _____

Estado civil _____

A PROGENITORA

Tem mãe viva? _____

Nome da mãe (por extenso) _____

Logar do nascimento _____

Profissão _____

Residência _____

Nacionalidade _____

Religião _____

Estado civil _____

O TUTOR

Nome do tutor (por extenso) _____

Logar do nascimento _____

Profissão _____

Residência _____

Nacionalidade _____

Religião _____

Estado civil _____

Capital Federal, _____ de _____ de 19 _____

ASSINATURA DO CANDIDATO

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Os outros documentos anexados ao processo de solicitação eram: certidão de nascimento (que possuía a cor da pele); histórico escolar; atestado de saúde e vacinação; no caso de ser órfão, tinha que acrescentar a certidão de óbito e comprovante de pagamento da taxa.

Em razão do Art. 31 da Lei nº 12.527/2011, os tratamentos das informações pessoais foram feitos de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. As informações pessoais devem ter seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem, por conta disto, em respeito às determinações desta lei, irei omitir os dados pessoais, como os nomes dos candidatos e dos responsáveis.

A fim de facilitar a visualização e entendimento dos documentos analisados nas pastas dos alunos, seguem agora exemplos dos que são encontrados, mas com as informações pessoais ocultadas:

Imagem 16- Exemplo de capa do processo de entrada e onde fica guardada toda a documentação do candidato/aluno.

Mod. 19
123 B
C-594

MINISTERIO DA GUERRA
COLLEGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA

Nº. 7

Nome [REDACTED]

Nasceu em 28 de fevereiro de 1925

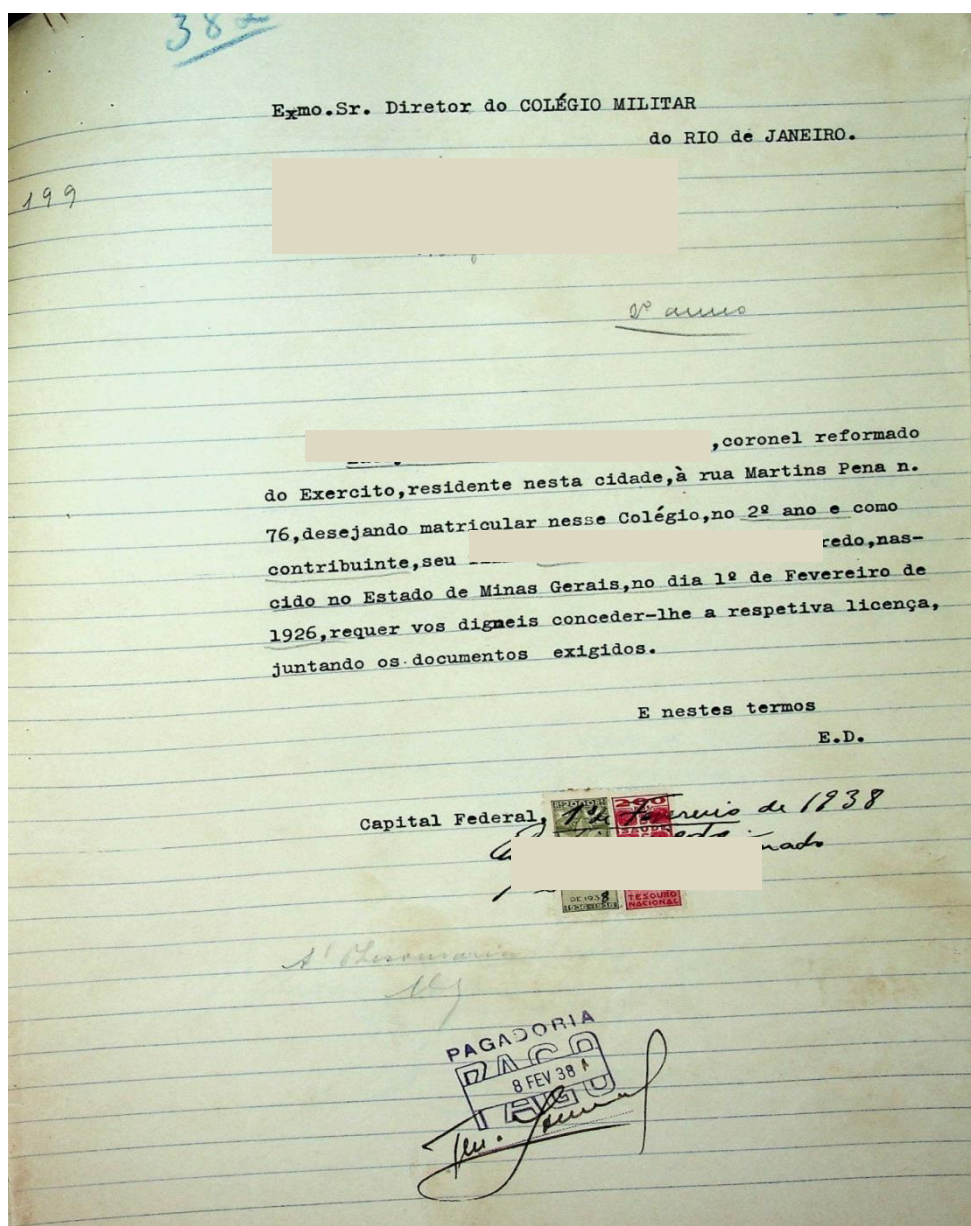
Natural do Estado do Rio de Janeiro

1937

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Observem que nela existe a informação de que o colégio é subordinado ao Ministério da Guerra, o número do aluno, a data de nascimento, a naturalidade e o ano da inscrição.

Imagem 17- Requerimento de ingresso



Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Este é o documento em que o responsável fazia a solicitação da vaga. Existem alguns que são manuscritos e outros que são datilografados. Neste documento, o padrão era o responsável se dirigir ao diretor do colégio, conforme o modelo abaixo, se apresentar, no caso de militar, em geral, informava seu posto. Era padrão também informar o endereço, se

desejava a vaga como contribuinte ou amparado, apresentar o nome do filho, local e data de nascimento. Por fim, escrevia que era um requerimento para solicitar a licença e que estava entregando os documentos solicitados, datava, assinava e autenticava com um selo. Também aparecia nele um carimbo com a informação “pago”, sinalizando que pagou a taxa de inscrição.

Imagem 18- Histórico escolar

MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE PUBLICA
Gymnasio Diocesano São João
Instituto Livre de Ensino Secundario
Decreto n. 21.527, de 13 de Junho de 1932

CAMPANHA :—: **MINAS**

Certificado de aprovação da 1ª Serie Nº 31

filho de [redacted] nascido em [redacted] de julho de 1923, foi considerado aprovado na 1ª serie, no anno lectivo de 1936, com o seguinte resultado:

Portuguez 79	Phisica
Francez 78	Chimica
Inglez	Historia Natural
Latim	Desenho 69
Sciencias Phisicas e Naturaes 73	Philosophia
Historia da Civilização 86	Historia Universal
Geographia 85	Historia do Brasil
Mathematica 93	

Media geral oitenta (80.)

Campanha (Minas), 10 de dezembro de 1936

O Inspector Edmundo

Visto _____ Inspector Regional Ree

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Um dos documentos exigidos era o histórico escolar do aluno antes do ingresso. Nele ocorrem algumas variações dependendo da origem escolar, mas, em geral, eram informadas as disciplinas e notas, além de informações como nome, filiação e local de nascimento.

Imagem 19- Comprovante de Pagamento de taxa de inscrição

Nº 2331

Colegio Militar do Rio de Janeiro

O responsável pelo aluno _____ pagou :

Taxa de inscrição	10\$00
Taxa de expediente	0\$00
Pensão	0\$00
Multa de 10%	0\$00
Indenização	0\$00
Deposito	0\$00
Joia da matrícula	0\$00
TOTAL:	10\$00

Em 7 de Setembro de 1941

Cap. Int. Tes.

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Documento com uma numeração de série, nome e número do aluno. Valor pago em Réis, a data e assinatura do responsável em receber. De acordo com o Decreto-Lei 2162, de 1940, o salário-mínimo era 240 mil réis, para termos uma noção comparativa da taxa paga e do valor do salário.

Imagem 20- Comprovante de vacina (com a cor do candidato)

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 CENTRO DE SAÚDE N. 5
 Rua Mariz e Barros, 28

Departamento Nacional de Saúde Pública
 Serviço de Vacinação Antivaríólica

Atesto que
 de Mauro de idade, de cor natural de foi vacinado
 residente Rua Tupyatá, 11 de 7 de 1936
 - proveito no dia 7 de 2 de 1936
 Numero de vacinas: 1 no braço direito
 O portador deste deverá revacinar-se ao completar - anos de idade.

Observações:

Cartório Belmim
 Serviço de Vacinação Antivaríólica
 Tab. V. Faria
 Rosário, 78

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Documento com o registro das vacinas do aluno e também informações pessoais como: nome; idade; cor e local de nascimento.

Imagem 21- Certidão de Nascimento

C 148

816

Cartório de Paz e Registro Civil
Distrito de Batataes - Estado de São Paulo
Escritório
Augusto Roncaratti



Republica dos Estados Unidos do Brasil
Estado de S. Paulo — Distrito de Batataes

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Ea, _____, Escrição de Paz e Official do Registo Civil
deste Districto Cidade de Batataes, Estado de São Paulo, etc.

CERTIFICO que no livro numero quarenta e treis, de assentamentos de nascimentos
a Folhas vinte quatro verso e vinte e cinco, sob o numero de ordem
quinhetos e oitenta e cinco, está registada um criança de cor branca,
do sexo masculino, nascida ás onze e meia horas do dia oito
de Setembro de mil novecentos e vinte e oito, em domicilio nesta
cidade, á Praça Barão do Rio Branco, numero sete, que recebeu o
nome de _____
filho legitimo _____ de 2º Sargento _____
casados e residentes nesta cidade, elle natural
do Estado _____ ionario Militar, com 30 annos de idade,
de, ella _____ idas domesticas, com 39 annos de idade.
São avós paternos: _____ ins, _____
dona: _____
matern _____
dona: _____

O referido é verdade e dou fé.

Cartorio de Paz de Batataes, em doze _____ de Setembro _____ de
mil novecentos e vinte e oito.

O OFFICIAL DO REGISTO CIVIL,

Batataes, 12 de Setembro de 1928.
12-9-28

Desta, Registo d. Sello: Nihil.

MOTIVEL:

Official do Registo Civil, _____

Firma do Tár. LEMMES
RIO ROSÁRIO, 141

Reconhecer no TABARÃO FIRMADO
Rua da Antiga, 1 - S. Paulo.

FIRMA NO TÁB. FALLEIROS
S. PAULO-R. Veneclau B. A., 4

CIRCULO DOS SERGEN-
tos
Batataes
12-9-28

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Note como marcam em vermelho a cor do candidato e a filiação, característica que surgiu em algumas pastas verificadas. Este documento possui as informações sobre a filiação paterna e materna; local e data de nascimento; endereço; naturalidade e nacionalidade dos responsáveis e do aluno. Além de apresentar a cor, e, em alguns casos, a profissão dos responsáveis.

Imagem 22- Declaração de conduta do candidato (Solicitado após 1939)

! 1



PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

RIO DE JANEIRO, D. F. 22 de dezembro de 1944

Nº 31

Origem: Colégio L. 3º José de Almeida
Núcleos 3 349

Declaro, para os devidos fins, que o aluno -
concluiu o curso primário no
corrente ano, tendo tido sempre uma conduta irre-
preensível nos anos de 1940 a 1943.

A diretora
Marina Dulce Magno de Carvalho

Marina Dulce Magno de Carvalho
Matrícula 9 643

Documento em que era declarado que o aluno possuía a chamada “boa conduta”. Poderia ser feito pela escola anterior ou por alguma autoridade, como militar.

Nas documentações das pastas dos alunos, existe uma variação muito grande de documentos que podem ser encontrados além dos citados acima, podendo ainda existir desde solicitações de declarações como certidões de óbitos, cartas patentes, recortes de jornais entre outros.

Imagem 23- Solicitação de pré-militar. Documento comprovando que o aluno concluiu e possui certificado pré-militar.

Al. 606 e 9.F

Ilmo. Sr. Coronel Comandante do Colégio Militar

*Forneça-me o certificado.
Ecu. 12. IV. 947.
- aq. silvius
at. cur.*

*Forneça-me o certificado.
Ecu. 12. IV. 947.
- aq. silvius
at. cur.*

O abaixo assinado, responsável do ex-aluno dêsse colégio sob nº AL FARIA- que frequentou até a 3.ª Série ginásial em 1945; requer a V. S. se digne mandar passar o certificado de pre-militar a que tem direito o referido seu responsabilizado.

P.Deferimento

Res. de Janeiro Em 9 de de 1947

ANTÔNIO ESTANISLAU DE OLIVEIRA MAT. 11208

COLÉGIO MILITAR
SEÇÃO DE INFANTARIA

C. Federal, 10-IV-947.
INF. n. 37.
Do Cap.Chefe da Seq.Inf.
Ao Sr.Ten.Cel.Fiscal do Pessoal.

I - Restituindo o presente requerimento, informo-vos que o ex-a AL FARIA nasceu a 30-III-929, foi matriculado em 19-III-941, excluído em 13-IX-945, quando cursava a 3a. série ginásial, tendo assim direito ao certificado de instrução pre-militar, nos termos do paragrafo unico do art. 171 do regulamento deste estabelecimento.

Denizart Leão

DENIZART LEÃO
Cap. Chefe da Seq.

ACD.

A solicitação de pré-militar era um documento solicitado pelos alunos concluintes e servia para contagem do tempo de carreira militar.

Imagem 24- Documento de justificativa de faltas. Caso o aluno faltasse teria que justificar suas faltas.

608

COLÉGIO MILITAR
GABINETE DO FISCAL DO PESSOAL
RECEBIDA

Aluno número 2

MÊSES	D I A S D E F A L T A S		PONTOS
	Justificadas	Não Justificadas	
Abril			
Maio	..		
Junho			
Julho	14	19-22-23-24	13
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
TOTAL:			13

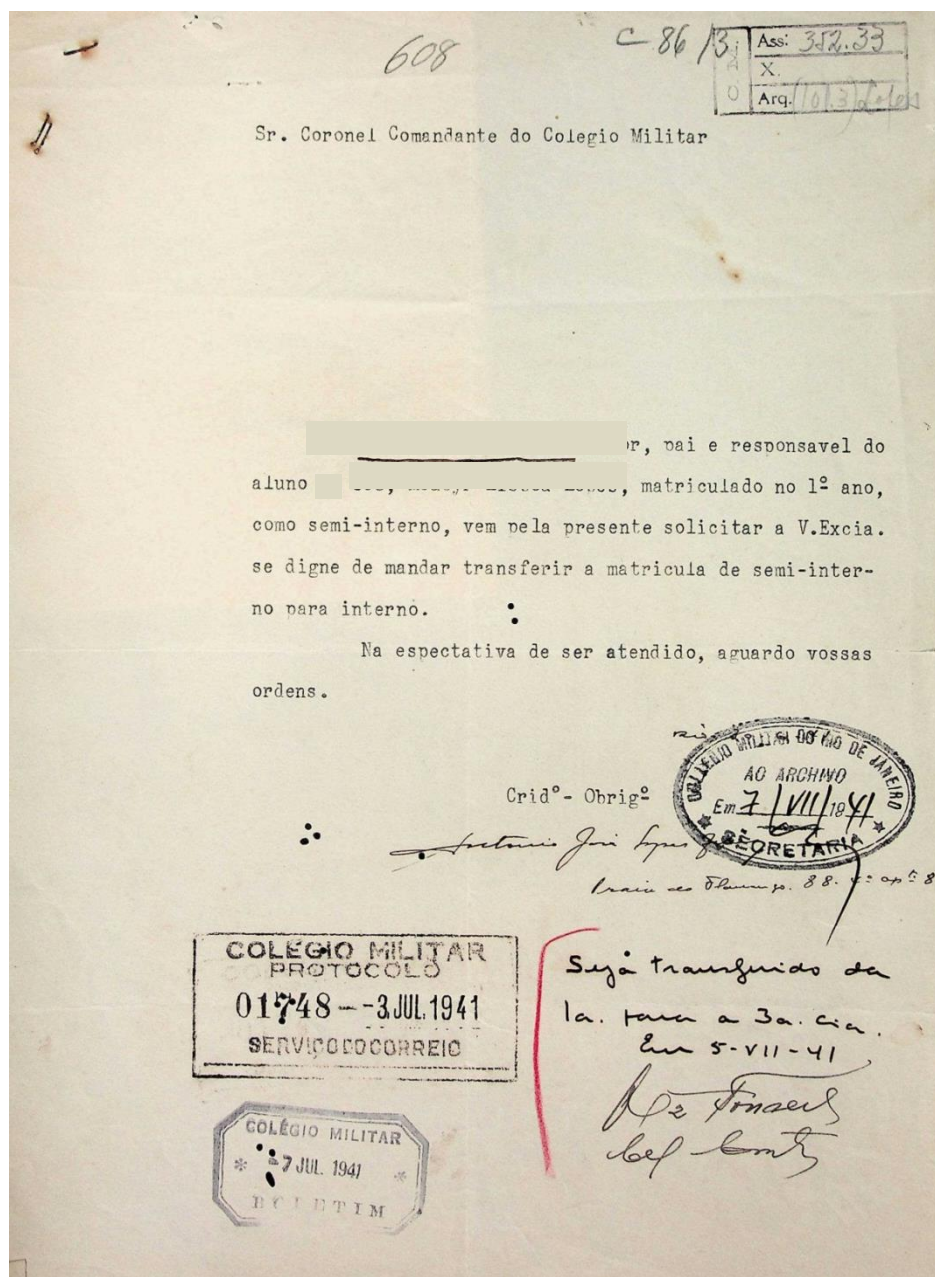
Observações: Em 28/1/194

Waldomiro de Souza
Aux. Escrit. Encar. do Serviço

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

O documento de justificativa de faltas era apresentado para que o aluno justificasse suas faltas, sendo possível, para isto, apresentar atestado ou declaração dos responsáveis.

Imagem 25- Solicitação de mudança de interno (dormia na instituição) para semi-interno (não dormia na instituição).



Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Os alunos poderiam ser internos, ficando na instituição de forma integral e saindo apenas quando fossem autorizados, em geral, feriados e férias, ou semi-internos, indo apenas para as aulas e retornando para casa. Não era incomum a solicitação de mudança de interno para semi-interno, principalmente por alegações de saúde, como aluno com perda de peso.

Imagem 26- Documento do aluno referente à companhia a que pertencia.

c 86

COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO

Companhia 3ª *Nº 574*

Nome
 Filho de
 I
 Natural de Estado da Paraíba
 Nasceu em 29 de abril de 1928
 Matriculado em de por Av. do M. da Guerra de
 de de 19 como aluno contribuinte integral
 na primeira série do curso secundário, ordem
 do dia n. de de 19
 Responsável:
 Residência: Tel 27.9056
 JOIA 100,00
 PENSÃO 281,00
 DEPOSITO PARA ENXOVAL 20,00
 SOMA 501,00
 Assinatura do aluno
 Assinatura do respons.
 Assumiu a responsabilidade, conforme o Bol. n.º de de 19
 COLÉGI
 * 18 MAR 1941
 BOLETIM

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Cada aluno era classificado ou alocado em uma companhia, que se referia à série. Nem todas as pastas possuem este documento, ficando mais presente após 1941.

Imagem 28- Ficha de matrícula da década de 1950, mostrando a diferença da que foi apresentada na década anterior.

C 81

MINISTÉRIO DA GUERRA DIRETORIA DE ENSINO DO EXÉRCITO

COLÉGIO MILITAR

FICHA DE MATRÍCULA

Companhia A 2ª Série 3ª Curso Científico Categoria

Número

Nome do aluno.....

Nome do pai.....

Nome da mãe.....

Naturalidade do
 Data do nascimento 13-9-1932

Responsável
 Profissão Servidora autárquica

Local onde trabalha Instituto dos Comerciantes Tel. 42-4015 R. 32

Residência Rua Professor Galvão, 222 Tel. 48-4065

TÉRMO DE RESPONSABILIDADE
(Arts. 70 e 177 do R. C. M.)

Assumo a responsabilidade pelo aluno n.º
 comprometendo-me
 a manter em dia as minhas obrigações para com o Colégio, especificadas no Regulamento
 ou nas Instruções baixadas pelo Comandante.

Rio de Janeiro, 10 de 5 de 19 51

Assinatura do responsável.....

Assinatura do aluno.....

BOLETIM DA MATRÍCULA

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Podemos observar algumas alterações, como a exclusão das informações referentes à religião.

Imagem 29-Certidão de Óbito - documento solicitado para os alunos que eram amparados órfãos, com os dados do responsável.

Obito



DR. MARCELINO RODRIGUES MACHADO
 Serventuário vitalício do 1.º Ofício de Escrivão da 5.ª Pretoria Civil e Oficial do Registro Civil da
 Freguesia do Engenho Velho, na Capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil

CERTIFICO que do livro n.º 155 de registro de obitos desta Pretoria consta a
 folhas 107 sob o n.º 15.100 o obito de MARIA DO AMARAL

Falecido e doze centos e trinta e seis - -
 às 23 - horas

Filho de João Guarany Paulista de Oliveira

Idade 6

Estado Civil casado com Maria do Amaral Paulista de Oliveira
 cor branca - -

Nacionalidade natural do Estado do Rio Grande do Sul - -

Profissão militar (Tenente) Paulista de Oliveira

falecido de Infecção aguda pelo Microbida antrax - crise de angina

Medico atestante Dr. João Guarany - - -

Logar do falecimento Rio de Janeiro

Logar do enterramento. Cemiterio de São Francisco Xavier - - -

Foi declarante João Guarany

Deixa filhos? Não

Deixa bens? Ignora - - -

Fez testamento? Ignora - - -

Observações :

O referido é verdade e dou fé.

Saraiva *de* *Guarany* *Paulista de Oliveira*

Rio, 8 de Junho de 1936

Marcelino Rodrigues Machado
 OFICIAL DO REGISTRO CIVIL



Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

O atestado de óbito apresenta informações sobre os responsáveis do aluno, além de apontar a profissão do responsável falecido.

Imagem 30- Ficha Biométrica de Educação Física

Nº. _____

597

MINISTÉRIO DA GUERRA
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

COLÉGIO MILITAR

FICHA BIOMETRICA DE EDUCAÇÃO FISICA

NOME _____

FILIAÇÃO { PATERNA _____
MATERNA _____

IDADE _____ anos DATA DO NASCIMENTO _____ 1922

NACIONALIDADE { PATERNA Brasileiro
MATERNA Brasileira

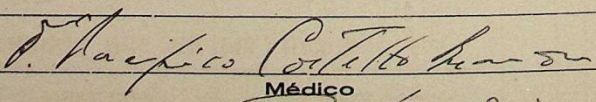
NATURALIDADE PROPRIA { Cidade _____
Município _____
Estado Rio Grande do Sul

CLASSIFICAÇÃO ÉTNICA Leucodermis
(Roquette Pinto)

Pontos _____

Grupamento _____ Série _____ Aluno n.º _____

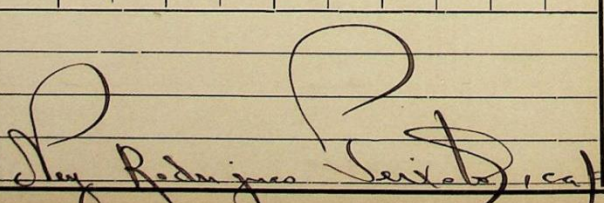
Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

EXAME MORFO-FISIOLOGICO										
CICLOS ELEMENTAR E SECUNDARIO										
ELEMENTOS			1939		1940		1941		1942	
			18/4	3/4	5/4		3/4		14/4	
Peso			60,5	61	600		594		60	
Altura			1.63	1.64	1.64		1.65		1.65	
PERIMETROS	TORAX	Repouso	83	80	85		83		870	
		Inspiração	85	88	91		95		920	
		Expiração	98	99	83		86		800	
	Abdominal		95	95	79		92		900	
Elasticidade torácica			0,07	11	0,08		9			
Capacidade vital			4.000	3.900	4.000		4.000		4.300	
PERMEABILIDADE NASAL		Direita	nl	nl	nl		nl		nl	
		Esquerda	nl	nl	nl		nl		nl	
Coluna vertebral			nl	nl	nl		nl		nl	
ACUIDADE VISUAL		O. D.	1	1	1		1		1	
		O. E.	1	1	1		1		1	
Audição			nl	nl	nl		nl		nl	
Dentição										
Índice de RUFIER										
Grupamento					1					
Particularidades: —										
PONTOS (Tabela de										
Grupo de Educação Física: —										
 Médico										

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

CICLO SUPERIOR											
EXAME MORFO-FISIOLOGICO					PERFIL MORFO-FISIOLOGICO						
ELEMENTOS					ELEMENTOS						
					- 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 +						
MORFOLOGIA	Peso		28/10		ASPECTOS ANTROPOMORFOS	Busto					
	Altura		1.65			Pernas (comprimento)					
	Busto		81			Envergadura					
	Pernas		84			Índice de Alongamento					
	Envergadura		1.40			Diâmetro Bi-Acromial					
	PERIMETRO	Torácico	Repouso			1.85		Diâmetro Bi-Trocateriano			
			Inspiração			0.93					
			Expiração			0.81					
	DIAM.	Abdominal		0.95		Altura					
		Bi-Acromial		0.37		Peso					
Bi-Trocateriano		0.31		Perímetro Abdominal							
FISIOLOGIA	RESP.		Apnéia-voluntária		1.27		Índice Ponderal				
	Capacidade Vital		3.800		Perímetro Torácico em Rep.						
	FORÇA	Manual	Direita		50		Elasticidade Torácica				
			Esquerda		45		Apnéia Voluntária				
			Lombar (Tração)		160		Capacidade Vital				
	CIRCULAÇÃO	Estado do Pulso	Repouso		46		Coeficiência Pulmonar				
			Após o Exercício		112						
			Aceleração Absoluta		36						
			Volta à Calma		37						
	A CALCULAR	Elasticidade Torácica		72		AFARELHO RESPIRATÓRIO		Elasticidade Torácica			
Índice de Alongamento		197		Apnéia Voluntária							
Índice Ponderal		241		Capacidade Vital							
Coeficiente Pulmonar		603		Coeficiência Pulmonar							
Coeficiente de Aceleração		22		PORÇA		Manual					
Porcentagem de Aceleração		473		Direita							
				Esquerda							
				Lombar (Tração)							
EXAME BIOTIPO-ETNOLOGICO					PERFIL BIOTIPO-ETNOLOGICO						
ELEMENTOS A MEDIR					ELEMENTOS						
					- 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 +						
Altura segmentares dos Pontos	Jugular		182		VALORES	ESSENCIAIS (Class.)	Tronco				
	Xifoideu		119				Membros				
	Epigástrico		104				Tórax				
	Púbico		84				Abdômem Total				
	Maleolar interno		9				Abdômem Superior				
	DIÂMETROS TRANS-VERSAIS	Acromial		137		Abdômem Inferior					
		Dobra do Punho		31							
DIÂMETROS LONGITUDINAIS	Torácico		0.27		RÇA	ÍNDICES	Nasal				
	Hipocondríaco		0.26				Cefálico				
	Pélvico (Bi-crista)		0.27								
	Torácico		0.19								
Largura	Hipocondríaco		0.18		ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO						
Largura					Deficiências:						
					Qualidades:						
Altura					Indicações Especiais:						
					Turma:						
Comprimento					Seleção:						
					Médico:						

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

		EXAME FÍSICO										
CICLOS		PROVAS	DATAS E RESULTADOS									
ELEMENTAR		Corrida de 50 mts. (em 9")										
		Salto em altura com impulso (0,m 90)										
		Salto em extensão com impulso (3,m 25)										
		Transporte do peso sobre a cabeça (5 Kgs. em 20 mts.)										
		Subida em cordas duplas (4 mts., sem auxilio das pernas) -										
		Lançamento da pelóta										
		Equilibrio sobre a Trave										
SECUNDARIO		Corrida de 60 mts. (em 9")	fin									
		Corrida de 800 mts. (em 3'30")	fin									
		Salto em altura com impulso 1,m 10)	fin									
		Salto em extensão com impulso (4 mts.)	fin									
	TREPAN	Barra	fin									
		Corrida (3 mts.)	fin									
		Lançamento do peso (5 Kgs. a 14 mts.)	fin									
		Transporte de fardo 30 Kgs. a 50 mts. (em 20")	fin									
		Dois flexionamentos combinados sobre a trave	fin									
SUPERIOR		Corrida de 100 mts. (em 14")										
		Corrida de 1.000 mts. (em 3'30")										
		Salto em altura com impulso (1m. 25)										
		Salto em extensão com impulso (4 mts. 50)										
	TREPAN	Barra										
		Corda (5 mts. 50)										
		Lançamento de peso (5 Kgs. a 16 mts.)										
		Transporte do fardo de 50 Kgs. a 80 mts. (em 30")										
	Dois flexionamentos combinados sobre a trave											
TURMA : —												
OBSERVAÇÕES : —												
INSTRUTOR:												

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

Colocavam a classificação étnica, sendo Leucoderma igual a “raça branca”, Xantoderma igual a “raça amarela” e Melanoderma igual a “raça negra”, segundo classificação da época, continha, ainda, informações sobre a naturalidade; filiação; dados de nascimento; dados biométricos e perfil morfofisiológico. Em apenas algumas pastas de alunos, existia esta ficha.

Imagem 31- Solicitação de Certidão de conclusão e aprovação de curso

101.116
Ref - 101.1

37/37
A 937

MINISTÉRIO DA GUERRA
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
E C E M E

Ao Exmo Sr Gen Comandante do
Colégio Militar do Rio de Janeiro, o Maj Art [redacted]
I [redacted]
servindo na E C E M E.

OBJETO: Certidão de conclusão
e aprovação de curso
(Solicita)

DESPACHO: 1- Certifique-se o que
constar.
2- Publique-se.
Em 26/SET/1962
Jen CA Bray
Cutt

Sr General

1. [redacted] Major da Arma de Artilharia, servindo na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, solicita a V Exa se digne mandar fornecer-lhe para fins de matrícula em Curso Superior Civil, em duas vias, uma certidão de conclusão e aprovação de seu currículo escolar durante o ano de 1942, nesse Colégio.

2. É a primeira vez que requer.

Ri [redacted] 1962.

(16224:944) 17

COLEGIO MILITAR
BOLETIM
20071962

MINISTÉRIO DA GUERRA
ESTADO MAIOR
DIVISÃO DO PESSOAL
PROTÓCOLO GERAL N. 144
EM 24 set 62
Cefina Elviana

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

O aluno concluinte recebia o certificado de curso, sendo utilizado para comprovar ter finalizado o curso. Era um documento fundamental para a inscrição tanto em faculdades como na Escola Militar.

Imagem 32: Solicitação de título de agrimensor.

219
P-4489 (4/1/89)

219 *P2515*

Snr. Coronel Diretor do Collegio Militar do
Rio de Janeiro.

Boleto 219

*Não se fornece 2º via. De-se-lhe por esticada,
e se guiar. Em 4/1/1938.*
Coronel Braga

COLEGIO MILITAR
BOLETO
JAN 6 1938
FISCAL DO PESSOAL
do RIO DE JANEIRO

Tendo meu _____
aluno nº _____ recebido o titulo de agrimensor, na
solenidade realizada nesse estabelecimento, no
dia 27 do corrente, ao retirar-se, na ocasião em
que foi tomar um automovel, deixou, sem se aper-
ceber, escorregar do interior da Revista, que o en-
capava, o referido titulo, assim se extraviando.

Em consequencia, solicito lhe seja passa-
do uma outra via desse documento.

Rio de Janeiro, 30 de 29 de 1937

MINISTERIO DA GUERRA
E. M. B.
Collegio Militar do Rio de Janeiro
JAN 8 1938
PROTOCOLLO No. 3679
SECRETARIA

COLEGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO
AO ARCHIVO
Em 6/1/1938
SECRETARIA
Nº 001. pec.

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

De acordo com o edital, o aluno concluinte teria direito ao certificado de agrimensor, profissional que é definido como responsável por desenvolver plantas de obras de infraestrutura, obras de saneamento e atuar com o planejamento de estradas e ruas.

Imagem 23: Documento de solicitação de vaga de aluno - exemplo de quando o aluno era órfão.

Arquivo *af 27* *6 611*

Exm. Snr. Director do Collegio Militar do Rio de Janeiro

*Seja nunciado pa-
ra o ex. de adm. m. c.
em 24/2/37.
C. R. R. R. R.*

3^o *10-ano*

viuva do 22. Ten. re-
formado _____, desejando matricular o
seu filho _____ e nesse Collegio Militar, na categoria de
gratuito, de accôrdo com as disposições em vigor, vem mui
respeitosamente solicitar-vos dignéis de mandar inscrevel-o
entre os candidatos á matricula em 1937.

Junta para os fins devidos:

- a)-certidão de idade do candidato;
- b)-attestado de sanidade e revaccinação do mesmo;
- c)-patente e fé de officio do progenitor (fallecido)
e, finalmente,
- d)-certidão de óbito do mesmo.

Julgando ser de justiça,

Nestes termos

Roga Deferimento

50 *576*

2.º R. M. 2.º D. T.
PROTO COLLO GERAL
Requerimentos
3.678 data 26/4/36
Inst. 2.º d. 6.º 27/11/36

Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

No caso dos órfãos, era solicitada a certidão de óbito para a verificação se o candidato possuía os critérios e condições estabelecidos pela portaria de amparo.

Imagem 24 Requerimento de matrícula para filho de oficial estrangeiro.

MINISTERIO DA GUERRA



ESTADO-MAIOR DO EXERCITO
3.ª SECÇÃO

Rio de Janeiro

Em 13. III. 1937.

N. _____.

Do Chefe do Estado-Maior do Exercito

Ao Senhor General Ministro da Guerra

Assumppto: matricula no Collegio Militar do Rio de Janeiro, dos menores _____.

Annexos: requerimento do _____, da Missão Militar Americana, pae dos citados menores e informações das 2a. e 3a. Secções do E. M. E..

I - No requerimento annexo, o Major _____, da Missão Militar Americana, solicita a matricula de seus filhos _____, de 16 e 14 annos de idade, respectivamente, no Collegio Militar do Rio de Janeiro.

Allega que destinando seus filhos á carreira das armas em seu paiz, deseja fazel-os participar do ambiente militar e do ensino ministrado no mencionado Estabelecimento, e solicita, outrosim, que os mesmos prestem um exame previo, perante professores que conheçam a lingua ingleza, para determinação do anno que devem cursar.

II - O Estado-Maior do Exercito informa-vos que no corrente anno não haverá matricula no Collegio Militar desta Capital, excepção feita para os orphãos de militares, conforme determinação contida no aviso n. 5, de 22-I-1937, e os filhos do requerente excedem o limite de idade constante do artigo 111 do regulamento desses collegios, que fixa em 13 annos, sendo as matriculas processadas nos 1º e 2º annos.

Entretanto, levando não só em conta os relevantes serviços prestados ao nosso Exercito pela Missão Militar Americana, como a consideração que merece a qualidade do requerente e os motivos allegados, parece que o deferimento da presente petição seria uma homenagem ao Exercito do Paiz amigo e estaria amparada pelas anteriores concessões feitas de matriculas em estabelecimentos militares de ensino a officiaes estrangeiros.

- 2 -

III - Assim, o Estado-Maior do Exercito opina que a presente solicitação merece ser attendida e a matricula processada independente de vaga, na categoria de alumnos contribuintes, com o desconto na pensão relativo aos filhos de officiaes.

- M.T.Jr. -



Fonte: Fotografia autoral do Arquivo do CMRJ.

O documento acima foi o único do tipo encontrado nas pastas analisadas, sendo uma solicitação de vaga realizada por um militar estrangeiro.

5.3 Análises das Informações Coletadas

Neste subitem, iremos analisar as informações coletadas através das fontes históricas seriais digitalizadas no arquivo do Colégio Militar do Rio de Janeiro referentes aos alunos concluintes no período de 1937 a 1945, visando compreender e mensurar se existiram padrões nestes alunos. Depois de refletir sobre quais informações poderiam ser úteis para o objetivo da pesquisa e de que forma conseguiria verificar ou não a existência de padrões, decidi concentrar a pesquisa nos dados que estariam presentes na maioria das fichas. Dito isto, aponto que algumas informações não são obtidas desde o ano de 1937, como, por exemplo, profissão dos responsáveis civis e religião. Entretanto, tais informações foram mantidas no questionário por entender que eram dados importantes na mensuração final, até mesmo para compreender as transformações após 1940. Para tal, serão avaliadas fichas de inscrição, certidão de nascimento e demais documentos constantes na pasta do aluno para responderem às seguintes indagações:

- Procedência do aluno, se ele é filho de: oficial, praça, civil, ou aluno gratuito ou contribuinte;
- Naturalidade do aluno;
- Nacionalidade do aluno;
- Nacionalidade do pai;
- Nacionalidade da mãe;
- Profissão do pai;
- Profissão da mãe;
- Religião (em todos os casos a religião será descrita exatamente como encontrada na ficha) do aluno;
- Religião da mãe;
- Religião do pai;
- Existe ficha de inscrição com fotografia 3x4?

Nestes índices apontados acima, expresso que filho de oficial é caracterizado pelos pais militares que possuíam como patente militar os seguintes postos hierárquicos do maior para o menor dentro do Exército Brasileiro: marechal, general do Exército, general de divisão, general de brigada, coronel, tenente-coronel, major, capitão, 1º tenente e 2º tenente, sendo o aspirante a oficial uma graduação dada à praça especial. Sobre a denominação “praça”, na totalidade dos documentos analisados, foi referente ao posto hierárquico de sargento.

Em consonância com o Regulamento do Colégio Militar,⁴³² no período estudado, existiam três unidades com sedes no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em Fortaleza, por este motivo, eventualmente, existiam fichas de alunos transferidos entre estas unidades. Havia neles duas classes de alunos: a dos contribuintes e a dos gratuitos e, em determinação ao Art.113, o diretor de cada colégio teria que ser um oficial general efetivo ou reformado, oriundo dos quadros das armas, ou coronel efetivo dos mesmos quadros com o curso de Estado-Maior ou de aperfeiçoamento, de acordo com o Art. 165.

Como atribuições, os diretores possuíam, de acordo com o Art. 170, a ação de comando sobre todo o pessoal, sendo suas ordens terminantes e obrigatórias para todos os empregados militares ou civis. Regulava a inspeção sobre os programas de ensino e demais ramos do colégio. Regulava e determinava a conformidade do regulamento e ordens do governo. Sendo estabelecido que:

Art. 170. O director do collegio é a primeira autoridade do estabelecimento; exercerá a ação de commando sôbre todo o pessoal que nelle serve as suas ordens são terminantes e obrigatorias para todos os empregados, inclusive , para os membros do magisterio; exerce superior inspecção sôbre a execução dos programas de ensino; superintendente todos os demais ramos do serviço do collegio, regula e determina, de conformidade com o presente regulamento e ordens do Governo, tudo o que interessar ao mesmo collegio e não fôr de especial competencia do Conselho da Instrução ou do Conselho de administração. Além disso, tem as attribuições previstas em diversas partes do R. I. S. G. e do R. S. A. em tudo o que for compatível com o regime collegial. Art. 171, Cumpre-lhe mais:

1º, corresponder-se, directamente, em objecto de serviço do estabelecimento, com qualquer autoridade civil ou militar, inclusive o ministro da Guerra, exceptuadno-se os demais ministros de Estado, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal ou Militar;

2º, remetter, trimestralmente, aos Departamentos do Pessoal do Exercito e da Administração do Exercito, respectivamente, as alterações ocorridas com os officiaes que servirem no collegio e, semestralmente, as informações de conducta;

3º, informar, annualmente, ao ministro da Guerra é ao Estado-Maior do Exército, o comportamento e o modo por que desempenham os seus deveres os funcionarios do collegio, inclusive os membros do magistério;

4º, apresentar, annualmente, até o dia 1 de março, um relatório breve do estado do estabelecimento;

5º, ordenar as despesas de prompto pagamento;

6º, dar posse aos funcionarios do collegio, tanto da administração, como do magistério;

7º, desligar do collegio os alumnos, de conformidade com este regulamento;

432

BRASIL. *Regulamento do Colégio Militar Decreto número 53, de 11 de Setembro de 1934*. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 1934.

8º, adquirir com os recursos do cofre, os prêmios de que trata este regulamento e subvencionar a Revista Escolar até ao maximo de duzentos e cinquenta mil réis (250\$060) mensaes, tudo, porém, de accordo com o Conselho de Administração;

9º, nomear o pessoal necessário aos diversos serviços quando remunerado pelo cofre do collegio.⁴³³

Em relação à matrícula, o regulamento, a partir do Artigo 113, expressava que existiam duas categorias de alunos, conforme citado anteriormente, os contribuintes e gratuitos, sendo desta maneira definidos:

Art. 113. Haverá duas classes de alumnos: a dos contribuintes e a dos gratuitos. Art. 114. As vagas que se derem no collegio, durante o anno, só serão preenchidas no anno seguinte, por occasião da matricula. Paragrapho unico. As de gratuitos tambem concorrerão, de accôrdo com as prescripções deste regulamento, os alumnos que estejam matriculados como contribuintes e tenham direito á gratuidade. Art. 115. Os paes ou tutores dos candidatos á matricula deverão apresentar á secretaria do collegio, até o dia 15 de fevereiro de cada anno, requerimentos endereçados ao director do estabelecimento e instruidos com os seguintes documentos :

- a) certidão de idade;
- b) attestado de que o candidato não padece de doença contagiosa ou infecto-contagiosa;
- c) attestado do vaccinação;
- d) patente, resumo da fé de officio do pae, quando filho de official, ou certidão de assentamentos, quando filho de praça, documentos que são obtidos gratuitamente no Ministerio da Guerra;
- e) certidão de obito do pae ou paes, quando filho de official ou praça, se fôr candidato a gratuito.

Art. 116. O candidato á matricula deverá ter mais de 11 annos e menos de 13, sendo estas idades referidas ao ultimo dia de junho do anno da matricula.

Art. 117. Os candidatos que obtiverem licença do director do collegio para se matricular serão submetidos, no proprio estabelecimento, perante commissões nomeadas pelo director, a um exame de admissão, feito na conformidade do estabelecido nas instrucções para matricula.⁴³⁴

Também ficava assentado, através do artigo 117, que os candidatos deveriam obter a licença do diretor do colégio para se matricular e, posteriormente, eram submetidos a um exame de admissão, realizado por uma comissão nomeada pelo diretor e em conformidade com os critérios estabelecidos nas instruções da solicitação da matrícula. Sendo estipuladas que:

§ 1º A's provas de admissão serão applicadas as disposições que convierem, dentre as que são estabelecidas no capitulo II do titulo III.

⁴³³ BRASIL. *Regulamento do Colégio Militar Decreto número 53...*

⁴³⁴ BRASIL. *Regulamento do Colégio Militar Decreto número 53...*

§ 2º Os exames para os candidatos ao 1º anno constarão de duas provas escriptas, sendo uma de portuguez e outra de arithmetica e de uma prova oral de conjuncto das disciplinas seguintes :

Portuguez - Noções elementares de phonologia e lexicologia, sob o ponto de vista pratico; conjugação de verbos regulares e irregulares mais communs encontrados em trechos escolhidos ;

Arthmetica - Numeração; as quatro operações fundamentaes, potenciação com inteiros e fracções (ordinarias e decimaes), conversão de fracções ordinarias em decimaes e vice-versa; systema metrico decimal;

Noções concretas de sciencias physicas e naturaes - Noções, as mais experimentaes possiveis, de phenomenos physicos e chymicos de observação vulgar; noções, as mais elermentares, sobre a Terra; observações rudimentares sobre o vegetal, sem preocupação de classificação; noções, as mais rudimentares, sobre anatomia e physiologia do homem;

Noções geraes de geographia e historia do Brasil - Rudimentos de geographia; situação, limites politicos, superficie e população do Brasil; divisão politica, fórmula de governo, poderes legislativo, executivo e judiciario; capitaes e cidades principaes dos Estados do Brasil; principaes productos agricolas; manufactura, industria e commercio; portos mais importantes; conhecimento no mappa da situação do Distrito Federal e dos demais Estados do territorio brasileiro, com a localização das respectivas capitaes, descripção summaria (rios principaes, montanhas mais notaveis) do Brasil;

Historia do Brasil - Noções de historia do Brasil; descobrimento do Brasil, Tiradentes, D. João VI no Brasil, Independencia, D. Pedro I, abdicação, regencia, D. Pedro II, guerra do Paraguay, abolição, Republica, significação dos dias de festas nacionaes, vultos notaveis da historia do Brasil.

§ 3º Cada uma das provas escriptas será julgada de 0 a 10, sendo eliminatória para o candidato que tiver gráo zero em uma dellas. A de portuguez constará de um ditado de 15 a 20 linhas; de autor contemporaneo, e de analyse lexica de uma pequena parte do ditado e de uma redacção consistente em descripção de um quadro apresentado no momento. A de arithmetica, de expressões ou problemas de faceis soluções.

§ 4º Para as provas escriptas, as bancas examinadoras organização, respectivamente, 20 pontos, dentre os quaes um será sorteado no momento de seu inicio.

Para as oraes, tambem 20 pontos, contendo cada um parte de todas as materias, dos quaes o candidato extrahirá um ao começar a prova.

Art. 118. Terminados os exames de admissão, a secretaria fará a classificação dos candidatos em dois grupos:

1º Gratuitos;

2º Contribuintes.⁴³⁵

Quanto aos alunos contribuintes, a escolha para matrícula deveria obedecer ao merecimento de acordo com resultado no exame de admissão, conforme previsto no regulamento. Já para a matrícula dos alunos gratuitos, o diretor dos colégios deveria seguir os seguintes critérios de 1934:

Art. 119. Os candidatos gratuitos serão assim classificados:

1º Orphãos de pae e mãe:

⁴³⁵ BRASIL. *Regulamento do Colégio Militar Decreto número 53...*

- a) filhos de praça de pret mortos em campanha ou em accidente no serviço;
- b) filhos de officiaes de terra e mar mortos em campanha ou em accidente no serviço;
- c) filhos de officiaes da reserva do Exercito e da Armada mortos em campanha;
- d) filho de officiaes de policia militar mortos em campanha ;
- e) filhos de officiaes da reserva que tiverem prestado notaveis serviços de guerra;

Os candidatos comprehendidos nas alineas a e b, que não conseguirem matricula como gratuitos, por falta de vagas, poderão fazel-o como contribuintes, tendo sobre os constantes das letras c, d e e preferencia absoluta;

2º Orphãos de pae, na mesma ordem de preferencia do numero anterior;

3º Não orphãos

- a) filhos de officiaes da reserva ou reformados do Exercito e da Armada, sub-tenente, sub-officiaes da Armada e sargentos, inutilizadas em serviço;
- b) filhos de officiaes da reserva ou reformados do Exercito e da Armada, cujos vencimentos forem inferiores a 1:000\$ mensaes ;
- c) filhos de sub-tenentes e de sargentos do Exercito e sub-officiaes da Armada.

Art. 120. Os candidatos contribuintes serão assim classificados :

- a) filhos de militares de terra e mar e de docentes dos estabelecimentos militares;
- b) filhos de militares da Policia Militar, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e de civis.

Art. 121. Para a matricula de candidatos gratuitos, a secretaria obedecerá á ordem dos numeros e suas alineas do art. 119.

§ 1º Na preferencia dos candidatos de cada grupo, dever-se-ha attender a seus recursos pecuniarios, a começar pelo menos favorecidos.

§ 2º Em cada alinea teem preferencia os candidatos que, em virtude da idade, não conseguirem matricula no anno seguinte.

§ 3º Em igualdade de situação, teem preferencia os candidatos que obtiverem maior gráu na classificação.

§ 4º Os demais candidatos serão classificados de accôrdo com o merecimento revelado no exame de admissão, o qual servirá de criterio absoluto para a matricula. Em igualdade de condições, terá preferencia o candidato de menor idade.

Art. 122. Os filhos de officiaes do Exercito e da Armada com attestados de approvação do 1º anno em collegio equiparado ou estabelecimento secundario official poderão ser matriculados no 2º anno, uma vez approvados em exame de arthmetica do 1º anno, prestado no Collegio Militar, e satisfazendo a condição da idade, a partir do limite a que se refere o art. 116.

Art. 123. Os candidatos á matricula, como contribuintes, pagarão, no acto da inscrição ao exame de admissão, uma taxa de cinco mil réis (5\$000) para despesas de expediente.

Art. 124. As vagas existentes serão assim preenchidas: dous terços pelos filhos dos militares e um terço pelos dos civis.

Parágrafo unico. A matricula dos candidatos gratuitos e contribuintes será feita mediante classificação por merecimento intectual obtida nas provas

de admissão, pelo directo do collegio, devendo tal ser communicado ao ministro da Guerra, por intermedio do E.M.E.⁴³⁶

No entanto, ao ler as fichas dos alunos, percebi que, em algumas fichas, existia a referência a seguirem o Regulamento do Colégio Militar Decreto nº 18.729, de 2 de maio de 1929, e as especificações em relação à gratuidade, principalmente quando o responsável era filho de funcionário público. Em 1929, ficava estabelecido que:

Art. 154. Para a matricula dos gratuitos o director do collegio obedecerá á seguintes ordem de preferencia:

1º Orphão de pae e mãe:

- a) filhos de praças de pret mortas em campanha;
- b) filhos de officiaes mortos em campanha;
- c) filhos de officiaes effectivos ou reformados do Exercito e da Armada;
- d) filhos de officiaes da extincta Guarda Nacional que tiverem prestado notaveis serviços de guerra.

2º Orphãos de pae na mesma ordem de preferencia do numero anterior.

3º Não orphãos, filhos de officiaes effectivos ou reformados do Exercito e da Armada, cujos vencimentos não forem maiores de 1:000\$000.⁴³⁷

Pelo artigo supracitado, além dos militares também eram considerados amparados para concessão de gratuidade os filhos de funcionários públicos que atendessem aos seguintes critérios:

§ 1º Todo o funcionario publico que tiver oito filhos varões, legitimos, e que perceba vencimentos inferiores a 800\$000 mensaes, concorrerá á matricula gratuita para um filho no Collegio Militar, incluindo esse entre os candidatos comprehendidos no item 3º deste mesmo artigo.

Nas condições acima será dada preferancia ao funcionario publico que, em sua profissão, conte serviços de campanha junto a forças do Exercito.

§ 2º Terão preferencia em cada grupo de que trata este artigo:

- a) os filho dos officiaes e praças, mortos, inutilizados ou feridos em combate ou em serviço;
- b) os filhos de officiaes com serviço de guerra;
- c) os candidatos que obtiverem melhores notas no exame de admissão;
- d) os que, em virtude da idade, não puderem matricular-se no anno seguinte.

§ 3º Na classificação de cada um dos grupos acima referidos, dever-se-ha attender quanto possivel, aos recursos pecuniarios dos candidatos, a começar pelos menos favorecidos da fortuna.[...] § 4º Uma vez satisfeitas as exigencias de cada grupo, os candidatos não orphãos incluídos ficarão sujeitos ás disposições estabelecidas no art. 164, para a matricula dos contribuintes.⁴³⁸

⁴³⁶ BRASIL. *Regulamento do Colégio Militar Decreto número 53...*

⁴³⁷ BRASIL. *Regulamento do Colégio Militar Decreto nº 18.729, de 2 de Maio de 1929*. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 1929.

⁴³⁸ BRASIL. *Regulamento do Colégio Militar Decreto nº 18.729, de 2 de Maio de 1929...*

Outro ponto a ser destacado é que, de acordo com o regulamento de 1934, o diretor do colégio deveria remeter ao Ministro da Guerra uma relação dos candidatos com as respectivas classificações, para que então o Ministro determinasse a matrícula. Conforme o Artigo 124: “A matricula dos candidatos gratuitos e contribuintes será feita mediante classificação por merecimento intelectual obtida nas provas de admissão, pelo director do collegio, devendo tal ser communicado ao ministro da Guerra, por intermedio do E.M.E”.⁴³⁹

Nas disposições gerais, o regulamento apresenta quais certificados os alunos concluintes teriam por direito e as condições de preferência para matrícula na Escola Militar ou Naval, local destinado à formação dos oficiais brasileiros, respectivamente, do Exército e da Marinha. São definidas as seguintes regras:

Art. 235. Ao alumno que terminar o 5º anno será conferido certificado do curso fundamental e ao que terminar o curso complementar, certificado do curso gymnasial, de accôrdo com os modelos annexos.

Tambem será outorgada a caderneta de tiro e ficha de educação physica aos alumnos do 5º anno e, aos que terminarem qualquer das partes do curso complementar, a de reservista de 2ª categoria.

Art. 236. Ao alumno que concluir o curso complementar para a matrícula nas Escolas Militar e Naval e Cursos de Engenharia e Architectura, será concedido o titulo de agrimensor.

Art. 237. Os alumnos que concluírem o curso de que trata o artigo anterior, poderão, mediante certas condições abaixo especificadas, ser matriculados nas Escolas Mililar e Naval, independente de exame de admissão.

§ 1º Na Escola Militar só poderão ser matriculados os que tiverem sido approvados nas materias de admissão áquella Escola com gráu 6 ou superior.

§ 2º Na Escola Naval serão matriculados, de accôrdo com as vagas existentes, os que quizerem, por ordem de merecimento intelleclual.

§ 3º Ao alumno que tiver obtido gráu inferior a 6 em uma ou duas das materias constantes do § 1º, deste artigo, será facultado melhorar aquellas approvações, sem comtudo alterar a sua collocação na classificação primitiva.

Art. 238. Os directores dos Collegios Militares remetterão ao Ministro da Guerra, ao terminar os exames finaes do curso, a relação dos alumnos que desejam matricular-se nas Escolas Militar e Naval. afim de ser solicitada a sua inclusão, de accôrdo com as vagas reservadas aos Collegios Militares.

Paragrapho unico. A transferencia para os referidos estabelecimentos exige, que o alunmo, além de bom procedimento, apresente autorização escripta de seus paes, ou tutores, para verificar praça.

Art. 239. Das vagas verificadas na Escola Militar 50 % serão preenchidas pelos alumnos dos Collegios Militares, comprehendidos no art. 237.

Art. 240. As vagas de gratuitos que se derem no decorrer do anno, serão preecnchidas pelos alumnos contribuintes que a ellas tenham direito.

Art. 241. Os alumnos dos Collegios Militares poderão ser transferidos de um para outro desses estabelecimentos no fim dos annos lectivos, e sómente nessa época, a pedido dos respectivos paes ou responsaveis, correndo por

⁴³⁹ BRASIL. *Regulamento do Colégio Militar Decreto número 53, de 11 de Setembro de 1934...*

conta desses as despesas decorrentes, desde que haja vaga n° respectiva classe de gratuitos ou contribuintes a que pertencer o aluno.

Paragrapho unico. Quando se tratar, porém, de filhos de militares da activa as transferencias alludidas fer-se-hão independente de vaga, uma vez que estes militares, por conventencia do serviço, hajam sido transferidos para regições mais proximas de um dos outras collegios.⁴⁴⁰

Para facilitar ao leitor o entendimento dos dados coletados, organizei em duas etapas a exposição dos dados: em um primeiro momento, serão apresentadas as informações coletadas de forma anual, referentes aos anos de 1937 a 1945; posteriormente, farei uma análise mais esmiuçada para compreender as informações no período. Os detalhamentos apresentados ao longo do capítulo são basilares para melhor apreendermos as dinâmicas das análises que serão iniciadas.

Em relação à origem familiar, os dados ajudam a observar se existia uma preferência de ingresso e serão verificadas as origens do pai ou responsável, se era militar ou civil:

Quadro 1- Relação de patente e filhos matriculados

Filho de oficial Exército Amparado-Órfão- ou seja, filho órfão, de militar com patente acima de tenente.
Filho de praça Exército Amparado –Órfão- em todas as pastas analisadas apenas encontrei praças sendo sargento ou subtenente.
Filho de militar Marinha Amparado- somente encontrei casos de oficiais
Filho de oficial contribuinte- oficiais que pagavam na totalidade ou parcialmente a mensalidade.
Filho de praça contribuinte- praças (sargentos) que pagavam na totalidade ou parcialmente a mensalidade.
Filho de civil- civis que pagavam na totalidade a mensalidade.
Órfão não amparado- órfãos civis que tinham que pagar o valor total da mensalidade.
Neto de Oficial Amparado- casos em que o aluno tinha direito a ser gratuito por ser neto de oficial.

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Além disto, será analisada a naturalidade do aluno e nacionalidade, sendo que o Rio de Janeiro, na época, era o Distrito Federal. Também será verificada a existência de informação referente à profissão do responsável civil, para sondarmos se existia uma preferência em relação à classe social. Ainda será identificada a religião dos responsáveis e a cor de pele

⁴⁴⁰ BRASIL. *Regulamento do Colégio Militar Decreto número 53, de 11 de Setembro de 1934...*

declarada, principalmente, na certidão de nascimento. As fichas individuais dos alunos ajudam muito na organização destas informações, mas nem todas as pastas possuíam tal dado. Em verdade, somente irão aparecer, de forma efetiva, após 1941. Todas as informações serão utilizadas visando observar o perfil dos alunos ao longo do Estado Novo.

Conforme as 50 pastas de alunos apreciadas, no ano de 1937, os alunos matriculados possuíam as seguintes características:

Quadro 2- A origem familiar em 1937

Filho de oficial Exército Amparado-Órfão	34
Filho de praça Exército Amparado -Órfão	4
Filho de militar Marinha Amparado	2
Filho de oficial contribuinte	0
Filho de praça contribuinte	0
Filho de civil	8
Órfão não amparado	1
Neto de Oficial Amparado	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 3- Naturalidade do aluno em 1937

Distrito Federal	25
Bahia	3
Minas Gerais	1
Rio Grande do Sul	6
Alagoas	5
Paraná	5
Pernambuco	1
Ceará	1
São Paulo	2
Norte americano	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 4- Profissão do pai, no caso de aluno de origem civil em 1937

Não informado	2
Professor	3
Comissário da Polícia Civil	2
TOTAL (informados)	5

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

O total informado refere-se ao montante de alunos com responsável de origem civil informado no primeiro quadro, desta forma conseguimos observar se todos os civis apresentaram ou não a sua profissão. Acerca da profissão da mãe, não houve a informação em nenhum documento analisado.

Quadro 5- Nacionalidade dos alunos em 1937

Brasileira	49
Americana	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 6- Nacionalidade dos pais em 1937

Brasileira	48
Americana	1
Libanesa	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 7- Nacionalidade das mães em 1937

Brasileira	48
Americana	1
Libanesa	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Sobre a religião do aluno e dos pais, das 50 pastas de alunos, nenhuma possuía a informação. Acerca da cor da pele, em todas as documentações analisadas, nenhuma apresentou informações referentes à cor da pele, não foram encontradas as certidões de nascimento. E, na ficha individual do aluno com fotografia 3x4, nenhuma ficha ou fotografia foi encontrada.

Informações referentes às pastas individuais dos alunos do ano de 1938:

Quadro 8 - A origem familiar em 1938

Filho de oficial Exército Amparado- Órfão	9
Filho de praça Exército Amparado - Órfão	2
Filho de praça outra força Amparado	0
Filho de oficial contribuinte	15
Filho de praça contribuinte	3
Filho de civil	21
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 9 - Naturalidade do aluno em 1938

Distrito Federal	33
Minas Gerais	9
Rio Grande do Sul	1
Paraíba	3
São Paulo	2
Ceará	1
Paraná	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 10 - Profissão do pai, no caso de aluno de origem civil em 1938

Não informado	7
Funcionário do Banco do Brasil	2
Professor	2
Advogado	3
Médico	2
Farmacêutico	1
Funcionário do Ministério da Guerra	2
Funcionário da Leopoldina Railway	1
Marinha Mercante	1
TOTAL (informados)	14

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

O total informado refere-se ao montante de alunos com responsável de origem civil informado no primeiro quadro, desta forma conseguimos observar se todos os civis apresentaram ou não a sua profissão. Comandante da Marinha Mercante, advogados, médicos, contadores, entre outros, que faziam parte da sociedade entendidos como pertencentes a denominada “camada intermediária”, perfilando um segmento de alunos selecionados de acordo com sua origem, conforme observaremos na tabela comparativa posteriormente.

No ano de 1938, não houve a informação em nenhum documento analisado sobre a profissão da mãe. Já acerca da nacionalidade dos alunos, todos os alunos tinham a nacionalidade brasileira.

Quanto à nacionalidade dos pais, todos os pais tinham a nacionalidade brasileira. Em relação à nacionalidade das mães, todas as mães tinham a nacionalidade brasileira. Os dados sobre a religião do aluno e dos pais não constavam na documentação referente ao ano de 1938. Acerca da cor da pele, em todas as documentações analisadas, nenhuma apresentou informações referentes à cor da pele, não foram encontradas as certidões de nascimento. E,

em relação à ficha individual do aluno com fotografia 3x4, nenhuma ficha ou fotografia foi encontrada.

Em relação à análise das pastas dos alunos referentes ao ano de 1939:

Quadro 11- A origem familiar em 1939

Filho de oficial Exército Amparado - Órfão	20
Filho de praça Exército Amparado - Órfão	7
Filho de oficial contribuinte	8
Filho de praça contribuinte	4
Gratuito não órfão Oficial	0
Filho de civil	5
Neto de Oficial Amparado	1
Gratuito não órfão Praça	5
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 12- Naturalidade do aluno em 1939

Distrito Federal	35
Sergipe	2
Rio Grande do Sul	4
Paraíba	1
São Paulo	3
Ceará	1
Alagoas	2
Porto Alegre	1
Amazonas	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 13- Profissão do pai, no caso de aluno de origem civil

Não informado	2
Corretor de fundos públicos	1
Professor	1
Advogado	1
TOTAL (informado)	3

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

O total informado refere-se ao total de alunos com responsável de origem civil informado no primeiro quadro; desta forma, conseguimos observar se todos os civis

apresentaram ou não a sua profissão. Em 1939, não houve a informação em nenhum documento analisado sobre a profissão da mãe. Acerca da nacionalidade dos alunos, todos os alunos tinham a nacionalidade brasileira. E da nacionalidade dos pais, todos os pais tinham a nacionalidade brasileira.

Quadro 14- Nacionalidade das mães em 1939

Brasileira	49
Portuguesa	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Acerca da religião do aluno e dos pais em 1939, das 50 pastas de alunos, 49 não informavam e 1 informava ser evangélico. Já sobre a cor da pele, em todas as documentações analisadas, nenhuma apresentou informações referentes à cor da pele, pois não foram encontradas as certidões de nascimento. E sobre a ficha individual do aluno com fotografia 3x4, nenhuma ficha ou fotografia foi encontrada.

Informações coletadas em relação ao ano de 1940:

Quadro 15- A origem familiar em 1940

Filho de oficial Exército Amparado- Órfão	5
Filho de praça Exército Amparado -Órfão	1
Gratuito não órfão filho de Oficial	9
Gratuito não órfão filho de Praça	8
Filho de oficial contribuinte	3
Filho de praça contribuinte	0
Gratuito amparado funcionário federal	1
Filho de civil	23
Neto de Oficial Amparado	0
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 16- Naturalidade do aluno em 1940

Distrito Federal	36
Maranhão	1
Rio Grande do Sul	2
São Paulo	5
Ceará	1
Porto Alegre	1

Espírito Santo	1
Paraíba	1
Pernambuco	2
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 17- Profissão do pai, no caso de aluno de origem civil em 1940

Não informado	5
Desembargador	1
Professor Federal	1
Negociante industrial	1
Médico	1
Negociante	1
Comerciante	2
Contador	1
Funcionário do Ministério da Guerra	1
Funcionário Público do Ministério do Trabalho	1
Funcionário Municipal	1
Engenheiro	2
Funcionário Público	5
TOTAL (informado)	18

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

O total informado refere-se ao total de alunos com responsável de origem civil informado no primeiro quadro, desta forma, conseguimos observar se todos os civis apresentaram ou não a sua profissão. Sobre a profissão da mãe, não houve a informação em nenhum documento analisado em 1940. Acerca da nacionalidade dos alunos, todos os alunos tinham a nacionalidade brasileira. Da nacionalidade dos pais, todos os pais tinham a nacionalidade brasileira. E da nacionalidade das mães, todas as mães tinham a nacionalidade brasileira.

Quadro 18 - Religião do aluno e dos pais em 1940⁴⁴¹

Não informado	21
Católica	29
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

⁴⁴¹ Nas tabelas sobre religião, serão utilizadas as denominações conforme foram apresentadas na ficha de inscrição.

Quadro 19 - Cor da pele em 1940

Não informado	48
Branco	0
Pardo	0
Negro (origem militar)	2
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 20 - Ficha individual do aluno com fotografia 3x4 em 1940

Possui ficha cadastral com 3x4	2
Sem ficha cadastral com 3x4	48
Total	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Outro aspecto que fica muito explícito após 1940 é que se caracterizavam, em geral, por serem: brasileiros; com a cor de pele branca; religião católica; de acordo com o padrão da época membros das camadas intermediárias; com pais que fossem militares; ou pertencentes aos quadros de funcionários públicos, municipais ou federais.

Levantamento das informações referente ao ano de 1941. Observem como o perfil familiar sofreu modificações, principalmente em relação a sua origem:

Quadro 21- A origem familiar em 1941

Filho de oficial Exército Amparado- Órfão	0
Filho de praça Exército Amparado -Órfão	0
Gratuito não órfão filho de Oficial	0
Gratuito não órfão filho de Praça	0
Filho de oficial contribuinte	29
Filho de praça contribuinte	0
Gratuito amparado Funcionário federal	0
Filho de civil	21
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 22- Naturalidade do aluno em 1941

Distrito Federal	40
Minas Gerais	3
Mato Grosso	1
São Paulo	1
Recife	1
Rio Grande do Norte	1
Espírito Santo	1
Pernambuco	2
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Observem como, de acordo com o padrão da época, ocorreu um aumento dos responsáveis pertencentes às chamadas camadas intermediárias, com pais que fossem militares ou funcionários públicos, municipais ou federais, como contadores.

Quadro 23- Profissão do pai, no caso de aluno de origem civil em 1941

Não informado	0
Professor	1
Bancário	2
Farmacêutico	1
Advogado	1
Comerciante	5
Avaliador da Caixa Econômica	1
Diretor de Colégio	1
Funcionário Público Federal	2
Funcionário Público	3
Guarda livro	2
Funcionário do IAPM	1
TOTAL (informado)	20

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

O total informado refere-se ao montante de alunos com responsável de origem civil informado no primeiro quadro, desta forma conseguimos observar se todos os civis apresentaram ou não a sua profissão.

Em 1941, sobre a profissão da mãe, não houve informação em nenhum documento analisado. Acerca da nacionalidade dos alunos, todos os alunos tinham a nacionalidade brasileira.

Quadro 24- Nacionalidade dos pais em 1941

Brasileira	49
Portuguesa	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 25- Nacionalidade das mães em 1941

Brasileira	49
Italiana	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Sobre a religião do aluno e dos pais, todos aparecem como católicos, exceto um pai que se declarou espírita cristão.

Quadro 26- Cor da pele em 1941

Não informado	0
	4
Branco	8
Pardo (origem militar)	2
Negro	0
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 27- Ficha individual do aluno com fotografia 3x4 em 1941

Possui ficha cadastral com 3x4	33
Sem ficha cadastral com 3x4	17
Total	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Observem como a cor da pele passou a ser uma informação fundamental. Informações obtidas através das documentações referentes ao ano de 1942:

Quadro 28- A origem familiar em 1942

Filho de oficial Exército Amparado-Órfão	10
Filho de praça Exército Amparado -Órfão	4
Gratuito não órfão filho de Oficial	0
Gratuito não órfão filho de Praça	1

Filho de oficial contribuinte	2
Filho de praça contribuinte	1
Gratuito Funcionário federal	0
Filho de civil	32
Neto de Oficial Amparado	0
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 29- Naturalidade do aluno- em 1942

Distrito Federal	36
Goiás	1
Rio Grande do Sul	1
Minas Gerais	5
São Paulo	2
Ceará	2
Porto Alegre	1
Amazonas	2
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 30- Profissão do pai, no caso de aluno de origem civil em 1942

Não informado	2
Jornalista	1
Contador	1
Veterinário	1
Funcionário da Cia. Telefônica Brasileira.	1
Advogado	2
Comerciante	8
Industrial	5
Engenheiro- Funcionário Público	3
Funcionário Público	5
Funcionário Público da Aeronáutica	1
Funcionário do Banco do Brasil	1
Bancário	1
TOTAL (informado)	30

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

O total informado refere-se ao montante de alunos com responsável de origem civil informado no primeiro quadro, desta forma conseguimos observar se todos os civis apresentaram ou não a sua profissão.

Acerca da profissão da mãe, não houve a informação em nenhum documento analisado. E sobre a nacionalidade dos alunos, todos os alunos tinham a nacionalidade brasileira.

Quadro 31- Nacionalidade dos pais em 1942

Brasileira	4 7
Portuguesa	2
Italiana	1
TOTAL	5 0

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 32 - Nacionalidade das mães em 1942

Brasileira	4 7
Portuguesa	2
Italiana	1
TOTAL	5 0

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Sobre a religião do aluno e dos pais, todos se declararam católicos e, também filhos e mães, exceto dois pais que se declararam espíritas.

Quadro 33- Cor da pele em 1942

Não informado	0
Branco	4 9
Pardo (origem militar)	1
Negro	0
TOTAL	5 0

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 34- Ficha individual do aluno com fotografia 3x4 em 1942

Possui ficha cadastral com 3x4	50
Sem ficha cadastral com 3x4	0
Total	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

A partir deste ano todas as pastas possuem fichas com fotografias anexadas.
Informações obtidas nas pastas dos alunos referentes ao ano de 1943:

Quadro 35- A origem familiar em 1943

Filho de oficial Exército Amparado-Órfão	0
Filho de praça Exército Amparado-Órfão	0
Gratuito não órfão filho de Oficial	0
Gratuito não órfão filho de Praça	0
Filho de oficial contribuinte	12
Filho de praça contribuinte	4
Gratuito Funcionário federal	0
Filho de civil	34
Neto de Oficial Amparado	0
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 36- Naturalidade do aluno em 1943

Distrito Federal	41
Florianópolis	1
Curitiba	1
Rio Grande do Sul	1
Minas Gerais	3
São Paulo	3
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 37- Profissão do pai, no caso de aluno de origem civil em 1943

Não informado	0
Industrial	2
Bancário Banco do Brasil	1
Advogado	1
Médico	3
Comerciante	15
Farmacêutico	1

Maquinista	2
Professor	2
Funcionário Público	4
Delegado	1
Inspetor Federal de Migração	1
Dentista	1
TOTAL	34

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Notem como agora são informadas todas as profissões. O total informado refere-se ao montante de alunos com responsável de origem civil informado no primeiro quadro, desta forma conseguimos observar se todos os civis apresentaram ou não a sua profissão.

Contudo, acerca da profissão da mãe, não houve a informação em nenhum documento analisado. Da nacionalidade dos alunos, todos os alunos tinham a nacionalidade brasileira. E da nacionalidade dos pais, todos os pais tinham a nacionalidade brasileira, exceto um pai que era de origem portuguesa. Já sobre a nacionalidade das mães, todas as mães tinham a nacionalidade brasileira.

Quadro 38- Religião do aluno e dos pais em 1943

Não informado	0
Protestante	1
Católica	49
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 39- Cor da pele em 1943

Não informado	0
Branco	49
Pardo (origem militar)	1
Negro	0
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Sobre a ficha individual do aluno com fotografia 3x4 em 1943, apenas uma pasta apresentou-se sem a ficha individual com fotografia, por se tratar de um aluno transferido.

Informações obtidas conforme as pastas individuais dos alunos de 1944:

Quadro 40- A origem familiar em 1944

Filho de oficial Exército Amparado-Órfão	0
Filho de praça Exército Amparado- Órfão	1
Gratuito não órfão filho de Oficial	0
Gratuito não órfão filho de Praça	0
Filho de oficial contribuinte	10
Filho de praça contribuinte	1
Gratuito Funcionário federal	0
Filho de civil	38
Neto de Oficial Amparado	0
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 41 - Naturalidade do aluno em 1944

Distrito Federal	40
Goiás	1
Paraná	3
São Paulo	1
Mato Grosso	2
Santa Catarina	2
Rio Grande do Sul	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 42- Profissão do pai, no caso de aluno de origem civil em 1944

Não informado (pai falecido)	2
Bancário	3
Advogado	2
Médico	1
Negociante	2
Comerciante	9
Industriário	1
Despachante Municipal	1
Maquinista	1
Funcionário Público	7

Oficial da Marinha Mercante	2
Ferrovário	1
Funcionário da Justiça	1
Guarda-livros (contador)	1
Escriturário Chefe na Contabilidade da Cia de Carris, Luz e Força do RJ	1
Fiscal dos comerciários bancários	1
Funcionário do Banco do Brasil	1
Escriturário da Justiça do Distrito Federal	1
TOTAL (informado)	36

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

O total informado refere-se ao montante de alunos com responsável de origem civil informado no primeiro quadro, desta forma, conseguimos observar se todos os civis apresentaram ou não a sua profissão. Já em 1944, acerca da profissão da mãe, uma mãe informou ser funcionária pública do Departamento de Propaganda. Sobre a nacionalidade dos alunos, todos os alunos tinham a nacionalidade brasileira. Da nacionalidade dos pais, todos os pais tinham a nacionalidade brasileira. E da nacionalidade das mães, todas as mães tinham a nacionalidade brasileira.

Quadro 43- Religião do aluno e dos pais em 1944

Não informado	0
Católico	48
Espírita	1
Evangélico	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 44- Cor da pele em 1944

Não informado	0
Branco	48
Pardo (origem militar)	1
Negro (origem militar)	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Da ficha individual do aluno com fotografia 3x4, apenas uma pasta apresentou-se sem a ficha individual com fotografia, por se tratar de um aluno transferido.

Informações obtidas no ano de 1945, através das pastas dos alunos:

Quadro 45- A origem familiar em 1945

Filho de oficial Exército Amparado-Órfão	6
Filho de praça Exército Amparado- Órfão	1
Gratuito não órfão filho de Oficial	2
Gratuito não órfão filho de Praça	2
Filho de oficial contribuinte	7
Filho de praça contribuinte	1
Gratuito Funcionário federal	1
Filho de civil	30
Neto de Oficial Amparado	0
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 45- Naturalidade do aluno em 1945

Distrito Federal	39
Minas Gerais	3
Amazonas	1
Rio Grande do Sul	1
São Paulo	2
Santa Catarina	1
Ceará	1
Espírito Santo	2
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Quadro 46- Profissão do pai, no caso de aluno de origem civil em 1945

Não informado (pai falecido)	1
Industrial	1
Funcionário Público Federal	1
Advogado	1
Comerciante	4
Contador	2
Funcionário do Ministério da Guerra	1
Funcionário Municipal	2
Funcionário Público	5

Mecânico	1
Guarda-livros (equivale a contador)	2
Proprietário	1
Comandante da Marinha Mercante	1
Químico do Ministério da Agricultura	1
Bancário	1
Rádio Telefonista Aero Navegador	1
Professor	1
Jornalista	2
Despachante Aduaneiro	1
TOTAL (informado)	29

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

O total informado refere-se ao montante de alunos com responsável de origem civil informado no primeiro quadro, desta forma conseguimos observar se todos os civis apresentaram ou não a sua profissão.

Quadro -47- Profissão da mãe em 1945

Não informado	46
Extranumerária	2
Bancária	1
Professora	1
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Da nacionalidade dos alunos em 1945, todos os alunos tinham a nacionalidade brasileira. Como no caso anterior, da nacionalidade dos pais, todos os pais tinham a nacionalidade brasileira. E da nacionalidade das mães, todas as mães possuíam nacionalidade brasileira, exceto uma que era portuguesa. Sobre a religião do aluno e dos pais, das 50 pastas de alunos, 49 informavam serem católicos e em uma pasta declararam ser espíritas.

Quadro 48- Cor da pele em 1945

Não informado	0
Branco	49
Pardo (origem militar)	1
Negro	0
TOTAL	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Acerca da ficha individual do aluno com fotografia 3x4, todas contam com fichas individuais e fotografias anexadas.

Conforme observado através das análises das fontes seriais, as informações ao longo do período de 1937 a 1945, assim como o perfil dos alunos selecionados, suas origens familiares e características sofreram algumas transformações. Agora será iniciada a análise comparativa do período, com base nas informações anuais.

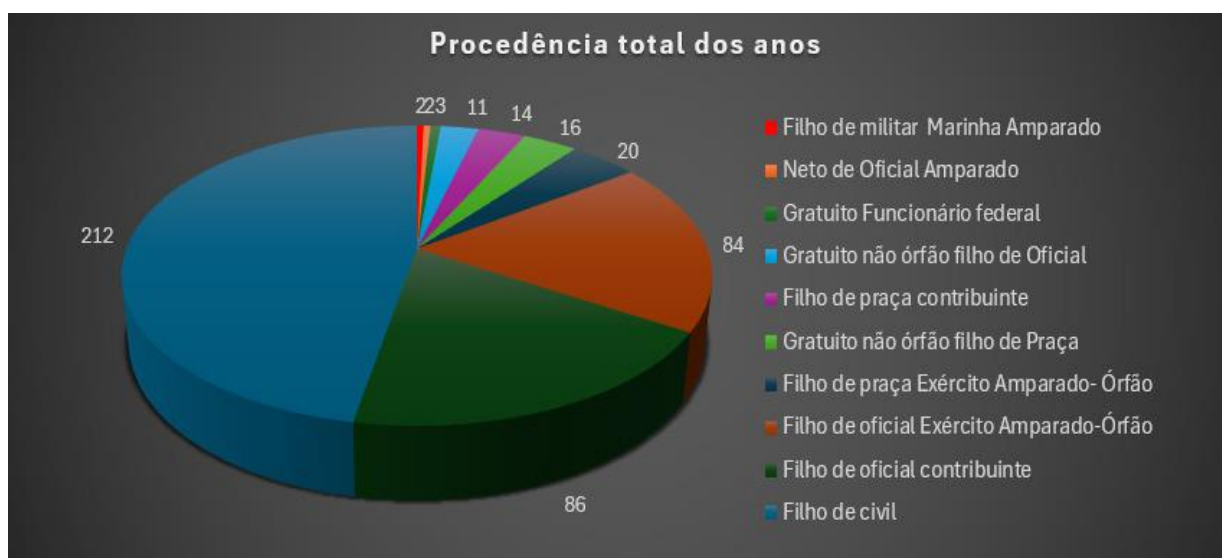
Observem que, nas diferenças de origem familiar referentes aos anos de 1937 a 1945, é preponderante a diminuição dos alunos que são de origem órfão-amparado, ou seja, os alunos gratuitos. Para além dessa observação, figura-se um aumento significativo do número de alunos de origem civil, que chegou a corresponder, em 1944, do total de 50 a 38 alunos. Já os órfãos nos anos de 1941 e 1943 chegam a possuir zero aluno, ou um efetivo ínfimo. Outra mudança significativa foi, ao se relacionar o ano de 1937 aos outros anos, o aumento de alunos filhos de militares contribuintes, principalmente de origem filho de oficial. Na tabela abaixo, são compilados os dados sobre a origem familiar do período.

Tabela 7- Origem familiar dos alunos do CMRJ entre 1937 e 1945

Origem familiar	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Filho de oficial Exército Amparado-Órfão	34	9	20	5	0	10	0	0	6
Filho de praça Exército Amparado- Órfão	4	2	7	1	0	4	0	1	1
Filho de militar Marinha Amparado	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Gratuito não órfão filho de Oficial	0	0	0	9	0	0	0	0	2
Gratuito não órfão filho de Praça	0	0	5	8	0	1	0	0	2
Filho de oficial contribuinte	0	15	8	3	29	2	12	10	7
Filho de praça contribuinte	0	3	4	0	0	1	4	1	1
Gratuito Funcionário federal	1	0	0	1	0	0	0	0	1
Filho de civil	8	21	5	23	21	32	34	38	30
Neto de Oficial Amparado	1	0	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL	50	50	50	50	50	50	50	50	50

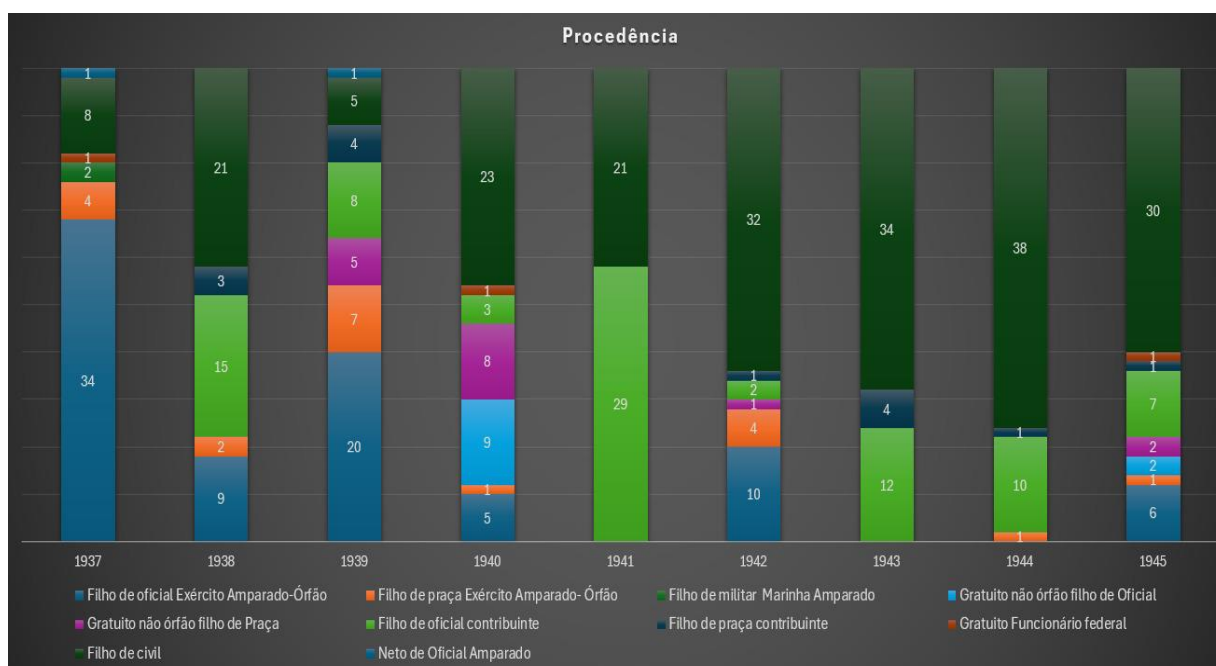
Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Com base nas informações coletadas, foi criado um gráfico para observar a porcentagem da origem familiar do total de 450 alunos analisados.

Gráfico 1- Procedência total entre os anos de 1937 e 1945

Fonte: Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Desta forma, foi verificado que do total de 450 alunos: 212 eram de origem civil; em seguida 86 filhos de oficiais contribuintes; 84 filhos de oficiais amparados, ou seja, gratuitos; 20 filhos de praça amparados; 16 filhos não órfão filho de praças contribuintes; 14 filhos de praça contribuintes; 11 filhos de oficiais não órfãos, mas que não pagavam; 3 filhos de funcionários federais gratuitos, 2 sendo filho de militar da Marinha amparado e 2 netos de oficial amparado.

Gráfico 2- Procedência entre os anos de 1937 e 1945

Fonte: Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Com o gráfico acima fica muito evidente a mudança de perfil na origem familiar do aluno, na década de 1940, principalmente, após 1941, em que a procedência se caracterizou principalmente pelo meio civil ou oficial. O que levanta o questionamento de por que um colégio feito para atender principalmente militares, começou a ter como público-alvo alunos de procedência civil e oficiais.

Outra informação que se mostra como característica dos alunos selecionados é a nacionalidade tanto dos alunos como de seus responsáveis. Quase que na totalidade dos 450 alunos analisados, a nacionalidade encontrada é a brasileira, sendo apenas um aluno de origem norte-americana, filho de militar americano em missão no Exército Brasileiro. Situação semelhante mostra-se em relação aos pais, onde do total de 450 pastas observadas, 440 são de nacionalidade brasileira e apenas 10 são de outras nacionalidades, sendo respectivamente: em 1937, 1 de origem libanesa, 1 de origem norte americana; em 1938, todos brasileiros; em 1939, 1 de origem portuguesa; em 1940, todos de origem brasileira; em 1941, 1 de origem italiana e 1 de origem portuguesa; em 1942, 2 de origem portuguesa e 1 de origem italiana; em 1943, 1 de origem portuguesa; e nos anos de 1944 e 1945, todos com nacionalidade brasileira.

Abaixo seguem tabela e gráfico com a informação de forma anual da nacionalidade do aluno, para melhor visualização:

Tabela 8- Nacionalidade dos alunos entre os anos de 1937 e 1945

Nacionalidade Aluno	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Brasil	49	50	50	50	50	50	50	50	50
Estados Unidos	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Gráfico 3- Nacionalidade dos alunos entre os anos de 1937 e 1945



Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Abaixo seguem tabela e gráfico com a informação de forma anual da nacionalidade dos responsáveis do aluno, para melhor visualização:

Tabela 9- Nacionalidade dos responsáveis entre os anos de 1937 e 1945

Nacionalidade Responsáveis	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Brasil	48	50	49	50	48	47	49	50	50
Estados Unidos	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Líbano	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Portugal	0	0	1	0	1	2	1	0	0
Itália	0	0	0	0	1	1	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Gráfico 4- Nacionalidade dos responsáveis entre os anos de 1937 e 1945



Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

No aspecto da origem profissional dos responsáveis civis, principalmente dos pais, observa-se que no ano de 1937 não havia a preocupação em se apresentar a profissão dos pais dos alunos. Algo totalmente diferente do observado nos anos seguintes, principalmente após 1940, em que na totalidade eram apresentadas as profissões exercidas pelos responsáveis, exceto nos casos dos pais serem falecidos. Por exemplo, no ano de 1937 existem 8 civis e apenas 5 estão com a especificação de suas profissões, em contrapartida em 1943 existem 34 civis e igual quantidade de profissões informadas. Além deste aspecto, podemos observar um seleto grupo de profissões, como funcionários públicos, Comandante da Marinha Mercante, advogados, médicos, contadores, entre outros, que faziam parte da sociedade entendida como pertencentes à denominada camada intermediária, perfilando um segmento de alunos selecionados de acordo com sua origem.

Conforme observamos na tabela comparativa abaixo, onde o total refere-se ao montante de responsáveis civis, conforme a tabela de origem do responsável. Desta forma,

fica evidenciada a preocupação com a obtenção da informação da profissão do responsável civil após 1940.

Tabela 10- Profissão dos responsáveis entre os anos de 1937 e 1945

PROFISSÃO DO RESPONSÁVEL CIVIL	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Professor	3	2	1	0	1	0	2	0	1
Comissário da Polícia Civil	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Funcionário do Banco do Brasil	0	2	0	0	0	1	1	1	0
Advogado	0	3	1	0	1	2	1	2	1
Médico	0	2	0	1	0	0	3	1	0
Farmacêutico	0	1	0	0	1	0	1	0	0
Funcionário do Ministério da Guerra	0	2	0	1	0	0	0	0	2
Funcionário da Leopoldina Railway	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Oficial da Marinha Mercante	0	1	0	0	0	0	0	2	0
Corretor de fundos públicos	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Desembargador	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Professor Federal	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Negociante industrial	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Negociante	0	0	0	1	0	0	0	2	0
Comerciante	0	0	0	2	5	8	15	9	4
Contador / Guarda livro	0	0	0	1	2	1	0	1	4
Engenheiro	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Funcionário Público do Ministério do Trabalho	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Funcionário Municipal	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Funcionário Público	0	0	0	5	3	5	4	7	5
Bancário	0	0	0	0	2	1	0	3	1
Avaliador da Caixa Econômica	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Diretor de Colégio	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Funcionário Público Federal	0	0	0	0	2	0	0	0	1
Funcionário IAPM	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Jornalista	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Veterinário	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Funcionário da Cia. Telefônica Brasileira	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Industrial	0	0	0	0	0	5	2	1	1
Engenheiro - Funcionário Público	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Funcionário Público da Aeronáutica	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Maquinista	0	0	0	0	0	0	2	1	0
Delegado	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Não informado (pai falecido)	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Despachante Municipal	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Ferrovário	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Escriturário Chefe na Contabilidade da Cia de Carris, Luz e Força	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Fiscal dos comerciantes bancários	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Escriturário da Justiça do Distrito Federal	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Mecânico	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Proprietário	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Comandante da Marinha Mercante	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Químico do Ministério da Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Rádio Telefonista Aero Navegador	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Despachante Aduaneiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	5	14	3	18	20	30	34	36	29

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Com a tabela acima, conseguimos observar a preocupação, principalmente após 1940, em se identificar a profissão do responsável, fato que fica evidenciado com o gráfico abaixo, em que são apresentados os dados de declaração da profissão dos responsáveis. Sendo que, após o ano de 1940, quando não existia a informação era pelo pai ser falecido.

Gráfico 5- Declaração da profissão dos responsáveis civil entre 1937 e 1945



Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Outra forma de delimitar a seleção, para um padrão de alunos, era justamente a obrigatoriedade de pagamento de matrícula e mensalidade ao longo do curso e a realização de um exame de admissão. Quanto à cor declarada na documentação, é predominante a cor branca, aparecendo a descrição negra e parda, em geral, para alunos oriundos de filhos de militares. Além disto, não existia a preocupação inicialmente de informar a cor do aluno, como podemos constatar nos anos 1937, 1938, 1939 e 1940, o que posteriormente é informado na totalidade.

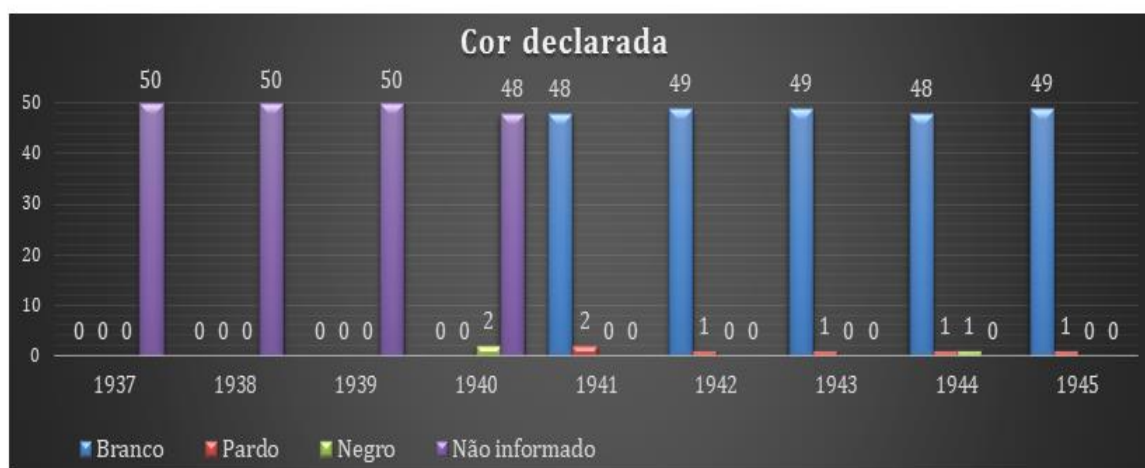
Tabela 11- Informação sobre a cor da pele do aluno entre os anos de 1937 e 1945

Tabela informação da "cor de pele" aluno	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Branco	0	0	0	0	48	49	49	48	49
Pardo	0	0	0	0	2	1	1	1	1
Negro	0	0	0	2	0	0	0	1	0
Não informado	50	50	50	48	0	0	0	0	40
Total	50	50	50	50	50	50	50	50	90

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

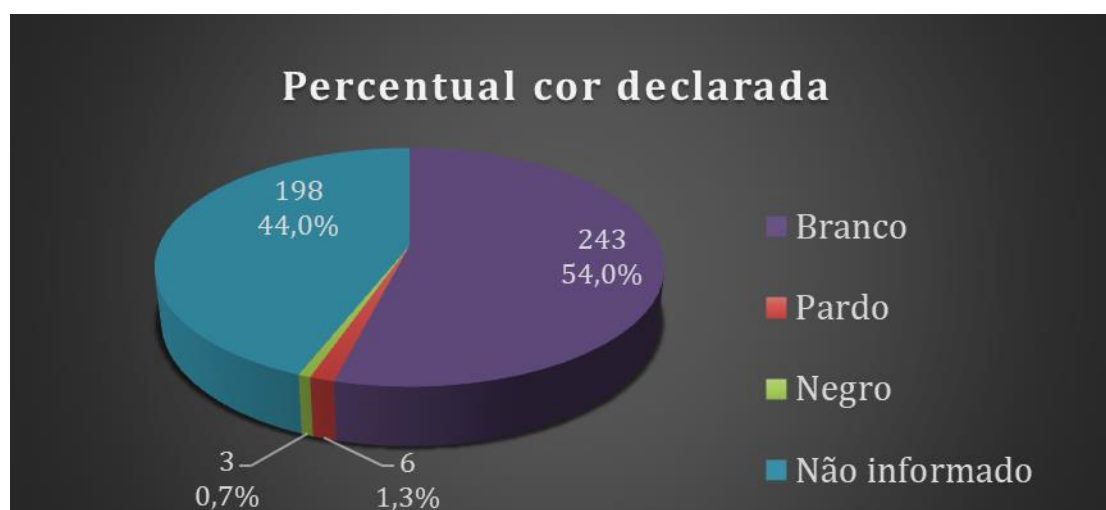
Através do gráfico abaixo, fica evidenciada a preocupação em se saber a cor do aluno para seu ingresso. Antes de 1940, não era necessária a declaração da cor, no entanto após, todos os alunos possuíam em sua pasta a informação.

Gráfico 6- Informação sobre a cor da pele do aluno entre os anos de 1937 e 1945



Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Gráfico 7- Percentual sobre a cor da pele do aluno entre os anos de 1937 e 1945



Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Como foi observado, antes de 1940, foi praticamente inexistente a declaração da cor do aluno, mas, após este ano, na totalidade existia a informação, e o percentual de cor declarada quase em sua totalidade era branco.

Em relação à religião, ocorre algo semelhante à descrição da cor de pele, nos primeiros anos não havia a preocupação em se obter a informação, posteriormente foi um dado obtida na totalidade dos alunos. A religião predominante nas 450 pastas de alunos investigadas foi a católica. Somente após 1940, temos a informação da religião como um dos critérios detalhados em todas as fichas de inscrição. A religião predominante era a católica, conforme conseguimos visualizar na tabela e nos gráficos referentes à religião dos responsáveis e dos alunos. As denominações seguiram a descrição informada na ficha de inscrição, sendo que foi encontrada a descrição em um mesmo documento como evangélico e protestante.

Tabela 12- Dados sobre a religião dos alunos entre 1937 e 1945

Tabela informação- RELIGIÃO	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Não informada	50	50	49	21	0	0	0	0	0
Católica	0	0		29	49	48	49	48	49
Evangélica/Protestante	0	0	1	0	1	0	1	1	0
Espírita	0	0	0	0	0	2	0	1	1
RELIGIÃO -PAIS									
Não informada	50	50	49	21	0	0	0	0	0
Católica	0	0	0	29	49	48	49	48	49
Evangélica/protestante	0	0	1	0	0	0	1	1	0
Espírita	0	0	0	0	1	2	0	1	1
TOTAL	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Gráfico 8- Dados sobre a religião dos alunos entre 1937 e 1945

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Gráfico 9- Percentual sobre a religião dos pais entre 1937 e 1945

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

E, por fim, ao observarmos o critério de apresentação de ficha de inscrição do aluno e a inclusão de fotografia 3x4 dos candidatos, novamente percebemos uma mudança após o ano de 1940. Inicialmente, não existia nas pastas dos alunos a ficha de inscrição, ou a fotografia anexada, mas, após o ano de 1942, torna-se presente em todas as pastas dos alunos oriundos do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Tabela 13- Fichas dos alunos entre 1937 e 1945

Tabela- Fichas cadastrais	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Não existente na pasta a ficha de inscrição e fotografia 3x4	50	50	50	0	0	0	1	1	0
Existente a ficha de inscrição e fotografia 3x4	0	0	0	2	33	50	49	49	50
Existente a ficha de inscrição sem a fotografia 3x4	0	0	0	48	17	0	0	0	0
TOTAL	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Gráfico 10 - Fichas dos alunos entre 1937 e 1945

Fonte: Autoral/Arquivo CMRJ.

Nestes dados, observamos um processo, ao longo dos anos de 1937 a 1945, que enfatizou o ingresso de alunos que atendessem a certos padrões que homogeneizavam os discentes, que se caracterizavam, em geral, por serem: brasileiros; com a cor de pele branca; religião católica; de acordo com o padrão da época membros da camada intermediária; com pais que fossem militares, ou pertencentes aos quadros de funcionários públicos, municipais ou federais. Outro aspecto que fica muito explícito, após 1940, é a preocupação em identificar na solicitação da matrícula a origem deste aluno e as características de origem de seus responsáveis, assim como sua religião; cor de pele; profissão dos responsáveis; seu histórico escolar em outra instituição de ensino e seus comprovantes de vacinações. Enfim, mesmo realizando a prova para o ingresso e o pagamento da taxa de inscrição, nota-se que o resultado tinha como característica a delimitação e a seleção de um corpo discente que atenderia aos interesses existentes dentro do Exército Brasileiro, que visava à formação de uma futura elite militar. Conforme já expresso ao longo da tese, mesmo que o discente não seguisse a carreira militar, ele seria um difusor do *status quo* militar e uma referência do que seria o padrão do Exército Brasileiro, no período do Estado Novo.

Dentro desta reflexão, percebemos que há a implantação de um projeto político de formação de uma nova elite no Exército, pautado pelas teorias científicas do final do século XIX e início do século XX, que estabeleciam parâmetros de hierarquia social e étnica entre os diversos grupos e que também influenciaram as relações raciais dentro do Exército Brasileiro, passando de um período de aceitação ou de democratização racial para um período de ascensão da discriminação. Para além disto, ao analisarmos os decretos militares e as fichas dos alunos que ingressaram no Colégio Militar do Rio de Janeiro, durante os anos de 1937 a

1945, compreendemos que ocorreu o favorecimento para a formação de uma elite e que houve uma seleção atenta a algumas características homogeneizadoras que atenderiam aos interesses tanto para o ingresso destes alunos na Escola Militar, local de formação dos oficiais do Exército Brasileiro, como em futuras carreiras militares ou ainda sendo civis dentro da sociedade do período, constituindo-se difusores dos valores do Exército Brasileiro apreendidos no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Observamos, assim, que o CMRJ fez parte do processo de profissionalização, dentro do Exército que visava formar um grupo de indivíduos com um conjunto de habilidades e conhecimentos técnicos, dentro de sua instituição com normas e regimentos próprios que o separa dos outros grupos e das outras instituições presentes na sociedade, como as de ensino secundários civis. A instituição de ensino militar, como qualquer outra organização profissional, pode regulamentar o acesso dos indivíduos tanto pelo recrutamento daqueles que possuem determinadas habilidades e conhecimentos explicitamente estabelecidos, como pela socialização dos indivíduos recrutados com as normas, os regulamentos e com os costumes vigentes dentro da instituição.⁴⁴² Logo, entendemos que o Colégio Militar tinha como um dos seus objetivos, no período do Estado Novo, fazer parte do processo de constituição da profissionalização dos militares e fez parte de um processo mais amplo de diferenciação estrutural que a sociedade brasileira vivenciou pela busca de modernização do Estado de acordo com valores ideológicos existentes.

Enfim, acreditamos termos comprovado, por meio da análise das informações obtidas através das pastas dos alunos, dentro do período temporal delimitado, a hipótese apresentada da intencionalidade do Colégio Militar do Rio de Janeiro em formar uma nova elite estudantil, adequando-se aos novos padrões estipulados pelo Exército no período de 1937 a 1945. Sendo o Exército Brasileiro percebido pelo Estado como disciplinador, pois criava, treinava e formava hábitos, moldando-os segundo a concepção de formação de um novo ideal da força. Esse novo ideal militar se inseria na implantação de uma nova lógica ideológica para o Exército, reflexo da política adotada no período do Estado Novo, em que o CMRJ se torna um importante instrumento na formação de uma nova base para a construção de um ideal militar que atenderia aos critérios desejados na formação do oficial do Exército Brasileiro.

⁴⁴² PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: ____; et al. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p.748-753.

Conclusão

A tese desenvolvida, ao longo destes quatro anos, teve como base inicial o trabalho desenvolvido pelo historiador Fernando Rodrigues, que, em sua tese *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1941*,⁴⁴³ explorou: a política e a cultura no universo militar e procurou investigar como, na História das Instituições de Ensino Superior Militar, a reforma de seus regulamentos e normas internas visou à construção de um projeto de modernização profissional do Exército Brasileiro, moldando atores políticos, a fim de consolidar a Instituição e o regime republicano, através da reorganização constante do modelo de ensino empregado nas suas Escolas de Formação de Oficiais. Em sua tese, o autor identificou que as constantes mudanças no sistema de educação estavam contextualizadas pelos momentos históricos e políticos que o Estado brasileiro atravessava durante a primeira metade do século XX e, principalmente, foi fundamentada pelos movimentos sociais de rebeldia militar e pelo medo do movimento comunista que interferiu na construção do Estado autoritário de Vargas ao longo dos anos 1930. Com efeito, o estudo propôs compreender quais modelos de organização a Escola Militar adotou no processo de seleção e de formação do quadro de Oficiais ao longo da primeira metade do século XX.

[...] Os resultados de tal empreendimento transitaram da formação de um modelo educacional teórico-cientificista em que predominavam a matemática e as ciências naturais, que os afastava das questões militares, para um modelo profissional mais prático e objetivo, o que suscitou mudanças na cultura política institucional que levaram nos anos 1930 e 1940 à construção de padrões de discriminações no processo de seleção dos candidatos às Escolas Militares.

A pesquisa do historiador Fernando Rodrigues contribuiu no campo acadêmico por observar o Exército Brasileiro, nos primeiros anos do século XX, como uma instituição que tinha como preocupação a formação de uma elite institucional durante o Estado Novo e caracterizou-se pela aplicação de padrões de discriminação social e racial no processo de seleção dos candidatos à Escola Militar – devido ao contexto de um governo centralizador e autoritário com a liderança de Getúlio Vargas, que, a partir de 1937, tinha como Ministro da Guerra o general Eurico Gaspar Dutra, que dentro do Exército estava aliado ao governo e seguia o modelo centralizador e autoritário.

⁴⁴³ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Desta forma, através da pesquisa iniciada por Fernando Rodrigues, foi possível observar que a Escola Militar implementou um processo individual de seleção aos candidatos, que continha dados importantes para determinar a origem social, a condição da família e a origem racial dos futuros oficiais desde o ano de 1934. E que, a partir de 1938, visava atender aos interesses do momento político que o país atravessava, sendo assim:

[...] a nova organização teve como ponto central a retirada do Estado-Maior do Exército da posição de mais alto órgão na estrutura da defesa nacional, passando a ser apenas um órgão de consultoria. Naquele momento, a direção do Exército passou a ser exercida pelo Presidente da República, que seria representado pelo seu Ministro da Guerra, o qual atuaria como órgão de direção e inspeção, articulado com o movimento centralizador que a política brasileira vinha assumindo. O Estado-Maior do Exército do General Góis Monteiro era deslocado do centro do poder político para a periferia, abrindo espaço para o domínio centralizador do General Dutra, elemento importante na configuração do novo governo. No Estado Novo, a política brasileira tornou-se autoritária de fato, eliminando o sistema federalista e o regime liberal, consolidando o ideal de Estado forte. Na Escola Militar do Realengo, observamos o desdobramento do pensamento político anterior, com relação à discriminação política contra alguns candidatos, à restrição ao ingresso de negros, judeus, pobres, e islâmicos, com o objetivo de fundamentar a construção de uma elite institucional homogênea e nacional.⁴⁴⁴

Ficou evidenciado que, na passagem de 1937 para o ano de 1938, a Escola Militar de Realengo – estabelecimento destinado à formação dos oficiais do Exército Brasileiro – passou, segundo Fernando Rodrigues, por uma radicalização na seleção dos candidatos a oficiais, estando o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra atento aos interesses do Estado Novo, conforme se comprovou através dos documentos produzidos e suas decisões ministeriais, configurando dentro da instituição aspectos autoritários e discriminatórios da pasta de guerra, principalmente contra os padrões considerados indesejáveis na configuração da “nova” nação desenhada por Getúlio Vargas:

[...] judeus e negros, considerados portadores de estigmas ideológicos e raciais. O Ministro da Guerra justificava a discriminação, pelo fato de o judeu ser considerado raça desradicada à terra, e o negro, por conta das convenções sociais estabelecidas que a Instituição não poderia abolir, pois constituíam normas e praxes do uso corrente na sociedade.⁴⁴⁵

⁴⁴⁴ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946...* p. 211.

⁴⁴⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946...* p. 213.

As restrições que barravam também a entrada de imigrantes alinhavam-se à política nacional em que, nos primeiros anos da década de 1930, foram decretadas leis⁴⁴⁶ que tinham o objetivo de restringir o ingresso de estrangeiros e estabeleciam que o mínimo de dois terços dos postos de trabalho deveriam ser ocupados por brasileiros. Sendo assim, atuou como uma forma do governo, no estado-novismo, de acatar aos seus interesses políticos nacionalistas e também de buscar apoio dos trabalhadores. Fernando Rodrigues expressa que:

O discurso de proteção ao trabalhador nacional criava em contrapartida uma política de ataque ao estrangeiro, considerado culpado pelo desemprego e pelos conflitos sociais que o Brasil vivia. O estrangeiro tornou-se sinônimo de problema, de subversão, do elemento responsável por ter trazido o comunismo para o Brasil, por tanto, era justificada as medidas repressivas adotadas contra eles pelo Estado.⁴⁴⁷

Outro desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro era o relacionado à questão do negro, que era reconhecido, segundo critérios da época, como uma “raça inferior”. Isto gerava uma dificuldade por conta da miscigenação e da ideia de que geravam um enfraquecimento do povo brasileiro. Segundo Fernando Rodrigues, as codificações sociais já tinham determinado a utilização da mão-de-obra negra como sendo barata e para atender aos interesses capitalistas, mas para tal era necessário pensar neles também como parte da nação, o que ocorre a partir dos anos de 1930 e 1940. Neste aspecto, expressa que:

Neste clima de elitização social, através do domínio da raça branca, em detrimento do judeu e do negro, crescia o interesse na construção da identidade nacional. O contexto internacional articulava-se às tradições brasileiras racistas e religiosas que, impregnadas pelo nacionalismo crescente, apoiaram as práticas discriminatórias. Os ideais liberais foram logo substituídos pelo culto à força, à ordem, a disciplina, a personificação do chefe político, a raça pura e aos heróis nacionais, que estimularam um novo imaginário popular, bloqueando qualquer crítica contra o sistema estabelecido. A sociedade reorganizada pelo Estado Novo agia de acordo com este e parecia que nada sabia a respeito das políticas segregacionistas. A elite social procurava manter as suas conquistas e o domínio sobre o povo. E o governo interagiu com todos, e com tudo, para manter a estabilidade do poder instituído. [...] O racismo e o anti-semitismo, manifestado durante o Estado Novo na seleção dos oficiais do Exército Brasileiro, pode ser caracterizado como político e cultural, dissimulado sob os interesses nacionalistas do Estado. Não há dúvida a respeito do posicionamento do Brasil contra judeus, negros, pobres e outros grupos de estrangeiros constantes da documentação institucional analisada e da própria historiografia da época que tentava fundamentar o novo Estado que se estava

⁴⁴⁶ AHEX. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro; BRASIL. *Constituição Federal do Brasil de 1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira, 1934. Estes documentos tratam da imigração e do estabelecimento de cotas por nacionalidades para entrada de estrangeiros. Sobre a entrada de estrangeiros no território nacional Cf.: BRASIL. *Decreto-Lei Nº 406, de 04/05/1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira, 1934.

⁴⁴⁷ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946...* p .214.

organizando: um Estado forte, centralizador, católico, elitista, branco e autoritário. Constatamos que o racismo e o anti-semitismo seletivo do General Dutra foi endossado pela política do Estado como uma prática de bastidores e fundamentado por um conjunto de normas impostas através de documentos institucionais secretos (Instruções, Ofícios, Circulares) e Decretos-leis.⁴⁴⁸

Fica explicitado, então, que o trabalho desenvolvido ao longo desta tese enquadra-se como uma sequência à pesquisa apresentada por Fernando Rodrigues, mas buscando ampliar através das fontes documentais tais hipóteses e conclusões. Sendo o Colégio Militar do Rio de Janeiro compreendido como uma instituição dentro do Exército Brasileiro, formadora de um *status quo* militar, através de seu processo de seleção, programa de ensino e critérios regulamentares, como por exemplo, ao exigir que, se aluno fosse gratuito, tivesse que seguir obrigatoriamente a carreira militar.

Em continuidade com a pesquisa realizada por Fernando Rodrigues, analisamos como ocorreu o processo de seleção e ingresso. Entretanto diferenciando-se da pesquisa desenvolvida por Fernando Rodrigues, utilizamos a perspectiva do ensino secundário que não necessariamente teria como resultado a formação de oficiais, utilizando como fonte de estudo os documentos do Colégio Militar do Rio de Janeiro, visto que ele formava um grupo diferenciado de alunos tanto pelo currículo como pela própria organização escolar com viés militarizado. O seu aluno, independentemente da carreira escolhida no campo civil ou militar, seria um divulgador dos valores militares apreendidos dentro da instituição secundária de ensino.

Esta tese segue o viés da chamada “Nova História Militar” ao passo que privilegia o estudo da história do Exército Brasileiro não pela orientação da guerra, batalhas ou na concepção dos seus heróis construídos, mas sim visando entender a construção ideológica e institucional que permeou as estruturas do Exército Brasileiro no período dos primeiros anos da República, em especial, durante o Estado Novo. Sendo assim, seguimos o que o historiador Paulo André Leira Parente no artigo *Uma nova História Militar? Abordagens e campos de investigação*⁴⁴⁹ definiu como sendo o estudo da história das instituições na história militar:

O primeiro nível de objetividade da História das Instituições é o estudo da história interna das instituições. Assim, a história institucional é reconstruída a partir dos aspectos jurídicos formais encontrados em documentos fundadores, reguladores, normativos, disciplinadores e organizadores das instituições em sua estrutura interna. Através destes documentos podemos reconstruir, também, os aspectos ideológicos que nortearam a criação e

⁴⁴⁸ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira...* p. 214-216.

⁴⁴⁹ PARENTE, Paulo André Leira. *Uma nova História Militar?*. *Revista do IGHMB*, v. 66, n. 93, pp. 37-43, 2006.

motivaram a atuação das instituições. Trata-se, portanto, de uma história interna das instituições.⁴⁵⁰

Nesse sentido, visamos compreender a estrutura interna do Colégio Militar do Rio de Janeiro, seus aspectos ideológicos e norteadores, seu processo seletivo discente, seu currículo, por meio de seus decretos de funcionamento ao longo de sua criação até os anos de 1940 e, para além disto, compreender a história interna da instituição. Sendo assim, esta tese buscou aproximar a História Social à História Militar por ter o:

O desenvolvimento das metodologias da História Social, somado a sua própria capacidade de promover a interdisciplinaridade com outros ramos das ciências sociais e humanas, cria, no encontro da História Social com a História Militar, um dos campos mais fecundos da historiografia atual. A categoria História Militar em seus desdobramentos é entendida a partir de uma rede complexa de estruturas sociais, o que permite compreender a inserção das instituições militares e dos fenômenos militares nas sociedades historicamente constituídas.⁴⁵¹

Temos assim uma pesquisa que está relacionada a um duplo processo de acesso às fontes e abordagens, que vai além de apenas olhar a existência da instituição militar, como descrito pelos historiadores Vivian Zampa e Fernando Rodrigues:

Como podemos perceber, o interesse atual pelos estudos relacionados à História Militar ultrapassa a essência de existir das instituições militares, por meio de variadas reflexões desenvolvidas por acadêmicos e interessados na área. Esta ampliação de temáticas ancora-se em um duplo movimento, do qual faz parte tanto o acesso às fontes, quanto, sobretudo, as novas abordagens empreendidas. (...) No trabalho de renovação da História Militar, portanto, tornou-se relevante o acesso, a seleção e a investigação de novos registros de pesquisa.⁴⁵²

Seguimos nesta tese, portanto, a concepção de Nova História Militar abordada por Rodrigues e Zampa⁴⁵³ como um estudo interdisciplinar que amplia as pesquisas relacionando-as com os campos da política, economia, sociologia, dentre outros aspectos a partir da proposição de metodologias e abordagens originais, conforme demarca Luiz Soares.⁴⁵⁴

⁴⁵⁰ PARENTE, Paulo André Leira. Uma nova História Militar... p. 5

⁴⁵¹ PARENTE, Paulo André Leira. Uma nova História Militar...p. 6

⁴⁵² RODRIGUES, Fernando; ZAMPA, Vivian. A Guerra Colombo-Peruana e o Exército Brasileiro (1932-1934): perspectivas e possibilidades de estudo para a nova história militar. *Antíteses*, v. 13, n. 26, pp. 276-302, 2020. p. 278

⁴⁵³ RODRIGUES, Fernando; ZAMPA, Vivian. A Guerra Colombo-Peruana e o Exército Brasileiro (1932-1934)... p. 278.

⁴⁵⁴ SOARES, Luiz Carlos. História Militar: a “velha” e a “nova”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.113-132.

Marcando, de acordo com Pedrosa,⁴⁵⁵ a expansão deste campo a passagem de uma história tradicional que tinha como característica o estudo das guerras, campanhas, batalhas e feitos dos grandes generais para a problematização de diferentes aspectos das instituições militares e suas relações com a sociedade, conforme um dos objetos desta pesquisa que compreende a influência do ensino militar secundário através do Colégio Militar do Rio de Janeiro e a preocupação na formação de uma elite de oficiais militares que atendesse aos preceitos do período do Estado Novo.

Foram utilizadas fontes inéditas para pesquisa como as fichas de matrículas e documentos escolares dos alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro, no período do Estado Novo, perfazendo um total de aproximadamente 36 mil fontes digitalizadas. Estas fontes foram analisadas juntamente com outros documentos como certidões, regulamentos militares, fichas cadastrais, entre outros. Sendo assim, atentamos para um processo histórico que articula o estudo dos militares e seu papel como sujeitos dentro da sociedade brasileira. Tal proposta está em consonância com o que discute Fernando Rodrigues e Vivian Zampa ao demarcar que – ao analisarmos as instituições militares e a chamada Nova História Militar – teremos como ênfase a relevância das propostas metodológicas e de investigação que visam aos aspectos formais e jurídicos que são encontrados em

[...] em registros fundadores, reguladores e organizadores de sua estrutura interna, por um lado, e, também, pela prosopografia, por outro. Tais parâmetros seriam importantes para a análise dos aspectos que orientaram a criação e motivação das instituições, assim como a trajetória, atuação e relação dos sujeitos que dela fizeram parte.⁴⁵⁶

Sendo assim, a reflexão sobre o estudo da História Militar nesta tese seguiu as premissas da chamada Nova História Militar que, segundo os historiadores Fernando Rodrigues e Vivian Zampa,⁴⁵⁷ apontam para uma tradição de renovação de temas, métodos e teorias observados dentro de diferentes campos da historiografia, como, por exemplo, na Nova História ou na Nova História Política. Sendo a Nova História Militar desenvolvida embrionariamente nos Estados Unidos, no período posterior a Segunda Guerra Mundial, e, posteriormente, no Brasil, no final do século XX.

⁴⁵⁵ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A História militar tradicional e a “nova história militar”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh Nacional, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-istMilTradeNovaHist-Envio.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

⁴⁵⁶ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A História militar tradicional e a “nova história militar”... p. 10.

⁴⁵⁷ RODRIGUES, Fernando; ZAMPA, Vivian. A Guerra Colombo-Peruana e o Exército Brasileiro (1932-1934)...

Na construção desta tese, o primeiro capítulo perpassa por uma reflexão sobre as transformações que ocorreram no período e que levaram a reflexos relevantes nesta transição do período Imperial para a República, em que o Exército Brasileiro se torna um dos protagonistas na construção do ideal de nação brasileira. Para tal, foi analisada a criação do EB no período da Monarquia à República, como o EB foi influenciado pela Guerra da Tríplice Aliança e as diferentes abordagens historiográficas para esta temática, relevante na formação de um novo quadro de militares. Além de gerar na sociedade uma percepção de valorização dos militares e “heróis” de guerra, o capítulo teve a intensão de apresentar um panorama do que foi o EB desde sua criação até o recorte temporal de interesse, de maneira à historicizar e tornar mais tangível a percepção em suas mudanças e missões.

O capítulo também teve a finalidade de proporcionar maior compreensão das inúmeras nuances que envolveram a construção do *éthos* militar após a Proclamação da República, deixando frisado que não teve a pretensão de esgotar um tema tão relevante e repleto de peculiaridades, mas sim fornecer uma base para reflexões posteriores. A Guerra da Tríplice Aliança foi apresentada como um “ponto de virada” na estruturação do EB. Entendemos que compreender a criação e a organização do Exército Brasileiro do Império até meados da Primeira República auxilia na fundamentação da reflexão sobre a formação de uma nova elite militar que atendesse aos preceitos e valores vinculados à instauração de uma identidade de nação brasileira durante o período do Estado Novo.

Já no segundo capítulo, foi discutido como o Colégio Militar do Rio de Janeiro surgiu neste contexto de amparo e reconhecimento aos “heróis da pátria” através dos órfãos da guerra, em que o ministro da Guerra do Império, o Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, expressou ser uma demanda melhorar o preparo na formação cidadã dentro do Exército, conforme os preceitos do período. Neste intento, criou o Imperial Collegio Militar da Corte por meio do Decreto 10.202 de 09 de março de 1889. Apresentamos também como as iniciativas educacionais foram moldadas no discurso por um caráter assistencialista, pois eram destinadas aos filhos órfãos dos militares do Exército, somados ao questionamento acerca da formação dos oficiais e da falta de habilitação dos soldados frente à necessidade imperiosa de quadros qualificados para acompanhar a profissionalização do Exército.

Além disto, desde o Império, com a extinção do Colégio Naval em 1886, o CMRJ tornou-se a única opção de ensino secundário militar no estado do Rio de Janeiro.⁴⁵⁸

⁴⁵⁸ CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. *O Ensino secundário militar na Primeira República: a construção dos colégios militares (1889-1919)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p.15.

Enfatizamos que o CMRJ foi criado com o intuito de dar instrução e educação militar, admitindo gratuitamente os filhos e netos de oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada e de funcionários públicos que atendessem aos critérios estabelecidos no regulamento. Por outro lado, através de contribuição pecuniária, era possível a admissão dos menores procedentes de outros grupos sociais que poderiam ser filhos de civis e de militares que não estivessem amparados.⁴⁵⁹

Ao longo do capítulo, apontamos que a profissionalização do EB foi um processo gradual. Nos momentos em que não era possível apresentar ações práticas, os membros da sociedade militar e setores civis executavam ações de análise e planejamento para engendrarem seus objetivos. Como exemplo, a criação do Colégio Militar do Rio de Janeiro como um local de formação de jovens pautados dentro das aspirações militares, seja seguindo a carreira militar de forma obrigatória para os alunos entendidos como amparados (órfãos de pais e netos oficiais ou filhos de funcionários públicos que atendessem aos critérios estabelecidos pelo regulamento), ou como cidadãos civis que tiveram acesso aos valores militares implementados dentro desta instituição de ensino secundário militar.

O segundo capítulo tem como objetivos principais tratar da reflexão sobre a negociação para a criação do CMRJ na perspectiva do viés social, político e das aspirações militares, além de analisar o Decreto de Criação desta instituição de ensino, assim como os objetivos e justificativas para a sua fundação. Foram examinados os decretos de ensino instituídos para os Colégios Militares durante o período anterior ao Estado Novo, observando suas demandas, programas de ensino e características eminentes à formação militar e civil. Analisar o funcionamento do Colégio Militar do Rio de Janeiro, no período do Estado Novo, demanda apreender as circunstâncias históricas de sua criação, que foi o resultado de uma negociação que perdurou por décadas e fez parte de um projeto do Exercício Brasileiro de modernização e profissionalização de seus quadros de oficiais desde seu decreto de criação.

Neste capítulo, também foi apontado como modelo de organização do CMRJ a *Prytanée Militaire de la Flèche*, uma escola militar criada por Luís XV, resultado justamente da influência cultural francesa em diferentes aspectos da vida nacional em fins do século XIX.⁴⁶⁰ Sendo inclusive, a própria doutrina militar francesa, inicialmente, a norteadora do

⁴⁵⁹ BRASIL. *Arquivo Histórico do Exército*. Coleção de Leis do Brasil. Decreto nº 10.202 de 09 de março de 1889.

⁴⁶⁰ SOUZA, Hélio José Rêllo de. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p. 26.

Exército Brasileiro, mas, após a Segunda Guerra Mundial, foi substituída pelo modelo da doutrina militar americana.

Nele também foram apontadas as análises dos decretos de ensino e como eles demonstraram os objetivos do Exército Brasileiro em relação à formação, em que visavam a um alinhamento com a política de modernização republicana, percebida durante o Estado Novo. Destaco que o Colégio Militar e a Escola Militar tornaram-se os locais para seleção de “melhores” candidatos, dentro da perspectiva de formação de uma nova elite militar. Evidencio que a formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, iniciada no Colégio Militar do Rio de Janeiro, recebeu influência das teorias científicas que estabeleciam parâmetros de hierarquia social e étnica.

Demarcou-se que, nas primeiras décadas da República, ocorreram inúmeras reformas dentro do Exército Brasileiro, visando a uma adequação dentro dos novos parâmetros estabelecidos pelo Estado para forjar um novo conceito de nação brasileira, buscando sublimar seu passado imperial e de ligação com a família real portuguesa. Um aspecto importante da criação do Colégio Militar era a existência de questionamento acerca da formação dos oficiais e da falta de habilitação dos soldados frente à necessidade imperiosa de quadros qualificados para acompanhar a profissionalização do Exército. Sendo assim, o Imperial Collegio Militar da Corte fora uma resposta a estas demandas.

A análise teve a finalidade de apontar as propostas de regulamentos de ensino militar nos Colégios Militares articuladas à política de modernização do Exército Brasileiro, para compreender as prioridades na formação de um novo quadro de oficiais, para um modelo profissional mais prático e objetivo que trouxesse mudanças na cultura política institucional da Escola Militar, tendo por escopo diminuir o ensino baseado em conteúdos e aumentar as disciplinas práticas nas sucessivas revisões curriculares. Este projeto, por sua vez, estava alinhado aos Decretos de Ensino Militar nos Colégios Militares.

O capítulo três é uma continuidade do capítulo anterior, mas aborda as perspectivas e as transformações da Primeira República para o Estado Novo, caracterizando este processo político com base nas tensões políticas existentes entre o modelo liberal democrata e o autoritarismo do Estado. Além disso, realizamos uma análise dos decretos regulamentadores do CMRJ, nas décadas de 1930 e 1940, visando demarcar as transformações e as demandas no ensino, nos processos curriculares e de inscrição. Neste capítulo, foram utilizadas as abordagens de Bourdieu e Foucault por focarem nas várias formas de dominação que ocorrem na sociedade, pela vertente sociológica, através das concepções de Poder e Poder disciplinar,

Habitus, Campo e Violência Simbólica, para assim compreendermos como a dominação pode ocorrer, principalmente no meio da educação, da mídia, das instituições e das organizações modernas, como as forças armadas.

Outra definição que também se faz relevante é a de Estado. Nesta tese, a premissa da construção do Estado e do autoritarismo como norteadores do governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, é central. Foi focal a discussão sobre a formação do autoritarismo, a construção de um modelo de Estado centralizador, não sendo possível trabalhar de forma desarticulada ao Estado, como algo que se evidenciou a partir do XIX. Em que a reflexão da construção do Estado Novo tem como base a formação do autoritarismo, partimos das hipóteses de que o autoritarismo no Brasil surgiu como resposta a um período de crise, sendo um pilar do governo de Getúlio Vargas e da instituição do militarismo no Estado Novo.

Sendo assim, entre os anos iniciais da República e o governo do Estado Novo, com Getúlio Vargas, e o Exército se nota um alinhamento dos interesses políticos ao viés cientificista, que tinha por ideal a constituição de uma Nação. Ao observarmos os decretos de ensino, deste período, conseguimos compreender o funcionamento do ensino militar nos Colégios Militares e quais eram os seus principais interesses.

Em consonância com os capítulos anteriores, o capítulo quatro trabalhou com a relação do Estado Novo com os militares, entendendo-os como importantes articuladores dos interesses do governo de Getúlio Vargas, na idealização de uma nova perspectiva de valores para a nação brasileira. O enfoque foi no Exército como instituição do poder e sua atuação, as transformações e anseios institucionais, tendo como objetivo apontar como o Colégio Militar do Rio de Janeiro atuou no período do Estado Novo e a forma que se tornou um dos responsáveis pela difusão dos novos preceitos para a formação de uma nação brasileira. O capítulo mostrou o processo de formação deste novo EB, entendendo, assim, como relevante a compreensão das Forças armadas, em especial do EB e seu papel em atender as demandas do governo de Getúlio Vargas na construção de uma identidade do país como uma nova nação.

Evidenciaram-se os aspectos que permearam a formação de um grupo dentro do Exército que fosse alinhado aos interesses do Estado e a preocupação em homogeneizar e selecionar quem melhor atendesse aos anseios estado-novistas de criar uma nova nação brasileira, que fosse capaz de promover a modernização e o progresso do Brasil. O EB estava alinhado aos interesses do primeiro governo de Getúlio Vargas e, durante a Primeira República, ficou latente, no EB, a preocupação em se reorganizar como instituição tanto estruturalmente, através de construções e aprimoramento de instalações, como internamente –

por meio de mudanças e adequações nas leis e estatutos, buscando criar bases para uma formação que fosse compatível com a carreira militar e também com o intento de não apenas formar intelectuais incompatíveis com o *status quo* militar.

Sendo assim, notamos que o ensino militar se tornou preponderante neste processo. Era através dele que o Exército desejava formar os futuros responsáveis pelos cargos de comando dentro da Instituição que fossem adequados aos anseios da nação. Reflito sobre a percepção de como o ensino militar, durante o Estado Novo, era um pilar essencial na idealização de uma nova elite militar. Sendo assim, não apenas a Escola Militar que era o local de formação de oficiais, dentro do Exército Brasileiro, como o Colégio Militar do Rio de Janeiro, responsável no período pelo ensino secundário, faziam parte deste processo de aprimoramento dos futuros oficiais.

O alinhamento do Estado com o Exército foi percebido também por meio da definição do objetivo do Ministério da Guerra sob a direção do General Eurico Gaspar Dutra. Tal direção expressava que a instituição estava renascendo para fortalecer a nação no seu sentimento de Pátria e de brasilidade, sendo o Estado Novo um momento em que o Brasil sente estar inaugurando uma nova era com o renascimento das forças armadas no país.

No capítulo, foi apontado também que não havia uma desvinculação do Exército e suas ações com o contexto político do Estado Novo. Ao contrário, suas ações eram pautadas também pelas demandas ideológica, sendo possível observar padrões de discriminação no processo de seleção dos candidatos a oficiais, excluindo os que eram negros, judeus, pobres e islâmicos por serem considerados pertencentes a grupos inferiores e que prejudicariam a formação de uma elite militar - modelos de discriminação determinados pelo Ministro da Guerra ao Estado Maior do Exército, órgão responsável pela direção, organização e fiscalização do ensino militar, tanto no ensino superior como no secundário, nesse último caso, representado pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro. O ensino militar durante as primeiras décadas do século XX foi modificado para seguir na direção da modernização e profissionalização, objetivando forjar uma elite militar que agiria atendendo aos interesses do Estado Novo, afastando os oficiais desestabilizadores da ordem.

Neste sentido de entendimento dos valores e anseios do EB e sua relação com o Estado, temos o último capítulo que aborda todo o processo de seleção e uso das fontes obtidas no arquivo do CMRJ, ou seja, as fichas de inscrição e dados dos alunos referentes ao período de 1937-1945. Entre os documentos existem: certidão de nascimento; ficha de inscrição com dados; boletim escolar; carteira de vacinação e dados biométricos. Aos itens

destacados acima, demarco que os candidatos civis ou filhos de militares às vagas no colégio, oriundos de outros grupos sociais que não os órfãos de militares (filhos e netos de oficiais efetivos), amparados, automaticamente, com uma vaga, escreviam uma carta solicitando-a. Sendo analisados os pedidos, os candidatos dentro do recorte cronológico e verificados se no caso de militares não amparados existia algum critério de aceitação. Os dados analisados refletiram a natureza da construção curricular e os valores preconizados durante o Estado Novo. Evidenciou-se um Exército Brasileiro que procurava formar uma elite de oficiais, sendo o CMRJ, responsável pelo ensino secundário, no período de estudo uma das estratégias dentro do aparato ideológico.

Como conclusão, a análise documental se observou um processo que enfatizou o ingresso de alunos que atendessem a certos padrões ao longo dos anos, que homogeneizavam os discentes, que se caracterizavam, predominantemente, por serem: brasileiros, com a cor de pele branca, religião católica, de acordo com o padrão da época, membros das camadas médias, intermediárias, com pais que fossem militares, ou pertencentes aos quadros de funcionários públicos, municipais ou federais.

Outro aspecto que fica muito explícito no CMRJ, após 1940, é a preocupação em identificar, na solicitação da matrícula, a origem deste aluno e as características de origem de seus responsáveis, assim como sua religião, cor de pele, profissão dos responsáveis, seu histórico escolar em outra instituição de ensino e seus comprovantes de vacinações. Enfim, mesmo realizando a prova para o ingresso e o pagamento da taxa de inscrição, nota-se que o resultado tinha como característica a seleção de um corpo discente que atenderia aos interesses existentes dentro do Exército Brasileiro, que visava à formação de uma futura elite militar.

Conforme já expresseo ao longo da tese, mesmo que o discente não seguisse a carreira militar, ele seria um difusor do *status quo* militar e uma referência do que seria o padrão do Exército Brasileiro, no período do Estado Novo. Sendo interessante perceber que na Escola Militar este movimento é observado no ano de 1938, mas, no CMRJ, as implementações somente puderam ser notadas, conforme documentações analisadas, com maior relevância, após 1941.

A pesquisa desenvolvida deixa como legado a digitalização de toda a documentação referente às “pastas dos alunos” do período demarcado e abre novas possibilidades de estudo para aprofundar e compreender não apenas os aspectos trabalhados ao longo desta tese, mas também as novas demandas dentro da historiografia, principalmente nos aspectos da História

Social e Militar, entre outros campos de estudo. Como em toda pesquisa, foram realizadas escolhas, caminhos de análise e reflexões. Muitos “caminhos” poderiam ser traçados, mas escolhemos, ao longo do processo, os que faziam mais sentido naquele momento dentro dos objetivos e hipóteses delimitados.

Como respostas aos objetivos e hipóteses estabelecidos, apontamos, através da análise das documentações, que é possível observar a existência de padrões de discriminação para o ingresso no CMRJ, no período do Estado Novo, para atender a uma implantação de um projeto político de formação de uma nova elite no Exército, visando seguir os parâmetros de hierarquia social e étnica entre os diversos grupos sociais que influenciaram as relações raciais do EB em consonância com o Estado.

Além disto, a instituição desejava formar uma elite militar que fosse mais profissional e atuante como liderança, cuja formação profissional dos oficiais do EB poderia ser iniciada no CMRJ, que, por vez, era influenciado pelas teorias científicas e pela política de modernização implementada durante o Estado Novo no Exército, em sintonia com o ideal de construção de uma nacionalidade brasileira adequada às demandas da República. Ocorre, desta forma, a preocupação em homogeneizar e padronizar, através dos critérios de seleção, deixando, assim o CMRJ de atender preponderantemente aos alunos gratuitos em detrimento dos contribuintes filhos de civis ou militares oficiais. Não foi possível traçar a porcentagem de alunos que seguiram a carreira militar, mas ficou evidenciada a existência de prioridades na escolha de quem teria acesso ao ensino secundário.

Dentro desta reflexão, percebeu-se a implantação de um projeto político de formação de uma nova elite no Exército, pautado pelas teorias científicas do final do século XIX e início do século XX, que estabeleciam parâmetros de hierarquia social e étnica entre os diversos grupos e que também influenciaram as relações raciais dentro do Exército Brasileiro, passando, assim, de um período de aceitação ou de “democratização racial” para um período de ascensão da discriminação. Para além disto, ao analisar os decretos militares e as fichas dos alunos que ingressaram no Colégio Militar do Rio de Janeiro, durante os anos de 1937 a 1945, pôde-se verificar que ocorreu o favorecimento para a formação de uma elite e que houve uma seleção atenta a algumas características homogeneizadoras que acolheriam os interesses tanto para o ingresso destes alunos na Escola Militar, local de formação dos oficiais do Exército Brasileiro, como em futuras carreiras militares ou, ainda sendo civis dentro da sociedade do período, constituindo-se difusores dos valores do Exército Brasileiro apreendidos no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Leis e legislações

AHEx. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro; BRASIL. *Constituição Federal do Brasil de 1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira, 1934.

ALMANACH DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824.

ANNAES do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Sessão de 25 de agosto de 1891.

BRASIL. Decreto de 11 de março de 1808. Nomeia os ministros e secretários do Estado. In: *Coleção das leis do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 1891.

BRASIL. *Regulamento, e Instrucções para a Disciplina e Exercicio dos Corpos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820.

BRASIL. *Relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*, Conde do Rio Pardo, à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830.

BRASIL. *Relatório do Anno de 1830 Apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão de 1831*. Ministro José Manoel de Moraes. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1831a.

BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1831*. 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1831b.

BRASIL. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Guerra apresentado á Assembléa Geral na Sessão Ordinaria de 1837*, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Conde de Lages. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837.

BRASIL. Decreto s/n, de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v.1, parte 2, p. 59-61, 1837.

BRASIL. Decreto nº 23, de 16 de agosto de 1838. Arquivo Osvaldo Aranha, AO 39.04.18. FGV/CPDOC. *Coleção Leis do Brasil*.

BRASIL. Decreto nº 167, de 14 de Maio de 1842. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1842*. Tomo V, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843. p. 292-300.

BRASIL. Decreto nº 782, de 19 de Abril de 1851. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1851*. Tomo XIV, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852a. p. 85-106.

BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852b.

BRASIL. Decreto nº 1.127, de 26 de fevereiro de 1853. In: BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1853*. Tomo XVI, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

BRASIL. Decreto nº 1.881, de 31 de janeiro de 1857. In: BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1857*. Tomo XX, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857a.

BRASIL. Decreto nº 2.038, de 25 de novembro de 1857. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1857*. Tomo XX. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857b. p. 472-479.

BRASIL. Decreto N. 3.371 de 7 de janeiro de 1865. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1865*. Tomo XXIII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865a. p. 3-6.

BRASIL. Decreto N. 3.555, de 9 de dezembro de 1865. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1865*. Tomo XXIII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865b. p. 388-390.

BRASIL. Decreto N. 3.381, de 21 de Janeiro de 1865; Decreto N. 3.382, de 21 de Janeiro de 1865; e Decreto N. 3.383, de 21 de Janeiro de 1865. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1865*. Tomo XXIII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865c.

BRASIL. Decreto N. 5.593, de 18 de abril de 1874. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1874*. Tomo XXXVII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

BRASIL. Decisão No. 54 – Guerra. Em 5 de maio de 1828. In: BRASIL. *Collecção de Decisões do Governo do Brazil de 1828*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1878.

BRASIL. Decreto do 1º de dezembro de 1824. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1824*. Parte 2ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p. 87-95.

BRASIL. Falla de 10 de novembro de 1822. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822*. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887a. p 145-146.

BRASIL. Decreto de 1º de dezembro de 1822. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822*. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887b. p. 87-90.

BRASIL. Decreto Nº 10.015, de 18 de agosto de 1888. In: *Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1888*. Parte II, Tomo LI. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 152-165.

BRASIL. *Decreto nº 2.881*, de 18 de Abril de 1898, que regulamentava os Institutos militares de ensino. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 10.202*, de 09 de março de 1889. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 528*, de 28 de Junho de 1890. Coleção de Leis do Brasil - 1890, p. 1424 v. 1 fasc.VI).

BRASIL. *Decreto nº 6.465*, de 29 de Abril de 1907. Approva provisoriamente o regulamento para o Collegio Militar. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 12.956*, de 10 de Abril de 1918. Approva o regulamento para os Collegios militares. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 15.416*, de 27 de Março de 1922. Approva o regulamento para os Collegios militares. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 5.632*, de 31 de Dezembro de 1928. Dispõe sobre o ensino militar e dá outras providências. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 18.729*, de 02 de Maio de 1929. Approva o Regulamento dos Collegios Militares. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 53*, de 11 de Setembro de 1934. Approva o Regulamento dos Collegios Militares. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto-Lei Nº 406*, de 04 de Maio de 1938. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 3809*, de 13 de março de 1939. Approva o Regulamento dos Collegios Militares. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 22.418* de 09 de janeiro de 1947. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº 26.851*, de 04 de julho de 1949. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº. 36.626*, de 22 de dezembro de 1954. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Decreto nº. 5.751*, de 12 de abril de 2006. Arquivo Histórico do Exército. Coleção de Leis do Brasil.

BRASIL. *Portaria nº 042*, de 6 de fevereiro de 2008, que aprova o Regulamento dos Colégios Militares (R-69) e dá outras providências.

BRASIL. *Coletânea sobre leis, portarias e avisos do asilo de inválidos*. Cópia datilografada. s/data. Existiu na Ilha do Governador e teve seu efetivo somado ao da Ilha de Bom Jesus em 1888. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, s/d.

BRASIL. *Ordens dia do Exército*. Aviso nº 93, de 31 AGO 1904, publicado na Ordem do Dia nº 398, de 20 JAN 1905, p. 62-3.

BRASIL. *Arquivo Histórico do Exército*. Acervo da Escola Militar. Nota Secreta, de 22 de janeiro de 1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar.

BRASIL. *Arquivo Histórico do Exército - Arquivo AIP*: livro s/no, caixa 43, boletim interno de 05 de agosto de 1976. Extinção do Asilo dos Inválidos da Pátria. No mesmo boletim se encontram referências sobre o decreto presidencial 77801, de 09 de junho de 1976, DO de 10 de junho de 1976, NE 4603, de 24 de junho de 1976 e do Boletim Interno da 1ª Região Militar, no 137 de 23 de julho de 1976. Todos eles tratam da extinção do AIP.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos militares, §1º, Art. 16.

Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1887. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ). Art. 124, da Lei nº 1860, de 4 JAN 1908 (Alistamento, Sorteio militar e reorganização do Exército). Publicada na Ordem do Dia nº 72, de 4 JAN 1908.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1865. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865:3. [Tomo XXVIII, Parte II- Leis de 1865]. Conferir também o site: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1865-01-07;337>. (Último acesso: dezembro de 2022)

LIMA E SILVA, Luiz Alves de (Duque de Caxias). *Ordens do Dia*. 1º Vol. Rio de Janeiro: Typ. de Francisco Alves de [ilegível], 1877a.

LIMA E SILVA, Luiz Alves de (Duque de Caxias). *Ordens do Dia*. 4º Vol. Rio de Janeiro: Typ. de Francisco Alves de Souza, 1877b.

ORLEANS, Gastão (Conde D'Eu). Ofício de 7 de agosto de 1872. In: *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima-Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra João José de Oliveira Junqueira*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1872.

PARDAL, João Carlos. *Instrucçoens Para Manejo e Manobras d'Artilheria a Cavalo, a Pé e de Montanha do Imperio do Brazil*. Manuscrito, sem imprenta. [1849?]. Exemplar existente na Biblioteca da Academia Militar das Agulhas Negras.

PORTUGAL. *Systema de Instrucção, e Disciplina para os Movimentos e Deveres dos Caçadores*. 2ª Ed. Lisboa: Impressão Regia, 1811.

PORTUGAL. *Regulamento Para a Disciplina e Exercicio dos Regimentos de Cavallaria*. Lisboa: Impressão Regia, 1825 (1816).

PORTUGAL. Regulamento para a organização do Exercito de Portugal. In: *Collecção das Leis do Brazil de 1816*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (1816). p. 9-38.

REBELLO, Antônio Teixeira. *Instrucção Geral ou Escola do Serviço Braçal da Arma d'Artilheria*. Lisboa: Impressão Regia, 1819.

ZAGALO, Bernardo Antonio. *Systema de Instrucção Para a Infanteria*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. *Diccionario Technico Militar de Terra*, 1911, Typographiado Annuario Comercial: Lisboa, 1911.
- ALMEIDA, Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- ALVES, Salomão Pontes. *Dicionário da Administração Pública do Período Imperial, Imperial Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.
- AMARAL, Antônio José de Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BARROS, José D’Assunção. *O Campo Histórico: as especialidades e abordagem da História*. Rio de Janeiro: Celta, 2002.
- BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil (1864-1945)*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- BEAUPÈRE, Bernard. *Histoire du Prytanée national militaire*. Paris: Charles-Lavauzelle, 1985.
- BECKER, Elsbeth Léia Spode. Histórico do Sistema Colégio Militar do Brasil e seu Processo de Formação na Cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 19, pp. 165-187, 2018.
- BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: ____ et al. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 384-391.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: ____ . (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.11-35.

- _____. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1993. p.46-81.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In:____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 60-62.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus. 1998
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas, Papirus, 1986.
- CARVALHO, Affonso de. *O Exército no Estado Novo, 1941*. Edição do Ministério da Guerra. 1941.
- CARVALHO, Argens José de. Colégio Militar. Cem anos de tradição. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 126, n. 1, pp. 126, 1989.
- CARVALHO, Fabrícia A. T. *Colégio Militar do Rio de Janeiro 125 anos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. III, v. 2. São Paulo: Difel, 1977. p. 180-234.
- _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1987.
- _____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política Imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume- Dumará, 1996.
- _____. *Cidadania no Brasil: grande caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Um Voluntário na Guerra do Paraguai. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! 08 de julho de 2001.
- _____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. Forças armadas e política (1930-1945). In: *A revolução de 1930: seminário internacional*. Brasília: UNB, 1983.

____. Vargas e os militares. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 341-345.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

____. *Corpore Sano* – os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Revista Antropolítica*. Niterói, RJ, n. 2, pp.61-78, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci de. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 327-340.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2021.

CASTRO, Celso; IZECKSONH, Vitor; KRAY, Hendrich (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 189-202, 2011. p. 192.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865 – 1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

____. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CHAVES, Flavine Mara. *Avanço ou Retrocesso: Análise da Política de Assistência Social no município de Valença (1988-2005)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, 2013.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COELHO, Edmundo Campos. *O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

_____. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Editora Record, 2000.

CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construção da realidade social*. Bauru – SP: EDUSC, 200.

COSTA, Milton C. *O historiador Joaquim Nabuco e a Guerra do Paraguai*. História, São Paulo, UNESP, 1995.

COSTA, Wilma Peres. *A Guerra do Paraguai e a problemática militar do Império*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. *O Ensino secundário militar na Primeira República: a construção dos colégios militares (1889-1919)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

_____. *Assistência e profissionalização no Exército: Elementos para uma história do Imperial Colégio Militar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas Brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 269-299.

D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, v. 32, n. 2, pp. 185-191, 2009.

DARÓZ, Carlo Roberto Carvalho. Organização do Exército Brasileiro na República. In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 45-46.

DÉLOYE, Yves. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos de identidade nacional. In: BREPOHL, Marion; BRESCIANI, Maria S.; SEIXAS, Jacy (orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UNB, 2002. p. 95-112.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: Ibrasa, 2001.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: uma nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *O Conflito com o Paraguai: a Grande Guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Doentes e Famintos: Cotidiano de um Soldado na Guerra do Paraguai (1864-1870). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo: ANPUH. 2011. p. 1-18.

_____. *Mulheres Comuns, Senhoras Respeitáveis: a presença feminina na guerra do Paraguai*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O Imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época. V.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981a.

_____. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O Comando de Osorio V. 2, T. I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981b.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Editora da USP: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1998.

_____. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERNANES, Ari Carlos R. de Moraes. et. al. *Coronel Chicuta: um passo-fundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

FIGUEIREDO, Antônio; FONTES, Arivaldo Silveira. *Breve introdução à história dos colégios militares no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n], 1958. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FRAGOSO, General Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. V. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

_____. *História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. V. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

_____. *História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. V. 5. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

FREITAG, B. *Escola, Estado e sociedade*. 4. Ed. Coleção Educação Universitária. São Paulo: Editora Moraes, 1980

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. Venturas e desventuras de uma República de Cidadãos. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, v. 1, pp. 153-163, 2003.

_____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Monica P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. p. 151-166.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.

GOMES, Marcelo Augusto. “*A Espuma das Províncias*”: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Leandro José Clemente, O Exército Brasileiro na Guerra contra o Paraguai. In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 66-84.

GRAHAM. Richard. O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.771-828.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp/ HUCITEC, 1979.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: suas causas 1823-1864*. V.2. Campo Grande: UCDB, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, pp. 5-27, 1988.

HOBBS, Thomas de Malmesbury, *Leviatã*. Os Pensadores. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

HOBBS, Eric J. *A era dos Impérios: 1875 – 1914*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Tradução de. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HONORATO, Manuel da Costa. *Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria pelo seu capellão Manoel da Costa Honorato*. Typographia Americana: Rio de Janeiro, 1869.

HUTCHINSON, Thomas J. *The Paraná, with Incidents of the Paraguayan War*. London: Edward Stanford, 1868.

JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

JESUS, Ronaldo Pereira. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionistas na Corte*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2009.

JOURDAN, E. C. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871.

_____. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert e C., 1890.

PARENTE, Paulo André Leira. Uma nova História Militar?. *Revista do IGHMB*, v. 66, n. 93, pp. 37-43, 2006.

PINTO, Júlia Kertesz Renault. O Tribunal de Segurança Nacional e a sua atuação no Brasil dos anos 1930 e 1940. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 41, pp. 120-144, 2019.

PORTO JR., Manoel José. Guerra do Paraguai: Visões da História. *História em Revista*, Universidade Federal de Pelotas, v. 8, pp. 1-12, 2002.

LEITE, Felipe Vieira. A busca pela profissionalização do Exército após a Guerra do Paraguai (1870-1891). In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 256-276.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

_____. *Brummers: a Legião Alemã contratada pelo Império Brasileiro em 1851*. Porto Alegre: Edigal, 2015.

LEMOS, Renato. *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

LIMA, Rubens Rodrigues. História da Educação Física: Algumas pontuações. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, Santos, v.7, n.13, pp.246-257, 2015.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os Infames da História: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma Análise Marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.

MCCANN, Frank D. *A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro*. Tradução de Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982.

_____. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia das Letras/BibliEx, 2009.

MADUREIRA, Antonio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao sr Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MALIN, Mauro. Francisco Campos. *Verbetes Biográficos*. Rio De Janeiro: CPDOC, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPOS,%20Francisco.pdf>. Acesso em: 18 mar. de 2024.

MAGALHÃES, João Baptista. *Osório: Síntese do seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, v. 1, pp. 168-184, 2003.

- MALAN, Alfredo Souto. *Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1998.
- MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (orgs). *Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Repertorio da Legislação Militar*. T. 1. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Selgnot-Plancher e Comp., 1834.
- _____. *Repertorio da Legislação Militar*. T. 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837.
- _____. *Repertorio da Legislação Militar*. T. 3. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de P. Brito, 1842.
- MENDES, Fábio Farias. A Economia Moral do Recrutamento militar no Império Brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*. n. 38. v.4, p.81-96, 1998.
- MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”*: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista nação armada (1939-1947). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010.
- MOSCA, Gaetano. *Elementi di scienza politica*. Torino: Fratelli Bocca, 1923
- MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e Regimes na Academia Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- _____. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- NABUCO, Joaquim. *La Guerra del Paraguay*. Versión castellan de Gonzalo Reparaz, de las sociedades de geografia de Paris y de Madrid. Paris: Garnier Hermanos, 1901.
- NASCIMENTO, Luiz Augusto Rocha do. O Exército Brasileiro na Guerra de Canudos: Lições Aprendidas. In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p.85-98.
- NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1990.

OLIVEIRA, José Teixeira de. (org.). *Dicionário Brasileiro de Datas Históricas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1992.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, N. ____ et al. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

PARANHOS, J. M. da Silva. Apêndice – Documentos Justificativos. In: SCHNEIDER, L. A. *Guerra da Triplice Aliança*. V. 1. Tradução de Manoel Thomaz Alves Nogueira; notas de J. M. da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

PARETO, Vilfredo. *Les Systèmes socialistes*. Paris: Giard et Briere, 1902.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Soldados do Infortúnio: a infantaria brasileira na Guerra da Tríplice Aliança. In: RODRIGUES, Fernando da Silva. PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (orgs.). *Uma Tragédia Americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba: Prismas, 2015.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Modernização e reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)*. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2018.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A História militar tradicional e a “nova história militar”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh Nacional, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-istMilTradeNovaHist-Envio.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Organização do Exército Brasileiro no Império. In: RODRIGUES, Fernando (org.) *Exército Brasileiro: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 22-42.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império*. São Paulo: Contexto, 2001.

REBOUÇAS, André. *Diário: A Guerra do Paraguai (1866)*. Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo: IEB – USP, s.d.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político, e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

____. *Formação de uma elite militar no Exército brasileiro: padrões de discriminação no ingresso da Escola Militar do Realengo de 1931 a 1944*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

____; ZAMPA, Vivian. A Guerra Colombo-Peruana e o Exército Brasileiro (1932-1934): perspectivas e possibilidades de estudo para a nova história militar. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n.26, pp.33-361, 2020.

____. Estratégia da presença e evolução militar do Brasil: passado e presente. *Análise Estratégica*, Brasília, v. 15, n. 1, pp. 51-64, 2020.

____. Estado Novo, papel dos militares. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Dicionário de História Militar do Brasil 1822-2022*. Rio de Janeiro: Editora EDUFE, 2022. p. 359-375.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. As Forças Armadas. V. 3. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo, uma Filosofia da República*. Brasília: Ed do Senado, 2001.

ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. Prefácio a vários escritos de Tobias Barreto de Menezes. In. BARRETO, T. *Obras Completas 10*. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora de Paulo, 1926.

SÁ NETTO, Rodrigo de. *O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (orgs.). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: origem da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SEYFERTH, Giralda. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOARES, Luiz Carlos. História Militar: a “velha” e a “nova”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.113-132.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SONTAG, Susan. *Diante da Dor dos Outros*. (Tradução Rubens Figueiredo). São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. Época da respectiva fundação, motivo determinativo dela, sua importância defensiva, e valor actual. *Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Tehnologico do Brazil*. Tomo XLVIII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1885.

SOUZA, Eusébio de. *História Militar do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico do Ceará, 1950.

SOUZA, Hélio José Rêllo de. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, José Geraldo. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. *Revista de Educação PUC-Campinas*, n. 1, pp. 42-58, 1996.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte – os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996.

SOUZA, Maria Regina Santos de. *Impactos da Guerra do Paraguai na Província do Ceará (1865-1870)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

_____. SOUZA, Maria Regina Santos de. *Chama Pagada, A Chaga Aberta: a “Guerra do Paraguai”, a Sociedade e os Militares Regressos*. Ceará (1865-1889). Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

_____. “A implacável surdez das autoridades do império”: as súplicas dos veteranos da “Guerra do Paraguai” (1870-1889). *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, v. 34, n. 2, pp. 5-20, 2016.

- STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto; et al. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p.93-104.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. O Colégio Militar. Um Templo da Educação. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.126, n.1, pp. 7, 1989.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. I Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- _____. *A Retirada de Laguna*. 16ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- TEXEIRA, Marcia Helena Vaz. *Palacete Babilônia, de residência a sede do Colégio Militar: arquitetura neoclássica no Rio de Janeiro imperial*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, v. 40, pp. 27-53, 2006.
- TREVISAN, Leonardo N. *Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.
- URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- VAS, Braz Batista. *O Final de uma Guerra e suas Questões Logísticas: o Conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- VIANA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: 1920.
- VIANNA, Gilberto Souza. "O Sabre e o Livro - a experiência do Colégio Militar de Curitiba (1959-1988). In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação no Brasil, história e historiografia*. 2000, Rio de Janeiro: Versão disponível em CD-ROM.
- VIERA, O. Juventude brasileira. *Cultura Política*, Ano I, n. 02, abr., p. 154, 1941.
- WHIGHAM, Thomas. *La guerra de la Triple Alianza, Danza de muerte y destrucción*. Asunción: Santillana, 2012